

Historia e Imprensa



9/ABRIL/1976

Visão

Cr\$ 10,00

INICIATIVA PRIVADA QUER FAZER MAIS (será que pode?)

ENTREVISTAS EXCLUSIVAS
Simonsen
Justiça

setor de empresários
dos principais
da economia
ESPECIAL
Gilberto Freyre
MESA REDONDA

Visão

23 DE JUNHO DE 1975

Cr\$ 6,00

Confirmação pelo III
Exército a fuga de
Montevideo

COLEÇÃO BRASIL REPÚBLICA
COLEÇÃO TEMPOS HISTÓRICOS



HISTÓRIA E IMPRENSA:
ESTUDOS DE HEGEMONIA

CONSELHO EDITORIAL

COLEÇÃO BRASIL REPÚBLICA

In Memoriam:

Dr. Ciro Flamarion Cardoso

Dr. Edmundo Fernandes Dias

Dr. René Armand Dreifuss

Coordenadores:

Dr. Mario Maestri, PPGH da UPF, Passo Fundo, RS, Secretário

Dr. David Maciel, UFG, Goiânia, GO

Dr. Gilberto Grassi Calil, UNIOESTE, M C Rondon, PR

Dr. Antônio de Pádua Bosi, UNIOESTE, M C Rondon, PR

Dra. Ana Luiza Recksiegel, UPF, Passo Fundo, RS

Dra. Carla Luciana Silva, UNIOESTE, M C Rondon, PR

Dr. Carlos Zacarias de Sena Junior, UFBA, M C Rondon, PR

Dr. Claudio Lopes Maia, UFG, Goiânia, GO

Dr. Diorge Konrad, UFSM, Santa Maria, RS

Dr. Enrique Padrós, UFRGS, Porto Alegre, RS

Dr. Erelino Coelho, UEFS, Feira de Santana, BA

Dr. Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ, Rio de Janeiro, RJ

Dr. João Alberto da Costa Pinto, UFG, Goiânia, GO

Dr. Manuel Loff, Universidade do Porto, Portugal

Dr. Marcio Antonio Both da Silva, UNIOESTE, M C Rondon, PR

Dra. Monica Piccolo, UEMA, São Luis, MA

Dr. Paulo Pinheiro Machado, UFSC, Florianópolis, SC

Dr. Paulo Afonso Zarth, UNIJUÍ, Ijuí, RS

Dr. Renato Lemos, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ

Dr. Romulo Mattos, PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ

Dra. Sonia Regina Mendonça, UFF, Niterói, RJ

Dr. Tiago Bernardom, UFPB, João Pessoa, PB

Dra. Vera Barroso, FAPA, Porto Alegre, RS

Dra. Virginia Fontes, UFF/Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ

Dr. Walmir Barbosa, IFG, Goiânia, GO

HISTÓRIA E IMPRENSA:
ESTUDOS DE HEGEMONIA



COLEÇÃO TEMPOS HISTÓRICOS

© 2014, FCM Editora

Ilustração da Capa
Paulo Moraes Neto

Projeto Gráfico e Diagramação
Antonio da Silva Junior

Ficha Catalográfica
Marcia Elisa Sbaraini Leitzki - CRB 9ª/539

História e imprensa: estudos de hegemonia /
H673h Organização de Carla Luciana Silva e Edina
Rautenberg . – Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

248 p. (Coleção Tempos Históricos, 14. Coleção
Brasil República, 3)

ISBN: 978-85-67542-09-6

1. Imprensa - História. 2. Hegemonia. 3.
Comunicação de massa. I. Silva, Carla Luciana, org. II.
Rautenberg, Edina, org. III. IV. Título.

CDD – 22.ed. 302.2
320.981

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-

FCM EDITORA
Caixa Postal 1524
Campus Universitário
91501-970, Porto Alegre, RS
Tel: 51 3336.3475

APRESENTAÇÃO

Essa obra é resultado de longas trajetórias de pesquisas sobre temáticas relacionadas à mídia e à imprensa. Reúne autores de distintas formações, de universidades diferentes e que vêm de distintas formas problematizando, a partir de uma perspectiva histórica, questões relacionadas à mídia.

Parte dos trabalhos aqui apresentados se originam da Linha de Pesquisa História e Poder da UNIOESTE. É o quarto livro organizado pela Linha. Os trabalhos que foram desenvolvidos na linha se inserem na perspectiva de entender a historicidade dos meios de comunicação, buscando apreender seu papel social na história política recente do Brasil. Buscam compreender os meios de comunicação como parte ativa do processo histórico, agindo como sujeitos históricos – os partidos políticos atuais, como diria Antonio Gramsci.

Temos a honra de contar também com a contribuição de colegas convidados de outras universidades com quem temos estabelecido diálogo e que gentilmente atenderam ao nosso convite, a quem agradecemos a disponibilidade. A história do século XX não seria o que é sem os meios de comunicação. Eles se complexificaram, a tecnologia foi se modificando, trazendo novos avanços que vão modificando as formas de vida e sociabilidade. E os meios de comunicação seguem cumprindo um papel, que é empresarial, mas que é também de condicionamento de modos de vida.

A grande questão que unifica a todos esses trabalhos é a relação entre a mídia e o poder. As pesquisas, com distintas interpretações, buscam interpretar essa relação a partir da concepção de Antonio Gramsci, que associava à imprensa um projeto intelectual. As editoras seriam os verdadeiros partidos políticos ao passo que a principal atividade dos partidos seria justamente atuar como intelectual coletivo, organizador,

educador. Assim, há uma fusão entre a característica do partido e do jornal. O jornal, a revista, a editora, não surgem em um mundo vazio, mas se ligam a projetos de grupos sociais concretos.

Outro aspecto fundamental que advém dessa interpretação é que tendo em vista esse projeto intelectual, o jornal é também ele parte da sociedade, não está “acima”, e pode ser uma forma articuladora de ações sociais concretas. Ou seja, não existe a “boa” sociedade, e sim a sociedade com todas as contradições que lhe dizem respeito, as contradições de classe. Por mais que a imprensa se construa como o “quarto poder”, que vigia os demais, as pesquisas aqui demonstram que o ato de vigiar é seletivo, depende do momento e dos interesses específicos em jogo. Um mesmo jornal pode “vigiar” um governo sobre determinadas coisas e silenciar totalmente sobre outras.

Do ponto de vista historiográfico, as pesquisas aqui apresentadas se somam à comprovação de que a imprensa deve ser utilizada no trabalho do historiador em uma enorme variedade de situações. A imprensa pode ser fonte, mas a imprensa pode também ser objeto, na medida em que é possível interpretá-la como partido ou como aparelho privado de hegemonia. No momento em que se busca problematizar a história de um dado veículo, sua atuação, os grupos que lhe sustentam, lhe dão a linha editorial, tudo isso nos coloca os veículos de comunicação como um objeto de investigação, porque ele pode ser visto como sujeito ou portador de sujeitos históricos concretos.

As pesquisas aqui apresentadas são trabalhos individuais, fruto de investigações que buscam somar a reflexão histórica e historiográfica.

Francisco Fonseca nos traz uma importante e atual discussão sobre a relação entre mídia e democracia. A mídia empresarial impõe a notícia como mercadoria. A liberdade de expressão está condicionada pela democracia liberal, e por conseguinte, pela propriedade privada dos meios de comunicação. A relação entre “esfera pública” e privada leva o autor a problematizar os limites dos controles do público sobre o privado e também o seu contrário.

O controle da mídia num mundo em que ela é cada vez mais transnacionalizada é problematizado pelo historiador.

Nilo Piana de Castro faz um apanhado da história da imagem, da televisão e do cinema. Seu desenvolvimento não esteve alheio aos projetos políticos onde se desenvolveram. Assim, o autor traça o papel do cinema e depois da televisão ao longo do século XX. O nazismo foi o primeiro a utilizar deliberadamente, como política de estado. Cinema e propaganda se confundiam. Mas mesmo os nazistas percebiam que o domínio da técnica da imagem vinha dos Estados Unidos, que acabariam sendo os grandes especialistas nesse ramo. A imagem como forma da manipulação e convencimento. As novas tecnologias seguem a mesma lógica, entrando na vida das pessoas e condicionando suas visões de mundo.

Lays Nascimento estuda acontecimentos internacionais e nacionais, ocorridos durante o ano de 1968, contextualizando a discussão deste estudo que tem o jornal paranaense *Gazeta do Povo*. Em meio aos movimentos sociais pela liberdade, contestação à ditadura, manifestações contra guerras e invasões, greves, conflitos de rua e confrontos entre as forças de segurança e civis, o homem parte em viagem à lua e o presidente brasileiro decreta o Ato Institucional nº 5. Na pesquisa, a primeira página da *Gazeta*, é ressaltada para que estas histórias sejam contadas em capítulos, fragmentadas e muitas vezes desconexas, como demonstra a leitura da autora. Dentro de um contexto histórico e de debate jornalístico, a autora desenvolve sua hipótese;

O texto de Carla Silva busca fazer um apanhado historiográfico tentando sobre a imprensa na historiografia. Mais que isso, o foco é buscar responder à questão sobre como os autores tem tratado a questão do papel político dos jornais e revistas. Ou seja, argumentando a partir de importantes trabalhos em torno da acuidade da interpretação da imprensa como objeto de estudo. Ao fim, a interpretação de Antonio Gramsci prevalece para problematizar a atuação concreta dos jornais e revistas como

partido / aparelhos de hegemonia.

Edina Rautenberg analisa o discurso da revista *Veja* em relação às grandes obras construídas durante a ditadura civil-militar brasileira. Tomando como recorte a construção da Rodovia Transamazônica, da Ponte Rio-Niterói e da Hidrelétrica de Itaipu, a autora demonstra como a revista *Veja* tomou partido de determinadas empresas do setor da construção civil e formulou seu discurso visando defender os interesses destas empresas, legitimando repasses sem licitações e cobrando do governo o andamento dos projetos. O estudo permite visualizar não só as relações de classe de *Veja* com as empresas de construção civil, mas também com a ditadura civil-militar brasileira.

Ricardo Krupiniski demonstra como as revistas *Veja* e *Época* se posicionaram em relação a expansão e transnacionalização de três indústrias brasileiras: Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce e Gerdau. Baseado nas reflexões de Virginia Fontes, o autor analisa a construção discursiva das duas revistas no incentivo à associação das empresas brasileiras ao capital internacional, apoiando a consolidação do capital-imperialismo brasileiro, durante o primeiro governo Lula da Silva. Além da exportação de capitais nacionais, *Veja* e *Época* deram destaque para a consolidação de um novo modelo agrícola que foi de suma importância para a consolidação de uma indústria nacional brasileira. O autor demonstra ainda a posição das revistas na defesa do papel do BNDES como um banco financiador do processo de consolidação da globalização de molde liberal.

Gervasio Cezar Junior traz um estudo concreto onde uma revista está diretamente relacionada a um aparelho privado de hegemonia. A revista *Visão* e sua relação com a ABIDIB, associação de empresários da indústria é o eixo da discussão do autor. Quando defendemos que os meios de comunicação falam em nome de grupos que possuem interesses de classe específicos, nem sempre é possível comprovar tal assertiva. Nesse caso, a relação é explícita. E mesmo assim, a revista em questão, a *Visão*, era vendida em

bancas, como se se tratasse de uma “simples” revista de informação semanal. A ainda assim, mesmo comprovando as relações umbilicais entre revista e associação, o autor mostra que nem sempre eles falam e defendem as mesmas coisas. Falar em neoliberalismo não significa falar em posições homogêneas.

Por fim, o texto de Suzane Tostes apresenta um paralelo para compreendermos de maneira mais ampla a função dos meios de comunicação na manutenção e sustentação do sistema voltado para o capital. A autora demonstra como a revista *Veja* atuou durante um momento de grande mobilização e organização dos movimentos sociais e outras formas de organização da classe trabalhadora, que foi o período chamado de “Nova República”. Para isto, a autora tomou como recorte a análise da cobertura feita por *Veja* em relação a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Como demonstram as análises, *Veja* atuou de maneira direta na descaracterização das greves e da organização dos trabalhadores, alertando também o governo e os empresários para a expansão e a dimensão que as greves estavam tomando no país.

Esperamos com este livro, contribuir com as necessárias discussões sobre o papel exercido pelos veículos de comunicação no Brasil. Através de reflexões teóricas, bibliográficas e/ou de estudos de caso, os artigos aqui expostos apontam para a atuação destes meios na reprodução do sistema capitalista, contribuindo na formação de consensos em torno de interesses de classe e projetos que são defendidos por estas empresas. Como afirma Ignácio Ramonet, “Informar-se é cansativo”. Escrevemos para demonstrar que os veículos de comunicação não apenas “informam”, mas “formam”, baseados, muitas vezes, na “desinformação”. Desvendar e demonstrar este papel político, econômico e empresarial destes meios é um dos objetivos dos estudos aqui apresentados.

Carla Luciana Silva e Edina Rautenberg
Organizadoras

SUMÁRIO

MÍDIA E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE CONCEITUAL E HISTÓRICA DA ATUAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	13
<i>Francisco Fonseca</i>	
A IMAGEM A SERVIÇO DA HEGEMONIA: UMA LEITURA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CINEMA E DA TELEVISÃO ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 E 1950	53
<i>Nilo André Piana de Castro</i>	
1968 EM MANCHETE: NOTÍCIAS DE PRIMEIRA PÁGINA DO JORNAL <i>GAZETA DO POVO</i>	95
<i>Layse Pereira Soares do Nascimento</i>	
IMPrensa LIBERAL, IMPrensa PARTIDÁRIA: UMA APROXIMAÇÃO HISTORIOGRÁFICA	131
<i>Carla Luciana Silva</i>	
A REVISTA <i>VEJA</i> E AS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	163
<i>Edina Rautenberg</i>	
O BRASIL IMPERIALISTA EM <i>ÉPOCA</i> E <i>VEJA</i> : PETRÓLEO, MINERAÇÃO E SIDERURGIA (2003 a 2006)	205
<i>Ricardo Krupiniski</i>	
REVISTA <i>VISÃO</i> E <i>ABDIB</i> : ENTRE ABALOS E DIFERENÇAS, AS CRÍTICAS AO II PND E A SUSTENTAÇÃO DO PROJETO BURGUÊS	241
<i>Gervasio Cezar Junior</i>	
COBERTURA DA REVISTA <i>VEJA</i> SOBRE A ATUAÇÃO E LUTA DAS ORGANIZAÇÕES COMBATIVAS (CUT E PT) DA CLASSE TRABALHADORA NOS ANOS DE 1985 A 1989	283
<i>Suzane Conceição Pantolfi Tostes</i>	

MÍDIA E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE CONCEITUAL E HISTÓRICA DA ATUAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Francisco Fonseca

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que tanto a teoria política da democracia quanto a dinâmica dos regimes democráticos têm como pressuposto ser a “liberdade de expressão” um elemento crucial à idéia democrática – cujos desdobramentos são a pluralidade de opiniões e a responsabilidade das opiniões emitidas –, este texto objetiva refletir sobre as consequências históricas e teóricas dessa assertiva.

Opta-se aqui por aceitar as premissas afirmadas pelos próprios veículos de comunicação – a mídia, assim como pelos ideólogos liberais – de que a *notícia é uma mercadoria*, dado o caráter capitalista da quase totalidade das sociedades contemporâneas e de que a *democracia liberal permite a liberdade de expressão* por meio da propriedade *privada* dos meios de comunicação. Pretende-se, assim, questionar a validade dessa vinculação entre *democracia e mídia*, dado, reiterar-se, a auto-definição desta como pilar da democracia liberal; o faremos, contudo, numa perspectiva teórica em que toda forma de poder deve encontrar freios e contrapesos que a regulem.

Para discutirmos essas características, é fundamental enfatizar que a mídia promove a *intermediação entre as esferas pública e privada*, o que implica a atuação de atores privados mediando seja outros interesses privados, seja (principalmente) interesses públicos, coletivos, o que significa uma grave ambiguidade em razão da própria mídia pertencer à esfera dos

interesses privados, a começar por seu próprio caráter empresarial. Além disso, em razão de, por um lado, haver um consenso (teórico e histórico) de que a mídia possui poder – de formar opinião e imagens, de influenciar agendas e os poderes constituídos – e de que, por outro lado, todos os poderes necessitem de anteparos, deve-se questionar quais são os controles democráticos existentes ao poder da mídia. É importante ressaltar que a teoria política de estirpe democrática se consolida fortemente por meio da tradição republicana afirmadora da necessidade de *freios e contrapesos*, que, por seu turno, influenciou decisivamente a constituição do Estado de Direito e a maneira de pensar a política moderna.

Além desses aspectos conceituais, pretende-se demonstrar como, concretamente numa conjuntura histórica crucial à sociedade brasileira, isto é, o período constituinte (1986 e 1987), deu-se a atuação dos grandes periódicos brasileiros no tocante a temas referentes a direitos sociais e políticos.

Todos esses fatores confluem para a premente necessidade de se estabelecer controles democráticos a um poder cada vez mais sem controle, o poder da mídia – para muitos, um *quarto poder* – que, além do mais, torna-se ainda mais complexo em razão das novas tecnologias informacionais que alargam a esfera pública (a “sociedade global”), ao mesmo tempo que ampliam o poder da mídia, pois tornado transnacional.

Por fim, o texto analisa as possibilidades concretas de desconcentração da propriedade e da instituição do controle social democrático sobre a mídia no Brasil, procurando demonstrar, com isso, a premência de se combater o caráter oligárquico e oligopólico dos meios de comunicação no país, sem o qual jamais haverá a mais remota democracia: tanto em termos conceituais como empíricos.

MÍDIA EMPRESARIAL E NOTÍCIA MERCADOLÓGICA

Os órgãos da mídia, quando privados, *são empresas capitalistas de comunicação* que, portanto, objetivam o lucro.

Segundo Max Weber, deve-se observar a relação entre Capital e função ideológica, pois:

“Se ha dicho que el obvio cambio de opinión de determinados diarios franceses (...) puede explicarse simplemente por el hecho de que el importante capital invertido de forma fija por estas modernas empresas periodísticas justifica el aumento de su nerviosismo, y las hace depender del público, al detectarse cualquier inquietud entre éste, que suele traducirse en la anulación de pedidos, resultando esta situación comercialmente insoportable. (...)”

“(...) Debemos preguntarnos: qué significa el desarrollo capitalista *en el interior* de la propia prensa para la posición sociológica de la prensa en general, para el papel que desempeña en la formación de la opinión pública?” (Weber, 1992:255)

Assim, o *papel mercantil da mídia* torna-se distinto de seus similares de outros setores econômicos, pois, não bastasse o poder de modelar a opinião, sua mercadoria – a notícia – está sujeita a variáveis mais complexas e sutis do que as existentes nos bens e serviços “comuns”. A necessidade de altos investimentos em capital fixo, sobretudo em virtude das novas tecnologias informacionais, faz com que uma eventual perda de leitores e anunciantes cause prejuízos nessa atividade “de risco” que é a produção de *informação*. O poder da mídia implica, portanto, um instável equilíbrio entre formar opinião, receber as influências de seus consumidores (leitores, ouvintes, telespectadores, internautas, dentre outros) e de toda a gama de fornecedores e anunciantes, além do próprio Estado, auferir lucro e atuar como *aparelho privado de hegemonia*, conforme análise de Fonseca (2005). A inversão de capital fixo apontada por Weber é, dessa forma, um elemento-chave neste equilíbrio, sobretudo neste momento – anos 10 do século XXI – em que as empresas proprietárias de periódicos estão fortemente em crise.

Note-se que, a partir da década de 1990, as empresas de comunicação cada vez mais ampliam o seu espectro de atuação,

por meio de fusões e aquisições, e se transformam em *empresas de comunicação e entretenimento*, com consequências importantíssimas no que tange à chamada “espetacularização” da política. Mais ainda, de forma crescente essas empresas vêm diversificando sua atuação nos mais distintos mercados, tanto em âmbito local como internacional, o que implica intrincada gama de interesses empresariais (comerciais e financeiros) que se entrecruzam, levando ao paroxismo o caráter mercantil da mídia.

Observados esses elementos, pode-se agora analisar o poder da mídia, dado que seus proprietários não se cansam de afirmar a – autorequerida – legitimidade do caráter mercantil da notícia, sua independência perante o Estado e seu perfilamento às teses republicanas (liberais/democráticas, portanto). A notícia, portanto, tomada *per se* e enquanto processo produtivo é considerada similar a qualquer outra mercadoria – tais como os produtos agrícolas, industriais e serviços –, tornando-se irrelevante o fato de sê-la “imaterial”. Como dissemos acima, aceitaremos essa premissa com vistas a analisar suas conseqüências.

O aspecto crucial a observar refere-se ao fato de que a *notícia como mercadoria* possui uma especificidade ausente nos outros tipos de mercadoria. Afinal, sua utilização pode causar danos a grupos sociais e às sociedades, na medida em que possui (a notícia) o poder de, no limite: fabricar e distorcer imagens e versões a respeito de acontecimentos, temas e pessoas, propagar boatos, entre inúmeras outras possibilidades, simultaneamente à sua função de informar. É claro que não se trata de considerar o processo de informar *neutro*, pois ele próprio está submetido à visão do consumidor de notícias, das testemunhas, das fontes e de seus proprietários (fundamentalmente), no contexto do complexo “processo de produção” da notícia. Mas, entre essa impossibilidade intrínseca da neutralidade e os interesses políticos, econômicos e sociais dos proprietários privados dos meios de comunicação e suas eventuais bases de representação – interesses esses potencializados pela ausência de controles sociais sobre a mercadoria notícia, enfatize-se –, há um verdadeiro

abismo.

Nesse aspecto, deve-se evitar um duplo risco, isto é, o de considerar como *possível uma neutralidade absoluta*, mas que, no limite, seria inumana, assim como de negligenciar a existência de um *poder desmedido e em larga medida sem controles (democráticos, enfatize-se) sobre a (in)formação da opinião*, poder este cada vez mais concentrado em escala internacional, nunca é demais sublinhar. As indagações que se colocam referem-se a quem controla, *efetiva e democraticamente*, o poder da mídia, e quais instituições lhes servem de contrapeso, à luz da teoria dos freios e contrapesos.

Dessa forma, se a notícia é, de fato, uma mercadoria, o é de um tipo especial e, como tal, necessita ser tratada de forma igualmente especial, tendo em vista as inúmeras conseqüências que pode acarretar, conseqüências essas que assumem cada vez mais dimensões planetárias. Como ilustração da repercussão social que as notícias podem ter – de forma estrita, ou como boato, versões, insinuações, entre outras modalidades –, basta citarmos as elevações e quedas das bolsas de valores e das moedas em função de especulações muitas vezes iniciadas e/ou estimuladas pela mídia. Mais ainda, a exposição da vida privada de personagens públicos vem, freqüente e crescentemente, ocasionando danos morais à imagem dos mesmos, levando até à interrupção de carreiras e ao estigma social: é por isso que a figura dos “paparazzi” é emblemática tanto da invasão da privacidade como do advento de uma sociedade – nesse sentido global – ávida pelo espetáculo, inclusive no âmbito político.

Ocorre, assim, uma combinação, muitas vezes propositada, entre o “fato” e a versão, o real e o imaginário, o acontecimento e a ficção, em prejuízo de algo e/ou alguém (indivíduo ou coletivo). Portanto, tal “confusão” na mídia é, sob todos os aspectos, perniciosa à sociedade democrática.

Ora, se essas, entre outras, conseqüências do poder da mídia são verdadeiras e, mais ainda, se todos os outros tipos de mercadoria, seus processos produtivos e seus proprietários são,

de formas diversas, controlados por mecanismos governamentais e da sociedade, por que a *mercadoria notícia* não deveria submeter-se a mecanismos semelhantes? Note-se que, no Brasil, a produção e o comércio de mercadorias e serviços são controlados por órgãos distintos, como os Procons, a Secretaria de Direito Econômico (SDE), as Agências de Regulação (setoriais, como por exemplo a Anatel e a Aneel), entre outros órgãos, além de entidades privadas sem fins lucrativos, como o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), apenas para citar alguns.

É inegável que, em se tratando de informação, a tentação de se estabelecer controles autoritários, censórios, é grande, o que, aliás, é comum na história brasileira; daí a preocupação com a liberdade de expressão necessariamente dever nortear qualquer mecanismo de controle que venha a se constituir, tanto em nível nacional como internacional, repelindo-se portanto qualquer tentativa de censura (veremos abaixo algumas alternativas no que tange aos controles democráticos sobre a mídia). Mas não se pode ser conivente, sob pena do estabelecimento de um efetivo poder sem controle e mesmo de um *pensamento único*, com a permissividade dos meios de comunicação que, em nome da liberdade de expressão atuam como verdadeiras *máquinas de produção do consenso*, podendo, no limite, “suprimir” vozes discordantes. Como ilustração, ressalte-se que as proposições neoliberais (que prefiro denominar de ultraliberais, dada a radicalidade tanto das propostas como da forma de operar desta corrente), tais como a privatização, a diminuição do papel do Estado, a flexibilização do mercado de trabalho, o individualismo, dentre outras, constituíram, a partir dos anos 1980, o chamado “pensamento único”, na medida em que se tornaram programa de reforma de inúmeros Estados nacionais assim como de agências internacionais, sendo aceitas (tais proposições) pela maioria esmagadora da mídia em escala internacional. Aos discordantes das chamadas “reformas orientadas para o mercado” coube a pecha de “neolíticos” por estarem dissonantes com os ventos do

neoliberalismo, tal como analisado por Fonseca (2005 e 2011). Trata-se, portanto, de hegemonia, bloqueadora, contudo, de outras formas de pensar e, como tal, antidemocrática.

Note-se que a unicidade de pensamento contraria a tradição que se requer liberal, pois afirmadora, esta, do pluralismo que, a rigor, constitui o cerne da preocupação do liberal. Por outro lado, não podemos nos esquecer de que, no século XX, possuir um meio de comunicação, sobretudo com abrangência razoável, requer imensos recursos econômicos, tornando-se proibitivo à maioria absoluta dos grupos sociais, *potencializando* assim o temor dos liberais democráticos.

Portanto, é paradoxal observar que justamente as empresas de comunicação sejam as menos controladas (em termos democráticos, reitere-se) em relação aos outros tipos de empresa. Afinal, obter a hegemonia sempre foi o objetivo dos grupos detentores das diversas formas de poder nas sociedades em que o Estado tornou-se “ampliado” (de acordo com o conceito de Gramsci). Mais ainda, uma das mais fortes críticas desferidas aos regimes socialistas dizia respeito justamente à impossibilidade do dissenso, em razão do controle estatal dos meios de comunicação. Ou, em outras palavras, do pensamento único, na esteira do partido único e do monopólio produtivo do Estado, supressor das iniciativas particulares, entre as quais a liberdade de imprensa.

Cabe indagar se a situação não seria semelhante em países, como o Brasil, dentre inúmeros outros na América Latina e em outros continentes, em que há verdadeiros monopólios e oligopólios da comunicação – formais e informais –, sem que o Estado e a sociedade possuam instrumentos eficazes para contê-los, que não o jogo do mercado e a Justiça. Nesse sentido, note-se que num mercado tão pouco competitivo como o brasileiro, sobretudo no setor de periódicos e de emissoras de tv, este (o mercado) certamente não é o elemento central com vistas à maior democratização do acesso à informação. Aliás, dificilmente o

mercado *per se* possui essa função. Quanto ao Poder Judiciário, dado inexistir lei de imprensa no Brasil, à Justiça cabe julgar os crimes específicos da imprensa por meio das leis gerais dos crimes contra a honra, o que faz com que, por exemplo, o direito de resposta, crucial à democracia e à própria honra dos atingidos, ser praticamente nulo no Brasil. Não bastasse isso, a lei e o aparato judiciário são condições necessárias, mas jamais suficientes para a democratização dos meios de comunicação.

Dessa forma, indaga-se que, apesar da existência do multipartidarismo, de diversos proprietários de meios de comunicação e do Estado não ser onisciente nem onipresente, não haveria aqui, de certa forma, historicamente falando, um certo consenso forjado por uma sociedade efetivamente não “poliárquica”?

A grande mídia, concebida como ator político/ideológico, deve ser compreendida, portanto, “(...) fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social.” (Capelato e Prado: 1980, pág. XIX). Afinal, a mídia representa, por meio de seus órgãos, uma das instituições mais eficazes no que tange à inculcação de ideias em relação a grupos estrategicamente reprodutores de opinião – constituídos pelos estratos médios e superiores da hierarquia social brasileira –, caracterizando-se (seus órgãos) como polos de poder.

Assim, uma vez mais a questão se coloca: quais mecanismos controlam o *quarto* poder, sobretudo num país como o Brasil, e mais ainda num mundo em que a esfera pública vem se ampliando em escala planetária, gerando a oligopolização dos conglomerados comunicacionais?

Afinal, para diversos autores, o mundo estaria passando por uma verdadeira compressão do espaço e do tempo, que se configuraria como uma das características da contemporaneidade. Em outras palavras, as informações são cada vez mais transmitidas em tempo real – *on line* –, encurtando brutalmente o tempo de sua “geração” assim como (especialmente) de sua propagação

(transmissão) em escala planetária. Dessa forma, nesse mundo encurtado por satélites, fibras óticas, tvs a cabo, agências noticiosas, jornais e revistas (em inglês, língua cada vez mais falada, e mesmo traduzida para as línguas nativas) impressos simultaneamente em diversos países, a mídia vem crescentemente extrapolando mais ainda sua influência, pois estendida agora ao planeta. É claro que não falamos de qualquer mídia, isto é, das que se encontram na periferia do sistema. A grande mídia, aquela que influencia suas congêneres nacionais e em consequência a população mundial, encontra-se na sede do capitalismo internacional. Mais ainda, como já aludido, se a *esfera pública* emergiu e se desenvolveu em perspectiva eminentemente nacional, a partir da explosão informacional vem tornando-se cada vez mais planetária, isto é, uma dada informação acerca, por exemplo, do mercado financeiro, pode contribuir para desestruturar inúmeras economias. Exemplos disso são vistos freqüentemente quando (reitere-se) a simples publicação de uma declaração de uma alta autoridade monetária do G-7 ou do G-20 ou então do FED norte-americano é capaz de derrubar bolsas e moedas no mundo inteiro, com consequências trágicas para as populações locais.

Assim, se a esfera pública tornou-se cada vez mais global – a ponto de podermos falar de uma agenda planetária, que envolve temas como capital financeiro, cadeia produtiva, miséria/migração, meio ambiente, direitos humanos, armas nucleares, drogas, dentre inúmeras outras – e se, além disso, a mídia procura, a partir de interesses privados, traduzir e intermediar relações sociais na esfera pública, qual o controle democrático que os cidadãos comuns, agora em dimensão internacional, possuem sobre ela? Se a questão já era complexa em escala nacional, torna-se ainda mais problemática quando pensamos que o “mundo está menor” uma vez que certas fronteiras estão sendo diluídas. Portanto, a compressão espaço/temporal implica o alargamento da esfera pública, pois cada vez menos exclusivamente nacional, devido à crescente “internacionalização”, em sentido amplo, conforme demonstrou Harvey (1989).

A CONTRADIÇÃO PRIVADO/PÚBLICO NA MÍDIA

Para além do carácter mercantil da notícia, em perspectiva teórica a *distinção entre as esferas pública e privada* – conceitos por excelência controversos – encontrou um verdadeiro divisor de águas com as revoluções burguesas, sobretudo a Revolução Francesa, pois inaugurou um novo conceito de liberdade, agora identificado ao mundo privado – por meio, inicialmente, do mercado – e politologicamente definido como pertencente ao carácter *negativo* da liberdade. O liberalismo clássico do século XIX o afirmou enfaticamente, encontrando nas figuras de Benjamin Constant, Stuart Mill e Alexis Tocqueville, entre outros (embora com distinções importantes), expressões máximas de seu desenvolvimento. Esses autores representam a tradição que melhor expressou os dilemas – de um ponto de vista liberal – acerca do que conteria ambas as esferas.

Afinal, segundo esse conceito de liberdade, o espaço privado, que seria garantido fundamentalmente pelo Estado de Direito, possibilitaria ao indivíduo – tornado igual a seus semelhantes *perante a lei* – poder fazer tudo o que quisesse sem ser impedido, assim como deixar de fazê-lo sem ser obrigado a agir num sentido que não desejasse (desde, é claro, que não infringisse direitos alheios). Para tanto, a condição que permite ambas as possibilidades refere-se justamente à linha limítrofe que separa o público do privado, isto é, a existência de direitos definidos aprioristicamente, embora de forma não estática, na medida em que cambiáveis historicamente, no sentido de configurar o que é público, portanto pertencente aos interesses comuns de todos, e o que diz respeito apenas às individualidades. Como afirma Bobbio, em busca de uma compreensão da política moderna, cotejada à antiga, à guisa de B. Constant:

“O tema fundamental da filosofia política moderna é o tema dos limites, umas vezes mais restritos, outras vezes mais amplos conforme os autores e as escolas, do Estado como organização da

esfera política, seja em relação à sociedade religiosa, seja em relação à sociedade civil (entendida como sociedade burguesa ou dos privados).” (BOBBIO, 1986: 960).

No século XIX, o referido Constant, em sua famosa obra acerca da *Liberdade dos Antigos comparada à dos Modernos*, nos mostrara o sentido privatista da liberdade para o homem moderno pós-revoluções burguesas, privatismo este que, inclusive, faria degenerar a esfera pública se extremado. Apesar dessa ressalva, Constant não só diagnosticou o significado da liberdade moderna como o defendeu, pois, para ele, ao cidadão caberia rogar: “(...) à autoridade de permanecer em seus limites. Que ela se limite a ser justa; nós nos encarregamos de ser felizes.” (Constant, 2001:24).

Se a separação entre as esferas pública e privada, por um lado, e o privatismo, por outro, marcam o mundo moderno, resultando na separação entre os poderes, impedindo com isso a tirania do poder do Estado, autores como Stuart Mill e Tocqueville temeram um outro tipo de tirania. Tirania esta que não mais proviria do Estado e sim da própria sociedade, na medida em que o poder da maioria, sobretudo da *opinião majoritária*, igualmente resultaria em tirania, a *tiranía da maioria*, com efeitos semelhantes à historicamente temida tirania estatal, tão cara ao pensamento republicano e ao pensamento liberal.

Em seu clássico *Sobre a Liberdade*, Stuart Mill, ao relatar a sanha persecutória, de caráter moralista, a comportamentos pouco usuais, caso da poligamia dos mórmons na Inglaterra do século XIX, temia pelos seus efeitos, pois, para ele: “(...) a opinião de semelhante maioria, imposta como lei à minoria, em questões de conduta estritamente individual, tanto pode ser certa como errada. Nesses casos, a opinião pública, na melhor hipótese significa a opinião de algumas pessoas sobre o que é bom ou mau para outras pessoas.” (MILL, 1991:149).

Esta assertiva certamente permanece válida, sobretudo no que tange à mídia que, por vezes, contribui para tal caráter persecutório, mesmo que de forma mais sofisticada no mundo

contemporâneo, o que coloca em xeque o pluralismo. Segundo Mill, haveria (em relação aos mórmons) uma: “(...) linguagem de manifesta perseguição usada pela imprensa deste país quando chamada a noticiar o notável fenômeno dos mormonismo” (MILL, 1991:149).

Já em *A Democracia na América* Tocqueville notabilizou o temor de que as sociedades, mesmo as institucionalmente democráticas, produzissem “tirantias da maioria”. Para ele, nos EUA, a:

“(...) maioria (...) exerce uma autoridade real prodigiosa, e um poder de opinião quase tão grande; não existem obstáculos que possam impedir, ou mesmo retardar, o seu progresso, de modo a fazê-lo atender às queixas daqueles que ela esmaga no seu caminho. Este estado de coisas é em si mesmo prejudicial e perigoso para o futuro (...)”. (TOCQUEVILLE, 1969: 132 e 133).

Estas palavras soam, hoje, proféticas, embora Tocqueville acreditasse na proliferação de órgãos de comunicação como forma de controle mútuo. Essa perspectiva, contudo, parece não ter vigorado em nenhum lugar do mundo.

No que tange à expressão *opinião pública*, referida diretamente por Mill e indiretamente por Tocqueville, esta continua sendo utilizada abundantemente pela mídia, sobretudo pela grande imprensa escrita, que se coloca como sua representante. Trata-se de um falso conceito, como o próprio Mill apontara, pois: i) há inúmeras interpretações conceituais, o que faz deste *conceito* um verdadeiro *campo minado*, tal a divergência quanto às suas premissas; ii) “opinião pública” para os grandes jornais brasileiros significa a “opinião” de seus leitores, isto é, cerca de 15 milhões (numa perspectiva superestimada) de pessoas num universo de 190 milhões de habitantes, isto é, as classes médias e proprietárias – trata-se portanto de uma expressão absolutamente restritiva; e iii) (mais importante) esta expressão é invocada pelos jornais, em inúmeras situações, simplesmente

para identificar *sua própria opinião* (igualmente ao que apontara Mill no século XIX), que, embora privada, pretende se passar por “pública”. Além do mais, deve-se repelir o uso indiscriminado (e popularizado) desta expressão, pois representa uma verdadeira “armadilha”. Afinal, “opinião pública” implica movimento, dinamismo, transformação, e não a cristalização de uma dada opinião. Em razão das influências dos grupos que formam a opinião “dominante”, o seu caráter “público” quer dizer, em verdade, expressão dessa dominância, e não discussão descompromissada de temas com vistas a extrair a “melhor posição”. Por tudo isso, “opinião pública” funciona como uma expressão estratégica e fundamentalmente voltada a encobrir – interesses particularistas e privados – do que a revelar. Daí a descartarmos como conceito analítico.

Dados esses aspectos, cabe dizer que a mídia representa uma instituição em que ‘(...) se mesclam o público e o privado, [em que] os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal [no caso da imprensa escrita – FF]. Os limites entre uns e outros são muito tênues.’ (CAPELATO, 1988:18). Em outras palavras, a mídia se movimenta e se nutre desse ambiente indefinido constituído pelo interesse e pela opinião privados mas que se manifestam como públicos. Por mais que possam *também* atuar numa perspectiva pública, estarão sempre presos – os meios de comunicação – a interesses e compromissos privados e mercantis e, o que é essencial, desprovidos de controles efetivos por parte da sociedade e do Estado.

Por fim, embora não seja o objeto deste artigo, cabe um comentário sobre a emergência do universo digital (internet, blogs, sítios, redes sociais, entre outras), no contexto da chamada “convergência digital” que, para muitos, estariam representando uma verdadeira “revolução comunicacional”. Por se tratar de movimento recente, particularmente no Brasil, acreditamos que há diversas potencialidades e diversos riscos. Panoramicamente, as potencialidades referem-se à mobilização, que pode ser quase

instantânea, de muitas pessoas em lugares diferentes (bairros, regiões, cidades, países) em prol de alguma causa, podendo superar, dessa forma, a histórica dificuldade de arregimentação e articulação política. Além disso, o poder dos meios de comunicação clássicos, tais como jornais e revistas e emissoras de televisão e rádio, diminuiriam sua audiência, devido ao seu caráter vertical e oligopólico (caso do Brasil), uma vez que a internet seria, em tese, horizontal, representando, além do mais, outros pontos de vista. É claro que essas potencialidades, entre outras, precisam se confirmar para que haja, de fato, uma nova situação informacional.

Quanto aos riscos, são igualmente diversos, pois, como o demonstra o sistema de espionagem internacional dos EUA – muito falado e somente agora, 2013, provado –, o universo digital é fortemente vigiado e, não bastasse isso, quem concede os “IPs”, que permitem o funcionamento dos computadores, é uma empresa dos EUA, em parceria com o Departamento do Estado. Isso significa que, numa possível situação de guerra em que os EUA se sintam ameaçados – ou queiram ameaçar –, não haverá mais internet nem qualquer outra ferramenta digital no planeta. Além disso, o mundo digital é fortemente dominado por grandes empresas, reproduzindo o ambiente de negócios dos veículos de comunicação tradicionais que, por seu turno, estão inteiramente presentes no universo digital. Também inúmeras pesquisas têm demonstrado a utilização dos meios digitais para fins majoritariamente de entretenimento, e não para fins públicos. Embora seja uma situação que possa ser alterada, trata-se de uma característica dominante em perspectiva mundial. Por fim, no Brasil apenas metade dos brasileiros têm acesso aos meios digitais, sendo grande parte localizada nos setores de classe média, o que implica a permanência da exclusão digital, outra faceta da exclusão social. Mesmo que políticas públicas possam alterar esse quadro, no médio prazo, trata-se de realidade marcada pela desigualdade que, em se tratando de um setor altamente dinâmico, tende a, de forma relativamente constante, manter a exclusão.

De toda forma, é claro que não se pode ignorar essa nova realidade, mas deve-se ter muito cuidado em apontar um outro “admirável mundo novo”! Afinal, revoluções tecnológicas fazem parte da humanidade, notadamente a partir do advento do capitalismo, como apontou Marx no célebre “Manifesto do Partido Comunista”. A questão é qual apropriação e com quais fins dessas novas tecnologias. Ainda assim, a fronteira público/privado permanece colocada, embora com outros delineamentos.

TEORIAS POLÍTICAS DA DEMOCRACIA E A MÍDIA

Como não pretendemos traçar aqui um amplo panorama acerca das teorias políticas da democracia, e sim levantar um problema comum a elas, basta-nos realçar que essas teorias se sorvem, em larga medida, de autores e de experiências históricas sintetizadas em Os Federalistas, assim como nos citados Stuart Mill e Alexis de Tocqueville. Por isso é que podemos compreender a famosa sentença de Madison acerca da natureza humana, e que certamente pode, e deve, se estender à mídia:

“Se os homens fossem anjos, não seria necessário haver governo. Se os homens fossem governados por anjos, dispensar-se-iam os controles internos e externos do governo. Ao constituir-se um governo (...), a grande dificuldade está em que se deve, primeiro, habilitar o governante a controlar o governado e, depois, obrigá-lo a controlar-se a si mesmo. (...) Essa política de jogar com interesses opostos e rivais (...) pode ser identificada ao longo de todo o sistema das relações humanas, tanto públicas como privadas.” (MADISON, Apud WEFFORT, 1990:273).

Essa desconfiança em relação à natureza humana, tão bem demonstrada por Madison, não é nova, como se sabe, na filosofia e na teoria políticas. Afinal, desde Maquiavel e, sobretudo Hobbes, o ceticismo quanto à solidariedade entre os homens tornou-se marca registrada de diversas correntes de pensamento,

culminando naquilo que o “o espírito das leis” de Montesquieu e a “teoria dos checks and balances” de Os Federalistas sintetizaram como forma de controlar os homens detentores de poder: seja o poder do Estado (mais visível), seja o poder da sociedade, por meio de grupos que se tornam majoritários e se impõem, em boa medida, por sua opiniões. Em outras palavras, se de um lado dever-se-ia controlar o cidadão comum, por meio das autoridades, de outro (igualmente) as autoridades deveriam ser controladas, tanto por outros poderes – daí a famosa divisão entre os três poderes – quanto pelo próprio indivíduo. A isso se conceitua modernamente, como se sabe, de caráter democrático e republicano das instituições.

Ora, reitera-se que a mídia, ao constituir-se como um *extra-institucional quarto poder* – republicano, portanto –, fora paulatinamente reconhecida como uma instituição política e sobretudo como pressuposto à democracia, a ponto de a adjetivação “democrática” só ser conferida a sociedades em que a livre manifestação da opinião, sobretudo por intermédio da mídia, exista. Tendo em vista esses pressupostos, cabe novamente a pergunta: quem controla o “quarto” poder? Enfatize-se que tal indagação é legatária da tradição republicana, que, a rigor, preocupava-se, como vimos, com “a fiscalização dos fiscais” e com “o controle dos controladores”. Trata-se, portanto, de uma via de mão dupla.

Por seu turno, a constituição de uma sociedade poliárquica implica fundamentalmente a democratização das instituições políticas, entre as quais a mídia tem presença obrigatória, pois, segundo Robert Dahl, uma das pré-condições às sociedades que se queiram democráticas – isto é, o topo da poliarquia – seria que: “Todos os indivíduos devem possuir informações idênticas sobre as alternativas [que disputam o poder, nos períodos eleitorais, por exemplo – FF].” (DAHL, 1989: 73). No Brasil, essa condição certamente é muito tênue. O problema da democratização das instituições, sobretudo da mídia, permanece portanto crucial às

teorias da democracia, embora seja desenvolvido de forma insuficiente pelas teorias que se debruçam sobre elas. Note-se que esta questão foi analisada por Luís Felipe Miguel, para quem "(...) uma teoria da democracia válida deve ser uma ferramenta para a compreensão da arena política nas sociedades contemporâneas *reais*, isto é, sociedades de classe, cindidas por profundas clivagens e desigualdades, inseridas em ambiente transnacionalizado." Por outro lado, segundo o autor, "(...) o *acesso à mídia* se impõe como um dos principais pontos de estrangulamento das democracias contemporâneas – e, portanto, como um dos principais desafios àqueles que se dispõem não apenas a compreender o funcionamento das sociedades democráticas, mas também aprimorá-lo." (MIGUEL, 1999: 67). É interessante observar, por outro lado, que mesmo teorias conservadoras da democracia, tais como a chamada *teoria econômica da democracia*, concedem espaço privilegiado ao tema do acesso à informação.

Por fim, um tema central que move a ciência política contemporânea, mas perfeitamente extensível ao problema do poder da mídia, refere-se à questão da *accountability*. Termo de difícil tradução em termos políticos, implica por um lado transparência e responsabilidade dos que detêm o poder, e por outro a possibilidade de o poder ser fiscalizado e sobretudo controlado. Ora, se isso é verdade em relação aos três poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), por que não o deveria ser em relação ao poder da mídia?

UM OLHAR PARA A HISTÓRIA: A VISÃO DA GRANDE IMPRENSA SOBRE DIREITOS E CONFLITOS SOCIAIS NO CONGRESSO CONSTITUINTE DE 1986/87

A mídia como um todo adota o liberalismo político – notadamente a defesa das liberdades civis e políticas – em seu

discurso. Veremos, na prática histórica, se esse perfilhamento de fato se personifica tendo em vista os conflitos sociais. Para tanto, analisaremos um momento histórico particular: o Congresso Constituinte (1987 e 1988), cujos temas atinentes à criação e ampliação dos “direitos sociais”, e o crucial – às relações entre capital e trabalho – “direito de greve” foram debatidos. A importância desses temas justifica-se ainda mais em razão do processo de redemocratização no Brasil e do histórico *déficit* em termos de direitos sociais e políticos, amplificados pelo regime militar. O capítulo sobre a “Ordem Social” implicou enorme controvérsia, e a grande imprensa se posicionou vigorosa e militantemente em relação a ele.

Uma importante questão a ser ressaltada quanto à introdução de novos direitos sociais diz respeito ao impacto destes aos próprios órgãos de comunicação enquanto empresa, pois essa lógica esteve presente no posicionamento da mídia. Mas, para além desse argumento “particular”, os interesses representados pelos jornais os opõem a esses novos direitos. As teses da “futilidade” e sobretudo da “ameaça” e da “perversidade” (HIRSCHMAN: 1985) foram exaustivamente utilizadas, demonstrando todo o conservadorismo – entendido como baixa propensão ou mesmo reação à introdução de novos direitos, tendo em vista a manutenção do *status quo* – da grande imprensa. Afinal, alguns dos direitos sociais propostos, tais, como, dentre outros, a diminuição da jornada de trabalho, a ampliação da licença maternidade, a licença paternidade, o aumento da valor da hora-extra, dentre outros, foram vistos como: i) “catastróficos à produção”, pois desestimulariam o capital a investir, aumentando consequentemente o desemprego: *o oposto* portanto do que se desejava (*tese da perversidade*); ii) “inócuos”, pois não seriam respeitados pelo “mundo real” da economia, logo uma medida *estéril* (*tese da futilidade*); e iii) ameaçadores dos direitos anteriormente conquistados, caso do mercado formal de trabalho, que poderia diminuir (*tese da ameaça*). Esses argumentos/imagens, entre outros, foram utilizados exaustivamente pelos

quatro principais periódicos à época da Constituinte: *Jornal do Brasil (JB)*; *O Globo (OG)*; *Folha de S.Paulo (FSP)*; e *O Estado de S. Paulo (OESP)*: observaremos uma amostra das posições oficiais dos mesmos, por meio dos editoriais.

Para o *JB*, haveria uma “obsessão social” dos constituintes, pois: “A proposta de 40 horas é uma daquelas que criam uma espécie de garantia artificial que, na prática, quase ninguém vai respeitar (...)” (*JB*, 13/07/87) – trata-se aqui da *tese da futilidade*, dada a suposta ineficácia da medida. Mas será a *tese da perversidade* a mais utilizada pela grande imprensa, pois: “A Constituinte embarcou em um caminho de distribuição de benefícios sociais cujo *produto só pode ser um e único: redução da taxa de investimentos, com o atraso econômico.* (...)” (*JB*, 28/02/88, ênfases nossas).

A negação dos novos direitos sociais foi radicalizada, com argumentos que se iniciam pela inadequação de sua inserção na Constituição até os efeitos deletérios dos mesmos, numa posição frontalmente contrastante ao intuito da maioria dos constituintes e sobretudo de maior parte dos brasileiros. Para os jornais, os constituintes não se preocupariam com o principal, “a produção”, pois:

“Por esse rumo, nunca se sai do *paternalismo*; e o povo continua eternamente *dependente*. É mais do que tempo de mudar essa *mentalidade*, que é a própria definição do *atraso*. (...) O ‘social’ também está ligado ao desenvolvimento (..) Mas a visão primária do ‘social’ não pensa no desenvolvimento – intimamente ligado à livre iniciativa: pensa em criar restrições e ônus para a empresa privada.” (*JB*, 29/02/88).

Portanto, a distribuição da renda far-se-ia única e exclusivamente em decorrência do desenvolvimento capitalista, via mercado. A visão de mundo patronal se expressa claramente neste tema. Mais ainda, demonstra como a grande imprensa se oporá a tais direitos com vistas à obtenção da hegemonia –

disputada renhidamente naquele momento –, pois a “mentalidade atrasada” precisaria ser substituída pela visão “moderna” do mundo, que valorizaria a “iniciativa privada” por meio do “mercado livre”.

Já para *OG*, que se mostra um vigoroso adepto da “ética do trabalho” – aliás, de forma semelhante a *OESP* –, os direitos sociais estariam:

“(...) na contramão da motivação fundamental e dos interesses do trabalhador; ou a Constituição ideal, na contramão do Brasil real. (...) Sorte pior [dados os efeitos negativos previstos – FF] a experiência faz prever para o aumento (...) da licença remunerada à gestante: a esse aumento corresponderá uma restrição, a restrição do mercado feminino de trabalho. (...) Concessões feitas em total descompasso com os efeitos não prejudicarão apenas os trabalhadores. (...) [mas também a:] estabilidade institucional.” (OG, 15/10/87, ênfases nossas).

A tese da perversidade é, portanto, igualmente defendida pelo jornal *O Globo*, que se arroga, além do mais, a conhecer os interesses dos trabalhadores – trata-se de uma antiga estratégia da grande imprensa de se auto-nomear intérprete da sociedade, inclusive, neste caso, dos trabalhadores. A imagem catastrófica é reiterada, constituindo-se num verdadeiro bombardeio retórico, utilizando-se para tanto de expedientes ao estilo auaên, pois o futuro certamente seria sombrio. Para *OG*, pois: *“(...) A produtividade cairá, inevitavelmente. (...) Será lamentável que, por falta de informação e análise aprofundada das questões, venhamos a ter uma Constituição que, na ilusão do avanço, produza o retrocesso no campo das relações de trabalho.” (OG, 07/88, ênfases nossas).* Para além da perversidade ocasionada pelos direitos sociais, para o jornal haveria uma inversão de sentido, pois a considera um “retrocesso”. Em outras palavras, tanto os adeptos da criação de direitos não seriam “progressistas”, como os direitos em si não seriam um avanço. Trata-se de uma sofisticada

estratégia de reformular o próprio vocabulário presente na Constituinte e no debate público, de tal forma que por “ideologia” se entenda tão-somente as propostas provenientes da “esquerda” e dos “populistas”, que, por motivos diversos, agiriam em razão das “aparências” e não da “essência” do capitalismo “moderno”.

Quanto ao liberal/conservador *OESP*, tal como seu similar doutrinário *JB*, mas também semelhante ao pragmático *OG* – as diferenças de perfis não impedem a similitude de posicionamentos e projetos –, usará dos mesmos expedientes. Afinal, para *O Estado de S. Paulo* “Retrocesso não é avanço”, título de um editorial que sintetiza sua histórica visão de mundo, pois, para este jornal, dever-se-ia indagar a utilização da palavra “avanço”:

(...) Porque se se cuida de reduzir aquela jornada [de trabalho] e premiar indistintamente todos os assalariados com uma estabilidade capaz de atingi-los como autêntico bumerangue, vitimando-os, ocorrerá, sim, autêntico retrocesso; (...) esta (...) palavra (...) [implica] conferir aos que qualifica o demérito de se oporem a tudo o que signifique *progresso natural* da sociedade. Todos sabem que distribuir a estabilidade com tamanha generosidade nivelaria por baixo bons e maus funcionários (...)

Está claro que nisso existe condenável contra-senso. Quando se pensa em abrir a sociedade para facilitar a ascensão dos melhores e mais capazes, sejam quais forem, venham de onde vierem, procede-se em sentido inverso àquele trilhado (...) A justiça consiste em dar desigualmente aos desiguais – e não, evidentemente, em comprimi-los sob uma forma constringedora a fim de igualá-los artificial e imerecidamente. (...) [Tal conjunto de direitos] acarretaria pernicioso desestímulo aos melhores. (*OESP*, 18/06/87, ênfases do jornal, grifos nossos).

Como se observa, a introdução de direitos não apenas equivaleria ao retrocesso como conspurcaria valores essenciais da sociedade capitalista, vinculados fundamentalmente ao “mérito”: trata-se da lógica da “sociedade meritocrática”, que se expressaria nas individualidades. O mote “os melhores e mais

capazes” sintetiza essa visão tradicional e hierárquica, mais próxima do “darwinismo social”, pois pretende essencialmente estimular a competição entre a força de trabalho. O caráter conservador dessa proposição – defendida há muito por *OESP* e compartilhada pelos outros jornais, com a *relativa* exceção da *FSP* – reforça a dominação sobre os trabalhadores ao inculcar-lhe valores vinculados à ascensão social. O privilegiamento ao Capital é notório, pois, além de implicar adestramento aos trabalhadores, objetiva principalmente impingir a imagem de que basta ao trabalhador se esforçar para melhorar de vida, à guisa do “self made man” estadunidense. Embora o conservadorismo de *OESP* seja – enquanto visão de mundo – de certa forma mais sofisticados, comparativamente aos seus pares, as diferenças entre os jornais, quaisquer que sejam, tornam-se indistintas quando as questões em jogo referem-se seja aos seus interesses particularistas seja, principalmente, à representação do Capital Global, seja ainda à *reprodução do sistema capitalista* pela qual se empenham. Afinal, *OESP* também se utilizará da *tese da perversidade* ao afirmar que “(...) as novas disposições constitucionais irão chocar-se com seus interesses [dos operários – FF]. (...) *as medidas ‘sociais’ aprovadas (...) surtirão efeito bastante maléfico, pernicioso, antes de tudo, para a classe operária.* (...) as medidas adotadas não concorrerão para aumentar a produtividade (...) mas para incrementar a automação. (...) o populismo é enganador...” (*OESP*, 01/03/88, ênfases nossas). Portanto, o “argumento” oscila entre a *tese da perversidade* e a “falsa” consciência das esquerdas/populistas. Tais justificações do jornal representam variantes de uma mesma raiz: a manutenção do *status quo*.

Mesmo a *FSP*, que manteve, dentre todos os jornais, uma alegada preocupação com os trabalhadores – pois enfatizou a necessidade de o Estado priorizar as áreas sociais ao retirar-se das atividades produtivas –, aderiu a essa cantilena, embora com menor vigor. Segundo o jornal:

Propostas como a remuneração adicional (...) para o trabalhador em férias, o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e o limite de seis horas para a jornada em turnos ininterruptos, que as lideranças empresariais condenam, inscrevem-se no vasto conjunto de direitos sociais aprovados (...) sem nenhuma consideração mais séria sobre os custos que acarretam. (...) [Representam:] novos custos para o conjunto da população (...) [que] nada mais serão do que o preço que a sociedade terá de pagar pela demagogia de seus representantes.” (FSP, 08/07/98, ênfases nossas).

Enfatize-se que, mesmo tendo adotado um discurso “social”, paralelamente ao apoio às reformas do Estado orientadas para o mercado, a FSP também segue a estratégia de seus pares tanto por utilizar a *tese da perversidade* como por considerar “demagogia”, “populismo”, a adoção de novos direitos sociais. É interessante observar que a relação entre os periódicos e o empresariado é complexa e, por vezes, tensa. Trata-se na verdade de um intrincado jogo de acomodações e reposicionamentos da grande imprensa em relação aos diversos au de poder, sobretudo o Capital, ao qual representa, em sentido lato. Os jornais criticaram acidamente a oposição do empresariado nacional à abertura da economia, dado que os periódicos entendiam que “modernização” implicaria *joint ventures* e outras formas de parceria com o capital estrangeiro. Nesse sentido, é interessante observar que, na década de 1990, a própria mídia brasileira pressionou o Congresso Nacional a aprovar a lei que permite até 30% de participação do capital estrangeiro nas empresas de comunicação.

Já em relação ao papel constitucional acerca do “direito de greve”, também se observa uma incrível similaridade entre os periódicos, consentânea às características da mídia: seu caráter empresarial, o que implica relações patronais; a representação do estratos médios e do “Capital Global”; e sua atuação político/ideológica, derivado de seu papel como “aparelho ideológico”. Vejamos brevemente como a *ordem legal* – referente especificamente ao conflito social, do qual se sobressai a relação entre Capital e Trabalho –, é retratada pela mídia, o que implica

analisarmos a reação da mídia ao projeto proposto pelos constituintes sobre um tema crucial à democracia numa sociedade capitalista que se requer democrática, tal como afirmam requerer os jornais em foco. Assim, segundo o *JB*, a “(...) *liberdade de greve* é um abuso conceitual (...)” (*JB*, 07/07/88, ênfases do jornal). Logo, pode-se inferir, dever-se-ia refreá-la. O fato de os constituintes terem permitido a paralisação das atividades nos serviços públicos, mesmo resguardadas certas condições ao funcionamento dos mesmos, será considerado um absurdo, inclusive conceitual, como se observa, pois denotaria perda de autoridade e mesmo fragilidade do Estado. A *FSP* dirá o mesmo, pois considera que os constituintes estariam permitindo o “direito irrestrito de greve” – o que, em verdade, é um evidente exagero –, inclusive nos serviços essenciais, pois: “(...) *Um instrumento legítimo de luta se transforma em chantagem contra toda a população*, concentra numa categoria específica de trabalhadores [os funcionários públicos] um poder absoluto sobre o conjunto das atividades produtivas do país, com a chancela (...) [da] constituinte (...) [são] artigos condenáveis (...)” (*FSP*, 15 / 07 / 88, ênfases nossas). Como se observa, o que a *FSP* diz ser um direito “legítimo” o será apenas em tese, pois o veto à greve é característica da grande imprensa com um todo. Nesse sentido, a vinculação das greves à “chantagem” expressa claramente a crítica da *FSP* às leis que supostamente a facilitariam, contrariando na prática sua suposta aceitação das mesmas.

Serão, contudo, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* os opositores mais radicais das leis que permitem as greves e a organização do trabalho como um todo na Constituição. Seus posicionamentos patronais se evidenciam vigorosamente. Segundo *OESP*, que demonstra ojeriza em relação às greves no setor público, dada a ameaça à autoridade, que, tal como para *OG*, deve ser “sagrada” – para os trabalhadores:

As greves que irromperam em empresas estatais (...) mostram com clareza o quanto a sociedade é impotente diante dos

resultados da intervenção do Estado na economia.

(...) São exércitos de empregados que agem com todas as regalias, direitos e mordomias de funcionários públicos, promovendo greves que se iniciaram com reivindicações salariais e ganham, hoje, aspectos nitidamente políticos e ideológicos, que levam à violência.

(...) Tudo isso mostra a incompetência do Estado empresário que, ao centralizar tudo em suas mãos, mostra fragilidade ao negociar com os trabalhadores que sabem ter um opositor incompetente, politicamente minado e, acima de tudo, contaminado pela praga do empreguismo. (*OESP, 19/11/88, ênfases nossas*)

Como se observa, a percepção acerca do mundo do trabalho parte da suspeição intrínseca de que os trabalhadores são “revolucionários”, tendo por trás de si “grupos radicais”. Trata-se também de uma construção imagética destituída de qualquer comprovação, dentre tantas outras produzidas estrategicamente pelo jornal, que, dessa forma, quer impedir toda e qualquer possibilidade de as greves ocorrerem, a começar pelo Estado: daí a radicalidade para com qualquer paralisação no setor público, pois, além de expressar a inadequação da atividade empresarial do Estado sinalizaria simbolicamente a possível fragilidade da ordem, da autoridade, com atuações drásticas para a ordenação do conflito em relação aos trabalhadores.

Quanto ao *OG*, este assim expressa sua radicalidade quanto à aprovação do direito de greve: seria “A porta da anarquia” – título de um importante editorial –, pois supostamente *irrestrito* “(...) para todas as categorias de trabalhadores, em todas as circunstâncias, sob quaisquer pretextos (...) [o que] significa a porta aberta à desordem e ao caos. (...) É uma abdicação em favor da anarquia. (*OG, 17/08/88, ênfases nossas*). O jornal adota aqui a estratégia de superestimar o poder conferido aos sindicatos, pois forja-se a imagem de que estes são dominados por “grupos radicais” desestabilizadores e poderosos; além do mais, são omitidos quaisquer constrangimentos à decisão dos trabalhadores de fazerem greve, tais como o poder dos patrões, o medo do

desemprego e a própria legislação, entre outros. Com isso, pretendeu-se criar o estigma de que ao poder supostamente sem limites dos sindicatos corresponderia a pusilanimidade da lei, assim como a fragilidade da sociedade. Dada a radicalidade verbal, a fronteira entre estratégia retórica e visão de mundo (conservadora, patronal, autoritária e antiliberal) é indecifrável. Por fim, o mesmo *OG* revela e sintetiza cabalmente o conservadorismo autoritário de toda a grande imprensa no que tange ao conflito social com a seguinte afirmação:

No Capítulo ‘Dos Direitos Sociais’ existe duplicidade de tendências, ambas suficientemente perigosas e capazes de produzir efeitos desastrosos (...)

(...) A pretexto de garantir emprego, retroagimos ao paternalismo intervencionista (...) [caso da] estabilidade no emprego (...) no Art. 6 (...) bem como o regime de 44 horas [que] são a negação da liberdade de trabalho e a consagração do intervencionismo no mercado de mão-de-obra. Já no Art. 10 (...) dispõe-se o contrário, isto é, a não intervenção do Estado, quando se trata de liberdade de greve. (...)

Tudo é disposto de forma a permitir greves sem restrições (...) Os dirigentes da greve decidem e fixam a seu livre-arbítrio os limites da ação de greve. *Temos consagrada a contradição do excesso de intervenção do Estado no Art. 6 e da ausência do poder dos governos, no caso de greve. Vedada pelo projeto só a greve de iniciativa empresarial. Dois pesos e duas medidas (OG, 11/10/87, ênfases nossas).*

Portanto, sem meias palavras o jornal propugna o “livre mercado” no que tange à contração da força de trabalho, e o “Estado repressor” em relação às greves. Em nome do “bem comum” – mais uma das estratégias retóricas – a defesa dos interesses patronais se evidencia, seja pela forma como os direitos dos trabalhadores (em sentido amplo) são concebidos, seja pela demanda de que também o empresariado poderia, no limite, poder parar a produção (*lockout*): demanda esta meramente retórica e fictícia, dado que os interesses empresariais se opõem

a qualquer paralisação das atividades produtivas devido à necessidade de circulação de bens e serviços.

É importante ressaltar que, para toda a grande imprensa, os salários são resultantes do mercado e da situação da economia, e não de políticas públicas ou qualquer outra forma de regulação estatal. Por exemplo, para *OG*: “(...) a única política salarial que realmente beneficia o trabalhador é o combate sem tréguas à espiral inflacionária (...)” (*OG*, 12/07/90). Já para a *FSP*, para melhorar a situação dos trabalhadores brasileiros a solução seria a: (...) estabilização da economia, para a qual o saneamento das finanças do Estado é tão importante. (...) [além] do aumento do nível de qualificação e produtividade do trabalhador (...), única forma de elevar, de forma duradoura, o salário real no país.” (*FSP*, 08/11/92). Os exemplos desta visão de mundo são abundantes nos jornais em foco, e apenas corroboram sua visão patronal do mundo.

Mas a condenação às greves e aos movimentos populares estende-se também ao campo, em que o Movimento Sem Terra (MST) e a chamada “Igreja progressista” são os alvos privilegiados, num contexto de reação – direta ou indireta – à reforma agrária. A defesa da “intocabilidade da propriedade privada” e da resolução dos problemas sociais de forma “não conflituosa” serão as justificativas mais comuns. Para *OESP*, por exemplo, haveria: (...) subversão – agora *armada* mesmo – comandada pela ala da *Igreja Progressista*, especialmente no meio rural (...) [Por isso:] É evidente que a *Igreja Progressista* & associados estão legitimando, por antecipação, quaisquer reações violentas de proprietários (...) em favor da proteção de seus direitos.” (*OESP*, 12/08/87, ênfases do jornal). Se essa posição de *OESP* poderia ser creditada ao seu conservadorismo, é significativo observar que a similaridade com a auto-intitulada “moderna” *FSP*, para quem as ocupações de terras pelo MST significam: “(...) agressão ao direito de propriedade, inerente a todo processo de invasão de terras, [e que seria] um componente intolerável de violência e ameaça física.” (*FSP*, 20/07/90). Em outras palavras, “conservadores” e “modernos” confluem

quando o tema em foco é a luta social, de classes, manifestando-se tanto pela via do conflito distributivo como pela greve, entre outras ações. Dessa forma, para a grande imprensa como um todo, à desigualdade brutal de renda e de terra não caberia o conflito, pois: “(...) Não será pela radicalização e pelo conflito (...) que um problema crônico e alarmante [a terra] poderá ser resolvido.” (*FSP*, 29/07/90). A *FSP* em particular proporá a taxaço progressiva do Imposto Territorial Rural como forma de desconcentrar a terra. Note-se que o posicionamento anti-conflito é, por seu turno, também antiliberal (em seu veio democrático) e, sobretudo num país “continental” como o Brasil, em que a concentração fundiária assume características gigantescas, profundamente autoritário. O que em nada difere da posição patronal “arcaica” – para usar uma vez mais o próprio termo dicotômico e contumaz dos periódicos – adotada em relação aos conflitos urbanos.

Portanto, toda a grande imprensa, embora com ênfases distintas, quis antepor limites à organização do trabalho – sendo a greve o alvo mais importante – em contraposição a uma espécie de “laissez faire” no mercado de trabalho, o que explica cabalmente a oposição radical a toda e qualquer greve concreta, assim como a qualquer manifestação cujo conflito fosse aberto, caso das ocupações de terras, terrenos e repartições públicas. A mesma postura, como vimos, ocorreu quanto à introdução de novos direitos sociais durante o processo constituinte, pois concebidos perenemente como inadequados, extemporâneos, perturbadores, ameaçadores, estéreis e perversos da ordem “natural” da economia e das relações sociais. Tudo isso demonstra que, nos momentos históricos cruciais, particularmente nas décadas de 1980 e 1990, em que a coerência com os valores apregoados – o liberalismo político e a aceitação das divergências e conflitos, advindos deste – é colocada à prova, a grande imprensa brasileira contradisse suas próprias afirmações. Dada essa constatação, esses órgãos não têm legitimidade de se colocar como representantes de interesses “comuns” na “esfera pública”, pois, afinal, são claramente parte e partidários (em sentido lato).

POSSIBILIDADES DE DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA

Tendo em vista o incontestável poder da mídia, cujas consequências as classes sociais – notadamente os trabalhadores –, grupos sociais diversos, movimentos sociais que defendem os grupos marginalizados, e determinadas empresas, indivíduos e países sentem direta e indiretamente, analisaremos quais medidas políticas, legais e econômicas poderiam democratizar a mídia tanto no sentido de desconcentrar sua propriedade como de responsabilizá-la no Brasil. Para tanto, a experiência de outros países é fundamental. Mas analisaremos também a perspectiva internacional tendo em vista o crescente impacto das fusões entre grandes corporações assim como a influência internacional da chamada “mídia global”.

Quanto ao Brasil, iniciativas já consolidadas como o *Observatório de Imprensa* e mesmo a *Revista Imprensa*, assim como o Portal Carta Maior (agência de notícias e de análises) e os blogs (entre inúmeros outros) “Viomundo”, “Conversa afiada” cumprem importante papel alternativo à grande mídia, notadamente quanto a denúncias da atuação desta. Também em relação às mídias independentes, entre outras, as revistas *Caros Amigos*, *Carta Capital*, *Brasil de Fato* e *Le Monde Diplomatique Brasil* cumprem importante papel ao mostrarem ângulos distintos aos da grande mídia sobre temas os mais diversos. Todas essas iniciativas são, contudo, insuficientes seja para trazer à tona visões alternativas às da grande imprensa, seja especialmente para o franqueamento ao dissenso, pois sua abrangência é pequena comparada aos grandes meios. Apesar disso, cumprem, reiterese, papel crucial à democratização pela via da construção de alternativas editoriais/ideológicas e de resistência à hegemonia dos grandes conglomerados.

No que tange aos movimentos sociais, por vezes articulados à internet, há de se destacar as seguintes iniciativas, entre tantas outras: Movimento de Rádios Livres (www.radiolivre.org);

Movimento Nacional de Direitos Humanos (www.mndh.org.br), cujo tema da comunicação está presente; Campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania” (www.eticanatv.org.br); Centro de Mídia Independente (www.midiaindependente.org); Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (www.abraconacional.org); Coletivo Brasil de Comunicação Social – Intervenções (www.intervencao.org.br); Frente Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), entre tantos outros.

Todas essas iniciativas, entre inúmeras outras, são extremamente importantes e necessárias para a democratização da comunicação no Brasil – o que implica também resistências perante a oligopolização –, mas de forma alguma suficientes para de fato modificar a estrutura concentrada da mídia no Brasil. Daí a necessidade de se criar um conjunto de alternativas, nos campos político/legal e econômico.

Quanto ao *âmbito político/legal*, pode-se citar, dentre outras: a) a forma, enviesada politicamente, como as concessões de emissoras de rádio e TV são efetuadas, como vimos, isto é, a necessidade de se ampliar o escopo de participação da sociedade politicamente organizada no sistema decisório, sobretudo a criação de fóruns consultivos e deliberativos e o fortalecimento do Conselho de Comunicação Social, que é órgão auxiliar do Congresso Nacional cujas funções têm sido, desde sua criação na década de 1990, sistematicamente esvaziadas. Paralelamente, a publicização torna-se crucial; b) o rigoroso impedimento da concentração acionária dos veículos de comunicação e a proibição de que um mesmo proprietário possua diversas modalidades de meios comunicacionais, tal como se verifica em determinados países europeus (veremos abaixo a experiência). Para tanto, é possível estabelecer um prazo para que, progressivamente, haja a desconcentração da mídia; c) a punição rigorosa a mecanismos de propriedade cruzada por meio do Poder Judiciário e particularmente da Anatel, que poderá ter poder de polícia para tanto; d) a publicização de informações sobre os meios de

comunicação, hoje ostensivamente opacas, por meio inclusive de entidades específicas para tanto; e) o estímulo à criação de TVs, rádios e periódicos públicos – nem estatais nem privados –, ao estilo da BBC de Londres, embora adaptados à realidade brasileira; f) a revisão da aludida lei das rádios e TVs comunitárias, tendo em vista constituir-se, tal como se configura hoje, em óbices à efetivação de seu objetivo original (para tanto, como veremos abaixo, a concessão de crédito por meio de agências de fomento estatais torna-se crucial); g) a ampliação do espectro das TVs e rádios estatais – à guisa do que ocorre na Europa – desde que independentes do poder político/partidário dos governos; h) a criação de índices que avaliem a concentração da mídia e a democratização da informação, proposta na qual trabalham dois grupos: a Unesco e o Coletivo Intervozes. A atribuição de critérios implica regulamentação e torna mais perceptíveis os conflitos de interesses, caso dos parlamentares que são responsáveis por legislar sobre o sistema de comunicação nacional e ao mesmo tempo detêm concessões de rádio e TV; i) a revisão do processo de renovação das concessões públicas a rádios e TVs no sentido de que haja critérios claros e transparentes para tanto assim como fóruns deliberativos que envolvam Estado, sociedade politicamente organizada, empresas e organizações de “consumidores” das informações; j) a criação de uma lei específica para a imprensa, que garanta fundamentalmente o célere julgamento e sobretudo o direito de resposta; e k) o chamado “direito de antena”, vigente em países como Portugal e Espanha, cujo objetivo é dar voz, por meio de TVs e rádios de curto alcance, a entidades organizadas: partidos, sindicatos, movimentos, associações profissionais.

Quanto ao âmbito econômico, algumas ações do Estado podem surtir efeitos decisivos à desconcentração/democratização da mídia, por meio: a) da publicização das dívidas das empresas de comunicação com o Estado; b) da concessão de crédito, pelo BNDES, BB, Finep e outros à constituição de rádios, TVs e periódicos

comunitários, alternativos e independentes do grande capital; c) da não concessão de novos empréstimos aos grandes conglomerados de comunicação, assim como da não ampliação do prazo para liquidação de antigas dívidas destes para com o Estado: tratam-se de formas de diminuir o poderio econômico dos oligopólios; d) da alocação de verbas publicitárias governamentais, dos três níveis da federação assim como dos três poderes, segundo outros critérios que não a audiência/alcance dos órgãos, o que implica distribuição equitativa com vistas a estimular o espraiamento de veículos de comunicação: esta medida só poderá ter eficácia se transformada em lei, o que implica sua institucionalização; e e) do estabelecimento de contrapartidas a qualquer benefício que os grandes meios venham a obter do Estado, tal como, entre outros, a obrigatoriedade de que cada veículo de comunicação tenha um ouvidor independente, eleito por entidades da sociedade politicamente organizada e por “consumidores”, mas pago pelas empresas, à guisa da inovadora experiência da ouvidoria da Defensoria Pública de São Paulo, que é totalmente independente da instituição.

Em relação à internet, o aprofundamento de políticas públicas vigentes relacionadas à inclusão digital, à gratuidade da banda larga e ao barateamento de computadores – com a vantagem de estimular a indústria nacional – poderá ampliar o leque de internautas. Mais importante, contudo, é a capacidade do Estado em tornar a chamada “convergência tecnológica”, como vimos, num vetor democratizante, em contraste à aludida concentração da internet e ao modelo de TV digital adotado pelo Brasil, cuja acessibilidade e interatividade é dificultada.

Em perspectiva global, a tentativa de constituição de centros de informação independentes, como o *Mídia Watch* e o *Le Monde Diplomatique International* dentre inúmeros outros, que não apenas se utilizam da internet como veículo de informação global como principalmente avaliam os grandes jornais, revistas, agências noticiosas e emissoras de TVs, procurando demonstrar, assim, outros lados, outras vozes e outras interpretações dos fenômenos

que tendem a ser retratados de forma homogênea pelos grandes grupos de comunicação. O estímulo a órgãos dessa natureza, assim como o papel mais profícuo de entidades como a ONU e outras organizações mundiais, no sentido de colocar na agenda internacional o fenômeno da oligopolização da mídia mundial, é tarefa central à agenda mundial. Os governos nacionais podem ter papel preponderante nessa articulação, sobretudo o chamado G-20, particularmente os países periféricos do sistema global, paradoxalmente fortalecidos após o *crash* de 2008.

Finalmente, é fundamental analisar as características da legislação vigente em outros países como forma ao mesmo tempo de evitar a oligopolização e estimular a democratização, pois:

Inúmeros países aprovaram regras para regular o mercado de mídia, especialmente no que diz respeito à propriedade. As limitações envolvem desde cotas para conteúdo (nacional, independente ou regional), até barreiras com relação aos índices de audiência; participação no mercado de publicidade; percentual de participação no capital das empresas e regras com relação ao tamanho do mercado (local, regional ou nacional).

Em linhas gerais, as regras básicas podem assim ser definidas:

- *Duopoly rule* (regra do duopólio): proibição de que um operador de serviço de radiodifusão seja proprietário de mais de uma emissora do mesmo tipo no mesmo mercado;

- *One-to-a-market rule* (regra do um por mercado): estabelece que uma pessoa física ou jurídica não pode ser proprietária, no mesmo mercado, de mais de uma emissora de TV em VHF ou de uma combinação de emissoras de rádio AM e FM;

- *Multiple ownership rule* (regra da múltipla propriedade): limita a formação de conglomerados de mídia, tanto horizontal quanto verticalmente, estabelecendo regras que limitam a propriedade, em nível nacional, de emissoras de radiodifusão, bem como estabelece abertura na grade de programação para programas independentes.

- *Cross-ownership rule* (regra da propriedade cruzada):

proíbe futuras aquisições de emissoras de radiodifusão por pessoa física ou jurídica que (...) [seja] proprietária de jornal diário cuja base de atuação seja na mesma área geográfica.

Apesar da regulação, a tendência hoje é de concentração no mercado da comunicação. Albarran e Moellinger (2002, p. 103) afirmam que houve, nos anos 1980 e 1990, uma quantidade sem paralelo de fusões e aquisições, que levou ao surgimento de oligopólios formados por conglomerados globais de mídia. Segundo os autores, estas empresas, também chamadas de mega mídias ou corporações transnacionais de comunicação social, operam numerosos meios, como jornais, estúdios de cinema, empresas de radiodifusão e gravadoras (VELOSO, 2008: 122 e 123).

Como se observa, há mecanismos viáveis e já aplicados em vários países, que podem impedir a oligopolização. Se minimamente aplicados ao Brasil, a situação da comunicação tenderia a ser muito diferente do que é hoje. Contudo, como alerta a autora, os processos de fusão globais vêm corroendo os avanços conquistados em nível nacional, o que faz da oligopolização uma questão internacional a ser enfrentado por governos nacional, instituições multilaterais e movimentos sociais (nacionais e internacionais).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um mundo realmente democrático necessita controlar (democraticamente, reiterar-se, apesar de tautológico e reiterativo) a mídia nos âmbitos nacional e mundial tendo em vista atenuar o paradoxo da simultaneidade público/privado que a mesma contém e vem crescentemente expandindo num mundo que rapidamente se torna cada vez mais homogêneo em termos de valores, em contraste ao aumento exponencial da desigualdade política e social.

Afinal, os modernos clássicos preocuparam-se e teorizaram sobre o tema das “paixões humanas” que, sem freios e

contrapesos, nos levariam à tirania; essas “paixões” podem ser traduzidas modernamente como *interesses* que, por sua vez, estão integralmente presentes no enorme poder que a *mídia como um poder de fato* possui em escala global. Daí, para muitos, o “quarto poder” representar, de fato, o “primeiro poder”, dada a capacidade de influenciar a agenda política simultaneamente à atuação vigorosa enquanto empresas (conglomerados) capitalistas, em que a notícia é uma mercadoria. Esta, contudo, difere das outras mercadorias, tendo em vista as ausências que pode acarretar aos grupos sociais, tema que paradoxalmente é pouco desenvolvido pelas teorias políticas da democracia, que, contudo, têm no tema do acesso à informação um pressuposto crucial.

Por isso, para que de fato a democracia possa se materializar, cumprindo assim (a mídia) um papel público em meio a um mundo privado, mercantil, e em franca compressão, urge tanto ações efetivas que controlem o seu poder e permitam a pluralidade de vozes, como uma reflexão mais atenta das teorias políticas da democracia. Para tanto, um olhar para a história se faz urgente e indispensável. Dessa forma, talvez reatualizemos o sonho dos modernos clássicos, isto é, o de que houvesse controles mútuos a todos os que detenham poder. Portanto, a partir da modernidade o controle democrático sobre a mídia incide diretamente na própria ideia de democracia. Curiosamente os próprios liberais do século XIX perceberam isso, no que foram derrotados por seus congêneres neoliberais do século XX.

Embora haja novos contextos, desencadeados pelo universo tecnológico digital, estes implicam potencialidades e riscos (diria que os riscos são maiores do que as potencialidades), até porque são dominados por empresas privadas fortemente conectadas com os Estados do Capitalismo Central, notadamente os EUA que, se decadentes em termos de influência econômica, mantém forte poder de influência e pressão ideológica, em que as novas tecnologias ocupam papel central.

Por fim, o olhar para a história demonstra a necessidade de

aprender com o passado, isto é, como o demonstramos, no período constituinte (1986 / 87) houve toda sorte de pressão midiática para obstar direitos sociais e políticos dos trabalhadores, situação essa que permanece e se adequa ao mundo digital: basta ver os principais portais do país, caso do Sistema Globo (G1), O Estado de S. Paulo (Estadão) e Folha de S. Paulo (UOL).

Por tudo isso, há a necessidade premente no Brasil de se extinguir o caráter oligopólico e oligárquico dos meios de comunicação, o que inclui a ampliação do acesso aos meios digitais (notadamente os meios, isto é, a diminuição do preço dos computadores, da banda larga e da qualificação para a inclusão digital). Sem essas ações, entre outras nesta direção, não haverá democracia, uma vez que a opinião estará concentrada em poucos proprietários e o acesso aos meios digitais aos setores médios da sociedade. Há uma longa batalha pela frente, em que olhar para a história é fundamental, assim como para os lados, isto é, observar o que outros países, como a Argentina, têm feito em prol da democratização da informação e da comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, N. *“Estado Moderno”* In BOBBIO, N. *etti ali* (orgs.) *Dicionário de Política*. BR, UNB, 1982.

_____. *Liberalismo e democracia*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

BORIN, Jair. *Imprensa: Empresas e Negócios – Um perfil quantitativo-qualitativo do mercado da notícia no Brasil*. São Paulo, ECA/USP, Tese de Livre-Docência, 1993.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996

CAPELATO, M. H. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo, Contexto, Edusp, 1988.

_____. *Os Arautos do Liberalismo – Imprensa Paulista: 1920/1945*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

_____ e PRADO, Maria L. *O Bravo Matutino*. São Paulo, Alfa – Ômega, 1980.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

COCKETT, Richard. *Thinking the Unthinkable (Think-Tanks and the Economic Counter-Revolution, 1931-1983)*. London, HarperCollins, 1995.

CONSTANT, Benjamin. *A Liberdade dos Modernos Comparada à dos Antigos*. São Paulo, Tenacitas, 2001.

DAHL, R. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. RJ, Jorge Zahar, 1989.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo, Edusp, 1999.

DESAI, Radhika. “*Second-Hand Dealers in Ideas: Think-Tanks and Thatcherite – Hegemony*” In *New Left Review*, jan./feb., 1994.

EAGLETON, Terry. *Ideology, An Introduction*. Oxford, Oxford University Press, 1991.

FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado – a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2005.

FONSECA, Francisco. *Liberalismo Autoritário – discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira*. São Paulo, Hucitec, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civil. Brasileira, 2001 (5 vols). Civilização Brasileira, 1985.

HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity – An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. London, Oxford, 1989.

HIRSCHMAN, A. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo, Cia. das Letras, 1985.

HIRST, Paul, e THOMPSON, Grahame. *Globalization in Question*. Oxford, Oxford University Press, 1996.

IANNI, Octavio et. Al (orgs.), *Desafios da Comunicação*. Petrópolis, Vozes, 2000.

LABORIE, Pierre. “*Histoire politique et histoire a représentations mentales*” In PESCHANSKI, Denis et al (orgs.). *Histoire Politique et Sciences Sociales*. Paris, Editions Complexe, 1991

LE MONDE DIPLOMATIQUE. “*Médias et Contrôle a Esprits*”, Août/1995.

MEDINA, C. Araújo. *Notícia, um Produto à Venda*. S. Paulo, Alfa Ômega, 1978.

MILL, Stuart. *Sobre a Liberdade*. Petrópolis, Vozes, 1991.

MIGUEL, L. Felipe. "Um ponto cego nas teorias da Democracia: os meios de comunicação" In *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, Rio de Janeiro, nº49, 1º sem./2000.

PADIOLEAU, Jean-G. *Le Monde et le Washington Post – Précepteurs et Mousquetaires*. Paris, Presses Universitaires de France, 1985.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao Vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

TOCQUEVILLE, A. *A Democracia na América*. São Paulo, Editora Nacional, 1969.

VELOSO, Ellizabeth M. "A concentração da mídia e a liberdade de expressão na Constituição de 1988" in *Ensaio sobre impactos da Constituição Federal de 1988 na sociedade brasileira – consultoria legislativa*. Brasília, Congresso Nacional, 2008.

WEBER, Max. "Para uma Sociologia de la Prensa" In *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 57, jan-mar./1992, Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid.

WEFFORT, Francisco (org.). *Os Clássicos da Política*. São Paulo, Ática, 1990, 2 volumes.

FONTES DE CONSULTA

- <http://www.direitoacomunicacao.org.br>.
- IBGE: Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (PNAD de 2008): www.ibge.gov.br
- www.meioemensagem.com.br.
- Mídia Dados Brasil 2009: www.gm.org.br
- Portal Imprensa: http://www.abert.org.br/novosite/clipping/clipping_resultados.cfm?cod=132246
- Projeto Donos da Mídia: <http://donosdamidia.com.br>.
- Sistema de Acompanhamento de Controle Societário do Ministério das

Comunicações: sistemas.anatel.gov.br/siacco/

- Tver: tver.zip.net
- www.abraconacional.org
- www.eticanatv.org.br
- www.intervozes.org.br
- www.midiaindependente.org
- www.mndh.org.br
- www.radiolivres.org

A IMAGEM A SERVIÇO DA HEGEMONIA: UMA LEITURA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CINEMA E DA TELEVISÃO ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 E 1950

Nilo André Piana de Castro

Os homens, em geral julgam antes com os olhos do que com as mãos, pois todos têm oportunidade de ver, mas raramente de apalpar. Todo mundo vê muito bem o que aparenta por fora, mas poucos percebem o que há por dentro; e esses poucos não se atrevem a contrariar a opinião dos muitos... O vulgo só julga o que vê. (Maquiavel, XVIII).

A política é feita, em parte, da fabricação de uma certa 'imagem' e, em parte, da arte de levar a acreditar na realidade dessa imagem. Hannah Arendt, em *Du mensonge à La violence*. París, Calmann- Lévy, 1972.p.15

A padronização e uniformização das sociedades ocidentais no pós-Segunda Guerra se deu através dos novos meios de comunicação de massa, como o rádio e a televisão (tecnologia do vídeo – tubo de imagens). Embora seja preciso considerar que grande parte dessa uniformização originou-se no cinema. Nesse contexto, os Estados Unidos da América do Norte se consolidaram no cenário internacional como a terra mágica do cinema. Processo que evoluiu a partir do período da II Guerra Mundial.

Dentro de um prisma inserido nessa lógica, no que tange ao cinema estadunidense, os fatos já haviam sido previstos pelo jornal *Morning Post* de Londres, em 1923: “O filme é para a América do Norte o que a bandeira já foi para a Grã Bretanha. Por intermédio dele Tio Sam pode esperar um dia, se não for detido a tempo, norte-americanizar o mundo.” (SKLAR, 1975: 280).

A combinação da diplomacia da força com a diplomacia das imagens (das redes de informação ou entretenimento) mostrou-se muito eficiente. A combinação da diplomacia da força com a diplomacia das imagens (das redes de informação ou entretenimento) mostrou-se muito eficiente. A consciência planetária está ligada ao poder de transmitir informações, e as películas e imagens fazem isso informalmente. Assim, pode-se monopolizar a consciência e o saber pelas imagens, moldando-os da maneira mais convincente e de acordo com determinados interesses (Castro, 2001: 228).

Embora nascido no final do século XIX, deve-se localizar o cinema como um fenômeno do século XX, cuja maturação como mídia combinada entre som e imagem só aconteceu em meados da década de trinta. É evidente que o cinema e sua linguagem não pararam de desenvolver-se, mas entre 1937-1945 houve avanços importantes em termos de linguagem e técnica para passar mensagens ou mesmo condensá-las. A edição e o aprimoramento do cinema viria a ser a linguagem do vídeo da TV e posteriormente do computador.

Durante a década de 1930, o rádio reinou absoluto em termos de audiência, acabou sendo suplantado pela TV nos anos cinquenta. Entretanto, foi o cinema o grande responsável por criar as técnicas que, mais tarde, permitiriam à TV associar a audiência do rádio à estética cinematográfica e desenvolver o *timing* correto para a tela pequena. Assim, o cinema foi o veículo decisivo para a construção das mídias em sistema (ilustração cultural) e no uso desta cultura como instrumento de dominação consentida de conquista silenciosa.

O século XX foi sem sombra de dúvidas o século das imagens. O desenvolvimento do cinema, o nascimento e consolidação da mídia televisiva, a proliferação de câmeras, de vídeos (VHS), dos DVDs, Blu-Ray, etc. O crescente número de horas em que as pessoas passam em frente da televisão e das telas de computador, dos telefones celulares, etc. Tudo isso, fomentou informalmente um

treinamento e alfabetização visual capaz de fazer com que o público seja atingido rapidamente por mensagens ou determinados valores. A mídia calcada nas imagens em movimento teve e tem um claro papel educador, pois ao mesmo tempo em que entretém e informa, materializa dando ao seu produto o estatuto de realidade.

Desde cedo os governantes compreenderam que imagens valiam por milhares de palavras, e convenciam muito mais como provas. Joseph Goebbels, artífice da propaganda do nazismo, depois ministro de propaganda do Terceiro Reich, estabeleceu alguns parâmetros para a propaganda de massas, que ainda hoje podem ser observados na maior parte da produção cultural, tais como sutileza, a mensagem aliada ao entretenimento, a valorização da imagem pela montagem usando apelo emocional com claros objetivos políticos, ou ainda a ideia de causar uma reação, mais do que contar uma história, gerar um efeito.

Percebendo o potencial embrionário do veículo de comunicação, a Alemanha nazista foi o único país a manter as transmissões de TV durante a Segunda Guerra Mundial, apontando um caminho de intensa pesquisa em novas formas e linguagens para uma comunicação totalizante. Inglaterra e França, onde as pesquisas também estavam adiantadas, praticamente suspenderam todas as iniciativas após o início das hostilidades em setembro de 1939 e os EUA em meados de 1942.

CONCEITOS BÁSICOS

O conceito de hegemonia em Gramsci retoma alguns dos elementos pertencentes ao cerne da obra de Marx, como também a linha de continuidade do pensamento e da prática de Lênin. Essencialmente, Gramsci trata hegemonia como a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas

contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na hegemonia dominante, que leve à recusa de tal ideologia. Fato que irá coincidir com as crises políticas no poder. Nesse sentido, a manipulação cultural (ideologia, crenças, valores, etc.) serve como elo do tecido social (GRUPPI, 1980).

A compreensão do conceito de hegemonia só se torna completa com a análise do conceito de Estado Ampliado (Estado Integral), também desenvolvido por Antonio Gramsci. Segundo o autor, Estado deve ser compreendido para além do aparelho de governo, e incorporar também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil. Nesse sentido, esse Estado seria composto por uma sociedade civil e uma sociedade política (compõe a superestrutura) e uma sociedade econômica (representa a estrutura). Essas três esferas, dialeticamente articuladas, comporiam a totalidade social. A sociedade civil se enquadraria entre o Estado e a sociedade econômica. Nessa articulação “o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica”. Partindo da noção desenvolvida por Gramsci, observa-se que no entendimento geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (basicamente, poderíamos considerar Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia couraçada de coerção).

O PARTIDO DE GRAMSCI E IANNI

Ao analisarmos o partido de Gramsci e Ianni, percebemos que os autores constatarem que na Itália e no Brasil, países onde a autonomia do Estado face à mera decisão do patronato não se efetivou plenamente, o partido, antes de constituir-se em aparato

eleitoral, serve como ferramenta de influência direta sobre o Estado (o partido-príncipe). No caso, constituindo-se como elemento de coesão entre os valores (hegemonia) e a tomada de decisão econômica. A direção espiritual e moral, somada à material (econômica), é o que Gramsci denominou de supremacia. Ianni identificou esta mesma formação de partido-príncipe no Brasil contemporâneo, onde a mídia fez às vezes de um príncipe eletrônico.

Cumprir reiterar, a concepção de partido de ambos se aplica às sociedades nas quais o processo de modernização ainda não conduziu a emancipação plena da esfera pública da influência do patrimonialismo. O partido, como o príncipe de carne e osso, é mais um instrumento para interferência direta (física) no Estado que, como nos dias de hoje, um instrumento de controle distribuído, cuja influência sobre o Estado só se dá de forma indireta, pelo preenchimento de cargos públicos elegíveis.

Deste modo, o príncipe, seja o de carne e osso, de Maquiavel, o intelectual coletivo de Gramsci, ou o eletrônico de Ianni, só é concebível em sociedades onde a revolução nacional não ocorreu ou foi interrompida. Em suma, onde a soberania, a cidadania e a entronização do centro de decisão não ocorreram ou se deram de forma precária. Em virtude disto, a participação política e o desenvolvimento precisam ser tutelados por uma esfera própria de relações, o partido-príncipe. A seguir, examinaremos as concepções de partido de Gramsci e Ianni.

O PARTIDO-PRÍNCIPE DE GRAMSCI

Em seus estudos sobre a questão meridional, Gramsci demonstrou que nem sempre são os partidos políticos formais os promotores da fusão entre o domínio na esfera dos valores e da cultura (hegemonia) e o exercício da direção sobre a economia e sociedade (supremacia). O partido para Gramsci é, usando uma

expressão contemporânea, uma “interface” que une o mundo da ideologia à esfera da produção, construindo a função dirigente sobre a sociedade.

O príncipe de Gramsci é o partido comunista, que providenciaria a união entre os valores da concepção subalterna de mundo, com a direção econômica sobre a sociedade. O partido-príncipe seria o amálgama do bloco operário-camponês. O bloco é deduzido como sujeito da história, como resultado de um processo de oposição às elites agrário-industriais. Caberia ao Bloco Operário-camponês concluir as tarefas democráticas que a aliança entre o latifúndio e a indústria não permitiu levar a cabo: a efetiva industrialização do país (construção do centro de decisão) e a realização da reforma agrária. Entretanto, em virtude de sua concepção imanente de história % como processo que leva necessariamente ao comunismo %, está ausente da formulação gramsciana o papel dos meios de pagamento nas mãos do Estado. Afinal, para Gramsci seu príncipe iria dominar uma sociedade socialista, que educaria os homens para o comunismo. Além disto, como o comunismo é um universalismo, quer ser uma espécie de humanismo radical, é impensável considerar o centro de decisão e a preparação para guerra como parte integrante da competição internacional e do suporte do desenvolvimento nacional. A defesa é pensada de forma reativa, nos termos de proteção da revolução, face ao que se sucedeu à revolução francesa em 1793 e à russa em 1918.

Neste sentido, a combinação entre o controle do centro de decisão e a centralização dos meios de pagamento na União para Gramsci é impensável como forma de dominação. Como salienta Giovanni Arrighi, em Maquiavel temos três esferas de dominação: o convencimento, a força e, uma zona nebulosa e cinzenta, que o florentino denomina “da corrupção e da fraude” (Arrighi, 1996: 28). Arrighi observa que é justamente essa terceira esfera, presente em Maquiavel e ausente em Gramsci, que no Estado moderno tornou-se decisiva para o exercício da dominação. São

os contemporâneos meios de pagamento. As formas através das quais, pela isenção de tarifas ou concessão de crédito, os governos orientam politicamente a economia e projetam externamente sua influência.

Por ver no seu príncipe o demiurgo condutor da revolução comunista, Gramsci entende o processo de educação revolucionária como sinônimo de difusão do que denominou concepção subalterna de mundo. O que em sua essência é algo dado, pronto e acabado. Foi por isso que Gramsci saudou o surgimento do cinema de forma entusiástica. Via nos meios de difusão de cultura simbólica (teatro, cinema, rádio, televisão, etc.) uma forma de educação política e doutrinação que prescindia da alfabetização (Portelli, 1990: 28). Os círculos de propaganda comunista eram muito restritos e a oportunidade dada pela tecnologia de levar a mensagem socialista, através das imagens, à escala dos milhões, gerou um grande otimismo no teórico italiano. A imanência benigna de Gramsci o fazia perceber, sobretudo o papel positivo destas novas tecnologias. Entretanto, a experiência do uso da TV pelo nazismo se encarregaria de desfazer grande parte deste tipo de expectativa.

Doravante, os intelectuais encarariam a “indústria cultural” com mais pessimismo. A TV foi posta em funcionamento na Alemanha de Hitler ainda em 1935. Já em 1936, foi publicada “A Obra de Arte na Época de Suas Técnicas de Reprodução” (Benjamin, 1969) que discute o fenômeno da produção estética em escala de massa. O que levaria Walter Benjamin a discutir a estetização da política promovida pelo fascismo, em especial o alemão. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, foi editado “*The Culture Industry: Enlightenment as Mass Deception*” (Adorno, Horkheimer, 1944), contendo a percepção de que os meios de comunicação assumiram os padrões vigentes na indústria fordista, quanto à produção em massa e à concentração, como quesito para sua reprodução. A filosofia estabeleceu as tendências mais gerais a partir das quais a nova mídia se comportaria: a reprodução mecânica, a massificação

e a concentração. Dentro desta tradição que se seguiu à Gramsci, que trataria com maior cuidado o papel da mídia, o brasileiro Otávio Ianni é um perfeito continuador do italiano.

O PRÍNCIPE ELETRÔNICO DE IANNI

Se Gramsci consegue explicar a necessidade de um príncipe coletivo que substitua o de carne e osso em sociedades onde a revolução nacional ainda não se deu, Ianni consegue explicar a subsistência, aparentemente anacrônica, deste príncipe em sociedades onde já se deu tanto a unificação nacional como a instituição da participação política.

Em Maquiavel, o príncipe de carne e osso é o demiurgo da unificação nacional. Em Gramsci o príncipe coletivo (partido) é o promotor do desenvolvimento nacional e da industrialização. Em Ianni, o príncipe eletrônico (IANNI, 2000: 140-166) surge como forma de conciliar uma sociedade que já instituiu a participação popular através dos mecanismos constitucionais e da democracia representativa, mas que pela ausência do controle efetivo do centro de decisão permanecem mecanismos de tutela do patrimônio sobre a política e economia.

É justamente o fato de relacionar mecanismos de decisão complexos e participação popular com a tutela de uns poucos (patrimônio) que faz com que o príncipe de Ianni (coletivo como o de Gramsci) tenha sua existência nos meios de comunicação eletrônicos. Isto deriva do fato que só estes atingem indistintamente toda a população e os mecanismos decisórios da sociedade e do Estado. Como salienta o próprio Ianni:

Nesta época, as tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas impregnam crescente e generalizadamente todas as esferas da sociedade nacional e mundial; e de modo particularmente associado, as estruturas de poder, as tecnoestruturas, *think-tanks*, os *lobbies*, as organizações multilaterais

e as corporações transnacionais, sem esquecer as corporações da mídia. Este pode ser o clima em que se forma, impõe e sobrepõem *O príncipe eletrônico*, sem o qual seria difícil compreender a teoria e a prática da política na época da globalização. (grifos de Ianni) (IANNI, 2003:143).

Para Ianni já não se trata apenas de um “quarto poder”, mas de algo muito maior, novo, intenso e generalizado. O autor destaca que o domínio da mídia no âmbito de tudo que se refere a política “desafia os clássicos poderes legislativo, executivo e judiciário, assim como o partido político, o sindicato, o movimento social e a corrente de opinião pública” (IANNI, 2003:144). Em suma, tanto nos mecanismos de controle da democracia representativa (os quais são suplantados pelo seu próprio controle) quanto nas formas associativas e os partidos originários que permanecem existindo. Entretanto, destaca Ianni, “(...) *O príncipe eletrônico*, simultaneamente subordina, recria, absorve ou simplesmente ultrapassa os outros” (IANNI, 2003:145).

O alcance do príncipe eletrônico para Ianni coloca em questão as duas categorias bases sobre as quais agiam os príncipes de Maquiavel e Gramsci: a hegemonia e a soberania. Para o autor, a forma eletrônica não pode ser confundida nem com o condottiere nem com partido político, mas admite que ela realiza e ultrapassa “os descortinos e as atividades dessas duas figuras clássicas da política” (IANNI, 2003:148). A superação do sujeito e do objeto (príncipe/soberania, partido/hegemonia) se dá em virtude do alcance planetário (mundial) do novo príncipe. Ele surge simultaneamente como risco de usurpação da ordem interna e de imposição (por métodos pacíficos) de um domínio externo. Como reconhece o autor este príncipe (como de resto qualquer príncipe coletivo) “não é homogêneo nem monolítico tanto em âmbito nacional como mundial” (IANNI, 2003:148).

Para Ianni, o que condiciona os limites do novo príncipe é a permanência da competição interempresarial e interestatal bem como os novos mecanismos de sócio metabolismo simbólico que

graças à produção de intelectuais de todos os tipos (jornalistas, cientistas políticos, sociólogos, etc.) dotam a sociedade de uma capacidade crítica crescente de conteúdos audiovisuais.

Há entre os diversos segmentos que compõem o príncipe eletrônico o claro “predomínio dos papéis e da televisão (...) que não pode ser mais considerada (se alguma vez o foi) mera observadora e repórter dos eventos” (IANNI, 2003:150). Seu controle depende tanto dos mecanismos de financiamento do sistema de mídia como da base institucional para controle de seu conteúdo (HERZ, 1994: 14-18).

Em suma, elidir a tutela (interna ou externa) do príncipe eletrônico é o grande desafio para a democracia parlamentar contemporânea. Isto porque o príncipe é “em larga medida a fábrica da hegemonia e da soberania, que teriam sido prerrogativas do príncipe de Maquiavel e do moderno príncipe de Gramsci” (IANNI, 2003:166).

DESENVOLVIMENTO ACELERADO DA TELEVISÃO

No início dos anos 1920, uma nova tecnologia capaz de combinar som e imagens estava em rumos de se tornar realidade. O ritmo de experimentação vinha crescendo, e em 1924, a empresa alemã AEG Telefunken foi responsável, através de dois de seus técnicos, August Karolus e Fritz Schroeter, pela realização da primeira transmissão de imagens sem utilização de fios via ondas eletromagnéticas. Um ano depois o inglês John Baird repetiria a proeza, firmando posteriormente acordo para emissões experimentais com a BBC, *British Broadcasting Corporation*, e a rádio difusora estatal britânica (Leisgold e Worcman, 1988: 214). As pesquisas sobre televisão, iniciadas na Alemanha em 1922, repetiam a história do cinema. Ou seja, desenvolviam-se simultaneamente em diversos países: Inglaterra (1925), EUA (1927), Itália (1930) dentre outros.

A televisão chegou a ser anunciada como produto nos EUA em 1929: “Cabe lembrar que o receptor de televisão foi inventado em fins de década de 20. Com efeito, a RCA publicou um anúncio no *The New York Times* em setembro de 1929 prevendo que aparelhos de TV chegariam aos lares americanos naquele outono.” (Barnet & Müller, sd: 141). Porém, o mercado só veio a concretizar-se nos EUA depois do final da Segunda Guerra. É provável que a crise de 29 tenha sepultado o pioneirismo dessas ideias mercadológicas estadunidenses.

Durante os anos 30, na Europa seguia-se experimentando com esse novíssimo meio de comunicação. Na Alemanha, a TV atingiu 180 linhas em 1933, o mesmo ano da chegada ao poder do nazismo. Em março de 1935, os nazistas inauguravam o primeiro programa regular de televisão, com um longo discurso de Hitler. Foram seguidos por ingleses, ainda em 1935. No ano seguinte, em 1936, a RCA inaugurava, em Nova York, a sua estação de testes W2XF, enquanto na Alemanha era realizada a primeira transmissão direcional de micro-ondas – conexões invisíveis que predominaram até a era da difusão de sinais via satélite. Em 1937, na Inglaterra 50 mil telessúditos assistiram às tomadas externas da coroação do rei George VI pela televisão. E, em Paris, a Exposição Tecnológica Mundial conferia três medalhas de ouro à Telefunken pelo seu sistema de televisão com 375 linhas de varredura horizontal, logo substituído por outro com 441 linhas. (Leisgold e Worcman, 1988: 216)

Na França: “O primeiro emissor experimental de televisão foi instalado no alto da Torre Eiffel em 1935. Três anos depois fazia a difusão de emissões regulares: três horas por dia e cinco dias por semana”. (Mattelart, Mattelart e Delcourt 1987: 96). Em 1938, foi realizada a primeira demonstração pública de aparelho de televisão nos EUA, era da RCA. Em 1/7/1941 a NBC lançava a transmissão de TV livre no país, porém em abril de 1942, a produção comercial de aparelhos de televisão foi oficialmente banida em favor do esforço de guerra. (Chandler Jr, 2003: 46-47).

Entretanto o primeiro experimento televisivo, ou de televisionamento, e as sucessivas experiências não foram um divisor de águas, nem mesmo se destacaram como um passo inexorável para o futuro como se esperava na época. “Antes dessa primeira exibição pública, havia-se criado uma expectativa muito grande de futuro baseado na euforia causada pela técnica” (Gumbrecht, 1998: 262). Contudo, não se pode esquecer que mobilização espiritual através de meios tecnológicos era insistentemente perseguida na Alemanha e que, seguindo os ideais de Hitler e Goebbels, a política de massas devia ser modelada e ampliada por novos meios. Assim, mesmo que o projeto ou capacidades da televisão não fossem tão clarividentes no período, a pesquisa não foi abandonada.

A televisão realizava o casamento entre o som e a imagem que o cinema havia levado trinta anos para fazer. Porém, não conseguia ser vista como algo essencial e nem mesmo, possuidora dos atrativos que a colocaram como a mídia superior nos anos 50. Isso, de certa forma, ilustra que as tecnologias possuem linguagens distintas e formas de serem compreendidas também distintas. Como esclareceu o historiador alemão Grumbrecht, de maneira apropriada:

O efeito do acontecimento com o qual a história internacional da televisão se iniciou, de qualquer modo, não era comparável aos sentimentos coletivos de choque que, um após outro, haviam acompanhado a introdução do gramofone, do filme, sobretudo, do rádio nas décadas anteriores.

E, embora logo a compra de um aparelho que não era caro tenha se tornado possível a muitos, o consumo da televisão não se institucionalizou em nível amplo nos anos 30; o apoio do governo nacional-socialista – normalmente cômico da técnica nas suas estratégias de propaganda – manteve-se contido. Isso se deveu originalmente à concorrência dos meios antecessores de comunicação, amplamente superiores nos resultados de sua transmissão em comparação com os quais a televisão, num

primeiro momento, não conseguiu conquistar uma identidade de conteúdo e forma. (GUMBRECHT, 1998: 262-263)

A televisão não teve o mesmo impacto inicial de outras mídias. Porém, ao contrário do que se acreditava até pouco tempo, as experiências para uma intensa evolução dos televisores e da linguagem apropriada prosseguiram.

OS ANOS DE GUERRA

Em setembro de 1939, a BBC de Londres, então detentora da tecnologia de televisão mais avançada do mundo, encerrava suas transmissões, que só voltariam a ser realizadas em 1945. Os componentes eletrônicos usados nos televisores e transmissores foram voltados para o esforço de guerra, especialmente para a área de comunicação de guerra e de sistemas de radar (Manvell, sd: 257). Seu principal adversário no conflito, a Alemanha, de forma oposta, intensificava as transmissões de televisão em uma profusão de programas esportivos, de variedades e educativos com intuito pedagógico e de lazer.

Com recrudescimento da guerra e os ataques à Berlim, foi preciso encontrar uma justificativa para que a televisão nacional socialista continuasse operando, o entretenimento das tropas foi a solução que tornou a TV indispensável. As operações de transmissão foram transferidas para o Anfiteatro de Cúpula, construído para os Jogos Olímpicos de 1936, onde já existia toda uma infraestrutura de cabos no interior do teatro, que passou a ser usado em enormes programas de auditório. Também passou a ser realizada transmissão do Home Front (esforço em casa) em hospitais e programas de recuperação. A TV do Reich fazia de tudo para criar a imagem de um mundo perfeito. A ideia de produzir entretenimento para tropas foi usada na Paris ocupada, com transmissões do alto da Torre Eiffel. A intenção era distrair e afastar

as pessoas da guerra, construir uma realidade paralela (Kluft, 2001).

Porém, com a vitória na guerra, coube aos EUA cumprir com a previsão de Hegel, na qual o vencedor carrega o cadáver do vencido. Todas as técnicas e truques de propaganda utilizados pelos nazistas, e seu efeito manipulador, foram incorporados à linguagem cinematográfica e mais tarde da publicidade e à televisão norte-americana. É irônico o fato que Goebbels almejasse construir um dia uma Hollywood alemã – mas paradoxalmente, e de forma reveladora – foi Hollywood ou os EUA que adentraram na Guerra Fria, usando a herança de Goebbels (Castro, 2001: 241).

O cinema, antes da TV, foi percebido como uma potencialidade tecnológica relacionada com a evolução dos meios de comunicação, capaz de atingir as massas com imagens que permitem a materialização através do plano visual (dentro de uma ótica educadora antes de abstrair precisamos materializar). Os filmes permitem materializar pelas imagens, realidades e valores distantes, muitas vezes pouco ligados à história e cultura local, e justamente aí manifesta seu caráter de educador informal. Mais do que isso, as imagens permitiam uma ampla manipulação e “construção” de realidades pautadas em objetivos econômicos e políticos. Terminada a Guerra, os produtores nos EUA tinham consciência disso, vide as palavras de Darryl Zanuck: “Nos podemos fazer isso! Podemos fazer isso, porque nós temos o talento, o *know-how*, os recursos. Nós temos um meio incomparável para a educação e para o esclarecimento – o maior que o mundo conheceu até hoje.” (Apud. Fabris, 2000)

Zanuck pensava no cinema, mas a televisão, por sua vez, acabaria por transcender ao cinema no sentido didático, em penetração, em linguagem e pela repetição massiva (que consolida padrões), embalada por uma rápida ascensão na venda de aparelhos e no número de espectadores alcançado pelas redes de comunicação dos EUA. Isso fez com que a sociedade do cinema se transformasse na sociedade da TV, exportando o conteúdo

(programação) e sua visão hegemônica para grande parte do mundo.

DESENVOLVIMENTO: DO CINEMA PARA TV, E DA TV PARA O CINEMA OU DE VOLTA PARA O FUTURO

Antes do sucesso das experiências de maior vulto com a TV, uma modificação crucial, tida, em geral, como apenas uma revolução tecnológica, havia se operado no cinema. Em 1927, os Irmãos Warner passando por uma crise financeira em seu estúdio, resolvem lançar um filme que combinava som e imagem, através de um sistema de sincronização de discos e inauguravam o cinema falado com o Cantor de Jazz (*The Jazz Singer*, EUA 1927, Dir. Alan Crosland). No entanto, essa mudança tecnológica refletiu-se na postura do público, o qual de falante no cinema mudo transformou-se em mudo no cinema falado, estando mais suscetível e absorto ao mundo de imagens e sons do que anteriormente.

Uma nova combinação da mensagem, em um meio já conhecido, codificava a realidade de uma forma diferente e mais intensa, combinando sentidos. Dessa forma, o cinema tronava-se cada vez mais inebriante. Mesmo que os países latino-americanos em geral tenham pensado que esta seria a hora certa para desenvolver suas cinematografias, na perspectiva de que a assistência haveria de privilegiar a língua nativa, em realidade depararam-se com mais um obstáculo técnico: o som. Isso ajudou a consolidar outro aspecto do colonialismo pelas imagens, agora associadas ao som. As línguas estrangeiras passaram a fazer parte do cotidiano de sociedades longínquas e o público obtinha um contato diário com línguas variadas, preponderantemente o inglês (Castro, 2001).

Sob o signo da evolução tecnológica do cinema, acentuou-se o processo de verossimilhança das imagens cinematográficas, construção que leva o público a aceitar o que é passado na tela

como fato inquestionável e como o que realmente aconteceu. Algum tempo antes, Gramsci advertia, já prevendo um potencial de aplicação e semelhança entre os elos do desenvolvimento dos meios: “Sendo os meios de comunicação audiovisuais, como cinema e televisão, os que possibilitam uma difusão ideológica de maior velocidade, maior raio de ação e maior impacto emotivo” (Portelli, 1990:28).

Antônio Gramsci foi um visionário, antes de sua acertada previsão coube ao cinema desenvolver uma linguagem que cativasse o público de tal forma que ele se sentisse dentro do filme. Durante muito tempo, o esforço do cinema foi naturalizar seu produto para causar a impressão de realidade ou a imitação perfeita do mundo pelas imagens, na intenção de absorver o público durante a projeção. Diferentemente da TV, o cinema conta com a escuridão da sala e o som elevado para manter atenção, a televisão disputa a atenção com tudo, por isso deve ser mais intensa, marcada por pausas e uma maior intensidade.

Os filmes de ficção aprimoraram-se nos anos trinta e conseguiram isso de forma generalizada. Esse processo ocorreu não apenas entre os norte-americanos, mas também com franceses, alemães e russos, etc. Entretanto, as novas técnicas gerenciais aplicadas nos EUA para dar dinâmica ao capitalismo e buscar garantia no controle de mercados, podem ser vistas claramente na política dos grandes estúdios norte-americanos. Sua eficiência estava ligada a uma visão industrial do cinema, organizado sob a divisão de trabalho nos mesmos moldes para produzir ou para conquistar mercados, e era praticamente fabril. Essa era a tônica exercida por todas as grandes empresas cinematográficas norte-americanas e até mesmo algumas menores, construindo um largo domínio.

Além da política e ideologia que marcavam esse contexto de disputa pela hegemonia simbólica, outras duas sólidas bases materiais erguiam-se sobre dois pilares fundamentais: um econômico (mercado) e a outro estético. Ou seja, a pujança

econômica angariada com os lucros dos estúdios permitia que somas fabulosas fossem empregadas na confecção de um único filme.

Se o cinema sonoro ampliou seu lugar ao sol, havia uma modalidade que estava tentando alcançá-lo. Os documentários ou chamados filmes naturais lutavam para conseguir o mesmo efeito de levar ao espectador para “dentro do filme”. A história dos telejornais, com os quais o público contemporâneo está amplamente familiarizado, desde sua tenra infância, como espectador televisivo, tem como antecedentes noticiários feitos para a tela grande. Da mesma forma como o telejornal não é um simples espelho do mundo ou da sociedade; é um canal para o fluxo de ideias e ideologias e serve, em consequência, como lastro social e ocasionalmente a serviço de alguma mudança importante. Como diz Todd Gitlin: “O noticiário é uma distorção cognitiva” (2003:10). Outrora, eram os chamados filmes de atualidades, e foram exibidos desde os primórdios do cinema – evidente que não livres de ideologias, mensagens, montagens e manipulações, tal como hoje.

Em princípio, documentários seriam filmagens de algo que teria acontecido, independentemente da realização de um filme ou da captação dessas imagens. Contudo, deve-se estar atento para os processos a que são submetidas essas imagens: escolha do que vai ser filmado; processo de seleção de imagens; edição ou montagem; trilha sonora; etc. Enfim, uma série de processos seletivos e intencionais que demonstram uma falta de isenção no produto final.

Sobre isso, definição interessante é trazida por Jean-Patrick Lebel:

Notemos no entanto que, mesmo no nível mais elementar, a maneira de filmar não é ideologicamente neutra. O ângulo de filmagem, a fixidez ou a mobilidade da câmara podem já introduzir, pela maneira de mostrar o objeto ou a situação, um elemento de julgamento ideológico, não ligado à própria característica da

filmagem, mas que adquire sentido em relação ao contexto ideológico do objeto ou da situação filmada em relação ao lugar que ocupa perante outros elementos do filme. (Lebel, 1975: 99)

O cinema reflete uma realidade determinada. De certo modo, o filme é a imagem da realidade que serviu para fabricar as suas imagens e sons. Estas imagens e sons foram elaborados a partir de uma realidade, quer completamente organizada (cenas rodadas em cenários naturais com atores), quer não (caso de reportagens) (Lebel, 1975: 92). Diferente do que muitos pensam, documentários não são veículos neutros e desprovidos de ideologia. Pelo contrário, são montados a partir de imagens colhidas em determinadas ocasiões. No caso da guerra, em campos de batalha, no cenário político, ou até mesmo no dia-a-dia, e editados com uma clara mensagem, ou claro objetivo.

Num contexto de guerra eminente, como o caracterizado ao longo da década de 30, seria ingenuidade pensar que, mesmo os jornais norte-americanos, que só entraram na guerra no final de 1941, fossem imparciais ou neutros. Os modelos de expansão capitalista, capitaneados pelos EUA e pela Alemanha nazista, certamente entrariam em choque, e seus informativos tinham conotações políticas bastante claras, desde o final dos anos trinta.

Quando do advento do cinema sonoro, os políticos foram os primeiros a explorar a vantagem dos chamados *Sound News*, pois perceberam que, através das entrevistas, suas palavras e sua imagem chegariam a milhões de espectadores. Toda uma nova concepção de propaganda política foi criada através do cinema. A tecnologia estava a serviço da política, da publicidade e da propaganda.

O fascismo, na Itália e o nazismo na Alemanha estavam fazendo um uso constante das imagens de atualidades para promover sua nova ordem nos anos trinta, os norte-americanos e demais governos europeus mantinham-se ansiosos para “não virar o barco”. Portanto, greves e demonstrações de milhares de desempregados eram cuidadosamente evitadas e largamente

ignoradas pelas câmeras dos documentários. (Wegg & Prosser, 1983: 112).

Toda a tensão dos anos trinta passava ainda pela contenção do comunismo. Os governos não fascistas ou democracias ocidentais se mostravam mais preocupados com isso que com o fascismo; a manutenção da ordem era tema constante de suas considerações. Os jornais da tela deviam levar a ação às telas, mas não ações de cunho social. Assim sendo, eles exploravam façanhas e tragédias destacando o sensacionalismo e comoção pública, fatos que emocionassem o público ou prendessem sua atenção sem levar as reflexões políticas, e por isso, eram chamados de naturais.

Os grandes eventos da década de 30 foram testemunhados por câmeras cinematográficas, assim como momentos políticos importantes que antecederam a guerra ficaram registrados em películas (a Marcha de Mussolini sobre Roma, a posse de Hitler e Roosevelt, os primeiros disparos da guerra, etc.).

Ao se desencadear a guerra, junto com as tropas, tanto de um lado quanto de outro, e em quase todas as frentes de batalha, existiu uma outra arma além das convencionais: a filmadora, sempre pronta para “disparar”, capturando imagens e registros de combates, de invasões, de discursos, do cotidiano e das repercussões da guerra. A produção cinematográfica em geral – fosse ela de entretenimento ou pura propaganda – principalmente a dos países diretamente envolvidos, refletia os objetivos e pontos de vista sobre a crise, ecoando valores de suas sociedades ou de seus governos.

O projeto nazista mantinha uma verdadeira obsessão nos registros por imagens, filmando tudo, experiências, combates, discursos, o dia-a-dia e, inclusive, o que não deveria ser filmado: execuções, represálias, guetos, campos de extermínio, etc. Com o final da guerra, também as imagens foram usadas como testemunha de acusação no julgamento de Nuremberg, assim como poderiam servir para apurar os abusos e crimes de tropas estadunidenses no Iraque ou Afeganistão.

A Segunda Guerra Mundial e os anos que a antecedem compreendem um período em que a relação entre cinema, tecnologia de imagens e sociedade possui relevância garantida para a pesquisa. Foi o período de cristalização do cinema como veículo singular para a circulação de ideias de diferentes governos interessados em intervir não só na consciência de suas sociedades, como nas outras bastante distantes. O cinema inserido na lógica de Estado empunhava bandeiras e invadia territórios sem necessitar de exércitos. Na esteira das pesquisas e sucessos de linguagem e *timing* para o cinema documental, a TV ensaiava seus passos e começava a constituir uma base sólida na Alemanha nazista inspirada no meio já pronto.

Alguns produtores nazistas decididos a fazer um tipo de propaganda mais intenso, e efetivo, apostavam em eventos que resultassem em filmes grandiosos que transbordavam em novas técnicas e ousadas experiências que marcariam para sempre a linguagem das imagens em movimento. Leni Riefenstahl filmou o **“Triunfo da Vontade”** sobre o congresso do Partido Nazista em 1934 e as duas partes de **“Olympia”** sobre as Olimpíadas de 1936. Seus dotes técnicos e políticos foram consagrados com esses filmes, considerados obras-primas da propaganda cinematográfica.

Os preparativos para o congresso foram realizados simultaneamente com a produção do filme, ou seja, o evento foi organizado de maneira espetacular, não somente do ponto de vista de uma reunião popular, mas de modo a fornecer material para um filme de propaganda ... tudo foi determinado em função da câmera... Leni Riefenstahl Hinter den Kulissen des Reich-Parteitag-Films. (in: Virilio, 1993: 129).

Embora o filme tenha conquistado um grande êxito acabou com uma relação promissora entre Goebbels e Riefenstahl. Na verdade parece que suas críticas à diretora Leni Riefenstahl provinham mais dos gastos elevados de seus projetos e, de sua

relativa autonomia em relação a ele como ministro de propaganda. Riefenstahl reportava seus projetos diretamente a Hitler.

Com o passar dos anos, alguns segmentos ligados à área das comunicações perderam a real dimensão desses trabalhos ou, não conseguem perceber a importância que esses dois filmes tiveram em termos de inovação. Como publicado na Revista Cinema em outubro de 1998, sobre a visita da brilhante diretora aos EUA:

(...) nada parece tão revelador quanto a recepção calorosa que Leni Riefenstahl recebeu de parte dos americanos [1938]. A diretora já havia glamourizado o regime hitlerista inventando um nazismo sem morte, sem horror e sem Auschwitz que só existiu em seus filmes. Sempre arrogante, Leni queria lançar nos Estados Unidos o seu Olimpíadas, uma medíocre exaltação da saúde, da virilidade e do vigor, que hoje soa apenas como um interminável e maçante comercial de desodorante no estilo culto ao corpo.

A falta de uma perspectiva histórica salta aos olhos, pois quando da realização desses filmes pouco se sabia sobre a face mais feroz do nazismo. O autor preocupou-se em avaliar como essa película “soava” em 1998, época de sua obra. Entretanto, o autor deveria se preocupar com que o filme significou em 1938, quando foi lançado. Na época, os filmes foram considerados uma ampliação do gênero documentário (Tullard, 1996: 532). Os americanos estavam por demais impressionados com os dois filmes de Leni Riefenstahl. A diretora criava toda uma nova forma de aplicação técnica, totalmente revolucionária na construção de condições para encarar seus objetos. Não bastasse isso, a própria crítica é reveladora, pois ela mostra exatamente a utilização de uma linguagem própria para televisão, tanto que influenciou todo tipo de comercial sobre esporte realizado posteriormente para a TV, inclusive nos comerciais de desodorante. Até mesmo o reconhecido e, também recorrente, apelo erótico, através dos corpos perfeitos, são constantes na publicidade e na televisão. O comentário de Susan Sontag sobre a pujança dos dois filmes é

revelador: “**O Triunfo da Vontade** e **Olympia** são, sem dúvida, filmes soberbos (talvez sejam os dois maiores documentários jamais feitos), mas não são realmente importantes na história do cinema como uma forma de arte” (Sontag, 1986: 75). A discussão sobre o valor artístico não é nossa intenção, mas sobre o valor técnico e de linguagem, o acuro e eficácia parece incontestável. Existia a intenção clara - não foram feitos para contar a história dos jogos olímpicos, mas para causar um efeito de estetização da política pela imagem.

De forma reveladora o discurso de Goebbels no filme de seu desafeto, **O Triunfo da Vontade**, já anuncia sua preocupação com a sedução e dominação consentida, na qual modelar e alimentar o espírito do público é muito mais importante do que apelar para a razão ou para o medo:

Possa a brilhante chama de nosso entusiasmo nunca se extinguir. Essa chama sozinha dá luz e calor à arte criativa da moderna propaganda política. Nascendo das profundezas do povo, esta arte deve sempre descer de volta a ele e encontrar lá seu poder. O poder baseado em armas pode ser uma boa coisa; é, porém, melhor e mais gratificante conquistar o coração de um povo e mantê-lo. (Joseph Goebbels)

Entretanto, os limites da doutrina hitleriana e a contínua censura mantiveram o restante do cinema nazista (filmes de entretenimento) muito preso a determinados temas e valores, sem poder desenvolver-se de uma forma criativa e sedutora. Goebbels sonhava com um futuro intelectual livre, depois de vencida a guerra (FURHMMAR & ISAKSSON, 1976: 42). Isso se deve em parte à consciência de que o totalitarismo inibiria a qualidade de seus produtos e ausência de uma crítica poderia estagnar o processo criativo, como de fato estagnou o cinema nazista.

Em 1942, baseado em fitas apreendidas em navios americanos, Goebbels escreveu em seu diário uma síntese sobre

a superioridade dos filmes de ficção norte-americanos e a necessidade do cinema do Reich equiparar-se a Hollywood:

O caso é que os americanos sabem pegar no seu relativamente pequeno patrimônio cultural e, tratando-o em termos atuais, fazer dele alguma coisa muito 'à propos' para o momento presente. Nós estamos excessivamente manietados pela tradição e pela piedade. Hesitamos em modernizar a nossa herança cultural, e conseqüentemente ela transforma-se em assunto de História e museu, e é, quando muito, compreendida por grupos do Partido, da Juventude Hitlerista ou do Serviço de Trabalho. A herança cultural de nosso passado só pode tornar-se frutífera no presente se a apresentarmos com técnica moderna. Temos que fazer qualquer coisa nesse sentido. Os americanos tem apenas algumas canções negras, mas apresentam-nas de modo tão típico que conquistam grande parte do mundo moderno, que, é claro, se sente muito atraído por estas melodias. Nós temos um fundo cultural muito maior, mas não temos arte nem capacidade para o modernizar. Isto tem de mudar (Manvell e Fraenkel, 1960: 201).

O responsável direto pela máquina de propaganda alemã percebia o sentido universal projetado pelo cinema norte-americano, ou a maneira como os valores eram apresentados como universais e acessíveis a todos nos filmes de Hollywood. No quesito sedução, Hollywood estava muito a frente do cinema nazista. Nesse sentido, como a propaganda servia para seduzir outros povos, ou mesmo exercer um domínio consentido, o universalismo de Hollywood absorvia elementos periféricos diversos e os jogava de volta para qualquer parte do mundo dentro de uma perspectiva norte-americana. Dessa forma, substitui a realidade pela imagem, e satisfaz uma grande parcela das massas periféricas ou mundiais com a ilusão de estarem sendo representadas.

Porém, através dos documentários e filmes de atualidade, a propaganda e representação do poder do Reich ganharam o mundo. À época não se entendia muito bem qual era o motivo do

fascínio. As técnicas empregadas, pelas quais a imagem (o documento) não é apenas o registro da atualidade, desenham uma razão para qual a realidade foi construída, e devia, por vezes, misturar-se com ela ou suplantá-la.

“Dissolve a esfera espaço-tempo, porque as duas dimensões não se encontram na presença física do telespectador. ‘Uma imagem desaparece e uma nova aparece e agora o olho penetra com firmeza as figuras de luz. Esquecemo-nos da nossa corporalidade; libertamo-nos da conexão com a terra, e estamos ‘presentes’ - assim já em 1937 um jornalista que acompanhará na tela o congresso do Reichspartei em Nürnberg daquele ano, descreveu o efeito descorporalização, hoje conhecido de todo telespectador.” (Gumbrecht, 1998:262)

O início da guerra, teve a Alemanha como expoente máximo do cinema documental de propaganda que trazia no seu bojo os conceitos de uma nova linguagem, muito mais eficaz e fascinante, o fenômeno da descorporalização descrito nos documentários, fora antes um privilégio do filme de ficção e precisou ser reinventado. Primeiro, nos complexos e longos documentários de Leni Riefesntahl, para depois ser apresentado de forma reduzida nos curtos jornais de tela.

Os já mencionados **“Triunfo da Vontade”** e **“Olympia”** tiveram uma montagem detalhada e elaborada que levou dois anos para ser concluída. Para obter esse *timing* diferenciado em películas documentais foi preciso pesquisa, paciência e estudo. Com a eclosão da guerra na Europa, o ritmo de montagem teve de ser modificado. Os filmes ficaram mais curtos, mas deveriam ter o mesmo efeito dos longas de propaganda.

Ao lançar-se na guerra, a Alemanha contava com o melhor cinema documental do mundo (evidentemente de propaganda), totalmente desenvolvido dentro de uma visão estratégica de comunicação, como uma arma psicológica efetiva. Dizia Goebbels na época, nossos filmes não querem dizer alguma coisa, mas causar determinada reação ou certo efeito.

A experiência acumulada nos anos trinta acarretou em um evolução ampla dos documentários e rendeu frutos. A Alemanha de forma conceitual e criativa produziu abundante material desde a campanha dos Sudetos até o fim da guerra (FERNÁNDEZ, 1998: 17). Em parâmetros estéticos e técnicos, existiam grandes diferenças entre os produtos de divulgação do Reich e seus similares americanos, como constata Kracauer:

Esta ênfase aos valores pictóricos persistiu durante a era nazista, como pode ser melhor exemplificado pelo surpreendente contraste entre os cine jornais de guerra alemães e os Norte Americanos, enquanto os nazistas inseriram longas sequências pictóricas sem nenhum comentário verbal, os norte-americanos reduziram as tomadas a ilustrações dispersas da eloquência de algum comentarista. (Kracauer, 1988: 240)

Os alemães valiam-se da ideia oriunda do cinema mudo, de que as imagens falavam muito mais do que uma narração complexa. Não existiam longos discursos explicativos, mas o encadeamento de imagens em montagem e dinâmica superior, além disso o som era utilizado como recurso para aumentar o efeito dramático:

Sobre a supervisão de Goebbels o jornal cinematográfico alemão aspirava ser tão conscientemente dramático quanto possível na sua apresentação das questões, logo ele empregava as técnicas de filmagem muito mais conscientemente do que a equivalente *Allied Films* o fazia. Com esta finalidade Goebbels emitiu um memorando que dizia que as tropas alemãs deveriam ser filmadas da esquerda para direita; apenas os inimigos e os “subhumanos” deveriam ser vistos indo da direita para esquerda (uma vez que os olhos se mexem mais facilmente da esquerda para direita, todos os personagens em um filme que se movimentam nesta direção são seguidos mais confortavelmente e, assim, a audiência está potencialmente predisposta a gostar deles). A editoração dos jornais cinematográficos alemães é sempre complexa. Os closes são utilizados para registrar emoções e são entrecortados por outras ações. Goebbels, como pudemos notar, se esforçava

por entreter com a sua propaganda; logo, um número de técnicas baseadas no entretenimento podem ser vistas nos jornais cinematográficos – como o uso de música para aumentar o impacto emocional. (Ress, 1995: 97)

Quanto ao estudo detalhado do meio, percebe-se toda uma concepção inovadora na utilização da tecnologia para atingir metas políticas, com uso de pesquisa e amplo apelo emocional. Os métodos empregados para avaliar o efeito do filme sobre o público na elaboração dos comerciais de televisão evoluíram, mas guardam semelhanças com a técnica que os precedeu. Observando os discursos atuais sobre a produção de comerciais na Televisão (*spots*), percebe-se claramente onde foi gestado seu embrião:

O Olhar dos espectadores, em particular, é atentamente estudado pelos publicitários. Antes da transmissão, o spot é às vezes submetido ao teste chamado *'eye camera'*: registra-se, por meio de uma câmera invisível, o movimento dos olhos e a atividade das pupilas de um espectador-cobaia que está olhando o desfilar do anúncio. Multiplicando esses testes, pode-se determinar estatisticamente o percurso do olho em cada plano do spot. O que é visto em primeiro lugar e o que lhe escapa. Pode-se então modificar os planos, prolongar sua duração ou, ao contrário, abrevia-la até os limites restritos da possibilidade de leitura e levando em conta o fato de quanto mais breve for o plano, mais carregado deverá ser. (Ramonet, 2002: 53)

Os êxitos do cinema documental e sua influência são perceptíveis em outros produtos longínquos. O *"Die Deutscher Wochenschau"*, noticiário semanal de guerra, exibido nos cinemas sob controle nazista a partir de 1942, trazia imagens e informações de vários fronts, mas saltam aos olhos cenas de aviões da Luftwaffe atacando Stalingrado ao som de *"A Cavalgada das Valkírias"*, de Richard Wagner. Dentro de uma concepção muito mais elaborada, o tema central dessas imagens foi retomado trinta e sete anos depois, na indústria de entretenimento norte-

americana. O consagrado filme de Francis Ford Coppola, “**Apocalypse Now**” (EUA, 1979), ambientado na guerra do Vietnã, tornou memorável uma sequência de ataque de helicópteros da Cavalaria Aérea estadunidense a uma aldeia vietnamita, ao som da mesma Cavalgada das Valquírias, de Richard Wagner.

Com o grau de elaboração atingido pela propaganda nazista, foi difícil para seus concorrentes contra-atacarem. Pesquisas recentes apontam a existência de várias evidências do papel importantíssimo cumprido pelo cinema documental alemão no início da Segunda Guerra. Novos estudos revelam o cinema, como grande artífice da construção de uma imagem que mostrava o exército nazista como uma máquina de extrema mobilidade, velocidade e poder. Tudo isso era veiculado durante a invasão da Polônia em 1939, quando na verdade, as forças de Hitler estavam longe de ser totalmente mecanizadas e tinham grande dependência de cavalos.

Até mesmo a imagem simbólica dos poloneses atacando tanques com a cavalaria, seria uma armação mostrada por montagens de filmes sob o comando de Goebbels (WRIGHT, 2000: 261). O filme oficial sobre o ataque a **Polônia** fazia a edição de cenas completamente desarticuladas. Cenas que foram contrabandeadas para os primeiros documentários de propaganda antinazistas feitos em Hollywood: *Why we Fight* uma série de sete filmes para esclarecer o público do Tio Sam sobre a guerra na Europa, sob a supervisão de Frank Capra. Esses filmes ganharam o estatuto de verdade. Assim a propaganda nazista criava uma realidade para ser mostrada no cinema, que perdurou no imaginário de todos até muito depois da guerra terminada. Entretanto, essas construções por imagens, no final da guerra, já serviam para o outro lado também, pois a utilização fraudulenta das imagens não foi um privilégio alemão. De Gaulle foi filmado caminhando por Paris como se estivesse libertando a cidade em 1944, quando na realidade a cidade já estava liberta na sua chegada; feito que havia sido obtido pela resistência comandada pelo

partido comunista. As imagens do general francês circularam por cinemas de todo mundo, e permitiram que o líder pudesse colher os louros pela libertação de Paris.

Tamanho era o nível de eficiência da propaganda germânica durante a guerra, que os ingleses foram obrigados a reconhecer seu fracasso numa autoanálise dos consultores do *Film Cente*. Essa autoanálise referia-se aos documentários de propaganda feitos pelo Ministério de Informação Inglês durante a Segunda Guerra Mundial, e foi realizada em março de 1942.

Nossa propaganda não falhou somente por razões mecânicas. Fracassou pela sua insolvência em ideias e política. Seguirá fracassando enquanto nossos propagandistas seguirem fechando os olhos frente ao fato que estamos vivendo uma revolução mundial e que, em consequência, as táticas revolucionárias não são somente convenientes, sim absolutamente, vitais (Manvell, 1964: 153).

O inimigo não é mencionado, mas esse silêncio é revelador. As ditas táticas revolucionárias estavam sendo aplicadas no cinema teuto, que se mostrava quase imbatível em termos de impacto de propaganda no que se refere aos documentários ou jornais de guerra. Os filmes germânicos faziam um sucesso estrondoso.

Um pouco antes do reconhecimento inglês de seu fracasso, em setembro de 1941, Goebbels fazia um juízo muito parecido da produção de documentários de guerra inglesa: “Assisti ao filme do encontro de Churchill com Roosevelt no Atlântico. Horrível, lixo, propaganda amadora! Fico feliz em ver o quanto nós alemães somos superiores aos nossos inimigos nessa área. Eles fazem um pequeno barulho, mas é só”. (Hachmeister, 2005)

A máquina bem lubrificada do Ministério de Propaganda Alemão passou a produzir em linha de montagem, mas num padrão muito superior a qualquer concorrência. Títulos como *Feuertaufe* e *Sig im Westen* foram montados de maneira muito semelhante aos filmes de Leni Riefensthal (Schaffner, 1976: 47). Claramente,

pautados pelo lema *Füehher* e acompanhamento (*Füehher und Gefolgschaft*). Além disso, faziam uso de recursos técnicos de desenhos, que indicavam os avanços através de setas sobre o mapa europeu. O padrão da produção alemã possuía um *timing* único, que prefigurava a linguagem do vídeo ou condensava a mensagem, inclusive permitindo seu uso em um meio menor como a Televisão.

A busca por plasmar a realidade no cinema foi contínua ao longo do conflito. A cor foi um elemento a mais de realidade nas disputas por controle técnico para envolver e convencer o público, pois o preto e branco é mais artificial. Ao assistir filmes norte-americanos coloridos, Goebbels teria proibido a distribuição de qualquer filme alemão colorido, devido à inferioridade de qualidade dos produtos do Reich. A intenção dele era filmar em cores somente quando a tecnologia alemã alcançasse ou superasse os americanos, fato que só ocorreu em 1942 quando a IG-Farben desenvolveu o Agafacolor (Castro, 1999: 282). A reprodução das cores foi uma inferioridade que a TV guardou em relação ao cinema até os meados dos anos 50 e no Brasil até 1972.

Ao passo que o cinema teve papel destacado e reconhecido no projeto nazista, a TV do Reich, até pouco tempo, era usualmente citada como algo experimental e subvalorizado pelas autoridades do período. Entretanto, descobertas no Arquivo Federal de Filmes de Berlim permitem novas leituras sobre o papel cumprido por ela. Para ser exato, foram encontrados 2088 rolos de filme de e sobre a TV alemã entre 1935 e 1944. Não bastassem esses filmes como prova material da importância da TV para os nazistas, a não interrupção dos programas durante a guerra, constituiu-se em um fato relevante dessa importância. Em 1942, a grande antena de Berlim e a estação de TV foram atingidas por bombardeios. A TV foi então instalada num lugar que passaria incólume aos reides aliados, a Torre Eiffel em Paris.

Passada a guerra, a televisão que não fora explorada por falta de uma linguagem própria, de condições mercadológicas, iria se pautar nas próprias técnicas inventadas pela propaganda

nazista para atender suas premissas básicas: uma ágil edição e montagem, além de um caráter informativo da transmissão da notícia ou imagens ao vivo.

A Inglaterra, que abandonara as transmissões regulares da BBC em 1939 com o começo da Guerra, quando já contava com 20 mil aparelhos, foi o primeiro país a retomar os trabalhos com a TV em 1946. Mas o impulso decisivo para transformar a televisão numa indústria ocorreu nos EUA a partir de 1947.

Nesse sentido surge uma divergência quanto aos motivos que levaram a esse intervalo que compreende a metade dos anos de 1930 e a segunda metade da década de 1940. Existem explicações sobre esse interregno. Algumas alegavam que o preço dos televisores era alto, entretanto o número de aparelhos existentes na Inglaterra pré-guerra era alto, de cerca de 20 mil.

Em 1948, 100% de todos os aparelhos receptores de TV eram fabricados nos EUA. Pela época que os primeiros foram lançados no mercado, após a guerra, a indústria já investirá milhões em pesquisas e desenvolvimento. A maioria desses custos não tinha relação com o investimento em si, mas, sim, com os custos pós-invenção para adaptá-la à produção em massa e a um mercado de massa. (...) Uma parte importante dos custos pós-invenção encaminhou-se para a “exploração” de mercado e, como demonstraram numerosos economistas, para expandi-lo. Nesta primeira fase do Ciclo de Vida do Produto os lucros são relativamente baixos, porque os custos são altos e não foi fomentada ainda uma grande procura de um produto relativamente novo (Barnet & Müller, sd:141).

Essas explicações em termos de produto, excluem o fator linguagem, que de forma alguma poderia ser deixado de lado, mesmo considerando que, na medida em que os preços e custos caíam frente a melhores condições de produção e venda, subiam os lucros e transcorria uma saudável e feliz infância da TV. Seria importante discutir o aprimoramento da forma como a

comunicação passou a se dar, pois como já disse Edmund Carpenter “Um meio não é simplesmente um envelope que transmite qualquer carta; ele próprio constitui uma parte importante da mensagem”.

No início, os homens de cinema - liam-se os diretores dos grandes estúdios norte-americanos – combateram a televisão, pois viam um potencial concorrente. Nos primeiros anos da década de 50, com a queda crescente do público dos cinemas e o aumento do consumo de aparelhos de televisão o choque entre os dois veículos parecia inevitável.

Contudo, o que de fato ocorreu foi uma aproximação dos dois meios de comunicação, na qual os estúdios de Hollywood tornaram-se os maiores produtores e fornecedores de produtos para televisão. No princípio desse contato, a TV servia para fazer circular o gigantesco acervo de filmes antigos dos estúdios, programas produzidos nos estúdios como teatro filmado, seriados e séries. Acabou surgindo um profundo contato, que se estende ao longo dos anos subsequentes. Interesses foram acomodados e elementos políticos e econômicos deram o tom da velha e nova mídia, tal qual se espera que aconteça num futuro próximo, com os multimídias ou tele computadores.

Assim, como Hollywood podia contar com a televisão para adequar-se à queda de receitas causada pela própria TV, mais adiante pode cooptar a tecnologia da TV para seu benefício. Foi uma aproximação necessária e estratégica, considerando que em 1954 o número de aparelhos nos EUA era de 30 milhões enquanto na Inglaterra era 4 milhões. A sociedade do Cinema transformara-se na sociedade da televisão (ou do vídeo).

O fim da guerra, todavia, trouxe também uma perspectiva diferenciada sobre os meios eletrônicos, pois se no plano técnico já estava quase tudo pronto para estabelecer uma rede de televisão na Europa em muitos países, o desenvolvimento foi desviado e tragado pelas necessidades militares, como no caso francês:

No contexto da guerra fria e do plano Marshall, as necessidades do rearmamento e modernização do aparelho militar absorvem as novas tecnologias e os esforços do Estado. É isso que aparece claramente no relatório da subcomissão do plano Monnet em 1948: as necessidades das Forças Armadas representam, mais ou menos, a metade das necessidades de material profissional, ou seja, igualam o conjunto das necessidades de equipamento do país... Esta situação se liga ao fato de que as indústrias eletrônicas, já fundamentais em tempos de paz, se tornaram vitais em tempos de conflito, porque os meios eletrônicos deixaram de ser auxiliares do armamento para se tornar uma arma. Num primeiro relatório elaborado em 1951, o mesmo plano observa que as grandes firmas desenvolviam sua produção de radares e outros materiais militares e reduziam ou suspendiam a atividade de suas fábricas de televisão". (Mattelart, Mattelart e Delcourt, 1987:96).

A técnica tornava-se cada vez mais indispensável para o Estado, os conceitos baseados na nova tecnologia eletrônica transformavam-se nos conceitos reais, ou da guerra real. A televisão que custaria a atingir na Europa níveis parecidos com os dos EUA era tratada como assunto do Estado. Assim sendo, na maioria dos países, tanto do Leste quanto do Oeste, era um serviço estatal.

Enquanto isso, nos EUA, os meios deviam ser regulados. O controle sobre o que poderia ser mostrado na TV, ou visto, tinha uma importância crescente no contexto hegemônico interno. Não se pode esquecer que ao passo em que a televisão se tornava uma realidade no país, os EUA desencadearam a maior campanha de censura em seus meios de comunicação com o Macartismo. Um dos principais alvos dessa campanha foi o cinema, que exportava a imagem dos EUA e sua visão do mundo. Por consequência, esperava-se o mesmo efeito na mídia que tomava seu lugar perante a grande massa. No mesmo ano de 1954, o senador Joseph McCarthy chegou ao auge de sua exposição pública (isso se deu pela mobilização da sociedade para a guerra fria e o

anticomunismo em uma campanha pela televisão durante 36 dias, na qual ele ficou 187 horas no ar) e depois acabou sendo derrubado ao vivo pela televisão. O político nascido da mídia de massa, com grande apoio da televisão foi sepultado em frente a milhões de telespectadores.

McCarthy havia sido uma estrela política nos EUA do pós-guerra, recebendo grande cobertura da mídia, principalmente da cadeia de jornais de Willian Randolph Hearst que o tornaram mídia *event*. Sua notoriedade foi adquirida pela denúncia da suposta infiltração comunista nos EUA, através de múltiplas acusações nunca comprovadas, mas com cobertura privilegiada dos meios de comunicação. Na eleição de 1952, o Senador fora a segunda estrela do Partido Republicano, com destaque menor apenas do que o do candidato à presidência. Porém, ele enveredou por um caminho perigoso, chegando ao ponto de atacar o general George Marshall, nada mais, nada menos que o artífice do Plano Marshall (1948-1952) que tencionava reconstruir a Europa Ocidental justamente para livrá-la do espectro do comunismo e atrelá-la a hegemonia dos EUA. Em nove de março de 1954, foi ao ar pela CBS o programa chamado “*A Report on Senator Joseph R. McCarthy*”. A mesma linha de acusações forjadas por McCarthy foi usada contra ele, partes de seus discursos foram tiradas do contexto e algumas sequências só foram incluídas por causa da expressão do rosto do senador ou seu tom de voz. Com a repetição de imagens ultrajantes do senador torturando suas vítimas com interrogatórios, as humilhando e ridicularizando publicamnte. Segundo o produtor do programa Fred Friendly, Murrow teria dito pessoalmente a um dos críticos que perceberam sua manipulação, que se sentiu pouco confortável fazendo o programa, mas que esperava que uma utilização tão drástica da televisão jamais voltasse ser necessária (Ferreira, 1989:112). Porém, na semana seguinte, em outro episódio de *See It Now* voltou a carga abordando mais uma vez um ponto de vista muito desfavorável ao senador McCarthy. Em 22 de abril de 1954, iniciam a as audiências de seu caso com o Exército,

se estenderiam durante 36 dias, sendo todas elas seriam transmitidas pela televisão, no início todas as três redes (ABC, CBS e NBC). Depois apenas a ABC que aumentou seu prestígio em razão disso. “O Sr. não tem nenhum senso de decência”, foi a pergunta que o advogado do exército Joseph Welch fez e repetiu a McCarthy, além disso, a exposição do senador na TV, ressaltando seus métodos demoliu sua popularidade. Em dois de dezembro depois de nove meses o Senado dos EUA declarou que o senador tinha desonrado e desrespeitado a casa. Ele foi censurado por 67 votos contra 22. A carreira de McCarthy terminou de forma obscura, ele perdeu todo seu espaço e credibilidade, morrendo no ostracismo, de cirrose hepática em 1957.

O Neorrealismo que despertará no cinema dos EUA, no final dos anos 30, é censurado. Os filmes de enfoque e crítica social foram banidos, para dar lugar a propaganda do modo de vida americano e ao anticomunismo (ver: Saunders, 2008).

Os primeiros diretores de TV assumem Hollywood ainda nos meados de 1950, fazendo a transição de uma primeira geração já formada em meio diferente, no qual o *timing* tinha que ser breve e eficiente. Inaugurou-se uma tradição na qual as safras de diretores cinematográficos eram colhidas diretamente da televisão. Essa aproximação parece necessária e funcional, pois consegue traduzir uma uniformização das estruturas e das técnicas utilizadas, terminando por padronizar as linguagens dos meios audiovisuais. Um dos cineastas de maior êxito comercial na história do cinema, Steven Spielberg, no início de sua carreira, em 1978, não hesitava em declarar a origem de sua arte: “A estética de nosso cinema é a da publicidade” (Ramonet, 2002: 60).

No entanto, a acomodação frente aos monitores de vídeo não terminava por aí no início dos anos de 1950. Com a Segunda Guerra, as pesquisas de meios eletrônicos foram gigantescas, e a adaptação para leitura de telas tornou-se uma exigência com o uso generalizado do radar nas forças armadas. Não bastasse isso, os primeiros passos para construção de sistemas de informação e

transmissão de dados compactados cifrados foi uma corrida bastante disputada. A batalha em torno da máquina de códigos Enigma, usada pelos nazistas durante a segunda guerra, para cifrar suas mensagens levaria ao desenvolvimento mais rápido dos computadores, que mais tarde seriam adaptados da leitura dos cartões para a tela. Atualmente, os exércitos dependem de armazenar e processar informações de forma rápida.

A integração dos meios eletrônicos prosseguiria de forma crescente, as funções técnicas e estratégicas eram balizadas e difundidas para a sociedade como novas formas de proporcionar informação, cultura e lazer. Nos anos 1970, o surgimento dos avós dos videogames – os telejogos – permitiam que a televisão fosse transformada em um acessório para o jogo. De certa forma esses jogos realizados na tela permitiam também a descorporificação dos jogadores com a fusão do espectador com o vídeo (mais tarde no PC).

Na esteira desse rendoso negócio foram desenvolvidos, de forma progressiva, jogos cada vez mais complexos. O desenvolvimento e popularização dos microcomputadores tornaram quase inacreditáveis a capacidade dos jogos em termos de simulação de eventos, ambientes ou mesmo simulação e construção de uma realidade simulada (virtual). E para se ter uma ideia do volume desse negócio, o mercado para videogames nos EUA, em 1993, rendeu mais que o cinema. Já se prevê para o futuro os jogos interligados pela televisão, com o público ou clientela garantida pelos longos anos de prática. (Dizard, 2000: 38).

Essa prática também pode ser utilizada de uma maneira estratégica mais direta, quando se pensa em termos de lógica de Estado. A digitalização das forças de combate vem ocorrendo de forma crescente. Nos EUA, estão ocorrendo testes em carros de combate nos quais o contato da tripulação se dá exclusivamente por meios digitais (ou virtuais). De tal forma, que o treinamento desse pessoal será realizado apenas por simuladores (geralmente ajustados para um grau de dificuldade superior ao real) de maneira

que qualquer um que puder dirigir o simulador poderá dirigir um tanque real.

Dada a familiaridade com jogos em três dimensões via computador, ou vídeo game, essa tecnologia irá ser decisiva no futuro. A possibilidade de realizar treinamentos completos em simuladores permitirá formar massas de combatentes ou técnicos preparados – o que em um plano estratégico fará muita diferença. Embora não se possa mudar a realidade, o trabalho executado pelos novos meios de mídia vem mudando gradativamente a percepção da realidade. O impacto da tecnologia digital sobre a reprodução de cultura simbólica (TV, Vídeo, Cinema, Jogos, etc.) tornam a cultura e a mídia um instrumento decisivo para a estratégia dos Estados nos próximos anos.

A importância desses jogos pode ser vista também como um fator operante na construção de uma nova linguagem para o cinema, na qual é perceptível um retorno para tela grande do que foi desenvolvido no vídeo. A ação constante bem encadeada e numa velocidade acelerada causam um enorme prazer visual, que vai ao encontro de uma nova geração de cinéfilos que cresceu em contato com jogos eletrônicos e doses massivas de televisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De certa forma os primeiros passos da tecnologia imagética, em seus aspectos negativos, foram descritos ou antecipados por George Orwell, em 1948, com a antiutopia totalitária “1984”. Na qual a televisão (denominada na novela de Teletela) cumpre a função de principal suporte dos regimes totalitários das três potências remanescentes no mundo: Eurásia, Lestásia e Oceania. Orwell descortinou na literatura o papel das novas tecnologias, o papel na dominação interna (hegemônico) e, ao mesmo tempo, apontou sua função nas relações internacionais. Existe de fato o potencial negativo no uso da imagem em movimento na medida

em que suas tecnologias e linguagens não são compreendidas, decifradas, discutidas e exploradas apenas dentro de uma lógica impositiva do ponto de vista hegemônico cultural, político ou mesmo comercial. Não voltadas para promoção da cidadania, uma evidência do desenvolvimento das mídias imagéticas no Brasil e América Latina.

Contudo, esses meios tem a mesma possibilidade de produzir valores anti-hegemônicos e, no campo da produção simbólica podem materializar com sucesso noções de democracia, de cidadania, de participação política em favor dos movimentos sociais, assim como da solidariedade e de interesses pelo destino dos países (civismo). Devemos lembrar Hegel e a autonomia dos meios (Hegel,1999). O cinema, a televisão e as tecnologias digitais de imagem podem cumprir um papel relevante para a educação e a cidadania. Para que isso ocorra, é preciso inteirar-se delas, de seus métodos, de suas construções, de seu formato e de sua história e sua relação com o presente, num permanente esforço para seu controle, pois a tecnologia só existe para servir ao homem. Essa é uma tarefa sem fim previsível, uma busca constante para colocar os meios a serviço do homem. Para evitar que existam poderes descontrolados, e através deles a democracia seja ameaçada, é preciso desafiar a sociedade a tornar-se inteligente, anulando o príncipe eletrônico como apregoou ao longo de sua trajetória de Daniel Herz (1954-2006).

BIBLIOGRAFIA

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Ed. Unesp. 1996, 393p.

BARNET, Richard J. & MÜLLER, Ronald. *Poder Global*. São Paulo: Record, sd.418p.

BENJAMIN, Walter. *A Obra de Arte na Época de Suas Técnicas de Reprodução*, p. 55-95. Em: GRÜNNEWALD, José Lino. *A Ideia do Cinema*.

Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1969, 152p.

CARRIÈRE, Jean-Claude. *A Linguagem Secreta do Cinema*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, 221p.

CASTRO, Nilo André P. de. "Segunda Guerra Mundial e Cinema". p 273-286. In: PADRÓS, RIBEIRO & GERTZ. *Segunda guerra Mundial da crise dos anos trinta ao Armagedón*. Porto Alegre: Editora Folha da História, 1999, 296p.

CASTRO, Nilo André Piana de. *Cinema em Porto Alegre 1939-1942: a construção da supremacia*. Porto Alegre, 2001, 243p. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

CASTRO, Nilo André Piana de. *Televisão e Presidência da República: a soberania em disputa 1950 a 1954*. Porto Alegre, 2011, 322p. (Tese Doutorado em Ciência Política) Instituto de Filosofia e ciências Humanas da UFRGS.

CHANDLER, Alfred D. Jr. *O Século Eletrônico*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, 434p.

DIZARD, Wilson. *A Nova Mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 324p.

FABRIS, Elí Henn. "Hollywood e a produção de sentido sobre os estudantes" In: COSTA, Marisa Vorraber (ORG.). *Estudos Culturais em Educação*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2000, 286p.

FERNÁNDEZ, Emilio C. Gracia. *Cine e História Las Imagenes de la história reciente*. Barcelona: Arco/ Libros, S.L., 1998, 96p.

FERREIRA, Argemiro. *A Caça às Bruxas*. Porto Alegre: L&PM, 1989, 271p.

FULMAR, Leif & ISAKSSON, Folke. *Cinema e Política*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1976, 230p.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1988, 444p.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *A modernização dos sentidos*. São Paulo: Edt 34, 1998, 319p.

GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro:

Graal, 1980, 143p.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

HERZ, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê, 1987, 304p.

IANNI, Octavio. *O Príncipe Eletrônico*. p. 140-166. Em: IANNI, Octavio. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000, 320 p.

KRACAUER, Siegfried. *De Caligari a Hitler Uma História Psicológica do Cinema Alemão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, 407p.

LEBEL, Jean-Patrick. *Cinema e Ideologia*. Coleção teoria nº 15. Lisboa: Editorial Estampa, 1975, 349p.

LEISGOLD, Selmo e WORCMAN, Júlio. *O Desenvolvimento Tecnológico na Televisão*. In: MACEDO, Cláudia, FALCÃO Ângela e ALMEIDA Candido J. M. *TV Ao Vivo, depoimentos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, 214p.

MANVELL, Roger & FRAENKEL Henrich. *Goebbels*. Lisboa: Editorial Aster, 1960, 284p.

MANVELL, Roger. *Film*. Buenos Aires: Editora Uinivessitaria de Buenos Aires, 1964, 408p.

MANVELL, Roger. *O Filme e o Público*. Lisboa: Aster, Sd, 259p.

MATTELART, Armand. *A Globalização da Comunicação*. Bauru: EDUSC, 1996, 191p.

MATTELART, Armand, MATTELART, Michele e DELCOURT, Xavier. *Cultura Contra Democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1987, 279p.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (I- Feurbach)*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

PORTELLI, Hughes. *Gramsci e o Bloco Histórico*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1990, 142p.

SCHAFFNER, Roland. (Org). *História do Cinema Alemão*. Salvador: Mensageiro da Fé, 1976.

SKLAR, Robert. *História Social do Cinema Americano*. São Paulo: Cultrix, 1975, 380p.

SONTAG, Susan. Fascinante Fascismo. In: Sob o Signo de Saturno. Porto Alegre: L&PM, 1986, 152p.

SQUIRRA, S. O século dourado a comunicação eletrônica nos EUA. São Paulo: Summus Editorial, 1995.145p.

REES, Lawrence. Vende-se Política. Rio de Janeiro: Revan, 1995, 224p.

RAMONET, Ignacio. Propagandas Silenciosas. Petrópolis: Vozes, 2002, 239p.

SAUNDERS, Frances Stonor. Quem pagou a conta? A Cia e a Guerra Fria. Rio de Janeiro, Record, 2008, 556p.

TULLARD, Jean, Dicionário de Cinema os Diretores. Porto Alegre: L&PM,1996, 695p.

WEGG-PROSSER, Vicki. "Film and Fascism". In: LLOYD, Ann & ROBINSON, David (editors). Movie of Thirths. Londres: Orbis 1983.

VIRILIO, Paul. Guerra e Cinema. São Paulo: Scritta, 1993, 190p.

WRIGHT, Patrick. Tank. Penguinm Books, EUA, 2003, 500 p.

Filmes

KLUFT, Michel. *Television Under The Swastika / Deutscher Fernseh – Rundfunk*. Alemanha, 2001. Narrado em alemão e inglês com legendas em inglês. 54 min. P/b e cores.

Hachmeister, Lutz. *The Goebbels Experiment / Das Goebbels Experiment*. Alemanha/Reino Unido, 2005 108 min. Preto e branco & Cores.

Fontes eletrônicas

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max (2005) [1944]. *The Culture Industry: Enlightenment as Mass Deception*. Marxist Internet Archive, Theodor Adorno Archive On-line. Disponível em: <http://www.marxists.org/reference/archive/adorno/1944/culture-industry.htm> (acesso em: 28/06/2013).

HERZ, Daniel. *Em Teste a Ação da Sociedade Civil*. Revista Teoria e Debate,

nº 25, jul/ago/set de 1994, p. 14-18. São Paulo. Disponível: <http://www.fundacaoperseuabramo.org.br/td/td25/td25_nacional04.htm> (acesso: jun/2013).

1968 EM MANCHETE: NOTÍCIAS DE PRIMEIRA PÁGINA DO JORNAL *GAZETA DO POVO*

Layse Pereira Soares do Nascimento

Os acontecimentos internacionais e nacionais, ocorridos durante o ano de 1968, contextualizam a discussão deste estudo que tem o jornal paranaense *Gazeta do Povo* como objeto central de investigação. Em meio aos movimentos sociais pela liberdade, contestação à ditadura, manifestações contra guerras e invasões, greves, conflitos de rua e confrontos entre as forças de segurança e civis, o homem parte em viagem à lua e o presidente brasileiro decreta o Ato Institucional nº 5. Na primeira página da *Gazeta*, estas histórias são contadas em capítulos, fragmentadas e muitas vezes desconexas.

Pelas manchetes principais, no alto da página, passaram os primeiros transplantes realizados no mundo, discussões de paz, derrubada de governos, ameaças traduzidas como advertências, a queda de braço entre as potências EUA e URSS, e muitas mortes não anunciadas. Edições microfilmadas do jornal, disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa que teve como objetivo verificar a seleção de acontecimentos e fatos considerados relevantes pelo jornal paranaense, e apresentados ao seu público como manchetes principais, publicadas em 1968.

Fernandes e Santos (2010), a partir da leitura da *Gazeta do Povo*, reelaboram 90 anos da história e memória do jornal. Quando o assunto é a cobertura internacional, dão pistas importantes sobre a quantidade e a frequência da publicação dos temas estrangeiros em suas páginas. Sobre a corrida espacial, por exemplo, afirmam:

Não raro o assunto ganhava a primeira página, fazendo da turma da Nasa gente tão popular quanto os garçons da Schaffer. O mesmo pode se dizer sobre a luta dos direitos civis nos Estados Unidos, explorada na *Gazeta do Povo* com tamanha paixão que, de tanto ler, só faltava alguém dizer que tinha encontrado Martin Luther King na esquina das Marechais. (FERNANDES; SANTOS, 2010, p.122)

Novamente ao se referir à luta pelos direitos civis dos negros americanos, enfatizam que a causa foi abraçada pela Gazeta “com tamanha paixão que levou o assunto à capa, por edições seguidas, cá entre nós, fazendo uma das coberturas mais cativantes de sua história. Só faltou organizar uma excursão para “A grande marcha de Washington”. (Ibid, p.155)

O destaque da cobertura jornalística para os assuntos norte-americanos não se resume à identificação e paixão com as causas sociais. O levantamento realizado em 220 periódicos revelou que 137 das manchetes principais publicadas em 1968, priorizaram os acontecimentos internacionais e destas, pouco mais de 59% valorizaram iniciativas e realizações desencadeadas pelos Estados Unidos. Os resultados da pesquisa documental foram analisados com base nas teorias do jornalismo e da memória.

Investigar a *Gazeta do Povo* durante a ditadura militar instaurada em 1964, permite entre outros aspectos, conhecer as práticas jornalistas deste período, verificar o recorte do registro histórico social que se faz presente em suas páginas, e ainda, identificar as relações existentes entre a empresa jornalística e o poder instituído. A escolha e apresentação dos fatos marcantes de 1968, e a sua publicação como manchetes principais de primeira página, envolve um processo contínuo e amplo de tomada de decisões.

O jornalismo, ao definir sua pauta e o que é notícia, seleciona entre inúmeros acontecimentos, aqueles que farão parte da memória futura. Definir o que é notícia tem sido um desafio. Lustosa (1996, p.31), por exemplo, entende notícia como informação tecnicamente elaborada e que contém “tudo aquilo

que desejamos saber para ter condições de fazer uma avaliação mais objetiva da realidade.” Ele observa que a notícia por ser um relato ou descrição de um fato, feito de uma maneira particular, vai fornecer para seu público uma informação parcial, ao transcrever apenas uma “parte do fenômeno social, como ainda por impor uma visão pessoal do narrador ou redator da notícia, dentro das óbvias restrições e imposições do veículo”.(id.)

Para Bahia (1990), como qualquer informação jornalística, a notícia deve reunir requisitos essenciais como interesse, importância, atualidade e veracidade. O autor considera que elementos como interpretação, investigação, opinião, também podem ser acrescentados à notícia. Entretanto, ressalta que os critérios de produção, seleção e organização das notícias são subjetivos. Amaral (1987, p.60) apresenta a notícia jornalística como “informação atual, verdadeira, carregada de interesse humano e capaz de despertar a atenção e a curiosidade de grande número de pessoas”. “A boa informação deve reunir quatro qualidades: ser *interessante* (fugir à banalidade quotidiana), *abrangente* (interessar ao maior número possível de pessoas), *nova* e *verdadeira*, relaciona o autor.” (1997, p. 41)

Mais do que a aspectos técnicos, a notícia atende a interesses empresariais que extrapolam os critérios de noticiabilidade, prioridades sociais e até econômicas. São muitos os fatores que afetam diretamente a atividade jornalística e comprometem a realização do trabalho com isenção. Os atrelamentos do jornal, de seus proprietários ou diretores, com grupos de poder dentro da sociedade, interferem diretamente nas decisões de pautas. A dependência de verbas publicitárias para sobrevivência do veículo, mostrou-se, ao longo da história, incompatível com a informação de qualidade e o compromisso com o leitor. Órgãos públicos e privados lançam mão das verbas como instrumento de negociação de espaços, publicação de notícias favoráveis, omissões e silêncios quando julgam ser necessário.

Segundo Barbosa (1995, p.86), o jornalismo “é responsável

pela seletiva reconstrução histórica deste presente”. Para a pesquisadora, “o jornal se transforma num construtor da memória presente a ser usada pela história futura” (1995). Maurice Halbwachs (1990) trabalha a memória como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Memória é, portanto, a reconstrução do passado que se processa a partir do presente, é a reelaboração deste passado numa perspectiva atualizada. Como não é possível tudo lembrar, é necessário a realização de um processo de seleção.

Le Goff (2003) aponta que a memória coletiva é não somente uma conquista, mas também um instrumento e objeto de poder. O autor explica que, por meio das sociedades cuja memória social está em vias de constituir uma memória coletiva escrita é possível compreender a luta pela dominação da recordação e da tradição. Daí, a vigilância dos governantes, nas sociedades desenvolvidas, mesmo que possam controlar esta memória.

A evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, esclarece a importância do papel que a memória coletiva desempenha. [...] “a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou o pela vida, pela sobrevivência e pela promoção”. (Ibid, p.469)

O jornal, enquanto espaço de memória tem a propriedade de conservar, ainda que fragmentadas, certas informações. Barbosa (1995, p.88) ressalta que o jornal, ao selecionar fatos, “ao relegar outros ao esquecimento, ao escolher a forma da sua narrativa, ao definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial a dialética lembrar/esquecer.” De acordo com a autora, aos fatos que devem ser “imortalizados”, contrapõem-se os que devem ser “relegados ao esquecimento”.

Os 90 anos da *Gazeta do Povo*, submetidos a um “novo olhar”

(grifei) resultou em um livro que, segundo seus autores, Fernandes e Santos (2010), apresenta a maneira como o jornal “observou a política, a economia e a burocracia da cidade em que foi fundada – Curitiba – e do estado cujos interesses, desde o início, se viu fadada a defender.” É a memória da *Gazeta* reelaborada e apresentada a partir da perspectiva histórica do próprio periódico.

A apresentação de um panorama de alguns dos acontecimentos reconhecidos pela historiografia como marcantes no ano de 1968, vai possibilitar, posteriormente, observar quais fatos se fizeram presentes nas manchetes principais da *Gazeta do Povo*.

1968 NO BRASIL E NO MUNDO

No dia 14 de dezembro de 1968, o jornal paranaense *Gazeta do Povo* publica a manchete: *Costa decreta Ato Institucional nº 5*. Logo abaixo do título, apresenta o AI-5 na íntegra e também o Ato Complementar nº 38, através do qual o presidente militar Costa e Silva decretou o recesso do Congresso.

Essa notícia marca o agravamento da repressão política no país e o controle governamental sobre a sociedade civil, por meio da supressão das garantias individuais. Somente de março a outubro de 1968, época das grandes passeatas e protestos do movimento estudantil, Miranda e Tibúrcio (2008, p. 36) informam que 11 pessoas foram mortas em manifestações de rua (não somente estudantes), baleadas por agentes policiais e membros de grupos paramilitares de direita.

Marcondes Filho (2009) ao tratar da ditadura militar de 1964 registra dois momentos distintos vividos no regime de exceção. No primeiro, na “chamada ditadura mais branda”, a preocupação dos militares estava “em mudar a fachada *política* do Brasil ou o estilo político que se praticava no país, acabar com o janguismo”

(Ibid., p.42). Este período está delimitado entre o golpe de 1964 até o final de 1968.

O segundo momento tem início com o Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, que dá amplos poderes ao regime militar, podendo o presidente, por exemplo, decretar recessos parlamentares, intervenção em Estados e Municípios, suspender direitos políticos, cassar mandatos, confiscar bens de empresas ou de pessoas suspeitas de enriquecimento ilícito no exercício de funções públicas e suspender garantia de *habeas corpus*. Segundo o decreto, os atos praticados em conformidade com o AI-5 não poderiam ser apreciados judicialmente. Alguns autores como Ridenti (2010) se referem ao AI-5 como “o golpe dentro do golpe”.

Dois representantes da grande imprensa nacional registram o fato em suas edições do dia 14/12/1968 da seguinte forma: manchete da *Folha de S. Paulo - Governo baixa novo ato*. Manchete do *Jornal do Brasil: Gôverno [sic] baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo indeterminado*. No texto do *JB*, o AI-5, com seus 12 artigos, é publicado na íntegra e também o Ato Complementar nº 38. A semelhança entre os textos que acompanham as manchetes do *JB* e da *Gazeta do Povo* retrata a relação de dependência e domínio existente entre os jornais.

Desde os primeiros dias do regime militar, ocorreram mortes em manifestações de ruas, ou após prisão e tortura. As mortes pela repressão política, ocorridas após o golpe de 1964, e a edição do AI-5, em dezembro de 1968, atingem militares nacionalistas, sindicalistas urbanos ou rurais, manifestantes de rua e apoiadores do governo deposto. “Militantes do PCB e brizolistas foram os mais atingidos. Em 1968, predominam os estudantes abatidos nas ruas, nas manifestações”. (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, p.43)

Marcondes Filho (2009) destaca que as vozes marcantes que protestaram contra a ditadura desde o seu início, foram a dos movimentos estudantis, seguidas de manifestações artísticas e culturais. Esta é uma característica do ano de 1968, as crescentes

passeatas e protestos estudantis que tomaram conta de vários países da Europa, América e até mesmo Japão. As universidades foram o palco das maiores manifestações. “Elas reproduziam a sociedade da época – autoritária, conservadora, fechada e estratificada – e também concentravam os “revolucionários”, jovens que tinham acesso a informações e discussões internacionais”. (BUENO, 2008, p. 58)

A Guerra dos Estados Unidos contra o Vietnã desencadeia protestos por todo o mundo. Nos EUA, a revolta dos estudantes é contra a possibilidade de serem convocados como combatentes. A morte de Martin Luther King, em abril de 1968 motiva estudantes negros a engrossarem essas manifestações, afinal, os jovens negros eram os primeiros a morrerem na guerra. No Japão, Alemanha, França, estudantes lutam para ou “impedir o envolvimento do seu país no conflito”, ou, “contra a política norte-americana de guerra no sudoeste asiático”. (VALLE, 1999, p. 22)

O “Maio Francês”, assim denominado por Valle (id), significa a luta de estudantes contra o autoritarismo, a ação policial e as autoridades. Couto (1999, p. 19) diz que a grande efervescência que tomou conta do mundo, se deve, em partes, “a propagação das ideias libertárias do maio de 1968 francês, movimento de origem estudantil que quase desestabiliza o governo do general Charles de Gaulle”. No dia 20 de maio, cerca de seis milhões de trabalhadores franceses entraram em greve. A mobilização que teve início com estudantes e atingiu outros setores sociais, chega ao ápice: a França é paralisada, fica sem transporte público, sem telefonia e outros serviços.

Na Espanha e Itália a luta era contra o autoritarismo social, na Tchecoslováquia e Polônia, contra o domínio soviético. Quando a URSS invade a cidade de Praga, em agosto de 68, em resistência aos tanques soviéticos, se ouve apenas os protestos dos estudantes. Na América Latina, as lutas estudantis estão presentes na maioria dos países: Argentina, Bolívia, Chile, Guatemala, Peru, Uruguai. Em outubro de 68, no México, 500 estudantes são mortos

pelas forças da repressão. No Brasil, estudantes saem às ruas contra a ditadura e o imperialismo norte-americano.

Mattos e Swensson (2003, p. 29) reforçam que no Brasil, “o movimento estudantil representa a força mais bem articulada no período” e, partindo dos grandes centros, avança em território nacional. Um dos acontecimentos mais marcantes da repressão policial ao movimento estudantil ocorreu no dia 28 de março de 1968. Durante uma manifestação em frente ao restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, soldados da Polícia Militar dispararam tiros contra os cerca de dois mil estudantes ali reunidos. Um dos tiros atingiu o estudante secundarista Edson de Lima Souto, de 17 anos, que morreu na hora.

O movimento se expande e começa a mobilizar parcela da população, indignada com a violência policial que resultou na morte do estudante secundarista. O velório realizado na Assembléia Legislativa, conta com a presença de políticos, líderes estudantis e uma multidão. No dia seguinte, o cortejo fúnebre percorreu as principais ruas e avenidas do centro do Rio de Janeiro, demonstrando a revolta e o descontentamento da população. Afirmam Mattos e Swensson:

A missa fúnebre foi realizada na manhã do dia 4 de abril, na igreja da Candelária, reunindo aproximadamente 30 mil pessoas. Ao deixar a igreja, a multidão entrou em confronto com a polícia. O episódio só não terminou num massacre porque os padres saíram em defesa dos manifestantes. Mesmo assim, seiscentas pessoas foram presas e houve inúmeros feridos. A violenta repressão mobilizou outros setores da população, que se juntaram aos protestos iniciados pelos estudantes. No dia 25 de junho, uma grande passeata reuniu, no Rio de Janeiro, cerca de 100 mil pessoas, e ficou conhecida como Passeata dos Cem Mil. (Mattos e Swensson. 2003, p. 29)

Em decorrência do assassinato do estudante Edson de Lima Souto, as manifestações estudantis se estendem por todo o país, também aumentam as repressões e o emprego da força por policiais militares. Mesmo com a proibição das passeatas e

manifestações, os estudantis contrariam o governo e saem às ruas no dia 1º de abril, aniversário do golpe e em 1º de maio, em apoio à luta operária. Nas principais capitais brasileiras, a imprensa dá destaque à cobertura do movimento estudantil.

Antecedendo a Passeata dos Cem Mil, ocorre no dia 21 de junho a Sexta-Feira Sangrenta, episódio que envolve estudantes e civis numa verdadeira batalha contra policiais armados e disparando em meio à multidão, tiros, gás lacrimogênio e pancadaria. Estudantes respondem com pedras e paus, e a população atira do alto dos prédios vários objetos, um deles causa a morte de um policial. O estudante Manoel Rodrigues Ferreira é baleado na “Sexta-Feira”, e morre.

Em 1964, a Igreja, em declarado apoio aos organizadores do golpe, mobilizou a classe média contra o governo João Goulart, e promoveu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Segundo Kucinski (2001) quando a Igreja optou por se posicionar a favor das lutas populares, fez com que a vigilância policial existente desde 1965, sobre determinadas alas do clero, se intensificasse. A “conversão” (grifei) da Igreja às causas populares, afeta diretamente a capacidade de sustentação ideológica do regime militar. Explica Kucinski (id.) que essa mudança ocorre por influência das doutrinas emanadas do Concílio Vaticano II, convocado por João XXIII em 1962, sob inspiração dos movimentos de libertação da África.

Bispos tornaram-se líderes políticos e espirituais. Em São Paulo, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns passa a comandar uma rede de ativistas pelos direitos humanos. As transformações rápidas são impulsionadas pela ala progressista e a formação das centenas de Comunidades Eclesiais de Base, uma iniciativa que aproxima o povo da Igreja e se espalha pelas periferias da cidade. Igreja e Estado não comungam mais os mesmos ideais e o conflito se torna inevitável.

Em 1968 é assassinado por agentes da repressão política o padre Henrique Ferreira, ajudante de Dom Helder Câmara, arcebispo de Recife e Olinda, um dos líderes da Igreja da Libertação. Em São Paulo, os militares descobrem que um grupo de padres dominicanos dava suporte logístico à Aliança de Libertação Nacional (ALN), a organização clandestina de Carlos Marighella, engajada na luta armada contra a ditadura. Pela primeira vez padres são presos, torturados e assassinados. (Ibid., p.76)

O descontentamento da Igreja católica com a política contrária aos interesses da população e os atos de violência adotados pelos militares também é apontado por Fico:

Em novembro de 1967, a prisão de integrantes da Juventude Operária Católica e de um padre francês levou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil a lançar um manifesto de protesto. Conflitos como esses se ampliariam daí para a frente. Porém, embora compusessem um quadro geral de insatisfação com o regime militar, o movimento operário declinante, o derradeiro político de Lacerda e os primeiros sinais oposicionistas da Igreja não se constituíam no principal foco de preocupação do governo. Elas eram causadas pelos estudantes e pelos comunistas. (2001, p. 58).

Novas violências e inúmeras prisões fizeram com que os protestos se alastrassem pelo país. O movimento sindical neutralizado com o golpe de 64 começa a rearticular-se e, em 1968, ocorrem duas grandes greves contra a política de arrocho salarial do governo federal: no mês de abril, 15 mil operários param as atividades em Contagem (MG), e, em julho, 10 mil trabalhadores aderiram à greve em Osasco, na grande São Paulo.

Em outubro, outro estudante seria morto, na Faculdade de Filosofia da USP, atacado pelo “Comando de Caça aos Comunistas” e estudantes direitistas. Os comunistas, surpreendidos pelo golpe de 1964 e colocados na clandestinidade, começavam a se rearticular, buscando alguma forma de atuação. Fico (2001, p. 60) relata que em dezembro de 1967, a ALN - Aliança Nacional

Libertadora -, de Carlos Marighella, “iniciou uma onda de assaltos a bancos, com o propósito de levantar recursos para sustentar a organização.”

Segundo Silva (2004), esse seria outro acontecimento marcante de 68: o surgimento do terrorismo urbano no Brasil. O primeiro foi o AI-5. São constituídas várias entidades com diferentes siglas e chefes diversos. Para o autor, atos de terrorismo urbano implicavam em sequestros, assaltos a banco, atentados pessoais e depredação de edifícios “Os presos são torturados física e psicologicamente. Registram-se dez sequestros [sic] de aviões e quatro sequestros de pessoas.” (Ibid.,p.131) Um antigo capitão americano, Charles Chandler, foi assassinado, em São Paulo, a 12 de outubro.

Ao mesmo tempo que os terroristas da esquerda atuavam, os terroristas da direita desenvolviam idênticas atividades sob o pretexto de repressão, mas com objetivo político. Duas organizações de direito se formam utilizando antigos policiais, armas poderosas e executando, por uma forma de justiça imediata, aqueles que julgam culpados. São os CCC (Comando de Caça aos Comunistas), e o Esquadrão da Morte. A ação terrorista provoca repressão violenta. O ano de 1968 foi marcado por numerosas prisões, inclusive de padres e outros religiosos, acusados de dar abrigo aos fugitivos (Ibid, p.130).

À intensificação das atividades oposicionistas o regime reagiu com violência. Em outubro, um congresso clandestino da UNE invadido pela polícia resultou na prisão de 739 dirigentes estudantis de todo o país. Destes, cerca de 44 eram do Paraná, o que motivou uma passeata na capital do estado, reunindo 600 estudantes em protesto à prisão dos colegas que participavam do congresso e contra o imperialismo norte-americano. Das janelas dos prédios, a população aplaudia e lançava papel picado em apoio aos manifestantes. Quatro dias depois, os estudantes se mobilizam novamente. A polícia tenta impedir a ação do movimento e uma verdadeira batalha é travada nas ruas. “1.500 estudantes com

cartazes, paus e pedras. 1.200 homens da Polícia Militar nas ruas centrais, além de 600 de prontidão, 40 viaturas, entre carros-choque, ambulâncias, jipes e caminhões. Soldados armados com cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e de gás laxante”, esse é o cenário descrito por Teresa Urban (2008, p.205), sobre o confronto entre estudantes e policiais que contavam ainda com a cavalaria. No dia 20/10/1968, o jornal *O Estado do Paraná* estampava em suas páginas várias fotos do confronto que, após muita perseguição pelas ruas e estabelecimentos, resultou na prisão de 22 estudantes.

Fico (2001) destaca que o Ato Institucional nº 5, é fruto “do processo de maturação da linha dura”, cada vez mais convencida de que não bastava a sua existência como simples grupo de pressão. Os episódios de radicalização política, especialmente os de 1968, foram utilizados como “prova” da necessidade de um sistema de segurança rigoroso, (...). (Ibid., p.64) Mattos e Swensson (2003) apontam que o pior estava por vir, e, em seguida, o Brasil mergulha no chamado Anos de Chumbo (1969-1974).

Apresentar e relacionar alguns acontecimentos que marcaram o Brasil e o mundo em 1968 atende o propósito de verificar em que medida esses assuntos mereceram destaque na primeira página do jornal paranaense *Gazeta do Povo*, com sede em Curitiba, capital do estado. A jornalista Teresa Urban (2008, p.55) apresenta um panorama da cidade neste ano: “Em 1968, Curitiba tem pouco mais de 500 mil habitantes e dez mil estudantes universitários.” A autora descreve o curitibano como conservador, “calado e um tanto carrancudo”. E aponta algumas das reclamações da imprensa: estacionamento em fila dupla e vacas atrapalhando o trânsito da capital paranaense.

A ERA DA AUTOCENSURA E DA NOTA OFICIAL

Tão certo quanto o apoio que os organizadores do golpe de 1964 receberam das camadas dominantes, classe média, imprensa, Igreja, e amplos setores da sociedade, foram as críticas que passaram a sofrer em virtude da repressão imposta como prática pelo regime. O jornal carioca *Correio da Manhã*, já no dia 3 de abril de 1964 publica um editorial - *Terrorismo Não!* -, na primeira página. Segundo Alves (1996, p. 29) “era o primeiro grito de alerta contra o clima que se instaurava no Brasil e que viria a ser, nos meses seguintes, vivido por todo o povo brasileiro”.

O cenário que predomina é o de reivindicações, protestos, manifestos, enfrentamentos com a polícia e muita violência, resultando em feridos e mortos. Valle (1999), em suas pesquisas, conclui que a imprensa ao fazer a cobertura das manifestações estudantis e dos confrontos com policiais, registrados durante o regime de exceção, dá uma grande contribuição à sociedade:

A grande imprensa exerce importante papel na divulgação das manifestações estudantis contra as medidas repressivas do governo adotadas desde o primeiro dia do golpe, pois, “[...] os protestos que começaram a aparecer na imprensa colaboraram decisivamente para superar a atitude de paralisia que parece ter caracterizado setores significativos do meio estudantil, na conjuntura do imediato pré-golpe”. (MARTINS FILHO, 1968, apud, VALLE, 1999, p.25).

Kucinski (2002, p. 531) observa que “pouquíssimos jornais ou revistas foram submetidos a um controle censorial direto e continuado”, como exemplo cita os jornais representantes da grande imprensa *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*. Aquino (2002, p. 517) aponta a *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, como “praticamente o único jornal brasileiro que foi objeto de rigorosa censura durante dez anos (1968-1978)”. Ao analisar a atuação da censura junto à imprensa no Brasil durante o regime militar, a autora afirma que é necessário fazer uma distinção entre

a censura existente dentro dos meios de comunicação e a censura prévia:

Os órgãos de divulgação diversos estão muito habituados a uma espécie de censura que costuma não deixar marcas e que é aquela montada a partir dos interesses agrupados no interior dos diferentes periódicos, sejam eles os do grupo representado pelos proprietários da empresa, sejam os de seus anunciantes. Pela conjunção desses interesses, costuma-se definir uma linha editorial que possibilita ou não a veiculação de determinadas notícias ou de abordagens específicas. Este tipo de censura (podemos denominá-la de empresarial) existe em qualquer momento, com maior ou menor intensidade, dependendo da correlação de forças no interior do órgão de divulgação ou das circunstâncias vivenciadas em dada situação. (AQUINO, 2002, p.515-516)

Esse comportamento que Aquino (2002) denomina de “censura empresarial”, é, na prática jornalística, a autocensura. Ela é definida por Bahia (1990, p.43) como a censura interna praticada pelo próprio veículo de comunicação. De acordo com o autor (id.), ela ocorre quando se altera ou se suprime uma notícia “sem razão aparente ou por manipulação ostensiva”. O fato de um editor substituir uma notícia de menor repercussão por outra de maior alcance faz parte dos critérios de seleção por importância dos acontecimentos, adotados pela maioria dos meios de comunicação. Portanto, esta prática não é considerada pelo meio jornalístico como autocensura. O mesmo ocorre com o excesso de matéria que não é aproveitado em uma edição e acaba descartado. Segundo Bahia (id.) a autocensura é “uma violação incomum do direito à informação praticada por quem eventualmente detém a função de editar o veículo”.

Aquino (2002) aponta a censura prévia, como outra forma de censura, que se instala com a ditadura militar de 1964 dentro das redações. Para que exista a censura prévia, é necessária a presença de um censor dentro das redações diariamente, analisando o texto final já diagramado e pronto para publicação,

ou o seu envio para a Polícia Federal para análise e liberação, ou corte de parte ou de toda a notícia. Para explicar a diferença entre a censura prévia e a autocensura, Aquino (id.) recorre ao fato de que, no primeiro caso, houve elaboração e produção de material jornalístico, assim como a ação do censor. O que é diferente do acatar, obedecer a “ordens superiores” (grifo da autora) sobre publicar ou não determinado assunto ou informação, a partir de bilhetinhos que chegavam até às redações ou de telefonemas.

A *Folha de S. Paulo* reuniu e publicou em março de 1978, 103 ordens que a censura federal transmitia aos jornais por telefone. Segundo a *Folha*, a seleção da amostra publicada foi feita entre um total de 286 ordens, referentes ao período de março de 1972 a dezembro de 1974, que se encontram guardadas em seus arquivos. A notícia intitulada *Fica proibida a divulgação de* é apresentada ao público como Dossiê Censura, e informa que os temas das ordens eram os mais variados possíveis e que o material reproduzido em suas páginas “é a transcrição *ipsis literis*, ou *ipsis verbis*”, das determinações recebidas da censura. O jornal afirma que optou por não identificar os agentes responsáveis pela transmissão destas ordens e que “mencioná-los seria afastar-se totalmente do objetivo desta publicação”. (*Folha de S. Paulo*, 5/3/1978, 1º caderno, p.12)

O periódico não menciona a presença constante em sua redação de censores ou agentes da Polícia Federal. A informação dá conta de que as ordens de 1972 a 1974 chegaram por telefone, o que descaracteriza, de acordo com Aquino (2002), a existência de censura prévia. O que ocorre é o acatamento das ordens sem resistência. A *Folha de S. Paulo* durante a ditadura foi, declaradamente, uma parceira do regime militar. Entretanto, já em meados de 1970, após sofrer ataques e hostilizações públicas, deu início a um projeto de reelaboração da sua própria memória, onde ameniza a sua participação e adesão ao regime de exceção. Afirma que apoiou os militares, mas logo passou a liderar a luta pela redemocratização no país.

Dines (1986, p.135) informa que em 1970, o periódico carioca,

Jornal do Brasil, chegou a criar o Livro Negro que organizava as proibições que se tornaram numerosas e eram “transmitidas telefonicamente por agentes da Polícia Federal, taquigrafadas e distribuídas às chefias”. Segundo Dines, paralelamente ao Livro, o jornal, também submetia-se à autocensura.

Outra marca do autoritarismo de 1964, e que recebe críticas deste autor, é a entrada da imprensa para a era da “nota oficial”. A busca da informação, a consulta às fontes é substituída pelo texto pronto, entregue ao repórter com os dados que ele precisa saber, ou pode tomar conhecimento. No máximo, o jornalista elabora uma introdução (o lide), resumindo os principais dados da notícia. Segundo Dines, esta mentalidade de comunicação às avessas, libera informações que convém por um guichê e faz com que as fontes de informação se fechem:

O repórter e todo o processo jornalístico acomodaram-se e deixaram de investigar. O jornalismo brasileiro como alternativa passou a viver de eventos e levantamentos. A única abertura que nos permitimos foram as novas frentes de notícias, logo corrompidas pelo sistema de *releases* [que são textos, ou material jornalístico elaborado pelas próprias empresas ou órgãos públicos].(Ibid., p.91)

Com o tempo, as empresas privadas adotaram a mesma postura dos órgãos públicos e só se comunicavam através da nota oficial.

A PRODUÇÃO DE NOVAS REALIDADES

Refletir sobre os fatos registrados na manchete principal do jornal *Gazeta do Povo* no ano de 1968 implica em fazer algumas abordagens: definir o que é notícia, os critérios de seleção, de noticiabilidade, as questões técnicas de distribuição e localização da notícia na página, e a função das agências de notícias,

responsáveis pela produção e envio de grandes quantidades de material jornalístico para diferentes veículos em várias partes do mundo.

A prática diária do jornalismo leva à adoção de rotinas com o propósito de organizar as tarefas a serem desempenhadas pelos diversos profissionais. Normalmente, o ponto de partida é a definição da pauta, ou seja, dos assuntos a serem cobertos durante o dia e que se transformarão em notas, colunas, boxes, entrevistas, reportagens, continuidade dos assuntos, etc. Previamente já se discute quais, possivelmente, irão para a primeira página, quais merecerão publicação de página inteira, e quais ocuparão os espaços menos atrativos do jornal impresso.

Marcondes Filho (1989, p.12) entende a atuação no jornalismo como uma opção ideológica, ou seja, “definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e de exclusão”. Este processo é realizado segundo diversos critérios, que tornam o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade. “Definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato consciente dos próprios jornalistas” (id.). O jornal impresso torna-se um documento de registros da sociedade de determinada época. Um registro muitas vezes exagerado, apaixonado, acalorado, parcial, tendencioso e nada objetivo.

A teoria do *gatekeeper* surge nos Estados Unidos nos anos 50 e, basicamente, sustenta que os jornalistas são os responsáveis pela seleção das notícias publicadas. Outros fatores que possam interferir neste processo são desconsiderados. Segundo Kunczik (2002, p. 234) foi Kurt Lewin quem elaborou o conceito de *gatekeeper* que, originalmente foi empregado para analisar os processos de tomada de decisão dentro dos grupos, especificamente no quesito decisão de consumo e hábitos alimentares. Kurt Lewin observa que o conceito também era apropriado para investigações do fluxo da comunicação dentro de

um grupo. O termo *gatekeeper* passou a ser empregado como sinônimo de líder de opinião. “Os seletores de notícias” abarcam os grupos e as redes de comunicação com esses perfis”, afirma Kunczik (id.). O processo de seleção é controlado por regras impessoais ou por indivíduos e pode ocorrer em diversos níveis e várias vezes, por exemplo, o repórter, o editor, e o empresário podem ser “seletores de notícias” no exercício de suas atividades, de forma isolada ou conjuntamente.

O conceito de Lewin foi adotado pela primeira vez no mundo anglo-saxônico por White (1950) para descrever os indivíduos que, nos meios de comunicação, ocupam cargos que lhes permitem aceitar ou rejeitar uma unidade de comunicação potencial (por exemplo, uma notícia ou um programa de televisão). (id.)

A seleção de notícias equivale a limitar a quantidade de informações, o que significa a escolha de assuntos que alguém acha que merecem ser publicados. Essa decisão do que publicar ou não, implica em moldar a imagem que os leitores terão de sua sociedade e do mundo. O autor (Ibid., p.237) destaca que “cada decisão de publicar uma determinada matéria implica também na “supressão” de outra matéria ou matérias”.

Perseu Abramo (2003) ao provocar uma reflexão sobre o significado político da manipulação na grande imprensa, afirma que esta é uma das principais características do jornalismo no Brasil. Entre os padrões de manipulação estão a fragmentação do real, a desconexão entre os fatos, ocultação de determinados dados ou acontecimentos, os silêncios, a seleção de alguns aspectos retirados do todo. “A manipulação das informações transforma-se assim na manipulação da realidade.” (Ibid., p.24)

O resultado da manipulação vai além da distorção da realidade, a imprensa cria uma realidade artificial. O público só se dá conta desta outra realidade, bastante contraditória, se de alguma maneira for testemunha ou estiver diretamente envolvido com a trama relatada na mídia. Segundo Marcondes:

A compartimentalização da história, sua redução a fragmentos desconexos é a técnica manipulativa que se opera no jornal, que mantém os leitores e o público em geral incapazes de, separados da visão conjunta dos processos sociais, seu entrelaçamento e interdependência, discernir no meio desse amontoado, quem, em última análise, detém as rédeas desse processo e para onde o leva. A quebra da unidade, da totalidade na apresentação jornalística torna os homens objetos inconscientes das estruturas de dominação que criam diariamente.(1989, p. 42)

Abramo (2003, p. 25) afirma que, embora possa ocorrer de várias e múltiplas formas, a manipulação da realidade pela imprensa não ocorre o tempo todo e nem em toda a imprensa, mas considera ser um fenômeno grave por marcar “a essência do procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da imprensa”. O autor explica que um fato é jornalístico ou não, em virtude da relação que a imprensa decide estabelecer com a realidade. E, quando, no processo de decisão, decide-se que um fato não é jornalístico, ele imediatamente é “eliminado da realidade, ele não existe” (Ibid., p.27)

Na análise de Marcondes Filho (1989, p.41) os processos fragmentados de transmissão noticiosa quebram a lógica dos fatos entre si, a notícia é apresentada de forma independente, desvinculada do contexto histórico-social. E essa produção fragmentada de notícias, consiste numa técnica também mercadológica. “São apresentados e destacados aspectos determinados da notícia, (o sensacional, a aparência do valor de uso) e outros permanecem em segundo plano ou simplesmente são ignorados”.(id.)

Em maio de 1968, policiais militares invadem o centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba. Eram cerca de 500, e os estudantes em torno de 1.200. Em plena ditadura, universitários protestavam contra a cobrança de mensalidades. No local, o fotógrafo Edson Jansen, do jornal *O Estado do Paraná* conseguiu congelar um dos momentos mais marcantes do confronto: um jovem com um estilingue enfrenta militares a

cavalo. A imagem rendeu ao fotógrafo o Prêmio Esso. O jovem da foto era o estudante de medicina José Ferreira Lopes, que com o AI-5 teve de ir para a clandestinidade.

Teresa Urban relata os acontecimentos:

O assunto mais importante dos jornais de Curitiba de quarta-feira, 14 de maio, ainda é a batalha de domingo no Centro Politécnico. Entre fotos da pancadaria, uma nota informa: “Governo encontra solução para a crise estudantil na engenharia” Diz a notícia que, num encontro realizado à noite do dia 13, entre lideranças universitárias e o governador, “ficou deliberado que o governo do estado subvencionará o pagamento das mensalidades dos estudantes de engenharia durante dois meses”. (2008, p.135)

O que motivou o confronto entre policiais e estudantes foi o protesto contra uma resolução do então reitor da universidade Federal, Flávio Suplicy de Lacerda (ex-ministro da Educação do general Humberto de Alencar Castelo Branco), determinando a cobrança de anuidade do curso noturno de Engenharia, recém-criado. A batalha ocorre no domingo, Dia das Mães, 12 de maio. No dia 14, estudantes invadem a reitoria, e o busto do reitor que estava fixado no hall de entrada é arrancado e arrastado pelas ruas da cidade.

O assunto mais importante de um jornal além de ocupar a primeira página, aparece em destaque na manchete principal. E no dia 14 [é uma terça-feira] o jornal *Gazeta do Povo* publica a manchete internacional: *Posições rígidas nas negociações em Paris*, no dia 15, *Gôverno [sic] reexaminará a Lei do Inquilinato*, dia 16, *EUA oferecem condições para a paz*, e dia 17, *Terremoto assola norte do Japão*. No processo de seleção e avaliação do jornal, essas informações foram consideradas mais relevantes, a ponto de merecerem ocupar o espaço “nobre” (grifei) da *Gazeta*, em detrimento das manifestações estudantis locais e confrontos com a polícia.

Não por acaso, no mês de maio, outras 17 manchetes internacionais foram destaque na *Gazeta do Povo*. Fernandes e Santos (2010, p. 126) ao mesmo tempo em que falam dos “empecilhos logísticos” para publicar notícias do Brasil e do Mundo, nas décadas de 1960 e 1970, destacam que em 1963, era possível fechar edições inteiras com material que vinha dos Estados Unidos. Em 1968 isto é um fato. As manchetes internacionais e nacionais são, quase na sua totalidade, provenientes de agências de notícias.

Ao lado de repórteres, correspondentes, enviados especiais e sucursais, as agências de notícias, nacionais ou internacionais, têm em comum a função de buscar informações para, posteriormente, distribuir entre os veículos de comunicação. De acordo com Amaral (1987, p.64), as agências “fornecem informações por atacado, constituindo-se nas grandes provedoras dos jornais [...]”.

As grandes agências internacionais que dominam o mercado na década de 1960 são apontadas por Amaral (1997): Associated Press (AP – EUA), United Press International (UPI - EUA), Reuter (Grã-Bretanha) France Presse (FP - França) e TASS (URSS).

Juntas, as grandes agências atendem cerca de 30 mil assinantes, entre empresas jornalísticas, rádios, TV’s, revistas e empresas públicas e privadas, espalhadas pelos cinco continentes. Às vezes, as agências nacionais trabalham em parceria com as internacionais. As primeiras têm a função de captar e distribuir informações dentro de seus países, mas fornecem notícias prontas para divulgação às agências internacionais. E destas, recebem informações do exterior.

As principais críticas dirigidas à influência das agências sobre veículos nacionais de comunicação se referem à falta de estilo, de ousadia e padronização dos assuntos apresentados. Outra questão é o controle exercido sobre a informação política.

Privadas, estatais ou independentes, Amaral (1987, p. 164) alerta: “Manipulam, de acordo com os interesses dos países a que pertencem, notícias e comentários de todos os tipos, do

lançamento de modas para a próxima temporada à discussão entre os Estados Unidos e a União Soviética sobre [sic] o uso de armas atômicas”.

Estudos realizados por Béltran e Cardona (1982) sobre a relação de domínio que se estabelece entre os Estados Unidos e países da América Latina, alertam que a comunicação desempenha um papel decisivo para a consolidação dos interesses norte-americanos. Os Estados Unidos são apresentados como o “país forte”, o que exerce o domínio sobre os “países fracos”, daí provêm o termo imperialismo norte-americano, tão utilizado nos protestos desencadeados por movimentos estudantis no mundo todo. Esse domínio se dá nos campos econômico, político e cultural, sempre de forma desigual e de desvantagem para a América Latina.

Os pesquisadores (id.) explicam que a influência cultural norte-americana chega até a América Latina via agências internacionais de notícias, agências internacionais de publicidade, firmas internacionais de opinião pública, pesquisa de mercado e relações públicas, e as corporações comerciais transnacionais que atuam como anunciantes.

Pelo menos dois terços das notícias relativas à região [AL] estão à cargo da UPI e da AP, abarcando todos os sentidos do fluxo: da América Latina para os Estados Unidos e o resto do mundo, e vice versa, assim como *dentro* da mesma região. Em quase todos os países latino-americanos, as principais agências publicitárias dos estados Unidos controlam a maior parte da propaganda das corporações transnacionais por meio de subsidiária ou através da filiação das principais agências locais ao seu sistema; e a maior parte dos estudos de mercado e opinião pública na América Latina é realizada por firmas norte-americanas ou suas filiais locais.(BÉLTRAN;CARDONA, 1982, p.29)

Amaral (1987, p. 124) afirma que a condenação pelo excesso de noticiário estrangeiro na imprensa dos países periféricos se deve ao preterimento do noticiário local pelo estrangeiro. Como consequência, fontes de boa informação são abandonadas por

todo o país, e notícias que interessam à população, deixam de ser publicadas. “O que se condena é levar o público a saber o que está ocorrendo na Malásia ou no Paquistão e deixá-lo mal informado sobre o que se está verificando na sua própria rua.”(id.)

O aproveitamento diário das notícias produzidas e lançadas no mercado brasileiro pelas agências noticiosas – France Presse, United Press International, Associated Press, Reuters, Ansa e outras – é considerado grande. “Na grande maioria dos chamados grandes jornais brasileiros, a seção ou a editoria internacional não passa de selecionadora e montadora de notícias enviadas pelas agências.”(Ibid., 126) Os jornais se restringem comodamente às coberturas das agências estrangeiras, sem fazer nenhum tipo de interferência ou complementação das informações.

ARTICULAÇÕES DA IMPRENSA

Oliveira Filha (2007) aponta que desde o seu início, a imprensa no Paraná surgia se articulando com as estruturas de parentesco e poder dominantes da região. O primeiro jornal do estado, *O Dezenove de Dezembro*, foi fundado um ano após a instalação da Província do Paraná, em 1853, marcando o início da atividade de imprensa na região. O jornal recebia verbas oficiais e publicava os atos. Em suas páginas fazia o registro da vida cultural e comercial do Paraná e da sociedade escravista.

Em 1919, Curitiba contava com 40 mil habitantes, a Universidade do Paraná formava suas primeiras turmas ao mesmo tempo em que atraía estudantes de outras regiões do país, imigrantes estrangeiros chegavam aqui fugindo da Primeira Guerra Mundial e em busca das oportunidades de trabalho. É neste cenário, descrito por Oliveira Filha (Ibid., p.38), que circula pela primeira vez o jornal paranaense *Gazeta do Povo*. A posição declarada pelo jornal de “Diário Independente”, segundo a autora, já na primeira edição, revela contradições. Um texto de primeira

página defende a candidatura de Ruy Barbosa à Presidência da República.

Em pronunciamento realizado em 1949, Plácido e Silva então diretor do jornal afirma que o capital necessário para lançamento da *Gazeta do Povo* pode ser reunido graças às cotas vendidas a famílias ricas locais. Esses grupos tiveram seus interesses defendidos desde o primeiro número do jornal, quando em editorial, foram criticados “os altos impostos da indústria e do comércio”. Em 1962, o jornal é adquirido por dois outros advogados.

Entre inúmeros acontecimentos registrados diariamente durante os 90 anos de existência da *Gazeta do Povo*, os autores Fernandes e Santos (2010), destacam como figura central da narrativa, Francisco Cunha Pereira, um dos sócios que, junto com Edmundo Lemanski, passa a comandar a empresa jornalística num ritmo muito particular. Fernandes e Santos (2010, p. 177) evidenciam que Cunha Pereira é filho da elite paranaense: “Nascido em 1926, em Curitiba, doutor Francisco vinha de uma família de ilustres. Era neto do médico João Cândido, um dos heróis do Cerco da Lapa, em 1894, marco regional da defesa da República”.

Chamado de *publisher*, o sócio Francisco é apontado como o responsável não só pelas mudanças imediatamente implementadas no jornal, no aspecto gráfico e editorial, mas também em toda a imprensa paranaense a quem é atribuído o poder de civilizar a prática jornalística no Paraná: “Mas enquanto o estilo Cunha Pereira se impunha civilizando a imprensa paranaense, repórteres permaneciam sem superego a lhes pôr freios [...]” (Ibid., p.114) Os autores se referem, em particular, à falta de limites e linguajar chulo e agressivo utilizado sem cerimônia pelos repórteres da cobertura policial.

Sob a direção de um *publisher*, os “chavões, adjetivos, advérbios”, e textos pessoais que transbordavam as edições “implicantes e irritadiças” que caracterizou o jornal no período anterior, vão sendo eliminados. A cobertura provinciana e ranzinza dos problemas da cidade dão lugar a um novo jornalismo, “algo

bem próximo do jornalismo cívico”. (Ibid., p.173) Os autores defendem que além de novos desafios, a dupla vai inaugurar um novo tempo no jornalismo paranaense. Ocorre a contratação de jornalistas, mudanças editoriais, enquetes de rua, visitas à diretoria na redação, “além do editorial elegante e expressivo – que Cunha Pereira manteria sob suas barbas décadas a fio – [...]” (Ibid., p.90)

O editorial publicado no dia 10 de abril de 1962, intitulado “As novas linhas”, é apontado como a inauguração deste recomeço da *Gazeta do Povo*. Alguns detalhes do texto do editorial:

Lembra que a *Gazeta do Povo* foi fundada para atender aos interesses do Paraná. Que nascera para ser um jornal independente e formador de opinião pública no estado. E que não estava filiado a nenhum partido político [...]. “Também não restam dúvidas na edição do dia 10 de que Cunha Pereira vai se tornar a cara da *Gazeta* dali por diante. (FERNANDES; SANTOS, 2010, p. 89)

Em 1963, a modernização começa renovando os ares de produção da *Gazeta*. A compra de uma impressora Marinoni junto com o jornal *Diário da Tarde*, põe fim à era da rotogravura e reduz os problemas de prensas quebradas. O ano de 1967 chega com a aquisição da rotativa Goss, *offset* com capacidade de rodar 64 páginas e 30 mil exemplares horários. Em 1969 o *offset* tem capacidade de rodar 50 mil exemplares por hora e 32 páginas em preto e branco. Em 1973 a máquina linotipo é desmontada, e, em agosto, é publicada na capa a primeira foto colorida.

No dia 2 de abril de 1964, o jornal *Gazeta do Povo* lança o que chamou de “edição histórica”. Uma edição extra para contar em “seus mais amplos detalhes, os acontecimentos que se desenrolaram no país nas últimas 24 horas” (*Gazeta do Povo*, 3/4/1964). Ou seja, o golpe militar e a deposição do presidente João Goulart. Depois de informar que milhares de exemplares foram distribuídos por Curitiba, centro e periferia, o texto diz que a reportagem, “em visita à residência do Governador Ney Braga,

ofereceu a S. Exa, os primeiros exemplares da “Extra” que foi distinguida pelo supremo mandatário do Paraná com as mais expressivas referências.” O texto legenda vem logo abaixo de duas fotos postadas lado a lado. À esquerda, pessoas anônimas leem o jornal, à direita, o governador posa com um exemplar aberto entre as mãos.

O jornal informa que é o único impresso do sul do Brasil a circular com edição extra “em caráter excepcional para assinalar os acontecimentos que marcaram página marcante da história da vida nacional” (*Gazeta do Povo*, 3/4/1964). Não resta dúvida quanto ao alinhamento do veículo de comunicação com poder público instituído. É o que afirma Oliveira Filha (2007, p. 58): “A administração do jornal é marcada também por uma postura política de extrema cautela e atrelamento ao poder (municipal, estadual ou federal). A conduta da direção da *Gazeta do Povo* tem sido, historicamente, de evitar o debate político e nunca aceitar o confronto.”

Ao investigar os assuntos que estamparam as manchetes principais do jornal paranaense *Gazeta do Povo*, no ano de 1968, o tom de neutralidade do veículo, uma de suas características marcantes, imediatamente se apresenta nos títulos das notícias. O título deve resumir a notícia, destacar a sua importância e despertar o interesse imediato do leitor para a busca de mais informações. Sintetiza Bahia (1990, p.47): “o título anuncia o fato, resume a notícia e embeleza a página”. Amaral apresenta a seguinte definição:

O título é a designação que se põe acima da matéria, chamando a atenção do leitor para a mesma, de forma objetiva, clara, apelativa, resumida, capaz de prender qualquer um que lhe ponha os olhos e de levá-lo ao texto. A sua idéia é a idéia central, a mais jornalística possível do assunto que ele assinala. (AMARAL, 1987, p.86)

Bahia (1990) explica que, enquanto a pequena notícia é que dá corpo ao noticiário comum dos veículos, a grande notícia é sempre a base da manchete, da novidade, do destaque, da reportagem. E são as notícias que reúnem essas características que acabam selecionadas para primeira página. “A proximidade que faz a notícia local ou nacional ser mais importante para determinados leitores que a notícia internacional deve ser considerada pelo veículo como base de sua penetração e de seu perfil” (BAHIA, 1990, p.39).

Ao questionamento do que é mais importante e o que deve ser publicado em um jornal, Dines (1986) pondera que faz parte do jornalismo a “procura incessante do novo”. Diante da impossibilidade de um jornal levantar todos os fatos novos, o autor propõe, primeiramente, verificar a quem se destina o jornal. “O grau de importância de um assunto é primariamente fornecido pelas características do leitor que compõe o perfil da audiência do veículo” (DINES, 1986, p. 95). O autor considera que o princípio básico que motiva o leitor é a sua identificação com o jornal, e reconhece que esse leitor não absorve grandes quantidades de informação. “A fórmula para um jornalismo realista é, primeiro saber quem é o público leitor e, a partir deste, o que publicar”. (id.)

Ainda de olho neste público surge a preocupação com a qualidade das informações somada à atratividade, ou seja, a forma como chega até o leitor. Esta inclusive foi uma das questões que a modernização gráfica e editorial desencadeada a partir de 1950, sobretudo na imprensa carioca, procurou resolver. O planejamento visual do jornal, chamado de espelho ou esboço é a composição da edição impressa, e consiste na distribuição de notícias, fotos, títulos, linhas, colunas nas páginas do periódico. Quem faz este trabalho é o diagramador seguindo a orientação editorial adotada pela empresa. Amaral (1987) ressalta os fatores que devem ser considerados na confecção do espelho: o valor informativo em primeiro lugar, a legibilidade da página, a beleza (função atrair

leitor), e o estilo, que dá personalidade ao jornal. Quanto ao valor informativo, esclarece o autor:

É o mais importante e ao qual todos os demais se subordinam. Cada lugar na página tem um valor específico ligado à maior ou menor facilidade com que o leitor chega à matéria. A primeira metade do jornal é mais importante do que a segunda, o lado direito mais do que o esquerdo, o lado superior esquerdo mais do que o ventre. (Amaral, 1987, p.68)

Isso significa que a distribuição das notícias, o tamanho dos títulos, a localização de colunas, notas, fotos e demais elementos presentes em um jornal, longe de estarem dispostos de forma aleatória nas páginas, atendem às funções de facilitar a leitura, apresentar um visual atrativo, dar identidade ao jornal e sinalizar para o seu público que, no alto da página está o assunto mais importante do dia. O planejamento finaliza o processo que se inicia com a produção e seleção, ou seja, a valorização de determinados assuntos em detrimento de outros.

DESTAQUES DE PRIMEIRA PÁGINA

A primeira página de um jornal apresenta aos seus leitores uma síntese atrativa do que se encontra dentro dos cadernos. A manchete principal sempre significou a notícia mais importante, relevante e que vai atender aos interesses de informação do leitor. O título deve causar impacto e exercer a dupla função de informar e atrair. Para Amaral, qualquer observador pode julgar um jornal por seus títulos:

Eles dão bem o tom da publicação _ séria, escandalosa, equilibrada. Informam também sobre a qualidade de seus redatores e sua capacidade criadora. Ao escrever poucas palavras, o profissional já mostra quanto é capaz e evidencia o grau de

experiência da profissão. Um mau título altera, até mesmo destrói, a qualidade de uma boa matéria. (AMARAL, 1987, p. 86)

Em 1968, o planejamento visual do jornal *Gazeta do Povo* ainda não segue uma padronização fixa. O número de colunas sofre variações a cada edição, e a falta de identificação das notícias, na primeira página, é comum. Os créditos podem ser encontrados no interior dos cadernos. Na primeira página, é possível observar que o jornal procurou manter um equilíbrio quanto ao número de publicação de assuntos nacionais e internacionais. Por exemplo, a edição de 4/7/1968, traz como notícia principal: *Governo libera passeata na Guanabara*, na sequência aparecem intercalados os assuntos internacionais e nacionais. Entretanto, os espaços destinados às notícias internacionais quanto ao tamanho das colunas, fotos, destaque dos títulos não são os mesmos adotados para as nacionais. Essa prática de destaque e valorização do material internacional se repete em várias edições. Mesmo assuntos de média relevância são apresentados em títulos invariavelmente maiores com mais negrito.

Foram pesquisados 220 exemplares da *Gazeta do Povo* do ano de 1968. A análise das primeiras páginas revelou que 137 manchetes principais, foram ocupadas por assuntos internacionais e 83 nacionais. Isto significa que 60,27% das notícias selecionadas para o espaço nobre de maior importância do jornal, eram estrangeiras, e 39,73 nacionais, não estão aí incluídas as estaduais ou locais.

Entre as internacionais predominaram os seguintes assuntos: 1º - Conflitos no Vietnã e discussões de guerra e paz (41 manchetes); 2º - EUA e relação com outros países (eleições americanas, viagem à lua, guerra do Vietnã, impasse com a URSS, acordos com o Brasil na questão do café solúvel, 40 manchetes); e, 3º - Crise Europeia (destacando a França em 1º, com 19 manchetes; em seguida Tchecoslováquia com 12; e, Itália, Londres e Portugal, somam 8 manchetes). Entretanto, quando se considera

que a guerra do Vietnã envolve diretamente os EUA, e que os textos distribuídos por agências internacionais americanas reproduzem a versão norte-americana dos fatos que passam a dominar o noticiário, o número de vezes em que os Estados Unidos ocupam a primeira página salta para 59,12%, do total de 137 manchetes internacionais.

Relacionar o número de manchetes internacionais e nacionais publicadas mês a mês, possibilitou dimensionar o quanto é superior, numericamente, a presença de informações produzidas no exterior, ocupando o principal espaço da primeira página da *Gazeta*. No mês de janeiro, por exemplo, das 25 edições que circularam, 22 estamparam em suas manchetes principais, os temas internacionais, essa perspectiva se mantém no mês de março (21 manchetes internacionais e seis nacionais), e, novembro, o mês que antecede a decretação do AI-5, totaliza o maior número de manchetes principais internacionais durante o ano (22 internacionais e 3 nacionais).

A exceção ocorre nos meses de junho e julho. Em junho são publicadas 15 manchetes com assuntos nacionais e 10 internacionais e, em julho, são 18 nacionais e oito internacionais. Em dezembro as nacionais superam em poucos números as internacionais que, a partir do dia 20, passam a ocupar o principal espaço na primeira página com informações sobre a viagem ao espaço. As agências internacionais: UPI (é responsável pela maior parte do material publicado), Transpress, Ansa, UPI-Ansa, assinam as notícias que chegam do exterior.

Em relação às manchetes nacionais, do universo de 83 que ocuparam lugar de destaque, 66 se referem às decisões do governo federal (aumento da gasolina, do aluguel, do salário mínimo, arrocho salarial, abono salarial, declarações sobre as crises, sobre as manifestações estudantis, advertências, proibições, anúncios de programas, etc.). Entre as 66, sobressaíram 21 manchetes que apresentam no título, o nome do presidente Costa e Silva, ou suas iniciais. Por exemplo: *Costa dá nova orientação à agricultura*

(edição de 20/1/68); *CS assegura diálogo e condena agitação* (edição de 26 / 6 / 68); e, *Costa e Silva defende Ordem e Paz* (edição de 6 / 12 / 68).

Os meses de junho e julho dedicam maior espaço às informações nacionais devido ao aumento dos protestos estudantis que resultaram em frequentes confrontos violentos com a polícia. Isto não significa que os estudantes conquistaram mais espaço nas publicações em virtude dos confrontos, mas sim, que este foi preenchido com a versão oficial do governo. Em junho, seis manchetes se referem diretamente aos movimentos estudantis (por exemplo: *Estudantes invadem Reitoria paulista*, em 13 / 6 / 68; *Recrudescer conflito estudantil na GB*, em 21/ 6 / 68) e, em julho, apenas uma menção (*Passeata estudantil pode trazer sítio*, em 3/ 6 / 68). A aderência à versão governamental sobre as manifestações é total.

As notícias nacionais são assinadas pela AJB - Agência Jornal do Brasil. O primeiro caderno da *Gazeta do Povo*, editoria de política, apresenta quase na íntegra o material proveniente da AJB, além de reproduzir as colunas do Castello e Coisas da Política Nacional. Quando outros colaboradores e articulistas passam a integrar a equipe do *Jornal do Brasil*, também despontam nas páginas da *Gazeta*. As matérias nacionais são, portanto, produções de agência de notícia com pouca ou nenhuma participação do jornal em desdobramentos da informação com contextualização local, por exemplo. Em manchetes secundárias de primeira página é possível observar a apresentação de textos dos colonistas e articulistas do *JB*. Não raro aparece na sequência das chamadas de capa [textos breves que apresentam o conteúdo da informação que continua no interior do jornal] a indicação: “maiores detalhes – Coluna do Castello e Coisas Política Nacional – Página 3, Noticiário – Página 5”.

A leitura das manchetes principais e a enumeração das mesmas com os respectivos assuntos, evidencia a acomodação do jornal diante da produção das agências de notícias. Do exterior, a

guerra fria sendo vencida pelos Estados Unidos, o comunismo combatido com todo o “efetivo americano”, entre bombas e combates sangrentos a discussão de paz se arrasta no Vietnã, ao mesmo tempo que em aumenta o número de soldados americanos naquele país. No Brasil, no mês de setembro *CS nega divergências com a juventude*, em novembro *Propõe 20% de aumento ao barnabé*; e em dezembro, decreta o AI-5.

Fernandes e Santos, (2010, p. 123) na reconstrução da história da Gazeta do Povo afirmam: “Em outras palavras, tudo o que se aprendeu a acreditar sobre os anos 1960 está impresso no jornal.” Segundo Barbosa (1995, p.87), os meios de comunicação, ao selecionar o que vai ser notícia ou não, o que vai se editado com destaque ou não, “estão procedendo à criação do próprio acontecimento.”

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p.422)

Andreas Hyssen (2000, p.18), ao analisar a expansão da cultura da memória atribui à mídia a responsabilidade “por fazer a memória ficar cada vez mais disponível”. Em suas reflexões sobre a grande disseminação da memória, provocada pela obsessão pelo passado, e a criação, em nome da preservação desta mesma memória, de espaços públicos, culturais e comerciais, observa que, “muitas das memórias comercializadas em massa que consumimos são memórias “imaginadas” e, portanto, muito mais facilmente esquecíveis do que as memórias vivas.” (id.) Para o autor, memória é apenas uma forma de esquecimento, e, esquecimento é memória escondida. “Se nós estamos, de fato, sofrendo de um excesso de memória, devemos fazer um esforço para distinguir os passados usáveis dos passados dispensáveis.” (Ibid., p. 37)

As manchetes principais de um jornal impresso destacam,

em espaço nobre, os acontecimentos que devem ser imortalizados. A fragmentação da construção noticiosa proporciona a elaboração de uma realidade imaginada, muitas vezes desejada. A afirmação de Dines (1986, p. 124) de que o “jornal é o fragmento da história e da memória de um país”, propõe uma reflexão sobre esse emaranhado de assuntos que ocuparam o espaço principal do jornal, em detrimento de assuntos estaduais e locais. Durante o ano de 1968, duas notícias do Paraná estamparam as manchetes principais: em 25 de junho, *Governador apóia paranaense no Supremo*, ocupa três grandes colunas e acompanha foto do governador Paulo Pimentel; e, 24 de setembro, *Erosão causa destruição em Guaratuba*, também com foto.

A estratégia para não deixar de falar no assunto é dar pequenas notas, publicá-lo em locais pouco visualizados, ou em meio a um aglomerado de informações. É o que ocorre com a manchete da edição de 26 de junho – *CS assegura diálogo e condena agitação*. Uma foto à esquerda traz o título *Protesto em Curitiba*, seguido do texto legenda: *Concentração e comícios relâmpagos foram realizados ontem pelos estudantes curitibanos em solidariedade aos colegas do Rio e S. Paulo*. Outra foto, mas agora com o título: *Protesto em Washington*, o texto fala da manifestação “Marcha contra a Pobreza”, do saldo de 356 pessoas presas e do toque de recolher. Lado a lado, os protestos de Curitiba e de Washington, confundem o leitor na medida em que sugerem, na apresentação, um tratamento igualitário. Não há hierarquização, nem distinção entre os dois fatos. São simplesmente postados na página.

Amaral (1987) destaca que a publicação de informações de outros países eleva o jornal a um novo *status*, ele deixa de ser provinciano, e ganha ares de grande publicação nacional e internacional. Por outro lado, há o aspecto econômico. A cobertura com a mínima qualidade de um noticiário local requer jornalistas, fotógrafos, carros disponíveis, e acima de tudo, dificilmente apresenta problemas ou aborrecimentos para a empresa jornalística.

Um noticiário de qualidade informativa, com notícias bem apuradas, só é possível se há liberdade da empresa e ausência de compromissos entre o jornal e órgãos governamentais. Essa é uma das razões que levam o dono da empresa a preferir “o noticiário barato, que não dá preocupações” (o internacional), em detrimento “do caro e cheio de problemas”. (AMARAL, 1987, p.124)

É importante ressaltar que não se trata de depreciar uma notícia apenas porque é do exterior, mas de evidenciar que o excesso de noticiário internacional e mesmo nacional produzido por agências tem o efeito de transformar a sociedade em mero espectador dos acontecimentos mundiais. Recuperando Marcondes Filho (1989), “atuar no jornalismo é uma opção ideológica”. E no ano de 1968, nada acontece no mundo sem que haja a interferência direta ou indireta dos Estados Unidos, “país forte”, que toma decisões enérgicas e sabe controlar conflitos. Esta é uma das histórias contadas pelas manchetes internacionais de primeira página do jornal paranaense *Gazeta do Povo*, espaço dominado pelo país norte-americano. Outra versão mostra que o mundo está em conflito, e o que ocorre aqui, é insignificante perto da crise da francesa ou das ameaças sofridas pela Tchecoslováquia.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Rio de Janeiro, 1996.

AMARAL, Luiz. *Jornalismo: matéria de primeira página*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

AMARAL, Luiz. *Técnica de Jornal e Periódico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Mortos sem sepultura*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2002. KUNC

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica. As técnicas do jornalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. *Senhores da Memória*. Intercom. Rev.Bras. de Com., S. Paulo, Vol.XVIII, nº 2, p. 84-101, jul/dez. 1995.

BÉLTRAN, Luís Ramiro; CARDONA, Elizabeth Fox de. *Comunicação Dominada: os Estados Unidos e os meios de comunicação da América Latina*. Tradução de Paulo Roberto da Costa Kramer. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BUENO, Chris. *1968 Comunidade Científica Repensa Momento que Mudou a Sociedade*. Revista Ciência e Cultura vol.60 no.4 São Paulo Oct. 2008.

COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. São Paulo: Editora Summus, 1986.

FERNANDES, José Carlos; SANTOS, Marcio Renato dos. *Todo dia nunca é igual: notícias que a vida contou em 90 anos de circulação da Gazeta do Povo*. Curitiba: Editora Gazeta do Povo, 2010.

FERNANDES, José Carlos; SANTOS, Marcio Renato dos. *Todo dia nunca é igual: notícias que a vida contou em 90 anos de circulação da Gazeta do Povo*. Curitiba: Editora Gazeta do Povo, 2010.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HALBWACHS, Maurice . *A memória coletiva*. São Paulo:Vértice, 1990

HYSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003

LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: Jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de; JR SWENSSON, Walter Cruz.

Contra os inimigos da ordem: a repressão política da ditadura militar (1964-1985). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. *Olhares sobre uma cobertura: a eleição de 2002 para o governo do Paraná em três jornais locais*. Curitiba: Pós-Escrito, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*, SP, EDUNESP, 2010.

SILVA, Hélio. *O Golpe de 64: 1969-1974*. São Paulo: Editora Três: Editora Brasil 21, 2004. __ (História da República Brasileira; 19)

URBAN, Teresa. *1968 Ditadura abaixo*. Curitiba: Arte & Letra, 2008.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999.

ZICK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. Trad. Rafaela Varela Jr.

IMPrensa LIBERAL, IMPrensa PARTIDÁRIA: UMA APROXIMAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Carla Luciana Silva

Problematizar a história da história da imprensa é uma proposta que pode parecer inglória, afinal, muita coisa já foi escrita sobre a imprensa, sua história e seu papel na história brasileira, qualquer texto de síntese sempre corre o risco de deixar algo importante de fora. Mais simples que isso, aqui objetivamos tão somente levantar questões relativas à historiografia da imprensa e sua história no Brasil. Mais propriamente, a imprensa auto-denominada “liberal”, para problematizá-la a partir de suas distintas atuações partidárias.

O objetivo é apresentar algumas obras que nos ajudem a pensar sobre as possibilidades teóricas de estudo e de interpretação sobre a grande imprensa. Há alguns anos atrás quando um estudante de história propunha utilizar algum veículo de imprensa em seu trabalho logo era advertido de que se tratava de uma “fonte secundária”, tendo em vista que seria um registro sobre fatos ocorridos fora do âmbito do próprio jornal. De alguma forma se reproduzia uma lógica que pensava o jornal como um “quarto poder” que estaria pairando no ar, acima inclusive da sociedade na qual está inserido e então contaria fidedignamente aquilo que via.

Isso significa dizer que os historiadores vislumbravam os jornais a partir dos padrões liberais que a própria grande imprensa criava para si: de responsabilidade social, que teria a possibilidade de escrever o “rascunho da história”, para os historiadores do futuro.

Atualmente já parece haver um certo consenso de que a imprensa muitas vezes é uma fonte primária, mas que para tanto, devemos esclarecer qual a problemática da pesquisa, qual a

temática da investigação para exercer a crítica interna ao documento: suas condições de produção, sua verificabilidade, sua “verdade”, seu lugar diante dos fatos narrados e a relação com o problema da pesquisa em si.

A questão que daí decorre é que muitos historiadores tem defendido que o jornal, a revista, a imprensa de um modo geral, pode ser entendida ela também como um objeto de investigação, além de ser fonte. Por exemplo, se vou usar um jornal apenas e tão somente para verificar a seção de “clima/tempo”, ele será minha fonte “secundária”, pois não é ele que produz a previsão de tempo, mas é fonte mais ou menos fidedigna. Entretanto, dificilmente esse tema transformaria o jornal em questão em um objeto de investigação. Ao menos que eu descobrisse uma rede de interesses entre o jornal e a produção de análises climáticas, que me indicasse que ele tivesse um lugar social relacionado a essa questão, ele seguiria sendo apenas minha fonte.

Igualmente relevante, o jornal é também passível de ser pensado como objeto, enquanto portador de dados projetos sociais, sejam eles do grupo proprietário, seja de grupos aliados. O jornal, a revista, não são inertes folhas de papel, mas folhas de papel que representam, são voz e calam a sujeitos sociais concretos. Tudo isso, problematizado, permite propor um jornal ou revista como um objeto de estudo: sua história, a relação com o grupo que o publica, os interesses econômicos, o projeto político, a inserção social, etc.

Relacionado a isso, defendemos a tese de que a imprensa atua politicamente, muitas vezes tendo atuação substitutiva dos partidos políticos. Muitas vezes estão em sintonia com aparelhos privados de hegemonia, dado a complexidade das empresas jornalísticas nos tempos atuais, argumento que desenvolveremos adiante.

Não propomos aqui refutar as teses do “agendamento” ou do “espaço público”, porque não teríamos espaço para desenvolver a questão. Mas entendemos que essas seriam posições teóricas

que poderiam debater a tese da imprensa como partido. Ademais esse é um debate muito mais presente na comunicação do que na historiografia propriamente dito. Também relevante no debate é a concepção da “esfera pública”, de Habermas. Mesmo não concordando com essa categoria, nos parece absolutamente irrefutável no autor a associação entre o jornalismo e o desenvolvimento do capitalismo, ou como ele prefere, esfera burguesa (Habermas, 2003).

A percepção que temos da leitura de vários autores que trabalharam com imprensa como fonte é de que há na historiografia um forte resquício da incorporação do padrão liberal da imprensa como tese explicativa. Existem autores que problematizam a imprensa liberal. Não é disso que estou tratando, embora vá citar alguns importantes trabalhos nessa perspectiva. Estou falando naqueles que se referem à imprensa como um neutro “não-sujeito” histórico, um espaço onde “notícias” são divulgadas, como se as notícias por si só não fossem elas um processo de seleção e decisão entre opiniões e fatos diversos.

Por isso vale a pena nos atermos no primeiro momento na auto-definição da imprensa sobre seu papel deontológico. Em seguida, buscaremos apresentar as referências teóricas que os principais textos que abordaram imprensa propõem. Por fim, abordaremos a tese da imprensa como partido.

A IMPRENSA LIBERAL E A “NATUREZA” DO JORNALISMO

A definição da grande imprensa como liberal é genérica. Ela ajuda a naturalizar o caráter capitalista da imprensa e, portanto, a visão predominante é aquela que mais corresponde à disseminação do próprio capitalismo. Existem jornais e revistas que se dizem liberais, mas há também os que não se dizem e mesmo assim se identificam por uma série de idéias em comum: quarto poder, opinião pública, responsabilidade social, liberdade

de expressão. Estes são valores comumente associados à imprensa “liberal”, ou simplesmente “grande imprensa”, e que aparecem como sendo a própria natureza da imprensa.

A noção da imprensa enquanto um instrumento social a serviço da sociedade, portanto, alheia aos seus conflitos, aparece nos ideais iluministas e na Declaração Universal dos Direitos do Homem. No artigo XI consta: “*a livre comunicação dos pensamentos e opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; cada cidadão pode por isso falar, escrever, imprimir livremente (...)*” (Declaração dos direitos do homem, p. 146). São os grandes veículos de imprensa empresariais que se colocam como guardiões desses direitos.

Provém da imprensa liberal a idéia de Quarto Poder, proposta em 1828 na Inglaterra, por Thomas Macauley (Moretzsohn, 2002, p. 59). Esse poder estaria colocado acima dos conflitos sociais, a ponto de ser capaz de imparcialmente julgar os atos dos demais poderes institucionalizados, sendo visto como uma “entidade” que vigiaria os outros poderes. O caráter vigilante faria da imprensa um sensor, que observaria e denunciaria eventuais irregularidades, o que seria feito em nome de toda a sociedade. Para que isso funcione a imprensa deve ser entendida como um agente neutro, tendo direito a acesso primordial às informações, para delas fazer as checagens e a divulgação que achar necessário, mas supondo que sempre o resultado de seu trabalho será a notícia, um relato verdadeiro dos fatos. A população daria uma representação política ao jornalista, que por sua vez seria o vigilante dos poderes constituídos. O “compromisso com o leitor” daria aos órgãos da imprensa o status de um sujeito acima dos demais, que poderia transitar no meio político sem com ele se confundir.

Encontramos reiteradamente a expressão de que “*a informação, mais do que nunca, constitui o quarto poder*” (Paillet, 1986, p. 5). Essa perspectiva já foi criticada: “*a proposta do jornalismo como mediador nos termos expostos pela idéia de*

'quarto poder', jamais se realizou, nem pode se realizar, não só porque apenas disfarça o caráter ideológico inerente a todo discurso como porque ignora as condições em que o jornalismo é praticado". (Moretzsohn, 2002, p. 57) É correto dizermos que a imprensa vigia o poder. E faz isso supostamente em nome de todos, o que se consubstancia dizendo que fala em nome da "sociedade brasileira", do "país", etc. No entanto, isso é uma expressão ideológica que oculta que o papel de cão de guarda exercido pela grande imprensa se dá em nome dos próprios interesses das empresas jornalísticas e suas relações de classe. É absolutamente seletiva na escolha dos "desmandos" que denuncia e das cobranças que faz ao poder instituído.

Daí deriva a noção de "*responsabilidade social do jornalismo*" (Novelli, 2002, p. 189). Essa visão surgiu nos Estados Unidos, a partir de 1947, defendendo que a imprensa deveria "*proporcionar um relato verdadeiro, completo e inteligente dos acontecimentos diários dentro de um contexto que lhes dê significado*" (Moretzsohn, 2002, p. 57). A imprensa deveria contextualizar o fato dando-lhes significação, ou seja, relatar e expressar sua opinião no mesmo ato, mas sem que isso seja claramente dito, pois a regra define que os espaços de posicionamento sejam aqueles dos editoriais ou os "pontos de vista" assinados.

Tudo isso mostra a existência de limites à liberdade editorial. A liberdade de expressão e a construção de instrumentos de contra-hegemonia (imprensa alternativa, sindical, associativa), têm que enfrentar os limites impostos pela propriedade dos meios de produção, de distribuição e da concentração empresarial. O problema aumenta na medida em que ocorre o desenvolvimento das tecnologias de impressão e de distribuição, tornando cada vez mais inacessível o acesso à circulação de informações senão pelos proprietários de poderosos complexos industriais nos quais se transformaram os parques gráficos das grandes empresas jornalísticas. Continua atual a sentença de Cláudio Abramo sobre "a regra do jogo": "ao longo de minha experiência de chefe de

redação deixei de publicar coisas dos outros. É um direito lícito do dono. Devo ter suprimido milhares de matérias ao longo de trinta anos. Não podia publicar, porque era contra a linha do jornal. Daí não existir liberdade de imprensa para o jornalista; ela existe apenas para o dono” (Abramo, 1988, p. 117).

Os trabalhos de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado mostram justamente que no início do século XX os grandes jornais se assumiam como liberais. Esse padrão segue sendo aceito para explicar a grande imprensa no final do século XX, como aponta Francisco Fonseca. A grande imprensa foi essencial na construção do que Fonseca chamou de “consenso forjado”, ou seja, a formação de uma agenda ultraliberal. Segundo ele, a grande imprensa é “a instituição que, nas sociedades complexas, é capaz de simultaneamente publicizar, universalizar e sintetizar as linhas ideológicas” (2005, p. 29). Sua grande arma seria a veiculação de ideais que influenciam na formação da chamada *opinião pública*. A imprensa é

Uma das instituições mais eficazes na inculcação de idéias no que tange a grupos estrategicamente reprodutores de opinião – constituídos pelos estratos médios e superiores da hierarquia social brasileira –, caracterizando-se (seus órgãos) como fundamentais aparelhos privados de hegemonia – isto é, entidades voltadas à propagação de idéias tendo em vista a obtenção de hegemonia. (Fonseca, 2005, p. 30)

Assim, a imprensa é liberal não apenas por ser filiada a um “partido liberal”, nem apenas para distinguir-se da imprensa “conservadora”, como se colocava o debate político no início do século XX. Se essa distinção não serve para definir o debate do final do século, a categoria liberal segue sendo duplamente importante. Primeiro porque os próprios meios de comunicação a reivindicam, trazendo uma vaga idéia de “liberalidade” associada à pretensa liberdade de expressão inerente ao jornalismo (o que sabemos ser uma balela). Em segundo lugar, porque a grande

imprensa mostrou-se efetiva construtora do neoliberalismo brasileiro nos anos 1990, como também buscamos comprovar ao estudar o papel da revista *Veja* ao longo da década de 1990 (Silva, 2009). Poderíamos ainda acrescentar que liberal é a teoria que explica e defende o funcionamento do sistema capitalista, em oposição à teoria marxista que busca com ele romper, embora com isso corramos o risco de ser considerados ideológicos, como se fosse uma ofensa definir de forma clara e precisa um posicionamento.

Concluimos que a partir dos anos 1950, no Brasil, foram fundamentais as influências do jornalismo liberal empresarial norte-americano, que levaram a uma maior dependência com relação ao centro da reprodução do sistema do capital. Veremos que desde o início do século XX há importante imprensa que se coloca no campo liberal. Mas os anos 1950 são um marco importante em determinadas características “liberais” da imprensa, a adoção do padrão “americano” de jornalismo, seja no estabelecimento de “padrões de qualidade”, seja nas formas de enquadramento do trabalho jornalístico.

Várias mudanças tornaram as empresas jornalísticas progressivamente dependentes do capital para sua manutenção. Não seria correto dizer que anteriormente os jornais não possuíam vínculos com o capital. Mas, o que os caracterizava era o seu caráter diretamente vinculado à sociedade política, sem prejuízo de sua ação de classe. Ou seja, eram jornais ligados explicitamente a partidos ou grupos políticos, como discutiremos adiante. Cada partido tinha seu jornal, que se caracterizava por ser geral, propor uma interpretação política, econômica, cultural, a partir dos referenciais de cada um (Sodré, 1999). Inclusive, se dizia que eram jornais de opinião. Com os novos padrões, os jornais que sobreviveram se colocavam como objetivos, sem vínculos partidários. Mas os vínculos de classe permanecem, embora se busque ocultá-los. Ao público, eles podem parecer como neutros, no máximo professando uma identificação doutrinária. Talvez por

isso os grandes partidos formais não possuem jornais próprios, porque a relação com os jornais empresariais é mais frutífera. Mesmo que para isso tenham que se submeter a outras regras, como a necessidade da imprensa aparecer como neutra, não explicitar apoio formal a partidos e apenas a projetos parece ser uma fórmula mais eficiente. E ainda permite fazer críticas pontuais, e se colocar como estando de fora do processo político e econômico ocultando seus vínculos diretos. Um bom exemplo foi a forma como a revista *Veja* tratou o governo FHC: mesmo sendo sua apoiadora incontestada, buscava vigiá-lo permanentemente de qualquer desvio programático ou cedências às pressões externas (Silva, 2010).

Se o modelo anterior “de opinião” fora relegado ao passado, os jornais estariam livres para se colocar como “empresas”. Isso implicou em criar a aparência de objetividade e neutralidade, partindo da desvinculação direta com a sociedade política, mas ficando livre para agir partidariamente no sentido de classe. A desvinculação formal de um partido político atende exatamente a esse interesse, pois o jornal não deixa de ser portador de “opiniões”, mas pode assim se auto-proclamar “independente”.

As influências das concepções empresariais na imprensa brasileira passam a ser muito fortes e incentivadas não apenas pelos jornais brasileiros, mas também por órgãos da imprensa norte-americana, que pagavam cursos para que jornalistas brasileiros fossem em suas sedes conhecer sua forma de produzir jornalismo. Inclusive, ofereciam bolsas de estudos para jornalistas brasileiros, como narra Carlos Lins Silva, que também fez sua formação nos EUA e atuou posteriormente como intelectual orgânico no jornal *Folha de São Paulo*. Ele considera altamente benéficas essas influências (1991).

Na década de 1950 “o modelo norte-americano se implantou no jornalismo nacional, provocando não só a modernização das empresas e dos textos, mas também a profissionalização dos jornalistas e a constituição de todo um ideário sobre o que era o

jornalismo e qual era a sua função social". (Ribeiro, 2000, p. 8) A autora diz que com as reformas ocorridas nesse período demarca-se "a passagem do jornalismo político-literário para o jornalismo informativo" (Ribeiro, p. 25), o que se dá sob os parâmetros estadunidenses. A questão maior que estava em jogo era que "a imprensa deixa de ser definida como um espaço do comentário, da opinião e da experimentação estilística e começa a ser pensada como um lugar neutro, independente" (p. 26). Talvez melhor seria dizermos que o padrão da neutralidade passa a ser visto como moderno, e torna-se modelo para a imprensa em geral que queira se constituir como grande empresa e empregadora de jornalistas profissionais, o que acaba abrindo campo para sua atuação partidária nos termos que estamos discutindo. O caráter empresarial e ideológico do modelo estadunidense é evidenciado por Sodré, que conclui por uma crise da imprensa, naquele período:

Na medida em que os monopólios norte-americanos se instalam e se expandem no Brasil, têm a necessidade, também, de estabelecer, aqui, o controle da opinião: **esse controle deriva da penetração daqueles monopólios**. O imperialismo, depois de dominar o mercado de coisas materiais, procura dominar o mercado da opinião e, assim, depois que se instala, instala a **sua** imprensa. E começa essa imprensa a difundir que "a solução dos nossos problemas está nos Estados Unidos". (Sodré, p. 438. Grifei)

Os exemplos dessa expansão citados pelo autor são as revistas de histórias em quadrinho da editora Abril e a revista *Realidade*. Ou seja, a editora é uma das portas de entrada desse modelo de fragmentação editorial e domínio ideológico. J. S. Faro aponta aspectos que considera positivos no lançamento desta revista, bem como de todo esse processo em curso de profissionalização. Para ele, a "nova organização empresarial", que permite "a imprensa estar modernamente vinculada à dinâmica cultural" (Faro, 1999, p. 75), e a qualificação técnica e formação universitária do profissional de imprensa, seriam fatores

positivos daquele momento.

Mas, no seu trabalho ele mostra que mesmo *Realidade*, que passa a ser vista como um modelo de jornalismo investigativo para a imprensa brasileira, não foi imune ao que chamaríamos de construção da hegemonia do capital monopolista, que naquele momento era profundamente marcada pelo anticomunismo. Esse posicionamento pode ser localizado no que o autor chama de “*padrões de modernidade ocidental que o pós-guerra havia instituído*” (Faro, p. 209). Essa posição pode ser observada nos próprios jornalistas daquela época, que oscilavam entre uma visão crítica e os benefícios da racionalização e “objetividade” imposta ao seu trabalho, como pode ser percebido nos *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, editados pelo *Jornal do Brasil*. Esse foi, aliás, o jornal pioneiro em mandar seus jornalistas aos cursos da Sociedade Interamericana de Imprensa nos EUA. (SILVA, Carlos. p. 83).

Na medida em que as empresas crescem, as máquinas e o próprio papel para impressão são importados, e cada vez mais caros, mais sofisticados, o que aumenta cada vez mais a dependência de fatores externos como: tecnologia importada, modelos jornalísticos; mas também internos: empréstimos, incentivos fiscais que são feitos por intermédio do estado e suas agências, ou seja, constituindo-se moedas de trocas políticas. A junção desses elementos acaba levando a comprometimentos políticos de todo tipo, em uma relação dupla: a nova empresa jornalística necessita do capital; o capital precisa da imprensa. Para esse período, relatos importantes são dados por Samuel Wainer, que apontava para o “peso das empreiteiras”, num momento de modernização das estradas e da construção civil em geral (Wainer, 1987). Com a progressiva oligopolização, esses interesses se misturam. Não se trata apenas daquilo que os anunciantes supostamente obrigam a dizer, mas de que anunciantes e veículos têm necessidades comuns a construir e preservar.

OUTRAS FORMAS DE ABORDAR A IMPRENSA: ENSINO E DISCURSO

Antes de prosseguirmos, vamos abrir um parênteses apresentando a questão do estudo da imprensa pelo ensino de História e pela análise de discurso. Isso porque são formas importantes e complementares do estudo da imprensa e seu papel político. O ensino de história propondo compreender como funcionam os jornais; a análise de discurso caracterizando sua funcionalidade ideológica.

Há avanços do ponto de vista da análise crítica da imprensa, inclusive com produção de materiais de discussão didática, voltados ao ensino médio, que buscam visões amplas sobre os jornais. Entretanto, nos parece que esses materiais pouco avançam no sentido da compreensão da totalidade que envolve um jornal, ou seja, conhecer as regras e condições de produção, o trabalho jornalístico, as opções de edição, o uso da imagem e do fotojornalismo. O livro *Para ler e fazer o jornal na sala de aula* apresenta uma interessante proposta de estudo, aprofundando elementos textuais e relativos à forma do jornal. Os autores alertam que “por mais ‘neutro’ que se apresente, qualquer texto noticioso é uma versão interessada de um acontecimento ou de um conjunto de acontecimentos” (Faria e Zanchetta, 2002, 70-71). Por isso, defendem que é preciso alertar os alunos a tomarem “com cuidado a informação recebida”, dado o seu caráter possivelmente ideológico. Nos parece que é preciso ir além, insistir nesse aspecto de forma mais contundente, buscando também inserir o jornal no espaço e tempo em que existem, para com isso poder situá-los historicamente.

O risco que se corre em apenas chamar atenção para o possível caráter ideológico do texto jornalístico é a criação de uma falsa expectativa de que se o jornal for “correto” poderá enfim ser neutro, o que não é um bom ponto de partida. É como se fosse aceito o caráter de “quarto poder” da imprensa, mesmo que às vezes ela se desviasse. Quem assiste ou lê com frequência o

Observatório da Imprensa deve ter percebido a recorrência com que o seu diretor, Alberto Dines, um grande jornalista brasileiro, insiste em lançar perguntas que questionam se “a imprensa agiu como quarto poder” em determinada situação ou se desviou-se de sua função. Há, portanto, uma dificuldade provinda do próprio jornalismo, em aceitar que na imprensa sempre há tomada de posições. Sempre se defendem idéias e projetos. Ademais, vale lembrar que mesmo jornais de esquerda, de oposição, alternativos, ou como se queira chamar, possuem posição, não são neutros nem portadores de verdades universais. Suas verdades estão na medida dos projetos sociais aos quais representam.

Cabe referenciar que há uma série de trabalhos extremamente importantes que ajudam o historiador na crítica ao material jornalístico, que são os materiais provenientes das distintas formas de análise de discurso. Destaca-se nesse campo o trabalho de Nilton Hernandes. No livro “A mídia e seus truques”, o autor apresenta uma ampla discussão, com uma proposta de análise de jornais, a partir da perspectiva da semiótica. Discute as questões da “verdade” e objetividade no texto jornalístico. Também se dedica a problematizar as formas da persuasão, sempre apresentando exemplos concretos de análise. Suas análises específicas são muito profícuas: radiojornalismo, telejornalismo, jornalismo impresso e jornalismo na internet recebem capítulos próprios, onde se pode introduzir de forma bastante interessante e crítica o funcionamento da mídia. O autor propõe abarcar “certos aspectos da produção de sentido desses objetos” (Hernandes, 2006, p. 9), onde o objeto jornalístico é o eixo de sua investigação.

ESTUDANDO A IMPRENSA LIBERAL

É importante seguir a crítica ao papel que a imprensa se auto-atribui enquanto “liberal”. Essa posição está relacionada com

o lugar e intencionalidade dos sujeitos: seja dos sujeitos da imprensa, seja dos historiadores que se debruçam sobre ela. É muito comum, por exemplo, encontrarmos “histórias da imprensa” escrita por jornalistas que muitas vezes reproduzem visões pouco críticas sobre os veículos nos quais trabalharam, outras vezes apresentam “bastidores” dos jornais e revistas, mas quase sempre incidem na interpretação da imprensa como um sujeito a contribuir para o bom funcionamento da sociedade capitalista, nomeada como “liberal”. O “ser liberal” é um simpático eufemismo para recusar nomear a imprensa como parte do sistema capitalista. Já iniciamos a mais tempo essa discussão, e nossos estudos tendem a confirmar essa hipótese:

A predominância da visão *liberal* faz parte do processo de ocultamento da função histórica da grande imprensa: a manutenção da acumulação do capital. A denominação “liberal” é a forma mais usual de interpretação, usada pela própria imprensa (...). Mas também é correntemente usada por leituras críticas, aparecendo como sendo a própria natureza da imprensa, como se a ela coubesse: vigiar o poder, aferir a opinião pública, ter responsabilidade social, garantir a liberdade de opinião. Estes são valores comumente associados à imprensa “liberal”, ou simplesmente “grande imprensa”, e que aparecem como sendo a própria natureza da imprensa. Quando se observa que ela não cumpre com esses preceitos, se avalia que se trataria de “desvios” de função que precisariam ser corrigidos (SILVA, 2005).

Assim, nos parece que a grande imprensa, seus sujeitos, empresários, jornalistas, e demais profissionais criam em torno de si um padrão, oriundo do início do século XX no Brasil, para definir aquilo que seria sua natureza.

Um dos marcos desse paradigma seria a questão da “liberdade de expressão”, transformado em quase um tabu da imprensa “liberal”. Sempre que a imprensa fosse cerceada em seu direito de escrever o que quisesse, haveria um ataque aos direitos da sociedade. Entretanto, esse direito é absolutamente parcial. Primeiro, porque esbarra na “liberdade de impressão”, ou

seja, o poder econômico dos grandes veículos sempre é maior do que aquele dos pequenos veículos / alternativos de se expressarem. Em regimes de exceção, ambos são censurados, como mostra Aquino (1999), mas essa censura ataca-os de forma distinta enquanto empresa jornalística. Mesmo em momentos de censura, a corda sempre pende mais para o lado dos pequenos, pois eles tem dificuldades de se manter publicando outros textos alternativos ou superando prejuízos impostos pela censura. Aliado a isso percebemos que historicamente os grandes veículos de comunicação não se colocam na defesa do direito de expressão dos pequenos veículos de comunicação, entendidos como concorrentes de disputa de opinião, ou de “mercado”. Por fim, segue válida a expressão de Claudio Abramo de que a liberdade do jornal é a “liberdade do dono”, como já afirmado, que define a linha a ser adotada. Claudio, que foi editor da *Folha de São Paulo* e da revista *Senhor*, é bastante claro:

O Estado não é capaz de exercer o controle, e sim a classe dominante, os donos. O Estado influi pouco, porque é fraco. Até no caso da censura, ela é dos donos e não do Estado. Não é o governo que manda censurar um artigo, e sim o próprio dono do jornal. Como havia censura prévia durante o regime militar, para muitos jornalistas ingênuos ficou a impressão de que eles e o patrão tinham o mesmo interesse em combater a censura. (Abramo, 1988, p. 118)

Conclui que “daí não existir liberdade de imprensa para o jornalista; ela existe apenas para o dono”. Essa seria uma postura legítima encampada pelo jornalismo brasileiro: o dono define o que publicar, quem contratar, o que noticiar. Isso significa que há uma unidade editorial organizada e definida pelos proprietários do jornal, e que portanto suas escolhas sobre o que publicar são uma seleção a partir do que eles querem propor aos seus leitores, o que eles querem que seja lido. Abramo, que se colocava como identificado com o trotskismo, era claro: “o jornal não era marxista.

O que eu faço é obedecer à regra do jogo” (Abramo, 1988, p. 119). Ele explica no livro que era cobrado por seus companheiros de militância, mas sempre defendia que sua posição, no jornal, era a posição de supervisionar que a voz do dono prevalecesse.

Percebe-se de antemão que o padrão americano de jornalismo que prega o “direito ao contraditório”, à opinião divergente e a ouvir o outro lado, nunca foi adotado como modelo pela imprensa brasileira, senão como peça propagandística como o faz a *Folha de São Paulo*. A esclarecedora fala de Abramo, que não deixa dúvidas sobre o papel político do jornal, nos lembra uma categoria trazida por Eliseo Verón, estudioso da lingüística: a idéia de contrato de leitura estabelecida entre o produtor do sentido e aquele que o recebe, mediado pela mensagem, um problema que vai “da produção de sentido até a ‘consumação’ de sentido, sendo a mensagem o ponto de passagem que sustenta a circulação social das significações” (Verón, 2004, p. 216.). O autor aprofunda a questão tratando de revistas semanais ditas “de informação” e mostra que a disputa ideológica não pressupõe que os jornais e revistas queiram falar “para todos”, mas seu discurso recorre a um corte ideológico. Serão lidos por aqueles que com ele se identificarem. Está aqui implícito que a imprensa, em que pese querer “tratar de tudo”, faz isso de forma absolutamente parcial, recortando e escolhendo seus textos escritos e imagéticos de acordo com sua posição social. Ou seja, longe ficamos de uma definição de jornalismo neutro ou descomprometido ideologicamente com a realidade social.

AS TESES NA HISTÓRIA

Dissemos acima que parte da historiografia reproduz a idéia de que a imprensa seria um agente do “quarto poder”, e que acompanham o próprio discurso jornalístico que se recusa a colocar os veículos de comunicação como parte do processo capitalista. Uma boa exceção a essa tese está no livro já clássico de Nelson

Werneck Sodré, que não apenas coloca a imprensa como detentora de interesses sociais como a nomeia como “imprensa burguesa”, aquela que vai buscar atingir diretamente a nova pequena burguesia leitora no início do século XX (Sodré, 1999, p. 356). Ela acompanha o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e da criação de uma classe media leitora. Portanto, é burguesa por dois motivos: seu papel no desenvolvimento capitalista (imprensa “empresarial”), e pelo público que busca atingir. O crescimento da imprensa brasileira no início do século XX está, para o autor, diretamente associado às necessidades da “aguerrida vanguarda pequeno-burguesa” (Sodré, 1999, 362). Ele diz que o próprio movimento Modernista foi acontecendo em sintonia com o que se publicava nos jornais, que passavam a ser um espaço de difundir, prorrogar o debate e levá-lo além do espaço estritamente artístico. O interessante na narrativa de Sodré é que ele vai construindo a história da imprensa juntamente com a história brasileira daquele momento. Ou seja, não há história da imprensa fora do contexto e das relações sociais nas quais se insere.

Maria Helena Capelato em seu estudo sobre “os arautos do liberalismo” chama atenção para o caráter atuante dos jornalistas na construção de uma dada visão de mundo. E mostra que essa atuação não se dá como um todo projetado e acabado:

Quando me refiro a projetos (dos liberais ou de seus opositores) é preciso esclarecer que eles não eram anunciados explicitamente (ou seja, elaborados como um programa), mas produzidos na ação política. Assim, o meu reconhecimento dos pressupostos liberais se faz em suas exteriorizações concretas, imbricadas na prática jornalística (Capelato, 1988, p. 13).

O livro vai mostrando a construção desse projeto e apontando para o fato de que nele não cabem apenas os discursos políticos ou parlamentares, mas também uma dada concepção sobre como deve agir e pensar a própria classe trabalhadora: “as ‘elites modernas’ forjariam a consciência nacional promovendo a

transformação da massa inculta em cidadãos ordeiros e respeitadores dos valores cívicos e patrióticos. A ação pedagógica, nesse caso, visava a conscientizar cada brasileiro de que ele deveria concorrer para o bem comum” (Capelato, 1988, p. 147). Essa era uma tônica que seria levada adiante por toda a grande imprensa nos anos 1930, como mostram outros trabalhos da autora. A essa construção de uma dada visão ordeira e “trabalhadora”, se somaria o papel do perigo comunista como uma ameaça que permearia a classe trabalhadora. As campanhas anticomunistas eram recorrentes em toda a grande imprensa brasileira na primeira metade da década de 1930 (Silva, 2001).

Se tomarmos estudos sobre período mais afastado, encontraremos uma ordem lógica não muito diferente. Arnaldo Contier mostra no seu *Imprensa e ideologia em São Paulo*, sobre o início do século XIX, que os jornais eram portadores do que ele identifica como ideologia, associando a ideologia dominante à problemática social e econômica do Brasil daquele período (Contier, 1979, 17). A ideologia dominante aparece de forma implícita no seu detalhado estudo, que mostra como ela vai sendo construída pelos jornais por ele estudados. Os agentes sociais presentes nos jornais são os sujeitos de “atitudes políticas”, sendo o seu texto uma parte desse mesmo processo.

A discussão sobre o caráter liberal da grande imprensa ganhou nova dimensão com o trabalho de Francisco Fonseca, que analisa justamente o papel da grande imprensa na formação da agenda ultraliberal no Brasil, centrando sua pesquisa nos grandes jornais paulistanos e cariocas. Há um processo contínuo de forjamento de uma agenda mínima, que vai sendo defendida nas páginas dos jornais, que realizam verdadeira “militância” em torno de determinadas questões programáticas. Assim aparecem *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, disputando posições liberais, mas apresentando-se de forma ambíguas, de acordo com a conjuntura e as frações de classe específicas nas quais atuam. Todos, ao fim, atuando na produção

de consenso político em torno da Agenda Ultraliberal. A imprensa é, assim, “uma das instituições mais eficazes na inculcação de ideias no que tange a grupos estrategicamente reprodutores de opinião”, e caracteriza seus órgãos como “aparelhos privados de hegemonia – isto é, entidades voltadas à propagação de ideais tendo em vista a obtenção da hegemonia” (Fonseca, 2005, 30). A essa discussão voltaremos adiante, mas fica já o registro da imprensa como possível aparelho de hegemonia, abrindo um leque de questões à reflexão.

No livro *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*, percebemos já no próprio título uma intencionalidade ao definir o papel de dada revista: um projeto de nação, que requer um dado tipo de ação. Já de início diz Luca: “a análise das várias interpretações produzidas permite divisar os parâmetros a partir dos quais essa intelectualidade elaborava sua visão de mundo, o arsenal analítico que manejava e a missão social e política que se auto-atribuí” (Luca, 1999, p. 18). Trata-se, portanto, de uma ação premeditada, uma ação “intelectual”, que se vincula a um dado projeto, a construção da idéia de nação no início do século XX, fato essencial para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Nas palavras da autora, “poucos discordariam que (...) a intelectualidade outorgou-se a capacidade de explicar a *realidade nacional* e de propor projetos que (re)colocariam o Brasil nos trilhos” (Luca, 1999, 19). Distintas imagens de progresso eram associadas ao “progresso e racionalidade burguesa”, espécies de imagens sínteses: trem, velocidade, trilhos.

Aparece aqui uma importante idéia, a da existência de uma “elite intelectual”, “investida da missão de revelar a verdadeira face da nação e de traçar as linhas de força para o futuro. O credenciamento para a tarefa proviria de uma suposta qualificação para desvendar as regras de funcionamento do social e desse modo formular, a partir de dados e critérios objetivos, políticas de ação” (Luca, 1999, p. 19). A autora critica uma visão linear sobre a influência da “geração de 1870”. Segundo ela, é simplificadora

como o fortalecimento do movimento operário e de suas organizações ou o crescimento das camadas médias urbanas. Ela reclama o pouco caso dado às “problemáticas associadas à história intelectual e cultural, quer em sua versão tradicional de uma história das idéias, quer incorporando as novas abordagens inspiradas pela antropologia simbólica e pela teoria literária, permanecendo em segundo plano” (Idem). A autora completa o raciocínio dizendo que isso implicou que a versão elaborada pelos “novos detentores do poder” acabou sendo aceita de forma acrítica pela historiografia, “no sentido de que consagra a voz de um no lugar da fala de muitos” (Luca, 1999, p. 24). Segue a autora apresentando outros autores que teriam contribuído para quebrar essa linearidade, o que foge aqui à nossa problemática. O que nos importa é destacar o caráter projetual da concepção de nação, uma categoria que era apresentada “enquanto uma categoria naturalizada, dotada de concretude, ainda que pouco permeável a definições objetivas” (Luca, 1999, p. 33). A categoria precisa tornar-se em algo que faça sentido e que seja visto como um processo em construção, e não como um já-la no projeto dos “construtores da nação”, nas palavras da autora, citando a revista: “redespertar a consciência nacional”.

Estamos diante de um problema na nossa investigação: a chamada “história intelectual” leva necessariamente a abandonar elementos lineares e processuais? Não serão os intelectuais também parte de um projeto? Não será também parte do desenvolvimento do capitalismo, intrínseco a ele a concepção de mobilidade dos processos ideológicos, ou, nos termos de Gramsci, hegemônicos?

A leitura de trabalhos que tratam da questão da censura talvez nos ajude a visualizar uma vez mais a existência de projetos e intencionalidades na imprensa. O texto mais importante é o “Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978)”. Nele a autora trata do “exercício cotidiano da dominação e da resistência n’O Estado de São Paulo e no jornal Movimento. Aquino mostra que

tanto jornais alternativos como grandes jornais empresariais foram censurados durante a ditadura militar brasileira. Isso nos colocaria o problema de pensar se então os projetos de um e de outros meios de comunicações se equivaleriam. Apenas implica, como indica a autora, que a censura não foi aleatória, mas programada e sistemática. A autora conclui em seu trabalho que há uma diversidade, demonstrada dentro do jornal Movimento, e que os cortes eram distintos, “muito diferente daquela processada na grande imprensa”, constatando uma “diversidade de atuação censória” (Aquino, 256), relacionada com as posições distintas: “uma lógica interna enraizada na defesa dos interesses dos grupos presentes no Estado autoritário e no projeto político que conceberam para o país” (Idem). Ou seja, mesmo o aparato da censura está relacionado ao projeto específico do órgão de imprensa que se busca analisar. Que todos tenham sido censurados não significa que tenham sido da mesma forma, nem que o peso da censura tenha incidido na mesma maneira na forma organizativa e empresarial de cada veículo de comunicação.

Nesse âmbito da discussão é necessário referir o trabalho de Beatriz Kuschnir, que se preocupa em discutir os papéis do jornalista e do historiador. Para a autora, “as empresas de comunicação vendem um serviço. Ao comprarmos um impresso, adquirimos uma informação” (Kushnir, 2004, p. 30). Para ela, “o poder e a existência da imprensa são frutos das revoluções modernas, da preocupação com a construção de direitos e deveres do cidadão, e baseiam-se em uma conduta. Também inspirada no bem comum, na verdade e na lei, a imprensa reflete uma etiqueta/regra de convivência” (Kusnir, p. 55). Pesquisando a atividade de censores, jornalistas que realizavam a censura de outros jornalistas, a autora pontua que “em princípio, a imprensa deve fiscalizar o poder, ao mesmo tempo em que se tornou uma empresa de cunho privado e seguindo as leis do mercado, o que compromete a utópica independência do jornalismo”. Ou seja, sendo empresa, possui outros interesses a zelar além da vigilância do poder.

Segundo Marialva Barbosa, em obra que busca historicizar a história da imprensa brasileira no século XX, os jornais podem ser entendidos como parte do processo político em disputa em dado momento histórico. “Esse embate deve ser entendido como ação de forças concorrentes pela formulação de uma dada visão do mundo social. Assim, esses periódicos lutam por hegemonia, no sentido de Gramsci, tentando conquistar o poder simbólico de fazer ver e fazer crer, predizer e prescrever, dar a conhecer e fazer reconhecer”, lançando mão de Bourdieu para concluir que se trata de um embate entre “o papel de divulgador, estruturador e centralizador das visões de mundo da sociedade. Dessa forma, mesmo em confronto, estão situados em campo idênticos” (Barbosa, 2007, p. 183). Idênticos na medida em que seriam momentos da disputa de hegemonia, que seria portanto, passível de disputas em iguais condições. Somos levados, a partir das distintas contribuições elencadas, a uma problematização do papel político e social dos meios de comunicação. Suas posições não são unívocas, são disputadas, constituem luta hegemônica.

A IMPRENSA COMO PARTIDO

Abordaremos agora autores que com distintas perspectivas compreendem a imprensa como partidos, a partir de uma inspiração na obra de Antonio Gramsci. Buscamos apresentar como os autores colocam a questão para em seguida trazer algumas considerações do próprio Gramsci sobre a temática.

Denis de Moraes é um dos maiores pesquisadores da mídia brasileira, que faz a intersecção necessária entre a comunicação e a história, tem dezenas de livros publicados e organizados sobre a mídia brasileira, e remete-se ao referencial teórico de Gramsci para problematizar a temática. O primeiro passo é a relação com o todo no sistema capitalista onde se insere o mundo da comunicação. Moraes situa a “intensificação tecnomidiática” como algo que *“atravessa, articula e condiciona o atual estágio do*

capitalismo, cujo pilar de sustentação é a capacidade de acumulação financeira numa economia de interconexões eletrônicas” (34). Nesse sentido, a informação é vista como *“insumo de poder e recurso básico de gestão”*. Ela incide sobre a lei do valor e das regras de mercado sem limites éticos possíveis. A cultura-mercadoria estabelece padrões de comportamento e estilo de vida. Há até um deslocamento de *“lealdades nacionais a centros gestores de consumo”*, através de produtos que buscam parecer os únicos desejados pelos consumidores. É um mundo em que *“nem mesmo a escola é tão preponderante na formação cultural”* (41). Saindo do campo estrito da circulação, a comunicação se torna parte do processo do capital. O uso das tecnologias é apenas um dado a mais ao analisar a totalidade social, porque elas não fazem parte de um projeto universalizante, ao contrário do que nos faz pensar a idéia harmônica de *“globalização”*. O papel da comunicação nesse processo é central, mas é seletivo: *“19% dos habitantes da Terra representam 91% dos usuários da Internet”*, o que nos faz pensar sobre o uso da tecnologia para aumentar ainda mais as desigualdades sociais.

Moraes propõe uma interpretação sobre o uso da obra do filósofo italiano Antonio Gramsci. Apresenta a discussão sobre imaginário social, baseado em Backzo, associado à ideologia e ao poder da linguagem. Ao trazer Gramsci, fica claro que a cultura é parte de uma ideologia e que portanto, está permeada por relações de poder. A dominação de classes necessita de uma *“liderança ideológica e cultural”* (p. 35.) A ideologia, em Gramsci, é fator político. Algumas ideias próprias de Gramsci, tais como hegemonia, bloco histórico, ressaltam a necessidade de que um grupo social deve ser dirigente antes de assumir o poder. Ou seja, trata-se de construir a hegemonia como parte da produção de consenso. Existem momentos estratégicos nesse processo. O autor lembra que em Gramsci a hegemonia pressupõe o consenso mas não prescinde da coerção, a qual será exercida de diferentes formas pelos conglomerados midiáticos. Nesse sentido é preciso

alertar para o fato da ampliação do estado, e para não visualizarmos na sociedade civil como um todo homogêneo e necessariamente progressista. A sociedade civil é em Gramsci um lugar da luta de classes, assim como no Estado. Essa relação fundamental de Gramsci nem sempre fica clara na análise das iniciativas progressistas no campo da mídia. O autor diz claramente que a sociedade civil “é um âmbito de múltiplas relações de poder, palco de acentuadas contradições” (p. 39). E critica, corretamente, aqueles que consideram-na como “terceiro setor”, pois essa idéia implicaria em externalidade. Remete ainda para o papel dos aparelhos privados de hegemonia, que seriam “autônomos com relação ao estado estrito”, e completa que “nem sempre são privados”, mas que muitas vezes “orbitam em torno do Estado, são sustentáculos de suas ideias e difusores do senso comum fixado pelo bloco de classes hegemônico e dirigente” (p. 40). O estado, a partir de Gramsci, não pode ser visto como um bloco distante da sociedade civil, faz parte de relações sociais que apenas didaticamente são separadas.

Há uma implicação importante pra essa discussão, quando o autor diz que “Gramsci entende que a conquista do poder deve ser precedida por sucessivas batalhas pela hegemonia e pelo consenso dentro da sociedade civil, isto é, no interior do Estado em sentido amplo” (p.41), o que fica claro na contraposição aos aparelhos ideológicos de Estado althusseriano. Na correlação de forças se trataria da construção do momento ético-político, o que é necessário mais uma vez na construção de uma hegemonia. O papel preponderante dos jornais (editoras, revistas) que assumem o lugar de partidos políticos formais é ressaltado por Moraes, que cita inclusive passagens de Gramsci refutando a leitura do “jornal burguês, pois caberia à classe trabalhadora construir seus próprios instrumentos hegemônicos, construindo o “jornal integral” (p. 44). A questão a aprofundar é o momento da construção do consenso e da hegemonia. A guerra de posição não é, como alertava Gramsci, uma escolha aleatória, mas uma imposição do momento histórico.

Os homens fazem a história, mas não tem autonomia para escolher a forma e as armas, o que implica dizer que a opção pela guerra de posição não pode levar a descartar a guerra de movimento.

Essa escolha é histórica, conjuntural. O autor traz uma série de citações de Gramsci buscando a ideia da guerra de posições como “estratégia de ação transformadora, de caráter progressivo e processual” (p. 50). E segue: “Gramsci descarta a eclosão explosiva como lei geral da revolução”. Na sua interpretação, “a guerra de posições traduz-se na constante ocupação de espaços táticos na sociedade civil, com vistas a reverberar posições ideológico-culturais e políticas” (p. 51). Moraes percebe a sutileza das relações de dominação, que é também uma luta moral, e diz que nessa sociedade “está em xeque a eficácia do enfrentamento violento como única estratégia revolucionária”. Os exemplos que vai desenvolver apontam para a precisão dessa posição. Os lugares por ele estudados apresentam propostas efetivas de construção de uma comunicação contra-hegemônica, especialmente a Bolívia, a Venezuela e o Equador, em várias atividades concretas nos diferentes setores da comunicação. No entanto, é importante lembrar que alguns desses movimentos e organizações sociais que se organizam para além do Estado não abrem mão do exercício da violência como forma de reação à coerção estatal. A mudança na correlação de forças não se dá apenas no embate de ideias, mas também nas lutas sociais concretas de cada movimento social. Moraes acentua que “o paradigma da revolução como processo se ampara na continuidade orgânica de rupturas parciais que favoreçam reformas radicais na ordem vigente (...) significa ter como meta construir outra hegemonia, fundada na justiça social, nos direitos de cidadania, na diversidade informativa e no pluralismo” (p. 52 e 53). A tática das trincheiras, muito explorada por Gramsci, é um contraponto à ideia da revolução permanente, ou à “tomada do palácio de inverno” como resolução dos problemas da classe trabalhadora. Mas a construção da hegemonia da classe trabalhadora pressupõe um projeto autônomo de classe,

e nesse sentido fica a questão para entender a relação dos movimentos com os governos “progressistas” e sua luta antineoliberal. Em que medida a ampliação do estado promovida por esses governos contribuem para a efetiva formação da classe trabalhadora? É uma questão que merece ser retomada e problematizada.

Eduardo Granja Coutinho, que também trabalha com mídia em perspectiva gramsciana, aponta a questão: “Na nossa época, a tomada do poder, a criação de um novo Estado, envolve uma luta na sociedade civil pela conquista daquelas trincheiras capazes de absorver e amortecer as ‘irrupções catastróficas’ de caráter econômico (crises e depressões) e político (contestações, pressões, revoltas)” (Coutinho, 2008, p. 47). E completa:

Hoje ocupando um lugar de destaque na sociedade civil, a mídia é, seguramente, a mais importante daquelas fortificações que protegem o aparelho do Estado do impacto das crises político-econômicas. A despeito da enorme insatisfação existente na sociedade global, das periódicas crises financeiras que afetam a população do planeta, aumentando o fosso entre os ricos e os miseráveis, é ela que garante as relações de produção e propriedade, criando e recriando o consenso necessário à dominação do capital (Coutinho, 2008, p. 47).

Sobre isso não há dúvidas, o papel da mídia, como parte da sociedade civil, na criação de condições de “produção e propriedade” como apresentado pelo autor. Poderíamos ainda acrescentar a leitura feita por Marco Dantas (2002), quando ele coloca o papel central da informação na reprodução do capital, questão que não teremos como abordar aqui.

RETOMANDO GRAMSCI

As reflexões de Gramsci sobre jornalismo são o ponto de partida para avançar com relação à questão da organicidade dos

órgãos de imprensa e seu caráter partidário, pois o que dá unidade à “opinião do dono” não é fruto de um gosto pessoal. Entretanto, é necessário advertir que o autor não traz uma fórmula pronta para explicar qualquer pesquisa. Como já alertava Edmundo Dias, não se “usa” Gramsci, ele não é um autor que responde perguntas de forma fácil, e sim um grande pensador que nos ajudar a colocar questões (Dias, 1996). Da mesma forma, precisamos estar atentos para as diferenças entre o mundo de Gramsci e o nosso mundo, quase um século depois dos escritos de Gramsci. Quando Gramsci defende que os jornais são partidos, por exemplo, não quer dizer que devemos entender todo e qualquer jornal como partido. É preciso ir devagar no uso das categorias, para não incorrer no risco de não conseguir de fato perceber a complexidade do objeto em análise. Outra questão é que dada a forma como Gramsci pode organizar seu texto, suas categorias de análise não estão todas agrupadas de forma fácil. Há idéias-chaves no seu pensamento que não podem ser dissociadas para compreender a íntegra do sistema interpretativo que ele propõe. Por isso, falar de partido ou de aparelho privado de hegemonia nos obriga a entender o conceito de hegemonia, entre outros, particulares na interpretação de Antonio Gramsci.

Para Gramsci, jornais e revistas são “*meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura*” (Gramsci, 2001, p. 32), e estarão sempre articulados a um agrupamento cultural, “*mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral*”. A organicidade do jornal, dada pelas relações de classe que ele encerra, lhe confere o caráter de atuação *partidária*, atendendo a objetivos previamente definidos. Mais que isso, “*são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos*” (Gramsci, 2001, p. 218). Eles têm a dupla função: informar e opinar. E o tempo todo as duas são misturadas: a necessidade de ser informado faz com que muitas vezes se receba opinião e programa de ação partidário como sendo mera informação. As duas dimensões estão articuladas, não estão em oposição. O jornal que informa também

emite opinião.

Há sempre uma unidade em torno da qual se cria um órgão de imprensa. Ele não existe para expressar toda e qualquer posição, mas aquelas que se afinam entre si, mesmo quando nele existam espaços para expressão de posições contraditórias. Muitas vezes, a unidade precisa ser entendida em relação à editora, onde melhor se visualiza a ação empresarial, sobretudo na indústria cultural segmentadora. Isso só fortalece a unidade das revistas em separado, pois há mecanismos responsáveis pela sua unidade, sendo os editores uma parte disso.

Recorrente da visão liberal, existe uma concepção que diz que a imprensa apenas “presta serviços”. Há inclusive uma definição segundo a qual a imprensa se dividiria em imprensa de informação e de serviço. Serviço seriam revistas com dados sobre carros, corte e costura, arquitetura e construção, casa, culinária, etc. São atividades concretas ensinadas pelas revistas. Esse teria se tornado quase uma natureza da imprensa: “hoje, com raras exceções, jornais e revistas de todos os tipos, inclusive as semanais de notícias, consideram ‘servir o leitor’ parte de sua missão” (Correa, 2012, p. 211). Mas nos perguntamos, diante da fragmentação do mercado editorial atual, se essas revistas “de serviço” não são elas também parte de um projeto pedagógico, construtor de determinadas visões de mundo.

Retomamos a associação entre jornalismo e partido político proposta por Gramsci. O partido é, para alguns grupos, *“nada mais do que o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos”* e que é *“o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais”*, pois tem como papel *“elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’ até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento*

orgânico de uma sociedade íntegra, civil e política” (Gramsci, 2001, p. 24). Como qualquer partido formal, o jornal não escapa das contradições internas, e também de conflitos permanentes que a realidade lhe coloca. Diante disso, a capacidade de seu programa propor soluções é permanentemente colocada em xeque, num processo tenso de negação e reafirmação. Mas a sua atuação enquanto intelectual coletivo é a de formular, organizar e gerenciar. É, portanto, uma ação de direção e de dirigente, e a formulação se dá sempre em conjunto com outros agentes.

Uma revista como *Veja*, um jornal como *Folha de São Paulo*, são instrumentos da luta de classes, na medida em que nela se constroem embates ideológicos vivos, ou seja, aqueles que dizem respeito ao desenvolvimento histórico. Mas, como vimos, a visão liberal muitas vezes busca ocultar o fato de que a imprensa possui um “projeto orgânico, sistemático e argumentado” (Gramsci, 2000, p. 32), que se cria no âmbito da editora, como uma “estrutura material da ideologia”, que busca organizar a “estrutura ideológica de uma classe dominante, isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica” (Gramsci, 2000, p. 78). Por isso, além de agir com relação aos problemas da grande política (as questões que definem o rumo dos acontecimentos macroeconômicos e políticos), mantém uma ação permanente na pequena política (as pequenas questões e intrigas políticas que normalmente são mostradas como mais importantes).

É nas grandes questões que a grande imprensa busca influenciar, sempre apontando o rumo a ser seguido. Isso ocorre sistematicamente a partir das interpretações que são propostas acerca do real, que ampliam ou restringem a possibilidade de que o leitor perceba os elementos motores da história vivida. O seu alvo é a construção de uma organicidade em torno de uma ação de classe, criando seus próprios intelectuais, que querem buscar uma unidade de ação comum. Por isso a imprensa toma para si o papel de educação continuada, na medida em que mantém o processo

educacional escolar, pautando, dizendo informar, e ao mesmo tempo mantendo a divisão dos “lugares sociais”, ditando como cada um deve se comportar. O discurso é cuidadoso no sentido de buscar aparecer como sendo essencial para cada um, deve ser internalizado, fazer sentido na própria individualidade; ao mesmo tempo, diz ser para todos: “a nação”, o “país”, “a sociedade”. A ação pedagógica ensina também o sujeito a se comportar de acordo com as mudanças de seu mundo, ou seja, o processo de criar necessidades, de criar o seu consumidor, e mais que isso, um novo *estilo de vida*. Há uma inversão do sujeito, pois os leitores deveriam apenas “se adaptar” às mudanças que a revista “vai mostrar”.

Assim como ocorre com os demais partidos burgueses, a imprensa se vincula a associações com partidos formais, com outros órgãos de imprensa, e outras formas associativas, apontando para a constituição de estados maiores e *think tanks*, ou seja, organizações onde são formuladas as linhas gerais da ação de classe. A reprodução do capital necessita de defensores que em níveis diferenciados ajam nos embates políticos. A hegemonia não se dá de forma homogênea, mas é historicamente construída e cotidianamente defendida.

O projeto de dominação não é criado por um jornal ou revista específico, tampouco é elaborado no âmbito exclusivo da imprensa, mas remete a uma experiência organizacional mais ampla, seus estados-maiores. Por isso, os grandes jornais e revistas podem ser vistos como os grandes “intelectuais orgânicos do capital”. E estão indissociados do caráter teórico e ideológico de defesa do neoliberalismo e a sua existência prática. Ou seja, fazem parte do “*governo mundial das empresas*”, em expressão de impacto usada por Chomsky.

Existe um pequeno texto de Perseu Abramo em que ele faz uma interessante relação entre os órgãos de comunicação e os partidos políticos, destacando-se:

Da mesma forma que os partidos têm seus manifestos de fundação, seus programas, suas teses, os órgãos de comunicação têm seus

projetos editoriais, suas linhas editoriais, seus artigos de fundo; os partidos têm estatutos, regimentos internos e regulamentos; os órgãos de comunicação têm seus manuais de redação, suas normas de trabalho; os partidos tem seus filiados, seus militantes, seus quadros dirigentes centrais e intermediários. Os órgãos de comunicação têm o equivalente: empregados, chefes, diretores (Abramo, P. 2003, p. 44).

Completaríamos que os meios de comunicação chegam onde os panfletos partidários têm dificuldades, não seriam aceitos por “apoliticidade” dos leitores, enquanto os textos das revistas são devorados como “notícias”. Assinar uma revista não seria semelhante a assinar uma ficha, ainda que temporária, de um partido político?

Concluimos de tudo isso que a temática da imprensa na historiografia é envolvente, na medida em que diz respeito às relações sociais que configuram a sociedade. Os embates presentes na sociedade também estão presentes nos seus meios de comunicação. A imprensa não é dissociada dessas relações sociais, mesmo que na aparência se trate apenas de empresas, são empresas que lidam com uma mercadoria preciosa, a formação de opinião, a criação de um senso comum. Na medida em que essa produção de senso comum passa a ser organicamente vinculada a outros centros produtores de consenso, outros think tanks, institutos e centros formuladores de pensamento, podemos estar diante de verdadeiros aparelhos privados de hegemonia.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. SP, Companhia das Letras, 1988.

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. SP, Perseu Abramo, 2003.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado autoritário* (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de

São Paulo e Movimento. Bauru, Edusc, 1999.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Brasil, 1900-2000. RJ, Mauad, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. Imprensa paulista. 1920-1945. SP, Brasiliense, 1988.

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

CONTIER, Arnaldo. *Imprensa e ideologia em São Paulo*. 1822-1842. SP, Vozes, 1979.

CORREA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina. (Orgs) *História da imprensa no Brasil*. SP, Contexto, 2012.

DANTAS, Marcos. *A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais*. Contraponto, 2002. 2a ed.

Declaração dos direitos do homem. *A Revolução Francesa*, 1789-1989. São Paulo, Editora Três, 1989.

DIAS, Edmundo Fernandes (Org.) *O outro Gramsci*. 3a ed. SP, Xamã, 1996.

FARIA, Maria Alice e ZANCHETTA JR, Juvenal. *Para ler e fazer o jornal na sala de aula*. SP, Contexto, 2002.

FARO, J. S. *Revista Realidade*. 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira. Porto Alegre, Age / Ulbra, 1999.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado*. SP, Hucitec, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Vl. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vl. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. RJ, Tempo Brasileiro, 2003.

HERNANDES, Nilton. *A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. SP,

Contexto, 2006.

JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e poder: ligações perigosas*. São Paulo, Salvador, Hucitec, Edufba, 1996.

LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. SP, EdUNESP, 1999.

MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em 'tempo real': o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro, Revan, 2002.

NOVELLI, Ana Lucia. O Projeto Folha e a negação do quarto poder. In: MOTTA, Luiz Gonzaga. (Org.) *Imprensa e poder*. Brasília, EdUnB, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PAILLET, Marc. *Jornalismo. O Quarto Poder*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro nos anos 50*. Tese de Doutorado, UFRJ, Escola de Comunicação, 2000.

SILVA, Carla. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros*. Porto Alegre, Edipucrs, 2001.

SILVA, Carla. *Veja: o indispensável partido neoliberal*. Cascavel, Edunioeste, 2010.

SILVA, Carlos Lins. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo, Summus, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Historia da imprensa no Brasil*. 4ª Ed. RJ, Mauad, 1999.

VERÓN, Eliseo. *Fragments de um tecido*. São Leopoldo, EdUNISINOS, 2004.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1987.

A REVISTA VEJA E AS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Edina Rautenberg

EMPREITEIRAS, DITADURA E IMPRENSA

O período do chamado “milagre econômico”, ocorrido durante a ditadura civil-militar brasileira, foi marcado pela proliferação dos grandes projetos. O setor da construção civil, além de atender a demanda de construção de infra-estrutura necessária para o desenvolvimento do setor industrial, é considerado vetor impulsionador do crescimento econômico, devido o tamanho do seu produto como proporção do valor adicionado total das atividades, seu elevado efeito multiplicador de renda e emprego, e sua interdependência estrutural (TEIXEIRA, 2009:02). O poder público é o principal cliente do setor da construção civil. Como demonstra Eduardo Cesar Marques, a partir de 1945 o Estado começou a se retirar gradualmente da atividade construtora direta, deixando para as empreiteiras privadas a execução dos grandes projetos. Segundo Marques,

As características do mercado de obras públicas – estatização da demanda, regulação estatal da concorrência, fixação dos preços (e taxas de lucro) pelo poder público e dependência de obtenção de uma carteira contínua de obras e serviços – todas elas levam esse mercado a ser fortemente estruturado por questões de ordem política. Assim, as relações entre as empreiteiras, os órgãos estatais e as classes políticas sempre foram muito íntimas e complexas, sendo comuns os exemplos de relação direta dos empreiteiros com os próprios chefes do executivo. Essas relações ocorrem em rede de vínculos não apenas profissionais ou de

negócios, mas também afetivos, políticos e familiares (MARQUES, 1998:134).

Os interesses das empreiteiras são representados principalmente pela ABDIB (Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base) que interage frequentemente com o setor público em termos de canais de acesso ao Estado e através de políticas para as empresas que a ABDIB representa. Renato Boschi demonstra que, durante a ditadura, a ABDIB desenvolveu relações pessoais com funcionários governamentais para negociações de interesses relacionados às atividades de importação/exportação (BOSCHI, 1979). Outro ponto interessante a se ressaltar sobre a ABDIB é a importância desta para o fortalecimento da burguesia brasileira, o que não significou a repulsa ao capital multinacional. Neste sentido, o trabalho de Gervásio César Júnior é importante para visualizar como a revista *Visão* – dirigida pelo empresário Henri Maksoud – compartilhou o projeto defendido pela ABDIB, buscando na difusão do neoliberalismo no Brasil, uma forma de organizar a burguesia brasileira. O complexo empresarial de Maksoud contava, no período, com um número diversificado de empresas e entre elas, a empresa de engenharia de projetos Hidroservice. É através da Hidroservice que Maksoud participou da ABDIB. Como demonstra Gervásio, Maksoud utilizou a revista *Visão* (cujo público alvo era a classe burguesa brasileira) para reproduzir as aspirações da ABDIB nos rumos da economia do Brasil. A atuação de Maksoud e de *Visão* se deu através de várias frentes, entre elas no apoio à Campanha Antiestatizante, que são fundamentais para a difusão do neoliberalismo no Brasil. Segundo Gervásio, *Visão* agiu enquanto um agente organizador do projeto neoliberal para o Brasil, tendo em vista que este projeto beneficiaria a associação empresarial à qual Maksoud se articula, bem como os interesses do próprio complexo empresarial (ligado ao setor hidráulico) de propriedade do empresário (CÉZAR JÚNIOR, 2011).

No âmbito da construção residencial, o setor da construção civil foi alimentado durante a ditadura pelo Banco Nacional de Habitação, com os recursos das cadernetas de poupança indexadas e com a poupança compulsória reunida no FGTS. Já o ramo da construção pesada foi bastante beneficiado pelo grande aumento da demanda estatal por obras de infra-estrutura, onde atuam as autarquias já existentes, como o DNER, e as encomendas das empresas estatais (PRADO; EARP, 2003:225).

Como podemos perceber, a ditadura militar brasileira proporcionou um crescimento inigualável para o setor da construção civil. Este foi o período em que muitas empresas cresceram vertiginosamente se tornando líderes no mercado nacional. Neste sentido, daremos enfoque para duas empresas, tendo em vista que as mesmas figuram como construtoras das obras que estaremos analisando neste trabalho, bem como pela “preferência” percebida em *Veja* em relação a estas.

A Camargo Correa surgiu em 1938, em São Paulo, e carrega em sua trajetória um longo histórico de relações políticas de beneficiamento. O trabalho de Pedro Campos demonstra “a ampla inserção que a empresa de Sebastião Camargo tinha no seio da burguesia paulista e do aparelho de Estado local” (CAMPOS, 2012:97) já nos seus primeiros anos. No período ditatorial a Camargo Correa participou dos projetos mais ambiciosos da ditadura, entre elas a Rodovia Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói e a Hidrelétrica de Itaipu. Ainda durante a ditadura a empresa figurava como a maior empreiteira do Brasil e um dos principais grupos industriais nacionais. Segundo Campos, Sebastião Camargo fazia questão que a empresa participasse de todas as associações de classe, setoriais ou não. Além disso, o dono da empresa era envolvido com militares e multinacionais, fazendo parte da Operação Bandeirantes (financiando o aparato de repressão à esquerda armada, durante a ditadura, no estado de São Paulo), e sendo diplomado *honoris causa* pela Escola Superior de Guerra (ESG), em 1967. Durante muito tempo Roberto Campos (Ministro

do Planejamento) foi assessor da Camargo Correa. Sebastião Camargo era também ligado ao ditador paraguaio, Alfredo Stroessner (que em 1973 assinou o tratado para construção de Itaipu) (CAMPOS, 2012:99). Tendo em vista estas relações não é de se estranhar que a Camargo Correa tenha “vencido” as principais licitações de obras durante a ditadura.

Assim como a Camargo Correa, a Mendes Júnior também tem um longo histórico de relações públicas. Seu fundador, José Mendes Júnior, desde a década de 1920 transitava entre o aparelho de Estado e empresa (foi secretário de Agricultura e Viação em Minas Gerais; construía estradas e executava diversos serviços para o governo estadual). A empresa Mendes Júnior Ltda foi fundada em 1953, em Minas Gerais, e logo passou a ser liderada por Murillo Mendes (filho de José Mendes). Segundo Campos,

A forte atuação junto ao aparelho de Estado mineiro permitiu à empresa uma inserção na Cemig e em Furnas. Assim, a Mendes Júnior foi responsável por diversas usinas realizadas pelas duas estatais e, com isso, tornou-se a segunda construtora de hidrelétrica do país na ditadura, sendo uma das responsáveis pela Itaipu. Essa especialização no mais complexo tipo de obra da construção pesada a colocou como uma das maiores empreiteiras do país durante a ditadura (CAMPOS, 2012:108).

Para aumentar ainda mais as relações com a ditadura, a empresa contratou um militar para o seu quadro empresarial, o general Arthur Moura. “A Mendes Júnior também conseguiu atuar fortemente junto às obras tocadas pelas agências estatais lideradas por Mário Andreazza, cuja gestão como ministro dos Transportes (1967-1974) foi marcada por diversos contratos para a MJ” (CAMPOS, 2012:108-109). Com as obras construídas durante a ditadura, a empresa permaneceu entre as 3 maiores do país.

Como podemos ver, a ditadura se mostrou extremamente favorável para as empresas da construção civil. O consistente trabalho de Pedro Campos demonstra as diversas relações entre

os empreiteiros e a ditadura. Como conclusão, o autor afirma:

Enfim, alguns empresários do setor não só aprovavam a ditadura e participavam de seus projetos no setor de obras, mas partilhavam de seus valores e contribuía também com sua política de terrorismo de Estado, que cassava guerrilheiros, torturava-os, prendia-os e matava-os. Apesar da heterogeneidade desse grupo de empresários, pode-se dizer que a maioria deles aderiu ao regime, assumiu a ditadura, a aplaudiu e, ao mesmo tempo, a sustentou. Com a ideia do regime de se auto-identificar com as próprias imagens das obras públicas de grande envergadura postas em prática durante o período, pode-se dizer que a ditadura tinha a cara dos empreiteiros e os empreiteiros tinham a cara da ditadura (CAMPOS, 2012:513).

Além das relações com militares e políticos da ditadura, as empresas de construção civil mantiveram importantes vínculos com a imprensa brasileira. Importantes trabalhos já destacaram alguns veículos: *Jornal Última Hora* (WAINER, 1988); *Jornal do Brasil* (BOSCHI, 1979); *Correio da Manhã* (CAMPOS, 2012); *Revista Visão* (CÉZAR JÚNIOR, 2011). De acordo com Campos, “os empreiteiros atuaram junto à imprensa e outros órgãos de divulgação para obter apoio às políticas de seu interesse, ou atuar junto às agências estatais” (CAMPOS, 2012:511). Neste sentido, este artigo procura demonstrar como a revista *Veja* elaborou discursos que evidenciam a defesa e ligações com algumas empresas do setor da construção civil. Além disso, procuramos demonstrar como os interesses das empreiteiras foram reproduzidos nas matérias de *Veja* como sendo meras “informações” sobre os fatos.

Assim como as empreiteiras, também a imprensa brasileira manteve vínculos e apoiou a ditadura no Brasil. Neste sentido, temos procurado demonstrar em nossos trabalhos, como a revista *Veja* construiu um discurso de apoio e legitimação da ditadura. *Veja* não só não foi contrária ou neutra, como também foi favorável e por vezes defendeu à ditadura militar, por se beneficiar dos projetos, bem como pelas relações comerciais estabelecidas entre

a Abril e o Governo. Victor Civita se utilizou da revista *Veja* para angariar da ditadura militar, recursos financeiros e outros benefícios. Em troca, reproduziu na revista o discurso e o projeto desenvolvimentista da ditadura, além de atender as exigências propostas por esta (demissão de Raimundo Pereira e Mino Carta, por exemplo).

Portanto, ao trabalhar com o discurso da revista *Veja* em relação às chamadas “grandes obras”, este artigo pretende não só demonstrar e problematizar o discurso da revista em relação às empresas da construção civil, mas também de *Veja* com a ditadura. Lembrando que para a análise, utilizamos como recorte a construção de três obras: A rodovia Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói, e a Hidrelétrica de Itaipu. O discurso e atuação da revista *Veja*, pretendemos demonstrar e problematizar a seguir.

A RODOVIA TRANSAMAZÔNICA

A rodovia Transamazônica é exemplo de um dos projetos mais expressivos do ritmo de “Brasil Grande”, e como estratégia de legitimação da ditadura pela capacidade de produzir mobilização social. Congrega em si as três principais tarefas das quais os militares se prontificaram desde o golpe de 1964: a integração nacional, a segurança nacional e o desenvolvimento nacional (MENEZES, 2007:6). Expressando o clima reinante, o então presidente Emílio Médici, definiu o projeto como sendo “a maior epopeia do povo brasileiro”, onde haveria de ser construído uma super estrada de 5.500 Km, cortando a Bacia Amazônica de Leste a Oeste, do Nordeste do Brasil à fronteira com o Peru. O projeto fazia parte do Programa de Integração Nacional, envolvia vários órgãos e ministérios, sendo o projeto de colonização dirigido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O projeto surgiu em 1969, publicado por Eliseu Resende, então diretor do DNER. Foram responsáveis pela construção da

Transamazônica as empresas Camargo Correa (dois trechos), Rabello S/A (dois trechos), EIT, Queiroz Galvão, Mendes Júnior (dois trechos e meio), S.A. Paulista, Paranapanema e os Batalhões de Engenharia e Construção do Exército.

Vista como uma grande “vazio demográfico”, a região amazônica passou a ser encarada pelos governos ditatoriais, como um desafio ao desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo em que era vista como solução para dois problemas do Brasil: a fome do nordeste, e a alta dos preços das terras para o desenvolvimento de atividades produtivas no sul do país. Segundo Marcelle Silva, facilitadas pela abertura de novas estradas, novas correntes migratórias para a Amazônia foram incentivadas pelo governo federal neste período (SILVA, 2004).

Francisco de Oliveira chama esta política de “Reconquista da Amazônia”, já que, gradativamente, a região foi ganhando importância como uma área a ser defendida, sendo politicamente viável a partir do entrelaçamento entre os interessados na área e o Estado brasileiro. O “tamponar fronteiras” era necessário tanto pela rarefação demográfica da região, quanto por estarem habitadas por indígenas. Como demonstrou Oliveira, buscou-se formar um consenso, ou ao menos uma “impressão”, de que os problemas da Amazônia eram tão grandes que as sociedades indígenas e locais não teriam competência para superá-los (OLIVEIRA, 1994:5). A intervenção do Estado na distribuição de excedentes de terra de acordo com um modelo pré-estabelecido, visava fixar o homem na terra e assegurar a penetração capitalista através das fronteiras. Segundo Maria Coutinho da Silva, “com o lema ‘Integrar para não Entregar’ se construía todo um discurso de ocupação e desenvolvimento para a Amazônia que não mostrava o substrato ideológico da economia americana que o alimentava” (SILVA, Maria. 2008:38). Através de facilidades promovidas pela ditadura, empresas nacionais e transnacionais instalaram-se na Amazônia, obtendo, inclusive, recursos financeiros para estruturação. Neste sentido, como demonstra

Fiorelo Picoli, as estradas federais serviram de propaganda para atrair empresas e pessoas para a região, bem como sinônimo de estrutura (PICOLI, 2006).

VEJA E A TRANSAMAZÔNICA

Junto com a construção da Transamazônica, o Projeto de Integração Nacional previa na Amazônia rodovias adicionais. Reproduzindo o discurso governamental de projetar a Amazônia como espaço a ser “incorporado” ao Brasil, *Veja* publicou matérias justificando a política de domínio e expansão territorial por parte da ditadura, procurando convencer do quanto era positivo a civilização ir dominando a natureza. Neste sentido, em junho de 1969, *Veja* publicou uma matéria de 3 páginas, intitulada “A selva asfaltada”, onde relatou a “grande guerra de batalhas demoradas e cansativas” entre o homem e a natureza. A matéria se referia à construção da estrada Manaus-Porto Velho, cuja previsão de entrega era no final de 1970. Segundo *Veja*, “quando os dois destacamentos se encontrarem no rio Matuperi, no fim do ano que vem, os homens poderão trabalhar em paz com a natureza, explorando mais racionalmente os recursos que há milhões de anos ela espalhou pela floresta” (*Veja*, 25/6/1969, p.25).

A perspectiva de *Veja* em construir a imagem da Amazônia como uma região que estaria esperando para ser conquistada foi várias vezes reproduzida pela revista. Destacamos neste sentido, duas reportagens de capas sobre a questão: A primeira é a edição de 14/10/1970 onde na capa, com a tarjeta “A década da Amazônia”, *Veja* traz a imagem de um trator em destaque, embrenhando-se na floresta. A parte “explorada” é reproduzida com cores vibrantes, sendo a parte “inexplorada” da mata amazônica, apresentada com tom sombrio, dando ênfase para o papel do progresso e desenvolvimento que a rodovia Transamazônica levaria para a região. No editorial, é possível perceber a intenção da reportagem

de 11 páginas: coletar informações que possibilitassem compreender “uma terra bem melhor do que a sua lenda – remota, incompreendida, **abandonada** (por isso apenas ainda miserável) e digna de qualquer esforço de **resgate**” (*Veja*. 14/10/1970); A segunda reportagem de capa é a edição de 11/8/1971, quando *Veja* trouxe uma reportagem especial de 12 páginas, procurando demonstrar toda a miséria vivida pela população amazônica e colocando a “colonização” como uma solução para estas populações. A capa da edição traz uma imagem panorâmica da região amazônica e o título: “A Amazônia à espera dos conquistadores”.

Francisco Oliveira aponta que, diante do desenvolvimento desigual da economia capitalista, a burguesia industrial encontrava-se de braços atados no controle dos conflitos de classe. Com o fortalecimento das forças populares (em especial as Ligas Camponesas) e a ameaça à hegemonia burguesa em escala nacional, o Estado realizou uma intervenção planejada, criando a Sudene, para matar na raiz qualquer tentativa de organização popular (OLIVEIRA, 1977:99). Neste sentido, a Transamazônica inscrevia-se no amálgama Geopolítica-Segurança Nacional, mas não por conta dos “inimigos externos”, e sim, os “inimigos internos”, criados pelas graves questões sociais irresolvidas no Nordeste. Interessante notar que em nenhum momento é possível perceber em *Veja* a existência de interesses econômicos e políticos na região que fossem além da justificativa de “desenvolvimento e integração nacional”. Para a revista, “a questão nordeste” não passaria de uma questão de transferência populacional de uma região super-povoada para um vazio geográfico.

Com baixos salários, intensas jornadas de trabalho (muitas vezes ultrapassando 18 horas de trabalho) e condições subumanas, os trabalhadores foram largamente explorados na construção de estradas na Amazônia. No entanto, essa superexploração não é apresentada por *Veja*. Pelo contrário, a revista cria um quadro de “oferta de mão de obra”, apresentando a possibilidade de emprego

como mais um dos pontos positivos das rodovias. As condições de habitação e o dia a dia de trabalho são narrados pela revista de forma a ser possível perceber a precariedade dos mesmos. No entanto, tudo é justificado pela “boa vontade” dos trabalhadores. “São homens de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, há anos **acostumados** a construir estradas e a viver em acampamentos” (Veja. 25/6/1969. P.26. Grifei). Além disso, eles elaborariam estratégias de “se aproveitar” das horas paradas além do previsto, como no período de chuvas e na quebra das máquinas. Nos momentos de lazer, poderiam ainda frequentar as casas de prostituição, desde que não consumissem bebida alcoólica.

Além de naturalizar, a revista justificou as condições precárias de trabalho a partir do progresso e do conforto que as estradas proporcionaram para a população:

Pelas mãos dos seiscentos homens que trabalham na selva, uma nova Amazônia vai surgir. (...) Em dezembro do ano que vem, os primeiros caminhões chegarão a Manaus. E a maior parte dos seus 340.000 habitantes, que não poderiam pagar passagem de avião, poderão também pela primeira vez descer de ônibus para as grandes cidades do Sul e voltar a Manaus com outras noções de **conforto e progresso** (Veja. 25/6/1969. P.27. Grifei).

Apesar do andamento de alguns projetos, a rodovia Transamazônica só se tornou “projeto prioritário” em meados de 1970. Ao tratar da reunião do ministro Delfim Netto com cerca de 120 empresários de associações industriais e agrícolas de todo o país, *Veja* procurou exaltar a “grandiosidade do projeto” e a iniciativa de Delfim Netto como “ministro capaz de encontrar os meios que financiassem a realização dos projetos” (Veja. 24/6/1970. P.32). O resultado da reunião teria sido excelente para a revista, já que “os líderes da iniciativa privada pareciam convencidos, quando Delfim disse que a Transamazônica acabará produzindo recursos para pagar sua construção e se tornará o veículo fundamental para ligar as atividades empresariais da região ao mundo exterior”

(*Veja*. 24/6/1970. P.33). Segundo *Veja*,

A reunião dos ministros com os empresários parece ter criado o clima de mobilização nacional indispensável para projetos como este. O que o presidente chamou de “a maior epopéia do povo brasileiro” poderá ser também a obra que definirá o seu governo. Porque, fisicamente, rasga o território amazônico numa operação plástica de **efeitos imediatamente reconhecíveis**. Depois, porque contribuirá para aliviar as tensões no nordeste – a maior concentração por quilômetro quadrado de combustão política em potencial (*Veja*. 24/6/1970. P. 34. Grifei).

Para confirmar o espírito das “grandes obras”, *Veja* relata também a atuação de Mário Andreazza que, ao mostrar o traçado das estradas, “disse que poucos países podem permitir-se desafios tão gigantescos” (*Veja*. 24/6/1970. p. 32). O projeto previa a divisão dos 3.000 quilômetros de estradas que constituiria a rodovia em lotes de 300 quilômetros cada, para acelerar as frentes de trabalho. Para isso, Andreazza teria assinado, pela manhã, “na presença de vários empreiteiros, o edital de concorrência pública para a construção, pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, dos 3.000 quilômetros que compõem as duas estradas” (*Veja*. 24/6/1970. P.33). Concluindo a matéria, *Veja* afirma: “Segundo Eliseu Resende, diretor do DNER, uma grande empresa construtora, como a Camargo Correa, poderá executar seus 300 quilômetros num período de seis a oito meses” (*Veja*. 24/6/1970. P.33). Percebe-se que *Veja*, através da fala do diretor do DNER, aponta a construtora Camargo Correa como indicada para a construção da rodovia, mesmo antes do edital de concorrência ser lançado.

Estas evidências de direcionamento por parte de *Veja* puderam ser visualizadas ao longo da análise das fontes. Em vários momentos a revista construiu seu discurso como se estivesse se dirigindo diretamente aos empreiteiros da obra. Quando da matéria “Divisão da selva”, *Veja* avisa: “agora, cabe aos senhores proprietários das empresas construtoras que atendam as exigências contratuais do DNER **evocarem** o espírito bandeirante.

O governo prometeu à nação, e pretende dos senhores, a obra concluída em dezembro de 1971” (*Veja*. 1/7/1970. P.43. Grifei). Ou quando afirma, “divididas as funções, aceitas as ofertas, **o Brasil espera** que a Transamazônica seja concluída tal qual um ‘legado da atividade heróica...’” (*Veja*. 1/7 /1970. P. 43. Grifei). Como é possível perceber, além de falar diretamente aos empreiteiros, *Veja* assume o compromisso de falar em nome do governo e do Brasil. É repassada a concepção do quanto a promessa realizada pelo governo dependia dos empreiteiros, portanto, estes deveriam cumprir os prazos estabelecidos. Além disso, às empresas caberia a “evocação” (como se fosse algo sobrenatural, divino) do espírito bandeirante, de se embrenhar nas selvas vencendo as “dificuldades”, em busca de um objetivo geral que seria a integração nacional. Toda a matéria em questão parece estar direcionada aos empreiteiros, pois a revista se preocupa em apresentar a forma com que deve ser contratada e tratada a mão de obra, os problemas técnicos e climáticos que a região poderia apresentar. No entanto, é um discurso direcionado aos empreiteiros, mas reproduzindo a posição do governo ditatorial: ao lado dos problemas são apresentados os subsídios oferecidos pelo DNER para auxiliar as empresas da construção civil. As estradas precisariam ser revestidas com cascalho, mas “a equipe do DNER já iniciou pesquisas na região para localizar jazidas de cascalho” (*Veja*. 1/ 7 /1970. P.43). “Compensando tantas exigências, o governo promete cumprir sua parte” (*Veja*. 1/7/1970. P.43).

Assim como na matéria de 24 / 6 / 1970, onde *Veja* trouxe a indicação da Camargo Correa na construção da rodovia, a matéria de 1/ 7 /1970 trouxe uma tabela com os nomes daqueles que seriam os “favoritos” na disputa pela licitação. Na tabela, após o título “Os favoritos”, apenas uma rápida explicação: “Estas são as dozes maiores construtoras brasileiras, segundo seu capital. Porque atendem aos requisitos do DNER, tem as maiores chances de vencer a concorrência da Transamazônica”. E a relação apresenta os seguintes nomes em ordem de colocação: Camargo Correa,

Tenco, Mendes Júnior, Rabelo, Brasileira de Projetos e Obras, C.R.Almeida, Sobrenco, CCBE, Constran, Metropolitana de Construções, Rossi Engenharia, Indústrias Reunidas Star. A tabela não é analisada nem apresentada por *Veja*. Ela aparece como um boxe, bem no meio da matéria, mas não há referência a ela no decorrer do texto da revista. Caberia ao leitor tirar suas conclusões, já que a matéria trabalha com a abertura do edital de licitação e as exigências a serem cumpridas pelas construtoras, e o quadro mostra as que mais teriam chances de vencer. Se permanecermos na análise sob a perspectiva da revista estar falando diretamente para as empresas da construção civil, pode ser entendido como um aviso às que não estariam descritas na relação, para que nem perdessem tempo participando da licitação.

A pesquisa nos possibilitou demonstrar não só como *Veja* constrói seu discurso destinado as empresas da construção civil, como também defende os interesses destas empresas. Um exemplo é a matéria de 29/7/1970, intitulada “Estradas divididas”, onde é possível perceber a tentativa da revista em mostrar certo desapontamento com “tantos lances dramáticos quanto críticos” (*Veja*. 29/7/1970. P.38) que estariam envolvendo o processo de licitação. Isto porque, segundo a revista, quatro dias antes do encerramento do prazo de apresentação das propostas, o DNER havia distribuído uma circular avisando aos concorrentes que mais de 50% da empreitada anunciada deveriam ser considerados fora da competição: o Exército com seus Batalhões de Engenharia e Construção (BECs) iria construí-los ou supervisionar sua construção. A justificativa estaria na Segurança Nacional. No entanto, a revista insiste em alegar a insuficiência das explicações:

A explicação porém era insuficiente: se o desconhecimento amazônico era motivo de segurança nacional no sentido nortel-sul, não havia motivo para não ser também no sentido leste-oeste, dos cinco trechos da Transamazônica que ficaram para os empreiteiros. A explicação mais correta parecia ser a de que o Exército não aceitou ficar à margem da obra épica, além de considerar os prazos de sua execução pouco prováveis (*Veja*. 29/7/1970. P.38).

Percebe-se, portanto, que *Veja* tomou para si o papel de defender os interesses das firmas de construção civil diante da entrada dos BECs. Para desmoralizar ainda mais a decisão governamental, *Veja* afirma a possibilidade do Exército passar vários dos trechos destinados aos BECs para as empresas de construção civil, ficando apenas com a fiscalização das obras, já que os mesmos não teriam condições de competir com as empreiteiras. Ainda na matéria, falando sobre a futura divulgação do resultado da licitação, *Veja* afirma: “Um dos nomes já é praticamente certo: Construtora Mendes Júnior S.A., uma das cinco grandes no ramo no país, vista por muitos como a de trabalhos mais bem acabados, e que apresentou as propostas de preço mais baixo para quase todos os cinco trechos” (*Veja*. 29/7/1970. P.38). Murilo Mendes, diretor da Mendes Júnior, teria sido recebido, segundo a revista, pelos representantes da Construtora Rabello e da Camargo Correa, com saudações de vencedor.

E as especulações em torno da Mendes Júnior vêm a se confirmar nas próximas edições da revista, quando *Veja* traz uma matéria com o título “CONCORRÊNCIA – Vitória da família”, anunciando a empreiteira como vitoriosa na execução de dois dos cinco trechos de construção da Transamazônica. A matéria começa com uma indagação:

“Por que vencemos?”, pergunta um senhor de setenta anos, 48 de engenharia. “Em concorrência, o que entra é gabarito. E isto, nós temos de sobra”. Para **provar** que não é uma mera alegação, ele começa a folhar um álbum. São setenta páginas com 58 fotografias, mostrando as maiores obras da Construtora Mendes Júnior: homens e máquinas trabalhando na construção das hidrelétricas de Furnas e Jaguará (Minas), Cachoeira Dourada (Goiás), Boa Esperança (entre Maranhão e Piauí), Rio Casca (Mato Grosso), além de túneis, pontes e estradas. Fecha o álbum com um comentário: “**Isto convence qualquer um**” (*Veja*. 12/8/1970. P.27. Grifei).

Percebe-se que para *Veja* não há o que contestar já que Mendes Júnior teria “provado” a eficiência da sua empresa, o que

também fica claro com a afirmação “isto convence qualquer um”. Além disso, a matéria é dedicada a narrar a trajetória de José Mendes Júnior até chegar a diretoria da empresa de construção civil. Após reproduzir as afirmações de José Mendes Júnior e das “provas” utilizadas pelo mesmo para demonstrar seu prestígio, *Veja* reafirma sua posição: “Assim, José Mendes Júnior explica a vitória de sua firma empreiteira para a execução de dois grandes trechos da Transamazônica, um de 280 km (Estreito – Marabá) e outro de 300 km (Repartimento – Altamira)” (*Veja*. 12/8/1970. P.27).

Durante o processo de construção da Transamazônica, *Veja* abriu espaço para cobrir algumas críticas direcionadas à construção da rodovia, realizadas por lideranças políticas. No entanto, a forma com que a revista construía a matéria acabava levando a constatação de que as críticas seriam infundadas. Além disso, a revista procurava relatar o andamento da obra a partir da agilidade dos empreiteiros: “As empreiteiras estão se queixando apenas de que o DNER não consegue entregar as folhas do projeto da pista com a velocidade necessária para acompanhar a ação dos tratores desmatadores” (*Veja*. 14/10/1970. P.20). A ironia é utilizada pela revista para debochar de seus críticos que duvidariam do andamento da obra dentro dos prazos.

A matéria de 6/10/1971 foi dedicada para relatar a visita do presidente Médici à Transamazônica para “examinar” as obras. Segundo a revista, “foram cinco dias dedicados exclusivamente à Transamazônica”, e a visita de Médici seria importante porque, “certamente, Médici sabe o quanto vale a sua presença para estimular o cumprimento das decisões do governo” (*Veja*. 6/10/1971. P.24). A presença do Presidente na Transamazônica, segundo *Veja*,

Seria o início de um novo estilo do governo, que substituiria o anúncio puro e simples dos chamados projetos de impacto pela presença física do **chefe da nação nos fronts**, onde o governo está mais empenhado; a estada de Médici na Amazônia, sem discursos ou pronunciamentos políticos, parece ser a silenciosa reafirmação

desses propósitos. E, além de ser instrumento de estímulo, uma prova **de autoconfiança** (*Veja*. 6/10/1971. P.25. Grifei).

É possível perceber que *Veja* mantém o tom positivo da “conquista” e exploração da Amazônia ao longo de suas matérias. Aqui, a abertura da estrada é associação a uma guerra – que pode ser contra as matas fechadas ou contra os índios que habitavam a região –, sendo o presidente, o “chefe da nação nos fronts”. Ao trazer a figura do chefe para fora do seu gabinete, a revista constrói uma imagem “popular” do presidente, além de apoiá-lo em seus projetos, já que a atitude de Médici seria “uma prova de autoconfiança”. É importante ressaltar que os adjetivos elogiosos de *Veja* para Médici não aparecem apenas nesta matéria. Ao longo das análises das matérias sobre a construção da Transamazônica, podemos perceber o tom de força e exaltação que a revista se utiliza para descrever o presidente: Em 24/06/1970, *Veja* aponta que a Transamazônica seria a obra que definiria o governo de Médici; Em 12/08/1970, a revista fala sobre a “habilidade diplomática” de Médici; E em 6/10/1971 como uma liderança presente nos campos de batalha. É nítido o papel de *Veja* de defesa da ditadura militar e dos seus presidentes, especialmente quando se refere aos seus projetos de construção das “grandes obras”.

Quando da segunda visita de Médici à Transamazônica, para inaugurar o monumento comemorativo à entrega do primeiro trecho da rodovia, já podemos perceber certo tom de deboche por parte da revista, que procurou demonstrar que a estrutura grandiosa e confortável que recera o presidente, era provisória e havia sido realizada apenas para tal fim. É possível perceber também a montagem de um gigantesco aparato de segurança para acompanhar Médici: “Num helicóptero da FAB, armado com metralhadoras, o presidente voou com o ministro da Agricultura e o general Batista Figueiredo, chefe do Gabinete Militar” (*Veja*. 4/10/1972. P.18); “a área visitada foi toda vasculhada e, às margens da estrada, nos 46 quilômetros percorridos pelo presidente, havia

soldados a pequena distância uns dos outros” (*Veja*. 4/10/1972. P.19). No entanto, o que a revista faz prevalecer na matéria é a confirmação de mais um trecho concluído e inaugurado e a perspectiva de que os demais também acompanhariam esta pontualidade. Na próxima visita de Médici à Transamazônica, este inauguraria também a primeira usina de açúcar na região, confirmando o caráter de desenvolvimento para a região que a rodovia também proporcionaria.

As últimas matérias levantadas em *Veja* durante o recorte temporal, demonstraram a saída de foco da construção da estrada para a atenção aos projetos colonizadores realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em 1973 a revista publicou uma matéria especial, com nove páginas, dedicadas a retratar “os acertos e erros dos planos de fixação do homem junto às duas grandes rodovias amazônicas” (*Veja*. 5/9/1973). Em 1975, a revista afirmava que nos Planos de Colonização o INCRA “transformou-se no maior latifundiário do mundo com mais de 2 milhões de quilômetros quadrados de terras, que por não estarem distribuídas são improdutivas” (*Veja*. 16/10/1975. P.26).

Mesmo separadas temporalmente, nas duas matérias podemos perceber a tentativa por parte da revista em desmoralizar o INCRA, atribuindo todos os problemas da região a esta autarquia federal. O plano de integração e desenvolvimento planejado pelos governos militares não havia obtido êxito. Porém os problemas com a estrada e sua construção desapareceram da revista.

Podemos constatar que *Veja* acompanhou a construção da rodovia até a conclusão da primeira etapa, quando, inclusive, exaltou suas inaugurações e apostou na continuidade do rápido andamento das obras. Concluída a primeira etapa em 1972, a rodovia jamais foi terminada, e dada por encerrada em 1974, com apenas $\frac{1}{4}$ do previsto. Vários foram os projetos presidenciais propondo soluções para a obra. Entretanto, a mesma é caracterizada pelas suas estradas de terra em péssimas condições, em que seis

meses do ano é lama e outros seis, poeira. *Veja* foi diminuindo as matérias referentes à Transamazônica, tratando apenas da formação das agrovilas e da discussão em torno da terra na região, até não tratar mais do tema. O motivo para *Veja* ter abafado o caso da rodovia, talvez tenha sido uma forma de evitar justificativa para com o projeto ditatorial no qual a revista também apostou suas fichas. *Veja* havia apoiado a construção da rodovia, reproduzindo a ideologia da funcionalidade da Transamazônica para a integração nacional. Deixar o tema ir se apagando, era a melhor forma de não dar satisfações sobre sua aposta, nem falar dos conflitos ou cobrar as empreiteiras pelo resultado da obra.

A PONTE RIO-NITERÓI

A Ponte Presidente Costa e Silva, popularmente conhecida como Ponte Rio-Niterói, localiza-se na baía de Guanabara, estado do Rio de Janeiro, e liga o município de Rio de Janeiro ao município de Niterói. Apesar dos projetos para construção de uma ponte para ligar os dois municípios iniciarem já no século XIX, o decreto de construção foi assinado apenas em 23 de agosto de 1968, pelo então presidente do Brasil, Artur da Costa e Silva, autorizando o projeto de construção da ponte, idealizado pelo então Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, sob a gestão de quem a ponte foi iniciada e concluída.

Como afirma o site do Ministério dos Transportes, as obras da ponte Rio-Niterói foram tumultuadas por diversos acontecimentos e pelas dificuldades surgidas na execução das fundações. Em 23 de agosto de 1968, foi publicado o edital de concorrência. Tratava-se de uma concorrência gigantesca que exigiria um consórcio entre empresas. Nenhuma empresa individualmente estaria em condições de enfrentar a obra. Era imprescindível a constituição de consórcios. Somente dois consórcios participaram: o Consórcio A e Consórcio B. O Consórcio

A, denominado CCRN – Consórcio Construtor Rio-Niterói, era constituído pelas firmas: Construtora Ferraz Cavalcanti, CCBE (Companhia Construtora Brasileira de Estradas), EMEC (Empresa de Melhoramentos e Construções S.A.), e Servix Engenharia S. A. O Consórcio B, denominado posteriormente de “Consórcio Construtor Guanabara Ltda.” integrava as mais poderosas firmas do Brasil: Construções e Comércio Camargo Corrêa S. A., Construtora Mendes Junior S. A., Construtora Rabello S. A., e Sérgio Marques de Souza S. A.

Como o edital especificava claramente que o vencedor seria o que ofertasse o menor preço, o consórcio CCRN foi declarado vencedor, sendo firmado o contrato para a construção em 4 de dezembro de 1968. O prazo pré-estabelecido para a construção completa da ponte era de 3 anos e deveria expirar em 4 de dezembro de 1971. A construção foi iniciada em janeiro de 1969. Entretanto, segundo o site do Ministério dos Transportes, quando tudo parecia estar resolvido, diversos incidentes modificaram o panorama. Surpresas com as fundações, falta de concordância entre os assessores de fundações, prova de carga mal sucedida com mortes de “notáveis profissionais”, acabaram levando o DNER a rescindir, em 26 de janeiro de 1971, com o prazo de construção já esgotado, o contrato com o CCRN e a utilização dos equipamentos e materiais que estavam sendo empregados na construção da ponte. Para que a obra não sofresse solução de continuidade, em 15 de fevereiro, menos de um mês após a estatização da obra, o DNER decidiu firmar contrato por administração com o Consórcio Construtor Guanabara Ltda, sem abrir uma nova licitação. Em seguida, a última das quatro firmas decidiu desligar-se do consórcio. A obra duraria 20 meses, a contar da data em que os equipamentos ficassem totalmente disponíveis para uso imediato. A ligação rodoviária foi entregue em 4 de março de 1974, com extensão total de 13,29 km, dos quais 8,83 km são sobre a água, e 72 m de altura em seu ponto mais alto, e com previsão de um volume diário de 4.868 caminhões, 1.795 ônibus e 9.202 automóveis, totalizando 15.865 veículos.

VEJA E A PONTE RIO-NITERÓI

Ao contrário da Transamazônica, onde *Veja* dedicou a maioria das matérias para apresentar a caracterização da rodovia dentro do clima de “Brasil Potência”, a construção da Ponte Rio-Niterói se caracterizou em *Veja*, pelas matérias voltadas para discutir sobre as empresas de construção civil, empreitadas para a construção da obra. Além disso, foi possível perceber nas análises o quanto a revista tomou partido em prol de um dos consórcios candidatados na licitação da obra, mas que tinha tornado-se perdedor na licitação por apresentar um preço maior do que o primeiro colocado. Isto ficou evidente logo nos primeiros levantamentos, quando constatamos que *Veja* começou a falar sobre a construção da ponte apenas no final de 1970, quando o primeiro contrato de construção da obra foi reincidento e a obra passou a ser responsabilidade do consórcio do qual a revista tinha tomado partido. Anteriormente a este fato era possível perceber em algumas matérias que a obra estava sendo construída, mas estas menções eram sempre no sentido de exemplificar algum assunto em pauta, não aprofundando a questão.

Como a revista começou a tratar da construção só em finais de 1970 (e a construção havia começado em dezembro de 1968), as primeiras matérias de *Veja* são marcadas pela constante volta para explicar como se deram as discussões em torno do projeto e o início da construção da ponte. Um exemplo é a matéria intitulada “Ponte vista do panorama” (*Veja*. 3/2/1971), onde a tentativa de traçar um histórico dos projetos de construção da ponte até a troca de consórcio é evidente. Também é clara a tentativa da revista em justificar e legitimar o repasse da construção da obra, sem nenhuma nova licitação, para o segundo consórcio. Baseada em relatórios de empresas responsáveis por fazerem a fiscalização da obra, a revista afirma que o Consórcio Construtor Rio-Niterói teria utilizado ferramentas inadequadas, materiais de baixa qualidade e que o mesmo cometia erros irreparáveis nas

construções. Tendo em vista todos os problemas verificados na construção da ponte, somados aos prazos que já haviam sido burlados, parece ao leitor não haver motivo para contestar a decisão do presidente Médici em desapropriar, em nome da utilidade pública, o então consórcio construtor da ponte. Segundo *Veja*,

Destinados a sustentar, 50 metros acima do mar, a futura ponte Rio-Niterói, dezesseis blocos de concreto fincados no fundo lodoso da baía da Guanabara transformaram-se subitamente em “pilares de lamentações” onde empreiteiros, técnicos do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem e o próprio ministro dos Transportes, Mário Andreazza, trocaram queixas, acusações e ameaças que pareciam, a princípio, capazes de abalar definitivamente a realização da obra (*Veja*. 20/1/1971. P.21).

Com a desapropriação, o governo se transformou no proprietário de todo o material acantonado e responsável pela contratação de novos serviços. Tendo em vista o prazo de carência do financiamento obtido na Inglaterra e o fato deste estar atrelado à cobrança de pedágio da própria ponte quando esta estivesse concluída, logo de imediato o governo teria atribuído 30% da obra para o segundo consórcio vencedor da licitação inicial. Na matéria “Ponte repartida” é possível perceber claramente o discurso de *Veja* apoiando a decisão do Ministro dos Transportes: “Mais do que a qualquer complicada manobra política, a decisão do ministro Mário Andreazza, dos Transportes, de repartir o bolo da construção da ponte Rio-Niterói, parece atender ao raciocínio simples, **mas eficiente**, de que ninguém dá o que não tem” (*Veja*. 9/12/1970. P.24. Grifei). Segundo a revista, ao ser informado pelos técnicos do DNER de que o consórcio construtor não conseguiria completar a obra no prazo, “o ministro preferiu garantir **o melhor** resultado da maneira mais prática” (*Veja*. 9/12/1970. P.24. Grifei). É possível perceber que *Veja* coloca a atitude do ministro como sendo a mais acertada: em lugar de esperar que o descumprimento do contrato

se tornasse evidente, para então cobrar as multas, o ministro teria se antecipado e entregou parte da obra ao consórcio classificado em segundo lugar na concorrência pública.

Durante a análise das fontes tornou-nos claro o posicionamento da revista em favor do Consórcio Construtor Guanabara. Os acontecimentos envolvendo o Consórcio Construtor Rio-Niterói são abertamente criticados pela revista. Conforme a construção discursiva de *Veja*, durante o período do antigo consórcio, a obra não progredia. Pelo contrário, as decisões eram encobertas em silêncios e “com decretos e silêncios pode-se fazer quase tudo. Menos uma ponte” (*Veja*. 28/4/1971. P.32). Quando do novo consórcio, a ponte deslanchava, prevendo ainda a compra de equipamentos mais seguros, e trabalhando de maneira que “erros de construção e de projetos estão sendo minuciosa e pacientemente revistos” (*Veja*. 28/4/1971. P.32).

Em 1974 – quando da inauguração da ponte –, a revista publicou uma matéria resgatando a “história” da sua construção. Ao falar do período em que a obra esteve a cargo do Consórcio Construtor Rio-Niterói, *Veja* afirma: “**Foram dias extremamente infelizes**. Caminhando a passos de tartaruga, o consórcio construtor consumiu 70% do preço cobrado para entregar menos de 20% das obras” (*Veja*. 6/3/1974. P.19. Grifei).

Após ficar praticamente um ano sem falar da construção da ponte, em maio de 1973 a revista trouxe uma matéria apontando tímidas críticas em relação ao “discreto silêncio” do governo e das empreiteiras em torno da construção da ponte. No entanto, o silêncio seria recompensado “pelas palavras otimistas de um relatório da Ecx” (*Veja*. 9/5/1973. P.26), que relatava o ritmo de trabalho (emprego de dez mil pessoas, trabalhando 24 horas por dia) e de obras (chegando a consumir 3% do cimento fabricado no Brasil por dia). Em julho de 1973, diante dos resultados apresentados pelo Consorcio Construtor Guanabara, ficou evidente o esforço da revista em associar a transferência da obra como a medida mais acertável. Segundo *Veja*,

Há quase três anos, quando o ministro Mário Andreazza decidiu que o apressamento dos trabalhos constituía uma questão de honra para o Ministério dos Transportes, a ponte Rio-Niterói foi finalmente retirada da vala comum dos “projetos irrealizáveis”, que lhe coubera por obra e graça de empreiteiras e autoridades pouco afeiçoadas a prazos rígidos. Novos atrasos ocorreriam, mas o ritmo bem menos hesitante das atividades permitiria que, em junho deste ano, a ponte tivesse 6 quilômetros concluídos (a extensão total será de 9), um nome – Presidente Costa e Silva – e uma data para a inauguração: 20 de janeiro de 1974. Orgulhoso, o Ministério pode enfim divulgar que, dentro de seis meses, 20.000 veículos cruzarão em 15 minutos a baía de Guanabara, todos os dias (*Veja*. 25/7/1973. P.62).

Ou seja, apesar de as empreiteiras do Consorcio Construtor Guanabara não conseguirem cumprir o prazo estabelecido, estes atrasos não seriam nada se comparados com os atrasos ocorridos pelas empreiteiras do Consórcio Construtor Rio-Niterói, que segundo *Veja* seriam “pouco afeiçoadas”.

Em março de 1974, quando da inauguração da ponte, *Veja* publicou uma matéria de capa, cuja ponte se mostrava fotografada ao por do sol, encoberta por relativa escuridão. Ainda na capa a frase: “Rio-Niterói: A ponte-monumento”. Já no editorial é possível perceber certa mudança da postura da revista em relação à ponte, que se constitui predominantemente em enfatizar as críticas ao invés das vantagens da obra. Na matéria de capa, de 6 páginas, intitulada “A longa rota sobre o mar”, *Veja* aponta para os gastos na construção da ponte. Referindo-se à inauguração, pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici, *Veja* afirma:

Estará encerrada uma história de quase cem anos e que nos últimos cinco consumiu uma considerável energia do país. Ela é a obra dos superlativos. Sugou dinheiro como nenhuma outra do Ministério dos Transportes e seu custo final, avaliado em 1 bilhão de cruzeiros, ainda não é oficialmente divulgado. Enfrentou o misterioso fundo da baía de Guanabara e a oposição de técnicos e parlamentares contrários à sua construção. Do seu ponto mais alto, a 70 metros acima do nível do mar, ao seu ponto mais fundo,

210 metros abaixo da água, poderiam ser amontoados três estádios do Maracanã. Divididos em sacos, os 220 milhões de quilos de cimento usados nos seus 13.900 metros de extensão se transformariam em 1.500 pilhas do tamanho do Pão de Açúcar. Dá pra tecer uma lenda (*Veja*. 6/3/1974. P.14).

A matéria inicia com a lenda de que todas as pontes do mundo são frequentadas por fantasmas, o que ocorria também na ponte Rio-Niterói, onde uma senhora vestida de branco, com uma rosa vermelha na mão, teria sido vista por alguns operários rondando a ponte. Segundo *Veja*, além de ser uma brilhante obra de engenharia, a paisagem também é inédita, chegando a ser comparada com uma “paisagem de sonho”. Porém, segundo *Veja*,

Terminada a travessia, o sonho acaba e, para muitos, o pesadelo enfim começa. Os fantasmas que se afogaram no mar, como as suspeitas de impossibilidade técnica e financeiras para a construção da ponte, ameaçam vir à tona nos engarrafamentos previstos para as três pistas de acesso do lado carioca e dezoito do fluminense, de especulação imobiliária nas praias e da integração forçada entre duas cidades, uma das quais, segundo alguns dos seus moradores, é ainda muito provinciana (*Veja*. 6/3/1974. P.14).

Interessante observar esta brusca mudança de discurso por parte de *Veja*. Assim como em edições anteriores, a revista narrou a “história” da construção da ponte para situar o leitor dos acontecimentos que envolveram a mesma. No entanto, ao contrário da caracterização positiva que *Veja* vinha mantendo, na edição em questão, a “história” é contada a partir de fatos que até então permaneciam silenciados pela revista: o Consórcio Construtor Guanabara, contratado após a destituição do primeiro consórcio, teria cobrado 200 milhões (“quase três vezes mais” que o inicial); este consórcio “fechou-se num silêncio hostil e se negava a fixar prazos ou dar informações”; “guardas armados foram contratados para vigiar as obras” a partir da instituição do segundo

consórcio; das mortes de operários e engenheiros na construção das obras; o alto preço dos pedágios que inviabilizaria a ampla utilização da ponte; etc. Porém, apesar das críticas em relação à construção da ponte, a posição da revista de defesa do Consórcio Construtor Guanabara, permanece evidenciada: “a ponte entrou por mares mais calmos nos últimos dois anos e caminhou rápido para o seu porto seguro. Provavelmente nenhuma outra obra brasileira viveu tão intensamente o dia a dia da sua própria glória”; “Pintada, asfaltada, sinalizada, a ponte nos seus últimos dias antes do parto apresentava apenas alguns problemas menores e certamente desprezíveis” (*Veja*. 6/3/1974. P.21).

Percebemos que a crítica contra o consórcio se dá especialmente nos elementos que feririam a liberdade de imprensa (silêncio em torno das obras) ou daqueles elementos que causam “comoção popular” (mortes dos trabalhadores). Além disso, diante da constatação de que a ponte não se mostrava tão útil quanto se propagava (as 20.000 pessoas que atravessavam as barcas todos os dias passariam a utilizar ônibus ou carros, o que causaria engarrafamento, pedágios altos, etc.), *Veja* passou a criticar a utilidade da ponte. Quanto às construtoras, a crítica principal é em torno da não divulgação de informações que permitissem o acompanhamento por parte da imprensa. No mais, elas apenas teriam realizado seus trabalhos.

Devemos também levar em consideração o contexto político nacional para entender as críticas da revista. Em 1974 o Brasil já vivia o início do que viria a ser o longo período de transição política para o regime constitucional e representativo. Conforme afirma Pedro Campos, o “pacto político” de parte da burguesia brasileira que havia levado ao golpe de 1964 começava a se deteriorar. As amplas possibilidades de ganho do “milagre” também haviam desaparecido. Isto teria feito com que parte da classe dominante começasse a se posicionar e defender abertamente a aceleração do processo de transição (CAMPOS, 2012:327). *Veja* também passava a questionar os projetos ditatoriais que se mostravam

inefcazes para o desenvolvimento empresarial no Brasil.

A USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU BINACIONAL

Em meados de 1970, o ciclo expansivo da economia brasileira começou a tropeçar nas contradições tecidas pelo nexo econômico-financeiro estabelecido com o capitalismo internacional: a “ascensão meteórica das taxas de lucro eram acompanhadas pelo endividamento estatal e pela evasão de divisas promovida pelas empresas estrangeiras, enviando seus polpidos lucros para o exterior” (MANTEGA, 1977:52). Segundo Sonia Mendonça, a crise do “milagre” foi decorrente de uma crise de endividamento e de uma crise de esgotamento do fôlego do Estado na manutenção do ritmo do crescimento.

Como forma de reverter esse quadro, o Estado buscou reordenar as prioridades do desenvolvimento econômico nacional através do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). O II PND tinha como meta para a economia brasileira promover a substituição do carro chefe da acumulação – o setor de bens de consumo duráveis – pelo setor de bens de produção. Entre os pacotes previstos neste plano, estavam os novos projetos energéticos de grande porte – no qual se situa Itaipu –, que beneficiou diretamente importantes segmentos do capital estrangeiro da área de material elétrico e de bens de capital, bem como as grandes empresas nacionais de construção civil pesada (COUTINHO; REICHSTUL, 1977:92).

A Hidrelétrica de Itaipu localiza-se no extremo oeste paranaense, no município de Foz do Iguaçu, fazendo parte do Estado do Paraná e dos domínios concessionários da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), criada em 1954. Entretanto, a transmissão da energia gerada pela Itaipu, no Brasil, é realizada pela empresa FURNAS e pela Eletrosul.

A Usina de Itaipu é resultado de intensas negociações entre

Brasil e Paraguai durante a década de 1960. Em 1971 foram realizados projetos e acordos para a construção da obra. Em 26 de abril de 1973, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná pelos dois países. Em 17 de maio de 1974, foi criada a entidade binacional Itaipu, para gerenciar a construção da usina. O período de construção da hidrelétrica de Itaipu, desde os trabalhos preliminares de preparação do local de construção da primeira unidade geradora, foi de oito anos, de 1975 a 1983.

Para a execução das obras civis, a responsabilidade ficou para dois consórcios: Um brasileiro, chamado UNICON, onde figuravam empresas como Cetenco Engenharia Ltda, CBPO (Cia brasileira de Pavimentação e Obras), Camargo Correa, Andrade Gutierrez e Mendes Junior; E um paraguaio, chamado CONEMPA, cujas empresas eram a Barrail Hermanos, Cia. General de Construcciones, ECCA. S.A., Ing. Civil Hermanos Baumam, ECOMIPA (Emp. Const. Min. Paraguaya), Jiménez Gaona & Lima. A sigla UNICON significa União de Construtoras Ltdas. CONEMPA designa o Consórcio de Empresas Construtoras Paraguias (LIMA, 2004:224).

Além de ser reflexo de políticas que visavam transformar o Brasil em uma “potência”, Itaipu foi enquadrada na estratégia da Escola Superior de Guerra, da Doutrina de Segurança Nacional, que justificava a imposição do sistema de controle e dominação, e que estabeleceu o binômio “Segurança e Desenvolvimento” como a base governamental do regime ditatorial. Na “necessidade” de assegurar fronteiras, a ditadura deixou os aparelhos repressivos sempre em alerta e prontidão, caso houvesse o ataque dos “supostos inimigos” (guerrilhas, manifestações populares, etc.), justificando a intervenção militar nesta região (SCHMITT, 2004:09). Trabalhos recentes tem demonstrado o papel assumido pelas Assessorias Especiais de Segurança e Informações da Hidrelétrica de Itaipu (AESI’s), como um braço da repressão no Brasil e no Paraguai, bem como da Operação Condor, tendo papel de espionar

e emitir relatórios sobre os trabalhadores de Itaipu, bem como de quaisquer pessoas que fossem consideradas suspeitas na região da Tríplice Fronteira (SILVA, Jussaramar. 2010).

A usina de Itaipu é, atualmente, a maior usina hidrelétrica do mundo em geração de energia, fornecendo cerca de 17,3% da energia consumida no Brasil e 72,5% do consumo paraguaio.

VEJA E A USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU BINACIONAL

Itaipu parece ter sido a “menina dos olhos” da ditadura e também de *Veja*. Durante o levantamento de fontes constatou-se que, das 39 matérias encontradas na revista sobre as “grandes obras”, 22 eram sobre Itaipu. É possível perceber que *Veja* procurou “cobrir” os acontecimentos envolvendo a construção da hidrelétrica, publicando sempre um discurso altamente elogiador e exaltador do progresso e desenvolvimento que a usina proporcionaria.

As primeiras matérias de *Veja* sobre a hidrelétrica são baseadas em relatar as negociações envolvendo Brasil e Paraguai, e as barreiras enfrentadas pela oposição da Argentina, que teria seu projeto de construção de uma usina em associação com o Paraguai afogado com o represamento do Rio Paraná. Neste sentido, destacamos três matérias de capas que explicitam o posicionamento de *Veja*:

A primeira é de 27/9/1972, cuja capa ilustra ao fundo as cachoeiras de Sete Quedas, localizadas no município de Guaíra – PR, e no canto esquerdo da capa, ocupando quase a metade da página, a foto de rosto do ministro Mário Gibson Barboza. Logo acima, a tarjeta: “Sete Quedas: A arte de negociar”. No editorial, a postura favorável à construção da usina e de apoio e exaltação as “negociações” do governo ficam ainda mais claros. Defendendo-se da acusação que teria recebido dos “argentinos” – quando seus repórteres teriam ido em busca de informações sobre as

negociações –, de ser “um órgão oficioso do governo brasileiro”, *Veja* afirma que:

A defesa desses interesses não é um monopólio de ninguém e, portanto, debaixo do céu nevoento dos mal-entendidos e dos preconceitos, *Veja* apresenta as **habilidades** da diplomacia brasileira, **os seus notáveis talentos na arte de negociar**. E firma sua posição, **favorável à imediata construção da hidrelétrica** de Sete Quedas. Assim age, não por ser oficiosa, mas porque é um **dever de todos os brasileiros salvaguardar os interesses do país** – tanto quanto na Argentina também é um dever lutar pela construção de Apipé Yaciretá (*Veja*. 27/9/1972. Grifei).

Percebe-se que *Veja* não mede palavras para deixar claro seu posicionamento: a defesa da construção da usina de Sete Quedas que coincidiriam com os interesses do governo. Esta “coincidência” não se daria pelas ligações com o governo, segundo *Veja*, mas sim porque seria “um dever de todos os brasileiros salvaguardar os interesses do país”.

Na segunda matéria de capa, de 11/4/1973, vemos uma imagem dos saltos das Sete Quedas ocupando metade da página e a afirmação que mais parece uma resposta: “Para onde vão as relações Brasil-Argentina”. Na matéria de capa, a revista relata aquele que seria “Um entendimento **inevitável**” (*Veja*. 11/4/1973. 20. Grifei): a Argentina não teria motivos para se contrapor a construção da usina já que os acordos entre Brasil e Paraguai avançavam. Além disso, os benefícios que a construção da hidrelétrica ocasionariam, a tornariam “inevitável” por si só: “Os técnicos que acompanham o nascimento de uma nova hidrelétrica estão seguros disso, e o engenheiro Mário Bhering, presidente da Eletrobrás, chega a adiantar benefícios para todas as terras abaixo das usinas” (*Veja*. 11/4/1973. P.20).

A terceira matéria de capa é bastante posterior as duas já citadas. No entanto, percebemos várias semelhanças com as anteriores. Ao tratar das controvérsias quanto a ciclagem de Itaipu (50 ou 60 hertz), a edição de 27/7/1977 trouxe como capa o desenho

de duas flechas, uma com a bandeira brasileira e outra, argentina, vindo em sentido opostos e se desencontrando. O título: “Brasil-Argentina: o desencontro”. Na matéria de capa podemos perceber repetidos argumentos que procuram descaracterizar os projetos de construção de uma usina pela Argentina (Corpus). Para isso, *Veja* utiliza-se da comparação/oposição: “Enquanto começa a nascer a hidrelétrica de Itaipu, com as obras de desvio do curso natural do rio Paraná...” “...a usina de Corpus, dos sonhos argentinos, **é só** um marco no mato” (*Veja*. 27/7/1977. P.16. Grifei). De um lado estaria “a colossal hidrelétrica de Itaipu” “e, de outro, a ainda **hipotética** usina argentina-paraguaia de Corpus” (*Veja*. 27/7/1977. P.16. Grifei). Ou seja, para defender as relações entre Brasil e Paraguai que garantiriam a construção de Itaipu, *Veja* busca desqualificar as relações Paraguai e Argentina, demonstrando que o projeto de Corpus, sonhado no mesmo período de Itaipu, não teria saído do papel, enquanto Itaipu deslanchava.

Quando da visita do presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, ao Brasil para assinar o “Tratado de Itaipu”, *Veja* afirma: “Pode-se supor que a passagem de Stroessner por Brasília, onde assinou o tratado que criou a empresa destinada a construir e explorar a hidrelétrica de Itaipu, tenha sido **a mais importante de todas as visitas** ocorridas nos últimos dez anos” (*Veja*. 2/5/1973. P.17. Grifei). Pode-se perceber como é importante para a revista a construção da Itaipu. Tanto que este evento se sobreporia a qualquer discussão antes iniciada pelos dois países e em fase de não resolução. Além disso, o título da matéria – “A cordialidade dos quilowatts” – supõe o quanto a construção da usina hidrelétrica seria fundamental para os dois países, até pouco tempo vistos como inimigos devido à guerras e disputas econômicas e territoriais, e que agora poderiam trabalhar em torno de um projeto comum que levasse “a boa vontade dos dois países”. Importante destacar que a relação imperialista por parte do Brasil em torno da energia a ser gerada pela usina, em nenhum momento é citada pela revista. Pelo discurso de *Veja*, temos a impressão de

que tanto o Brasil quanto o Paraguai se beneficiariam igualmente da geração de energia por Itaipu. Além disso a revista procura exaltar as “cooperações” do Brasil ao Paraguai em projetos econômicos (como a construção de uma rodovia que ligaria Puerto Stroessner a Encarnación; a implantação de uma usina siderúrgica; a realização de estudos sobre a navegabilidade do rio Paraná; etc). Quando do início das obras, *Veja* apresenta a “supremacia” das empreiteiras brasileiras em relação às paraguaias – que pelo acordo deveriam ser responsáveis por 50% das obras cada uma – com naturalidade e justificativas: “Na distribuição das diversas tarefas, de qualquer forma, acredita-se que cerca de 70% a 80% vão ficar por conta das empreiteiras brasileiras, devido à sua maior experiência e à posse de melhores equipamentos” (*Veja*. 15/10/1975. P.94). Este discurso cordial e otimista permeou as matérias da revista durante todo o período analisado:

Para o Brasil, Itaipu significa a **garantia** da energia elétrica **indispensável** para atender à demanda em futuro próximo do parque industrial da região centro-sul. Para o Paraguai, a longo prazo representa a abertura de **infinitas possibilidades** de industrialização. Mas, a curto prazo, permitirá a **duplicação** da receita cambial do país, com a venda ao Brasil de pelo menos 50 milhões de dólares, anualmente, em quilowatts que não terão **aplicado** em seu território (*Veja*. 15/5/1974. P.19. Grifei).

Interessante que, para *Veja*, tudo é justificado pelos benefícios econômicos que seriam adquiridos com a construção de Itaipu. A indispensabilidade da obra é sempre apontada: “dentro de aproximadamente dez anos a energia de Itaipu será indispensável para atender a demanda do parque industrial da região centro-sul do Brasil” (*Veja*. 16/11/1977. P.28). Os números encantam durante todo o período analisado: “Cerca de 1200 residências já foram construídas na área urbana das obras. E, dentro de três anos, quando os trabalhos chegarem a seu ritmo mais intenso, os canteiros abrigarão quase 30.000 empregos diretos” (*Veja*. 24/3/1976. P.64).

Quando da constatação de que o represamento do rio Paraná ocasionaria a submersão das Sete Quedas, *Veja* argumenta:

Apesar do acento apocalíptico dessas profecias, a decisão de se construir Itaipu é **irreversível**. E, de qualquer forma, o holocausto de Sete Quedas ao desenvolvimento do Brasil e Paraguai certamente **não será em vão**: quando estiver com suas turbinas funcionando, a hidrelétrica de Itaipu fornecerá 11,7 milhões de quilowatts de energia – tanto quanto **todas as hidrelétricas brasileiras juntas** há apenas dois anos (*Veja*. 29/5/1974. P.27).

Ao justificar o “holocausto” pelo “desenvolvimento”, a matéria procura elencar as “políticas compensatórias” que estariam sendo planejadas para a região: criação de novos parques de reserva da fauna e flora ao longo dos 200 quilômetros das águas represadas; além de criar uma falsa diminuição dos prejuízos ao turismo para Guaira: naquele momento, muita gente iria querer ver os saltos antes que eles acabassem, aumentando o faturamento das empresas voltadas para o turismo. Interessante notar que em nenhum momento a revista “noticiou” as centenas de pessoas que seriam atingidas pelo alagamento, cujas terras e habitações seriam inundadas. A irreversibilidade da hidrelétrica foi utilizada várias vezes por *Veja* como elemento de argumentação: “Talvez porque nos dias de hoje a irreversibilidade da expansão hidrelétrica não dê margem ao apelo à dramaticidade” (*Veja*. 24/3/1976). Quando mencionou as desapropriações, foi citando casos longínquos, “experiências” de outras regiões, concluindo: “Mais tarde, porém, o desaparecimento de cidades inteiras acabou incorporado à rotina das hidrelétricas como uma espécie de transtorno inevitável” (*Veja*. 24/3/1976. P.67).

Rafaela Fischer (2006), ao procurar compreender a passividade da população de Guaira ao fim das Sete Quedas, aponta para o fato do decreto de extinção do Parque de Sete Quedas só ter sido assinado em 1981, quando a hidrelétrica já estava em processo de finalização. Além disso, a Itaipu prometeu aos

moradores a construção de um zoológico e de uma Usina Hidrelétrica em Ilha Grande, onde haveria uma ponte rodoviária que ligaria os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Por fim, devemos lembrar que, dentro da área considerada de “segurança nacional”, o prefeito nomeado corria risco de exoneração caso não procurasse amenizar os descontentamentos em relação à construção de Itaipu.

Além do posicionamento favorável da revista em relação à construção da usina, é possível perceber a atuação de *Veja* no sentido de cobrar o governo para garantir que os projetos defendidos pela revista sejam executados. Em 30/1/1974 *Veja* publicou uma matéria procurando afirmar seu papel de “quarto poder”, no sentido de demonstrar que estaria vigilante em relação aos acontecimentos em torno da construção de Itaipu.

Se dependesse de algumas fichas e papéis arduamente manuseados por técnicos do Ministério do Planejamento neste início de ano, a gigantesca hidrelétrica de Itaipu correria o risco de não existir, nem teoricamente, pelo menos até 1978. Atarefados com a elaboração do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, uma montanha de números que distribuirá os investimentos públicos durante todo o governo do general Ernesto Geisel e o primeiro ano da administração do seu sucessor, os técnicos do Ministério descobriram a inexistência de planos para a construção de Itaipu (*Veja*. 30/1/1974. P.23).

Ou seja, a função de “quarto poder” pode ser desmobilizada quando analisamos a matéria. Percebemos claramente a intenção da revista de cobrar o governo para que a obra não ficasse só no papel, já que, como estamos demonstrando neste artigo, *Veja* defendia o interesse das empreiteiras que perderiam caso a obra não fosse realizada.

Assim como na cobrança, foi possível perceber a atuação de *Veja* na defesa do governo e na tentativa de encaminhamento de ações. Na já citada matéria de 27/7/1977, quando a revista “analisa” as relações conflituosas entre Brasil e Argentina, *Veja* relatou o

recebimento, por parte do Itamaraty, de uma proposta argentina que visava a realização de “conversas trilaterais” entre Brasil, Argentina e Paraguai, sobre a compatibilização dos projetos energéticos. Apesar da já decisão da diplomacia brasileira em não negociar com a Argentina, *Veja* procura evidenciar esta posição e criar certo convencimento em torno dela. Além de relatar a afirmação de técnicos que garantiam que a operação da usina não afetaria a navegação do rio Paraná, *Veja* afirma:

Isso quer dizer que produzirá energia com ritmo constante, despejando, portanto volume de água sempre igual ao jusante do rio – o que não modificaria a altura das águas e, além disso, também regularizará o caudal. Mesmo na hipótese, apresentada como “remota”, de que a usina gere quantidades variáveis de energia, ou seja, funcione em “semibase” ou em “ponta”, todas as precauções serão tomadas a fim de que a consequente alteração do nível do rio não prejudique os barcos e os portos argentinos (*Veja*. 27/7/1977. P.18).

A primeira matéria encontrada em *Veja* tratando sobre as construtoras da Itaipu é em 11/6/1975, cujo título “A primeira vitória”, apresenta a primeira empresa brasileira a ganhar a licitação para execução dos trabalhos de construção da Itaipu: Andrade Gutierrez. Segundo *Veja*, a vitória teria sido surpresa até mesmo para os próprios diretores da empresa:

Surpreendendo seus próprios diretores, a construtora mineira Andrade Gutierrez ganhou na semana passada a concorrência para execução dos trabalhos de escavação do canal do rio Paraná. Visando à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O fato de sua proposta ter sido a de menor valor (133 milhões de dólares), entre as outras quatro apresentadas, não chegava a tranquilizar os dirigentes da empresa, que tiveram pela frente construtoras como a Cetenco (proposta maior: 282 milhões de dólares) e a Camargo Correa, considerada por Andrade Gutierrez, diretor da vencedora, como “a maior construtora brasileira e que, imaginávamos, ganharia fácil” (*Veja*. 11/6/1975. P.83).

Interessante notar que a surpresa parece ser mais de *Veja* do que dos diretores da Andrade Gutierrez, já que a revista faz questão de destacar que a Camargo Correa era a maior construtora brasileira. Esta referência aparece ainda outras vezes no decorrer da matéria, o que nos faz indagar sobre as razões em insistir na afirmação do papel da Camargo Correa. No entanto, esta “surpresa” é resolvida algumas semanas depois, quando *Veja* anuncia a “sabedoria salomônica” da empresa Itaipu Binacional, em contratar as demais companhias construtoras. Na matéria de 9/7/1975 *Veja* compara a decisão política da empresa binacional – de contratar as cinco companhias construtoras que haviam apresentado propostas para a licitação – com a atitude da figura bíblica do Rei Salomão. Segundo a revista,

A empresa Itaipu Binacional recorreu à **sabedoria salomônica** quando anunciou, na quinta-feira passada, sua **primeira grande decisão política**: escolhendo entre cinco empresas que disputavam uma concorrência, preferiu as cinco. Assim, as companhias construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Cetenco, CBPO e Mendes Júnior (cada uma tem um sócio no Paraguai) dividirão entre si o contrato de 133,8 milhões de dólares (mais de 1 bilhão de cruzeiros) e suas máquinas trabalharão unidas na escavação do **maior** buraco que a engenharia mundial **jamais concebeu**: um canal de 2 quilômetros de extensão, 150 metros de largura e até 90 metros de profundidade, por onde escorrerão as águas do rio Paraná, enquanto, no seu leito natural, estiver sendo construída a represa (*Veja*. 9/7/1975. P.75).

Para minimizar as razões do descontentamento da Andrade Gutierrez em relação à decisão, *Veja* aponta para o fato de que a Camargo Correa haveria proposto o investimento de 22% do valor do contrato em compras no território paraguaio, o que teria agradado os diretores paraguaios de Itaipu. Como podemos perceber, *Veja* procurou convencer através do seu discurso, não só que o descontentamento da Andrade Gutierrez seria ilegítimo, como legitimar a decisão de abranger também as demais construtoras na construção de Itaipu.

Como pudemos perceber nas análises sobre Itaipu, *Veja* procurou sempre elogiar a construção da obra e defender os interesses do governo, especialmente nas discussões diplomáticas do Brasil com o Paraguai e a Argentina. Além disso, a ditadura proporcionaria técnica e eficiência para a construção de Itaipu. Em relação à especificidade da obra, Itaipu sempre foi apresentada por *Veja* como extremamente necessária para o progresso econômico, e indispensável para a industrialização brasileira. Quando do desvio do Rio Paraná, *Veja* comemora:

Naturalmente, adversários do governo sempre alegarão que um país pobre gastou muito dinheiro na construção da maior hidrelétrica do mundo, ou que Itaipu poderia esperar mais alguns anos antes que sua silhueta emergisse do Rio Paraná. **Mas ninguém poderá sustentar que ali surgiu uma obra dispensável.** Quando estiver pronta para iluminar ruas e casas, permitir a industrialização da fronteira e afastar para sempre o fantasma da escassez de energia elétrica, Itaipu terá mudado um pouco mais a face do país – para melhor (*Veja*. 3/11/1982. P.62. Grifei).

Em relação as firmas construtoras, percebemos que a discussão da revista girou em torno apenas de noticiar uma pequena discussão com a Andrade Gutierrez, vencedora inicial da concorrência, que teve que abrir mão da prioridade para dividir a obra com outras quatro empresas de construção: Camargo Correa, Cetenco, CBPO e Mendes Júnior. Além disso, esta atitude seria decorrente das discussões com o Paraguai que, como demonstramos, exigia o investimento das firmas construtoras em compras no seu território. Em relação à construção, não havia o que reclamar: as maiores empresas brasileiras estavam lucrando, os prazos estavam sendo atendidos, havia certa “transparência” nas relações entre governo e empreiteiros, caberia a revista apenas acompanhar o andamento da obra até a explosão dos diques de concreto que desviaram o rio Paraná, em outubro de 1978, fechando o ciclo de construção que acompanhamos em nosso recorte temporal.

CONCLUINDO

Apesar das limitações deste artigo, acreditamos ter sido possível demonstrar a posição e atuação da revista *Veja* em relação as “grandes obras” construídas durante a ditadura civil-militar brasileira. Também esperamos ter sido evidente a “preferência” de *Veja* por algumas empresas construtoras destas obras. Como demonstra Carla Silva no artigo que abre este livro, é preciso analisar a imprensa enquanto um objeto, avançando em relação a organicidade destes órgãos e sua atuação partidária. Esperamos ter contribuindo neste sentido, demonstrando não só as relações de classe de *Veja* com as empresas de construção civil, mas também com a ditadura brasileira.

Como demonstramos neste artigo, na construção da rodovia Transamazônica, *Veja* apontou a construtora Camargo Correa como a mais indicada para a construção da rodovia, mesmo antes do edital de concorrência ser lançado. No entanto, a preferência da revista ficou mais clara, quando se tratou da Construtora Mendes Júnior. Além de prever o vencimento da empresa antes da publicação do edital de concorrência, *Veja* dedicou uma página para narrar a trajetória da construtora, quando do resultado da concorrência.

No caso da Transamazônica foi possível perceber a revista se dirigindo diretamente aos empreiteiros, como quando incitou as empresas a “evocarem o espírito bandeirante” (*Veja*, 1/7/1970). Em alguns momentos a análise do discurso deixou claro a atuação da revista em defender os interesses das empresas construtoras, criticando, por exemplo, o repasse de 50% da empreitada para os Batalhões de Engenharia e Construção do Exército.

Na construção da ponte Rio-Niterói, ficou clara a tomada de partido de *Veja* em prol de um dos consórcios candidatados na licitação da obra. A não concordância com o resultado da licitação pode ser evidenciado já no fato da revista passar a noticiar a construção da ponte só no final de 1970 (passado praticamente

dois anos do início da construção da ponte), quando o primeiro contrato foi reincidento e a obra passou a ser responsabilidade do Consórcio Construtor Guanabara, formado pelas empresas Camargo Correa, Mendes Júnior e Rabello.

Em vários momentos foi possível perceber a tentativa da revista em justificar e legitimar o repasse da construção da obra, sem nenhuma licitação. *Veja* elogiou a decisão do Ministro dos Transportes em “garantir o melhor resultado da maneira mais prática” (*Veja*. 9/12/1970). Os acontecimentos envolvendo o Consórcio Construtor Rio-Niterói são abertamente criticados pela revista, apontando o trabalho do novo consórcio como fator impulsionador da obra.

Já a usina hidrelétrica de Itaipu foi apresentada e encarada “com olhos amorosos” (*Veja*. 3/11/1982) não só pela ditadura, mas também por *Veja*. Já quando das negociações entre governo brasileiro e paraguaio, *Veja* firmava “sua posição favorável à imediata construção da hidrelétrica” (*Veja*. 27/9/1972).

Durante todo o processo de gestação e construção da obra, a hidrelétrica foi apresentada como “indispensável” e “irreversível” para o Brasil. Até mesmo o “holocausto” de submersão das Sete Quedas foi justificado pelos benefícios econômicos que a geração de energia proporcionaria.

Assim como nas demais obras, *Veja* se mostrou “vigilante” em relação ao governo, cobrando-o para garantir que os projetos defendidos pela revista fossem executados. Ao mesmo tempo, quando lhe foi conveniente, a revista procurou criar convencimento em torno das posições do governo.

Em relação às construtoras, percebemos que a revista elogiou a “sabedoria salomônica” (*Veja*. 9/7/1975) da empresa Itaipu Binacional em repartir a obra entre as demais construtoras que haviam participado da licitação. Entre elas, estavam a Camargo Correa e a Mendes Júnior.

Apesar de sabermos da importância em averiguar mais a fundo as relações empresariais estabelecidas entre a editora

Abril e estas empresas de construção, acreditamos ser possível evidenciar, através da análise do discurso da revista, a atuação e defesa partidária de *Veja* em relação as empresas construtoras Mendes Júnior e Camargo Correa. Além de obter apoio às políticas de seu interesse, *Veja* pode ter se constituído em importante fonte de formação de opinião e construção de consenso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF, RJ, 2012.

CÉZAR JUNIOR, Gervásio. *Revista Visão: construção, organização e difusão do projeto neoliberal no Brasil na década de 1970*. Dissertação de Mestrado em História pela Unioeste. Marechal Cândido Rondon – PR, 2011.

COUTINHO, Luciano; REICHSTUL, Henri-Philippe. O setor produtivo estatal e o ciclo. IN: MARTINS, Carlos Estevam (Org.). *Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1977.

FISCHER, Rafaela Aline Strey. *Sociedade guairense: o fim das Sete Quedas e as estratégias de silenciamento da população pela ditadura*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. UNIOESTE/MCR, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. VI. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2001.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento (1930-1984)*. Tese de doutorado – UFF/UNIOESTE. Niterói, 2004.

MANARIN, Odirlei. *Peões da Barragem: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991*. Dissertação de Mestrado em História – UNIOESTE/MCR, 2008.

MANTEGA, Guido. Acumulação de capital, crise e capital estrangeiro. IN: MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARQUES, Eduardo Cesar. *Redes Sociais e permeabilidade do Estado: instituições e atores políticos na produção da infra-estrutura urbana no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado em Ciência Política – Universidade Estadual de Campinas, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MENEZES, Fernando Dominience. *Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil Grande”*. Diss. Pós-Graduação. Universidade de Brasília, 2007.

MENGARDA, Salette Maria. *Itaipu: a obra do século, barragem de exclusão social*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. UNIOESTE/MCR, 1997.

OLIVEIRA, Francisco. A Reconquista da Amazônia. IN: *Revista Novos Estudos CEBRAP* – São Paulo – SP. V.38, março de 1994.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilda de Almeida Neves (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

RAUTENBERG, Edina. *A revista Veja e as empresas da construção civil (1968-1978)*. Dissertação de Mestrado em História pela UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon – PR, 2011.

SCHIMITT, Judite Veranisa. *Geopolítica e violência: um estudo sobre a violência física e simbólica no processo de desapropriação dos atingidos de Itaipu (1978-1985)*. Projeto de pesquisa apresentado à Especialização em História e Região da UNIOESTE/MCR, 2004.

SILVA, Jussamar da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1987)*. Dissertação de Mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

SILVA, Marcelle Ivie da Costa. *Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais – San

Tiago Dantas (UNICAMP/UNESP/PUC-SP). São Paulo, 2004.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. *Mulheres migrantes na Transamazônica: construção da ocupação e do fazer política*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2008.

TEIXEIRA, Luciene Pires. *A indústria de construção brasileira sob a ótica da demanda efetiva*. Tese de doutorado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Minas Gerais, 2009.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver – Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

O BRASIL IMPERIALISTA EM *ÉPOCA* E *VEJA*: PETRÓLEO, MINERAÇÃO E SIDERURGIA (2003 a 2006)

Ricardo Krupinski

Este artigo consiste em problematizar e compreender as relações do capital-imperialismo brasileiro a partir das revistas *Época* e *Veja*, onde buscamos mostrar como ambas as revistas defendem através da sua ação partidária o modelo capital-imperialista.

A posição do Brasil como país capital-imperialista, bem como a defesa dos interesses burgueses em *Época* e *Veja* será demonstrada através de estudos específicos, como nos casos da Petrobrás, Vale do Rio Doce e do Grupo Gerdau. Porém, antes de chegarmos à análise das revistas, iremos fazer uma discussão historiográfica sobre o Brasil, para melhor entender o processo de formação e consolidação dos interesses imperialistas brasileiros ligados aos grupos dominantes do país.

BREVES APONTAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O trabalho aqui exposto tem sua origem na pesquisa realizada durante o período de mestrado (2009-2011), pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (KRUPINSKI, 2011). O objeto de estudo da dissertação foram as revistas *Época* e *Veja*, sendo a primeira pertencente ao Grupo Globo e a segunda à Editora Abril. Nosso recorte temporal é do período que vai de 2003 a 2006, onde buscamos compreender como as revistas *Época* e *Veja* se posicionaram quando o assunto é imperialismo, tendo o foco na exportação de capitais brasileiro.

Para a realização da pesquisa foram privilegiadas algumas sessões presentes em *Época* e *Veja*: editorial e a sessão Economia e Negócios. Na revista *Época* o editorial leva o nome de “Carta do Editor”, já na revista *Veja* recebe o nome “Carta ao Leitor”. Para Carla Silva

Os editoriais nos dizem muito sobre a forma com que a revista quer ser ‘vista’, e contribuem para que ela se constitua em efetivo sujeito político. A Carta ao Leitor é um espaço de consolidação desse papel, agregando noções como a de Quarto Poder, responsabilidade social e opinião pública.... (SILVA, 2005, p. 90)

Os apontamentos de Silva referem-se à Carta ao Leitor de *Veja*, no entanto acreditamos que a Carta do Editor de *Época* tem as mesmas funções acima mencionadas, privilegiando a consolidação de uma visão de mundo, favorecendo as frações de classes defendidas pela revista.

A sessão Economia e Negócios de ambas as revistas também foi analisada, uma vez que foi possível encontrar em tal sessão um material significativo para a problematização de questões referentes ao imperialismo.

Para fundamentar teoricamente a análise, foram utilizadas as discussões propostas por Antônio Gramsci, que nos possibilitou ver e analisar a imprensa como um aparelho privado de hegemonia (APH), que através da sua atuação partidária busca construir consenso, privilegiando determinadas frações de classes. Também utilizamos a obra de Perseu Abramo, que em seu livro *Padrões de Manipulação na Grande Imprensa* discute como se dá o processo e as formas de manipulação utilizadas no campo do jornalismo.

DE “ATRASADO” A “MODERNO”: O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO MODELO AGRÁRIO-EXPORTADOR PARA O URBANO-INDUSTRIAL

A partir de 1930 o Brasil passou por mudanças substantivas, tanto no que diz respeito ao modo de produção aqui implantado, como às novas formas de organização do trabalho e de acumulação capitalista.

Em *Crítica a razão dualista*, Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 2003) destaca que a Revolução de 1930 foi relevante em dois aspectos: primeiro, porque possibilitou a derrocada da hegemonia agrário-exportadora, e segundo, porque consolidou o modelo de produção urbano-industrial. Observa-se paulatinamente uma alteração de poder na sociedade brasileira, que exigiu uma série de mudanças para atender os interesses da burguesia nacional. Dentre as medidas mais importantes realizadas nesse período, podemos destacar a consolidação da legislação trabalhista, onde foi fixado um valor para o piso salarial conhecido como salário mínimo.

O salário mínimo tanto naquele momento, como nos dias de hoje, pode ser interpretado e visto como “salário de subsistência”. Para isso, a participação do Estado se torna fundamental. Porém sua atuação não se limitou apenas à formulação e consolidação de uma legislação trabalhista. O Estado passou a operar uma série de medidas, seja através da *“fixação dos preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins de subsídios a outras atividades produtivas”* (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

Para Oliveira, o que se realizou foi uma ampliação do Estado que se prolongou até o governo Kubitschek. As empresas passaram a contar com uma série de medidas que ajudariam no processo de expansão da produção capitalista industrial. Além das medidas já citadas, foi de fundamental importância para a consolidação do modelo urbano-industrial o

Investimento em infraestrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma de expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobras, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema (OLIVEIRA, 2003, p. 40-41).

Outro fator determinante para a consolidação do modelo urbano-industrial no Brasil, diz respeito ao novo papel da agricultura brasileira. Para Oliveira, a agricultura no Brasil, após 1930 assume uma nova e importante função: primeiro Oliveira constata que a agricultura deveria ser vista como um elemento do “velho mercado”, deixando de ser o setor central do sistema capitalista brasileiro, segundo, que a agricultura também teria que suprir as necessidades do mercado interno, das massas urbanas, *“para não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial”* (OLIVEIRA, 2003, p. 42).

O estudo das questões agrárias no período da transição de uma economia agrário-exportadora para urbano-industrial se torna importante segundo Oliveira, na medida em que possibilita compreender o processo de consolidação da expansão capitalista no Brasil.

Apesar de parecer existir certa dualidade entre o setor agrário-exportador e urbano-industrial, entre o “atrasado” e o “moderno”, não devemos nos limitar a essa interpretação. A consolidação do sistema capitalista no Brasil se deu por via de contradições entre classes e intra-classes. Tais observações foram apontadas por Francisco de Oliveira e Virgínia Fontes. Para Fontes,

A grande diversidade associativa interburguesa favoreceu uma maior flexibilidade do conjunto das classes dominantes diante

de situações de crise, internas e externas, abrindo válvulas de escape e permitindo acordos e ajustes no sentido de impulsionar fronteiras à exploração capitalista, assegurando-se a sobrevivência de setores menos ágeis, amparando-os, confortando uma espécie de retaguarda burguesa interna, ao passo que os setores de ponta encontravam-se libertos de peias para expandir-se. (FONTES, 2010, p.219)

A constituição de aparelhos privados de hegemonia foi fundamental para defesa de interesses das classes burguesas e agrárias, que possibilitou a consolidação do modelo urbano-industrial.

No que remete ao setor agrícola, por exemplo, encontramos contradições de interesses entre a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Enquanto a SNA era formada por grandes proprietários de várias localidades do Brasil e defendiam uma produção agrícola voltada para o mercado interno, a SRB era formada basicamente por proprietários paulistas, voltados principalmente para a exportação. Apesar das contradições entre os dois grupos, destacamos que os conflitos engendrados pela SNA e SRB *“em última instância, conduziram o processo a expandir as fronteiras da acumulação de capitais e a coligar diferentes formatos de industrialização sem uma ruptura entre o setor agrário e o setor urbano-industrial”*. (FONTES, 2010, p. 221)

Levando-se em consideração esse processo dicotômico entre “atrasado” e “moderno”, a SRB, uma entidade de caráter agroexportador (principalmente café), cientificista e industrializante, saiu vitoriosa na luta contra a SNA. Fontes salienta que a vitória da SRB necessitava de um suporte estatal mais complexo e elaborado do que tinha a SNA. Desta forma,

A industrialização do campo brasileiro modificaria, enfim, a estrutura representativa das diversas frações dessa burguesia e, sem eliminar seus antecedentes, passaria a ter como fulcro outras entidades associativas, como a Organização das Cooperativas

Brasileiras (OCB), porta-voz do agronegócio estreitamente associado aos grandes capitais multinacionais internacionais, mas agregando em seu interior expressivas parcelas da grande burguesia agroindustrial brasileira. (FONTES, 2010, 221-222)

Podemos destacar que a consolidação de um “novo” modelo agrícola para o Brasil, foi resultado de interesses políticos distintos e que atendeu de certa forma aos interesses urbano-industriais bem como aos interesses do capital internacional. Desta forma chegamos a nossa primeira indagação: como a agricultura, devido a sua importância, é tratada nas páginas de *Época* e *Veja*?

O recorte temporal desta pesquisa se limita ao período de 2003 a 2006. Porém, podemos observar, que o modelo agrário que se originou dos conflitos entre SNA e SRB (onde esta última agremiação saiu vitoriosa) tem muita semelhança com o modelo (ou a proposta de se fazer agricultura no Brasil) encontrado nas revistas *Época* e *Veja* durante o período de estudado.

Analisando as revistas *Época* e *Veja* observamos que as questões acima apresentadas são verificáveis nas revistas, pois ambas mostram como o desenvolvimento da agricultura brasileira caminhou em direção a uma agricultura agro-exportadora, de alta tecnologia que atendesse tanto o mercado interno quanto o externo. Para que essa verificação fosse comprovada, buscamos analisar uma série de reportagens em *Época* e *Veja* referente ao modelo agrícola brasileiro.

Para começar, destacamos uma reportagem da revista *Época* de 28 de abril de 2003, onde mostra que a safra brasileira de soja, pela primeira vez ultrapassou a produção estadunidense:

O Brasil está colhendo agora uma safra recorde de 112,4 milhões de toneladas de grãos. É um estupendo crescimento de 70% num prazo de apenas dez anos. O agronegócio passou a valer R\$ 424,4 bilhões, 29% do Produto Interno Bruto do país. Pela primeira vez na História a exportação brasileira de soja superou a dos Estados Unidos, donos da maior agricultura do mundo. As lavouras daqui

já se tornam as mais competitivas em clima tropical. (A salvação da lavoura. *Época*. 28/04/2003, p. 55)

Ressaltamos que a produção de soja estadunidense tem como principal destino o mercado interno, apenas o seu excedente é destinado à exportação, o que nos leva a questionar se os dados apresentados pela revista realmente condizem com a realidade. Assim sendo, fica a questão: se somado o total da produção destinada tanto para o consumo interno, quanto para a exportação, o Brasil conseguiria bater o recorde da produção de soja estadunidense?

O que é importante nos ater é sobre a forma como a revista apresenta a questão: o recorde da safra de soja é apresentado como um marco para a agricultura. A manutenção da produção agrícola é de longa data defendida para os países em desenvolvimento como o Brasil, vide exemplo das propostas estabelecidas no Consenso de Washington.

Ainda, podemos destacar na mesma matéria a forma como é apresentado o trabalho das cooperativas, sendo vistas como determinantes, e traz como exemplo a Cooperativa Agropecuária Morãoense:

Criada em 1970 para resolver problemas de armazenamento dos pioneiros, a Cooperativa Agropecuária Morãoense (Coamo) é a principal responsável pelos recordes de safra na região. Hoje no posto de maior cooperativa agrícola da América Latina, ela fatura R\$ 2,2 bilhões. Possui um parque industrial com duas fábricas de esmagamento de soja, refinaria de óleo, indústria de margarina e gordura vegetal, fiação de algodão e moinho de trigo. (A salvação da lavoura. *Época*. 28/04/2003, p. 56)

Sonia Regina Mendonça destaca a atuação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) como “*nova força hegemônica do patronato rural brasileiro*” (MENDONÇA, 2006, p. 24) nos anos 1990, o que fez surgir em 1993 a Associação Brasileira de

Agribusiness (ABAG), sendo legitimada, segundo Mendonça, a partir de dois fatores:

De um lado, a “certeza” da existência de elaboração de uma “nova agricultura” no país, diversa daquela até então vigente e, de outro, a urgência em estabelecerem-se canais de representação política mais eficazes e compatíveis com a relevância dessa “nova” agricultura (MENDONÇA, 2006, p. 24).

Para Mendonça, o que a OBC e mais tarde a ABAG concretizaram foi *“um poderoso complexo de cunho muito mais comercial e financeiro”*, constituindo desde o início, *“um pool de empresas e não numa associação de entidades patronais, embora seus dirigentes insistissem em afirmar o contrário”* (MENDONÇA, 2006, p.25).

Como bem destacado por Virgínia Fontes, as cooperativas assumiram um papel determinante na agricultura brasileira, sendo representantes do agronegócio, da produção e colheita *higt tech*, que por sua vez tem forte ligação com os capitais multinacionais, sendo as “gigantes multinacionais”, ao lado do Banco do Brasil, os maiores responsáveis pelo financiamento da safra brasileira. Tais apontamentos foram encontrados na reportagem da revista *Época* de 28 / 4 / 2003 e as mesmas questões, ao menos parecidas, são apresentadas pela revista *Veja*.

Em uma Carta ao Leitor de 12 / 3 / 2003, *Veja* diz:

O Brasil e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se entendem muito bem. O país e seu governante sinalizam para o mundo que há uma coerência de pensamento quanto aos caminhos que podem tirar o Brasil de sua duradoura fragilidade financeira e afastá-lo do espectro das frequentes crises econômicas. Mesmo com o cenário adverso criado pela iminência da guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, todos os indicadores que costumam assombrar a economia brasileira estavam claramente positivos na semana passada. A cotação do dólar caiu, derrubada pelo melhor desempenho da balança comercial desde 1993 e pelo anúncio da safra recorde de soja nacional, que deve superar a dos

Estados Unidos no mercado mundial pela primeira vez. (A hora da colheita. *Veja*, Carta ao Leitor. 12/3/2003, p. 09)

O aumento da produção agrícola visando sempre o aumento do superávit primário, vem ao encontro do discurso da busca do Brasil pela credibilidade no mercado internacional. Porém tal discurso é falacioso uma vez que o objetivo maior como observa Leda Paulani é a engorda do capital, principalmente o especulativo.

Em duas edições especiais de *Veja* sobre o agronegócio podemos observar de forma mais clara o modelo de agricultura defendido pela revista. Ambas as edições são de 2004, sendo a primeira publicada em abril com o título “*Agronegócio – Retrato de um Brasil que dá certo*”; e a segunda publicada em outubro com o título “*Agronegócios & Exportações*”, logo abaixo do título desta última lê-se: “*SUCESSO – As empresas e as estratégias do Brasil que dá certo*”.

Os assuntos tratados nas duas edições especiais de *Veja* sobre o agronegócio são inúmeros, todos eles vêm de acordo com o que já foi dito anteriormente, assim, enfatizam a construção de um modelo agrícola que se iniciou com a Revolução de 1930 e chega ao início do século XXI sendo fundamental para o desenvolvimento do capitalismo bem como sua manutenção.

Dentro dos assuntos destacam-se: os recordes do agronegócio (exportação de produtos agrícolas), tecnologia, maquinário, incentivo à pesquisa de ponta. Traz relatos de pessoas que formaram fortuna em cidades antes consideradas os “eldorados da lavoura”, que conseqüentemente e positivamente para a revista *Veja*, possibilitaram a formação de uma nova geração de produtores e profissionais liberais com forte influência no interior. A matéria traz uma lista dos principais e maiores eventos nacionais. Falam das oportunidades nas novas fronteiras agrícolas; soluções para aumentar a produção e conseqüentemente o lucro; além de levantar questões sobre a Reforma Agrária, vista pela revista, como contraproducente e desnecessária para o Brasil.

No que nos interessa, buscamos demonstrar o quanto a estruturação das relações de trabalho a partir do Estado e a consolidação de um modelo agrícola agroexportador, ligado aos interesses do capital internacional, foram necessárias para a consolidação de uma nova forma de organizar a sociedade brasileira, que caminhou em direção a uma organização urbano-industrial.

A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO URBANO-INDUSTRIAL

Procuramos destacar anteriormente, a importância que a agricultura teve para o Brasil no processo de consolidação do modelo capitalista, e através das análises das revistas *Época* e *Veja* sobre o assunto, podemos constatar que a agricultura não deixou de ser fundamental para a manutenção de uma ordem capitalista burguesa no Brasil. No entanto, o modelo dito “atrasado” (agro-exportador), deixou de ser o motor chave da economia - porém, não desnecessário - para dar espaço a um modelo mais “moderno” e dinâmico de economia: o industrial.

Deixando de lado qualquer análise dualista, a indústria constituiu-se como meio determinante na forma de organização das relações de produção do sistema capitalista no Brasil após 1930, passando a orientar todo o processo de acumulação de riquezas. Francisco de Oliveira tece uma série de críticas ao modelo cepalino, que se limitava a ver o processo de industrialização como uma necessidade histórica de superar o atraso brasileiro. Desta forma o que se encontraria após 1930, era uma urgência em substituir as importações por um modelo nacional de produção de bens industriais. No entanto, essa visão reducionista faz parecer que *“a industrialização substitutiva de importação funda-se numa necessidade do consumo e não numa necessidade da produção, verbi gratiae, da acumulação”*. (OLIVEIRA, 2003, p. 49) Assim sendo, Oliveira destaca que a

industrialização não visa atender as necessidades de consumo e sim de acumulação.

No Governo de Juscelino Kubitschek o processo de acumulação capitalista ganhou novos contornos que se acentuaram. Ramos da indústria, como: automobilístico, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, foram prioridade do governo, que buscou consolidar definitivamente o setor industrial. Nesse sentido, novamente o Estado deteve um papel importante, pois

Lançar-se-á num vasto programa de construção e melhoramento da infra-estrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem e silos, portos, ao lado de viabilizar o avanço da fronteira agrícola “externa”, com obras como Brasília e a rodovia Belém-Brasília. (OLIVEIRA, 2003, p. 72)

É nesse período que a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), consolida-se como a maior entidade de caráter empresarial do Brasil, contrapondo-se à CNI (Confederação Nacional da Indústria), considerada até então o aparelho privado de hegemonia chave dos interesses industriais.

As classes industriais, desde 1930, aos poucos foram consolidando seu poder hegemônico na sociedade brasileira. O Estado nesse sentido foi de fundamental importância para a realização de seus projetos burgueses, sempre rechaçando as atividades de grupos populares.

A vinculação entre Estado e sociedade civil se acentuará no período da Ditadura Civil Militar brasileira, como bem observa Virgínia Fontes:

Após o golpe de Estado civil-militar de 1964, houve uma importante expansão de associações empresariais por setores e ramos de produção a partir da década de 1970, as chamadas “associações paralelas”, que duplicavam a estrutura de representação empresarial oficial, de cunho corporativo-estatal. A elas é preciso

agregar outros tipos de organização, de caráter profissional, porém com abrangência nacional, em sua maioria pré-existente ao golpe de Estado e que teriam importante papel na luta antiditatorial, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Clube de Engenharia, dentre inúmeras outras... (FONTES, 2010, 225)

Eli Diniz salienta que a adesão do empresariado nacional ao “pacto autoritário” deu-se logo no primeiro momento de instauração da ditadura militar. Desde o processo de derrubada do Governo Goulart até a consolidação da ditadura, a participação dos empresários foi fundamental. Porém, Diniz destaca que

A ruptura do empresariado com o pacto autoritário ocorreu depois de 1974, quando o agravamento das dificuldades econômicas e, posteriormente, o fechamento crescente do processo decisório determinariam uma insatisfação acentuada, sobretudo em alguns de seus segmentos. (DINIZ, 1996, 61)

Foi no período da ditadura que o empresariado aperfeiçoou sua capacidade organizativa. Observa-se a partir de 1964 uma proliferação dos setores de ponta da economia. Para Diniz a *“fragmentação do empresariado industrial, do grande número de pequenas e médias empresas e da diversificação da estrutura de representação de interesses”*, fez com que segmentos de peso da indústria, *“localizados nos setores de ponta e no estado mais desenvolvido do País, afirmaram-se como os principais interlocutores do Governo”* (DINIZ, 1996, p. 61-62). Desta forma, apesar do apoio encontrado após o golpe militar, as classes empresariais (seja brasileira ou estrangeira) verão na regulamentação por parte do Estado ditatorial brasileiro um entrave para seu desenvolvimento, assim sendo, chegam a desenvolver *“um programa para o Estado, que deveria modificar-se, mas para melhor atender a seus próprios anseios”*. Assim,

as entidades empresariais atuavam corporativa e politicamente como sociedade civil, no sentido gramsciano, como aparelhos privados de hegemonia, e participavam intimamente do Estado, antes e durante o período ditatorial. Apresentavam-se, entretanto, como sociedade no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado. (FONTES, 2010, p. 242)

Em contrapartida “*à centralidade dos interesses industriais correspondeu o enfraquecimento dos sindicatos e federações integrantes da estrutura corporativa*” (DINIZ, 1996, p. 62), observou-se o enfraquecimento dos sindicatos, que com o passar do tempo, foi perdendo autonomia e subordinando-se ao Estado.

Da mesma forma, podemos destacar que enquanto o empresariado brasileiro consolidou sua hegemonia, tivemos uma efervescência dos movimentos sociais no período ditatorial. Enquanto entidades de cunho popular como PT, CUT e MST, que foram produto da luta política contra a ditadura civil militar e lutavam cada uma a seu modo contra o governo autoritário militar, o empresariado nacional buscava manter sua dominação, enaltecendo o discurso em defesa da propriedade privada e da iniciativa de livre mercado.

Para Eli Diniz, a ditadura civil militar realizou um grande projeto que acarretou em uma série de mudanças na organização da economia e sociedade no Brasil. Nesse período o “Estado Autoritário” completou o processo de industrialização que iria consolidar de vez o modelo de “substituição de importações”. Desta forma tornou-se fundamental uma redefinição das políticas industriais que condiziam com as novas condições do País. Diniz destaca que:

Uma etapa ter-se-ia esgotado, delineando-se um novo movimento. Segundo a perspectiva que se afirmaria nos anos 80, tornou-se ainda imperativa a necessidade de um salto qualitativo no que diz respeito à inserção do País no sistema internacional. A nova orientação, em consonância com a agenda neoliberal, sustentaria que o capitalismo brasileiro já estaria maduro e em

condições para competir no mercado internacional, o que exigiria uma revisão da política de comércio exterior e uma reversão do protecionismo industrial.

A partir dos anos 1980, o grau de abertura da economia brasileira aumentou e um consenso entre os empresários industriais é formado em favor das políticas neoliberais, acarretando em medidas que defendiam a desregulamentação do Estado, a acentuação das privatizações e o desenvolvimento do livre mercado.

Após a consolidação da Nova República, o empresariado industrial assume um papel de destaque. Exemplo disso são suas entidades como FIESP, FIERJ, FIERGS, Associações Comerciais de São Paulo, Rio de Janeiro e outras, que passaram a ter uma grande importância dentro do cenário econômico nacional. Para Diniz, esse período também foi marcado pela entrada de membros da sociedade civil (ligados à indústria) no Estado, como foi o caso de Dilson Funaro, Ministro da Fazenda à época do Plano Cruzado. Sem mencionarmos os vários cargos políticos que foram disputados por empresários nas eleições de 1986, chegando a ter um representativo número de empresários urbanos (23,43%) na Constituinte.

Através dos seus aparelhos privados de hegemonia, FIESP, FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), UBE (União Brasileira de Empresários), entre várias outras, os representantes industriais na Constituinte foram fundamentais para a aprovação de medidas que diminuíssem o poder do Estado e aumentassem o do mercado. No que se referiu ao campo dos trabalhadores, esforços não foram medidos para que se evitasse a aprovação de medidas que favorecessem os direitos trabalhistas (DINIZ, 1999, p. 164).

Nos anos de 1990 o contexto econômico internacional fazia com que o Brasil começasse uma nova fase na sua política socioeconômica. Observa-se nesse período

Mudanças tanto no contexto internacional, com o aumento dos fluxos financeiros e da disponibilidade de capitais, como na conjuntura nacional, com uma nova configuração das forças políticas e coalizões dominantes. Internamente, marcado pela reestruturação de um movimento em torno da necessidade de uma ruptura com a antiga ordem, tendo em vista a implantação de um novo modelo econômico centrado no mercado. Desencadeia-se, então, a mobilização pela revisão da Constituição recém-votada, a despeito de muito de seus dispositivos não terem sido sequer regulamentados. Seus preceitos teriam envelhecido antes mesmo de se consolidarem. Aumentam as pressões por um processo de desconstrução legal e institucional, que abriria o caminho para a refundação do Estado e da sociedade de acordo com os novos parâmetros consagrados internacionalmente. (DINIZ, 1999, p. 167)

A globalização, bem como as políticas governamentais e de estabilização, fizeram com que o setor industrial passasse por fortes transformações em sua estrutura. Ao mesmo tempo em que encontraremos um processo de fechamento e desnacionalização de alguns setores como têxtil, calçados, bens de capital, eletrodomésticos, produtos de higiene e limpeza e autopeças, também nesse momento, observaram-se no âmbito das grandes empresas, uma série de fusões, aquisições ou até mesmo associações com grupos estrangeiros, *“atingindo empresas tradicionais do País, como Metal Leve, a Cofap e a Freios Varga, no setor de autopeças, a Brasmotor, os Grupos Arno e Refripar, no setor de eletrodoméstico, ou, ainda, o Grupo Villares, no setor de siderurgia e aço”* (DINIZ, 1999, p. 169). Em relação às empresas transnacionais, as mesmas continuaram mantendo sua posição de destaque na produção local, como é o caso do setor automotriz. Diniz observou nesse período que:

Se antigas lideranças perdem expressão, dadas as dificuldades de sobrevivência diante do aumento da concorrência externa e dos efeitos diversos da política governamental, como a abertura descontrolada e os estímulos ao capital internacional, outros

líderes ganharam projeção, beneficiando-se das oportunidades abertas pelas privatizações, como é o caso do empresário Benjamin Steinbruch, do Grupo Vicunha, que dirige um complexo nas áreas de portos, ferrovias e energia, sendo hoje o presidente dos conselhos da Companhia Siderúrgica Nacional, da Light e da Vale do Rio Doce. Para esse empresário dos novos tempos, o futuro do capitalismo no Brasil implica maior inserção externa e uma articulação mais profunda com o capital internacional. (DINIZ, 1999, p. 170)

Podemos observar, portanto, uma mudança de mentalidade na forma de condução da política sócio-econômica com a adoção de uma agenda neoliberal, que buscou enterrar de vez o discurso nacionalista nascente no período de Getúlio Vargas, em favor de uma visão mais internacional de economia, ligada aos interesses do capital internacional e as orientações oriundas de organizações como o FMI, BM dentre outras.

Deste processo de reestruturação do empresariado no Brasil, destacamos as divergências de projetos distintos. A luta intra-classe é presenciada através de duas agremiações: a FIRJAN e a FIESP. Enquanto a FIRJAN, sob a presidência de Eugênio Gouveia Vieira, do grupo Ipiranga, estreitou relações com o Governo Federal, identificando-se com as práticas neoliberais, a FIESP, que segundo Diniz, representava 42% do PIB industrial do País nesse período, sob a presidência de Horácio Piva, do grupo Klabin, da área de papel celulose, defendia uma postura mais independente.

Diniz também destaca que um quadro de incertezas frente às crises internacionais e as políticas adotadas no Brasil levou ao aumento da entrada de grupos empresariais no aparato do Estado,

Assim, observou-se uma forte mobilização em torno das eleições gerais de outubro de 1998, não só em apoio a candidatos considerados afinados com as propostas do setor, como investindo em candidatos próprios. Apurados os resultados, segundo dados da imprensa, os industriais conseguiram eleger uma bancada de 38 deputados federais, vários dos quais ligados a federações e associações empresariais, como Carlos Eduardo Moreira Ferreira (PFL-SP), ex-Presidente da FIESP, e Emerson Kapaz (PSDB-SP), ex-Presidente do PNBE, além de Armando Monteiro Neto (PMDB-PE) e

Francisco Garcia (PFL-AM), Presidente das Federações Industriais dos Estados de Pernambuco e Amazonas respectivamente. (DINIZ, 1999, p. 173)

Podemos observar que houve uma forte mudança no aparelho produtivo em face à abertura e internacionalização da economia brasileira. Desta forma, setores de ponta da indústria brasileira, bem como empresas estatais, passaram por um processo de internacionalização de sua produção, levando-as a expandir seus negócios a outros países, em especial na América Latina. Tendo como objetivo a formulação de uma nova estratégia que preservasse os interesses das elites capitalistas brasileiras, várias indústrias brasileiras lançaram-se num processo de associação com o capital internacional, acarretando numa redefinição de suas políticas de expansão, o que levará à consolidação do capital-imperialismo brasileiro.

Para Virgínia Fontes, o Brasil passa a fazer parte do grupo de países retardatários que se enquadram dentro da lógica do capital-imperialismo. Apesar das contradições intraburguesas no Brasil, os projetos realizados nas últimas décadas do século XX e início do XXI pela burguesia nacional (através da inserção no Estado), tinham um caráter transformista, ora em defesa de associações dependentes e subalternas com o capital internacional, ora em defesa da consolidação de uma base própria e forte de reprodução capitalista no Brasil. Salientamos que tais projetos se consolidaram em face da luta contra os movimentos sociais, bem como através da acumulação do capital em torno da exploração de mais-valor. Porém Fontes salienta que apesar das contradições, dos diversos debates e distintos projetos, tudo isso não passa de divergências fictícias. Se por um lado encontramos uma “direita dura para fora”, do outro encontra-se “uma esquerda para o capital” (governo Lula). Assim, encontramos “duas faces da mesma moeda”, que apesar de estarem de lados opostos, fazem parte do mesmo processo. (FONTES, 2010, p. 307-08)

EXPORTAÇÕES DE CAPITAL BRASILEIRO

Depois de um breve levantamento histórico, veremos como se articularam e se encontram algumas das principais empresas brasileiras dentro deste quadro de expansão capital-imperialista. Assim, buscamos analisar como as revistas *Época* e *Veja* se posicionaram em relação a alguns grupos brasileiros frente a seu processo de expansão capital-imperialista.

Já na década de 1960 encontramos indícios de internacionalização de capitais brasileiros. No entanto é a partir de 1990 que vemos uma aceleração e forte concentração desses capitais. Para Fontes tal concentração foi

potencializada tanto internamente quanto pelo suporte externo, através do gigantesco crescimento de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) na economia brasileira, concentração estimulada através das privatizações e da centralização (fusões e aquisições) de empresas, perpetuando o padrão das associações entre capitais brasileiros e estrangeiros. (FONTES., 2010, p. 328)

Fontes também destaca a importância do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que participou ativamente dos processos de privatizações no período FHC, direcionando-as e favorecendo alguns grupos nacionais.

As empresas brasileiras ao longo da história, e principalmente no período de FHC, marcado pelo assentamento das práticas neoliberais, foram consolidando sua atuação em território nacional e internacional, assumindo, muitas delas, uma posição de destaque dentro de um contexto regional, listando-se entre as maiores transnacionais da América Latina, como demonstra a tabela abaixo:

TABELA 01: Empresas transnacionais latino-americanas entre as maiores transnacionais não financeiras de países em desenvolvimento, 1993 e 2003 (*milhões de dólares*)

Empresa	Setor	Ativos no exterior e classificação em 1993		Ativos no exterior e classificação em 2003	
Cemex (México)	Cimento	3603	1	11.054	5
Petróleo Brasileiro S.A – Petrobrás (Brasil)	Petróleo e gás	NA	6	7.827	8
Grupo Televisa S.A de C.V (México)	Mídia	948	8		
Souza Cruz S.A (Brasil)	Tabaco	770	9		
Empresas Ica Sociedad Controladora S.A (México)	Construção	316	24		
Compañia Manufacturera de Papele y Cartones (Chile)	Papel e celulose	242	27		
Sadia Concordia S/A Indústria e Comércio (Brasil)	Alimentos	211	29		
Companhia Cervejaria Brahma (Brasil)	Bebidas	187	30		
Indústria Vilares (Brasil)	Diversificado	NA	32		
Embraer (Brasil)	Aeronaves	NA	35		
Usiminas (Brasil)	Metais	114	36		
Aracruz Celulose (Brasil)	Papel e celulose	NA	37		
Ceval Alimentos (Brasil)	Alimentos	NA	40		
Cia. De Acero Del Pacifico (Chile)	Metais	102	42		
Cia. Hering (Brasil)	Têxteis	31	44		
Grupo Sidek (México)	Hotéis	30	45		
Vitro Sociedad Anónima (México)	Vidro	NA	46		
América Móvil (México)	Telecom			8.676	6
Companhia Vale do Rio Doce (Brasil)	Mineração			3.155	23
Metalúrgica Gerdau S.A (Brasil)	Metais			2.026	31
Grupo Bimbo S.A de CV (México)	Alimentos			1.156	45
Gruma S.A de C.V (México)	Alimentos			1.086	48

FONTE: UNCTAD, 1995, 2005.

Nota: na ausência de dados sobre ativos no exterior ou quando a divulgação desses dados não foi autorizada, a UNCTAD classificou as empresas com base em uma média de vendas no exterior e emprego no exterior. Dados extraídos de Márcia Tavares (TAVARES, 2006, p. 53).

Observa-se um número significativo de empresas de capital brasileiro entre as maiores transnacionais da América Latina (12 empresas brasileiras, 08 empresas mexicanas, 02 empresas chilenas). Márcia Tavares destaca que *“em 1994, havia seis empresas brasileiras (Souza Cruz, Petrobras, Sadia, Brahma, Usiminas, Aracruz Celulose) entre as 50 maiores empresas transnacionais não financeiras de países em desenvolvimento”*

(TAVARES, 2006, p. 19). Em 2003 apenas três empresas: Petrobras, CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e Gerdau. A tabela abaixo apresenta as maiores empresas brasileiras com investimentos no exterior:

TABELA 02: Principais empresas brasileiras com investimentos produtivos no exterior 2004-2005 (*Milhões de dólares*)

Empresa	Setor	Vendas totais (milhões de US\$) (2005)	Distribuição geográfica dos investimentos ^a				
			AL	NA	EU	AP	OT
Petrobras	Petróleo	58360,8	X	X	X	X	X
CVRD	Mineração		X	X	X	X	X
Gerdau	Siderurgia	9076,7	X	X	X		
Usiminas	Siderurgia	5571,3	X				
AmBev	Bebidas	6817,9	X	X			
Belgo-Mineira	Siderurgia	4596,9	X				
CSN	Siderurgia	4288,3		X	X		
Embraer	Aeronaves	3902,0		X	X	X	
Norberto Odebrecht	Engenharia e Construção Civil	2723,9	X	X	X	X	X
Votorantim Cimentos	Cimento	2021,5		X			
TAM	Transporte aéreo	2413,3	X				
Klabin	Papel e celulose	1156,2	X				
Weg	Bens de capital	1074,4	X				
Embraco	Componentes eletrodomésticos	860,7	X	X	X	X	
Marcopolo	Carrocerias para ônibus	730,2	X		X	X	X
Andrade Gutierrez	Engenharia e Construção	622,0 ^b	X		X	X	X
Camargo Correria Cimentos	Cimentos	446,6	X				
Queiroz Galvão	Engenharia e construção	ND ^c	X				
Tigre	Tubos e conexões	ND	X				X
Sabó	Autopeças	ND	X	X	X		

FONTE: adaptado de CEPAL (2006) e atualizado com dados fornecidos pelas revistas América Economia.

^a AL: América Latina e Caribe; AN: América do Norte; AP: Ásia e Pacífico; EU: Europa; OT: outros.

^b Dado para 2004.

^c Não disponível. Dados extraídos de Márcia Tavares (2006, p. 21).

Em relação à segunda tabela, Tavares realiza três constatações:

A primeira constatação que se faz a partir dessa tabela é a importância das empresas de recursos naturais, Petrobras e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e de materiais básicos, como aço, cimento, papel e celulose. Em segundo lugar, nota-se a importância de empresas estatais (a Petrobras) e ex-estatais (CVRD, Usiminas, CSN, Embraer). Nenhum dos dois aspectos é surpreendente, dada a estrutura produtiva, as vantagens comparativas do país e a história de seu desenvolvimento industrial, em que o Estado teve forte participação principalmente até os anos noventa. A terceira constatação é que, conforme o padrão identificado para as transnacionais latino-americanas em geral, onde se trata de produtos primários e produtos ou serviços intermediários, os investimentos são feitos em nível global e, quando se trata de investimentos em bens de serviços de consumo de massa, são mais frequentes os investimentos em nível regional. No Brasil mais do que em outros países da região, as maiores empresas com investimentos no exterior estão mais concentradas em bens e serviços intermediários do que em bens de consumo de massa. (TAVARES, 2006, p. 20)

Um dos fatores determinantes que levou à queda do número de empresas nacionais entre as maiores da América Latina se deve à própria implementação do neoliberalismo no Brasil na década de 1990, que acarretara segundo Álvaro Bianchi, num processo de desnacionalização e desindustrialização no Brasil. Para Bianchi:

A indústria brasileira e, particularmente, a paulista, sentiu intensamente o processo de liberalização da economia ao longo da década de 1990. A abertura comercial e as privatizações alimentaram um profundo processo de reorganização da economia. O impacto dessas mudanças sobre a estrutura de emprego e as formas do trabalho é conhecido. Mas não foram apenas as classes subalternas atingidas por esse processo de recomposição orgânica. Também no interior da burguesia ele se fez sentir, modificando a relação de força entre suas frações. (BIANCHI, 2010, p. 235-36)

Bianchi salienta que dentro do empresariado, houve uma luta intra-classe em torno de propostas diferentes que culminou em uma forte oposição à política econômica adotada pelo governo

de Fernando Henrique Cardoso. Dentre os “afetados” pela nova política econômica, em especial sobre a penetração das importações, destacamos o setor em tecnologia e capital:

O setor de material e aparelhos eletrônicos e comunicação, por exemplo, passou de um coeficiente de 12,6%, em 1989, para um de 160,7%, em 1998; e o setor de máquinas e equipamentos industriais de 14,2% para 100,8%. Também sofreram durante o período os setores de elementos químicos e petroquímicos, com substanciais aumentos dos índices. Em média, os setores intensivos em capital tinham um coeficiente de importação sobre produção de 8,7% em 1989 e de 24,2% em 1998, enquanto os setores intensivos em tecnologia apresentavam médias de 6,9%, em 1989, e 44,1% em 1998. (BIANCHI, 2010, p. 243)

Já os setores menos “afetados” pelas importações foram

Os setores intensivos em mão de obra, como têxteis, calçados e material plástico, dentre outros. Em média, esses setores variaram de um coeficiente de 1,5%, em 1989, para um de 11,7% em 1998. Os setores mais afetados foram os de fiação e tecelagem de fibras naturais, artificiais e sintéticas, o que justifica as recorrentes reclamações do setor. A variação foi menor nos setores intensivos em recursos naturais, nos quais se fazem presentes os segmentos produtores de *commodities*, que passaram de uma média de 2,9% para uma média de 8,1%. (BIANCHI, 2010, p. 243)

Sobre os dados de Márcia Tavares, apresentados nas tabelas, não é nosso objetivo fazer uma análise mais profunda, porém eles são pertinentes na medida em que nos possibilitam ter uma idéia sobre os IDE por parte das empresas brasileiras. Através deles podemos perceber quais são os principais grupos nacionais que tem forte atuação fora do Brasil após o processo de desnacionalização e desindustrialização da economia nacional.

Como forma de orientação de nossa análise (em *Veja e Época*), para torná-la mais didática, apresentaremos uma análise geral das matérias (com assuntos gerais sobre a questão capital-

imperialista) para depois nos deter em três casos específicos: petróleo e mineração, tendo por base a atuação de empresas como Petrobrás e CVD (Companhia Vale do Rio Doce); e siderurgia com o Grupo Gerdau.

De modo geral, podemos perceber que a grande maioria das matérias nas revistas relata a saga dos “desbravadores industriais brasileiros” que buscaram expandir seus negócios para além da fronteira. Desta forma ressalta *Veja*: “*De um desbravador tímido dos mercados vizinhos, de quem se considerava isolado pela barreira do idioma, o Brasil se tornou um pequeno tigre no fim dos anos 90*” (O Brasil imperialista. *Veja*.19/2/2003, p. 75). Assim, empresas como Alpargatas, Hering, Tigre, Marcopolo, sem citar as mais tradicionais como Petrobras, Gerdau dentre outras, assumem primeiro ou segundo lugares em segmentos de mercado em países da América Latina. No caso da AmBev, por exemplo, a revista exalta a fusão com a belga Interbrew como sendo “*o maior passo já dado por uma corporação brasileira rumo ao mercado global*” (Um novo sabor global. *Veja*. 10/3/2004, p. 76).

O mesmo discurso otimista pode ser encontrado na revista *Época*, onde os grandes lucros e as lutas por melhores políticas de desenvolvimento que favoreçam empresas como Embraer, Petrobras, Vale do Rio Doce, Souza Cruz, AmBev merecem destaque na revista. O BNDES, por exemplo, chega a ser citado como um promotor da “*integração física da América Latina*” (Soy loco por ti, América. *Época*. 29/12/2003, p. 40-1), uma vez que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é um dos grandes financiadores de empresas brasileiras que buscam investir no exterior.

Na mesma matéria, intitulada “*Soy loco por ti, América*”, podemos encontrar um mapa denominado “*EXPANSÃO LATINA: os projetos do banco na América Latina*”. O banco referido é o BNDES e dentre tais projetos financiados, destacam-se dois da empreiteira Norberto Odebrecht, com investimentos no Equador na construção da Hidrelétrica de San Francisco (Financiamento do

BNDES: US\$ 242,9 milhões); e na Venezuela, com a construção da Linha 4 do Metrô de Caracas (Financiamento do BNDES: US\$ 107,5 milhões). Além das obras da Odebrecht, a matéria mostra outras empresas que se beneficiam com as facilidades promovidas pelo Banco, como a Confab (metalurgia), Allston (infraestrutura de energia e transportes) e ARG (construção civil).

Fontes destaca que o papel do Estado foi fundamental para expansão capital-imperialista brasileira. No que consta a respeito do BNDES, a autora pontua que:

Sob o governo Sarney, o BNDES apresentou o “Plano Estratégico 1987-1990”, incorporando cenários de integração competitiva entre as empresas. Em junho de 1990, no governo Collor, novo programa “elencava a desregulamentação, a abertura comercial e as privatizações como ferramentas básicas para a ‘reestruturação competitiva’ da economia brasileira”, convertendo-o num banco de “abordagem e abalroamento, para identificar e facilitar as “privatarias”. No final do governo Cardoso realizou-se uma reforma no estatuto do BNDES de forma a permitir o financiamento a operações de capital brasileiro no exterior. No governo seguinte, de Lula da Silva, em 2005, implementou-se no mesmo banco uma linha de crédito para a internacionalização de empresas brasileiras. Na atualidade, este Banco vem protagonizando uma impactante dinâmica de centralização e concentração de capitais no Brasil. (FONTES, 2010, p. 346)

Podemos perceber que muitas das grandes empresas nacionais consolidaram sua expansão para outros países através do dinheiro público. Nas revistas *Época* e *Veja*, o papel do BNDES como um banco financiador dessa expansão é reafirmado, como podemos perceber através da reportagem de *Época* acima citada.

No que concerne à revista *Veja* sobre o BNDES, a mesma relata que o banco “deixou de ter o papel de indutor do desenvolvimento que desempenhou em sua origem. Também ficou para trás o tempo em que bancava generosos subsídios a **empresas nem sempre eficientes**”, porém, desde o “início da década de 90 para cá, o banco passou a se preocupar com competitividade e retorno, palavras de importância crucial no mundo

globalizado”, desta forma, como o BNDES é considerado um gestor de dinheiro público, o mesmo “*não poderia simplesmente jogá-lo em projetos inviáveis*” (Como nos anos 50. *Veja*. 12/1/2003, p. 73. Grifos meus).

No rol de empresas “nem sempre eficientes” e de “projetos inviáveis” podemos de certo modo afirmar, que não são compostas pelas grandes empresas nacionais, tendo essas, um acesso mais fácil ao dinheiro público liberado pelo BNDES. Como exemplo, podemos observar o caso das empresas Odebrecht, Allston e ARG. *Época* ainda afirma que,

Siderurgia, celulose e também petroquímica compõem a trinca de setores industriais considerados estratégicos para o BNDES. Além de exportarem maciçamente, eles tem muito mais em comum. Neles, o Brasil possui vantagens competitivas, como a abundância de minério de ferro e de áreas para o plantio de eucalipto (Em busca dos dólares. *Época*. 19/5/2003, p. 46).

O BNDES para *Época* assumiria uma posição estratégica dentro do processo de consolidação da globalização de molde neoliberal, uma vez que a revista considera que o “mais importante” é que ninguém deve duvidar “*nos dias de hoje, de que o mercado seja incapaz de promover sozinho a saúde econômica e o bem-estar social de uma nação*”, de acordo com essa visão, “*o Estado tem de agir para preencher as lacunas que o mercado não pode suprir*” (Em busca dos dólares. *Época*. 19/5/2003, p. 46).

Para melhor entendermos o processo de internacionalização de algumas empresas brasileiras, buscaremos apresentar alguns casos específicos.

PETRÓLEO: PETROBRÁS

A Petrobras se encontra em posição grandiosa entre as empresas nacionais, sendo uma das empresas mais transnacionalizadas do Brasil. Apresentada, em certos momentos, como orgulho nacional, a empresa que surgiu em 1953, foi resultado do processo de nacionalização das riquezas geradas no subsolo brasileiro.

A matéria intitulada *“De tanque cheio”*, da revista *Época*, mostra a trajetória da Petrobras ao longo da história. Para a revista a *“arrancada de um sonho”* começou com *“uma campanha de estudantes patriotas e idealistas que o petróleo começou a ser nosso”* (De tanque cheio. *Época*. 17/3/2003, p. 48-54). Nas sete páginas de matéria, a revista traça uma linha do tempo onde destaca as principais conquistas e acontecimentos ao longo de seis décadas (de 1940 a 1990).

O sonho que se iniciou em 1953 faria com que anos depois a Petrobras chegasse *“ao jardim do Éden das multinacionais de energia”*. *Época* contextualiza de maneira sucinta o processo de internacionalização da Petrobras, relata que *“a proposta de crescer para além das fronteiras surgiu em 1999, ano que marcou a abertura do setor às rivais estrangeiras no Brasil”* (A Petrobras Globalizada. *Época*. 14/6/2004, p. 42-4).

Na revista *Veja* a Petrobras também ganha um destaque parecido. Podemos observar isso através de um suplemento publicado em 5/11/2003, em comemoração aos 50 anos da empresa, intitulado *“Petrobras 50 anos”*. Para *Veja*,

Nos próximos anos, a Petrobras tem metas ousadas a cumprir. Essa tem sido a rota diária em meio século de existência da empresa que é, de fato e de direito, **patrimônio do povo brasileiro**. Maior e mais importante realização nacional no campo industrial, berço de conquistas tecnológicas inéditas, ponto de referência de cidadãos e cidadãs que acreditam na capacidade desse País e a ele dedicam seu talento e lealdade, a Petrobras é depositária de um compromisso vitorioso que cumpre a cinco décadas:

descobrir, produzir, processar, transportar e distribuir petróleo e seus derivados no Brasil (...) Hoje rentável, competitiva, líder incontestado no País e com forte presença na América do Sul, a Petrobras é uma empresa integrada que olha para o futuro com determinação e confiança (Carta dos Editores. *Veja*. Suplemento Petrobras 50 anos. 05/11/2003, p. 04. Grifos meus).

O caráter ufanista da citação acima descrita é característico e pode ser encontrada em ambas as revistas quando o assunto é Petrobras. Nessa citação, *Veja* chega a mencionar que a Petrobras é um “*patrimônio do povo brasileiro*”, porém duas das questões controversas em torno da produção do petróleo no Brasil, e que ambas as revistas não mencionam, é justamente a apropriação pelo povo da riqueza produzida pelo petróleo e a abertura do capital da Petrobrás. Sobre esta questão João Velentim destaca que

Mais de 60% do capital da Petrobrás é privado e praticamente 50% das ações estão em mãos estrangeiras. Isto significa que da distribuição de dividendos (parcela do lucro que é distribuída aos acionistas), a maior parte ficará em mãos privadas e quase a metade será remetida ao exterior, sobretudo aos países imperialistas. Da parcela do lucro que é distribuída à União, parte considerável destina-se ao pagamento dos serviços das dívidas interna e externa. Seu caixa é ainda utilizado pelo governo para compor a formação do superávit primário do setor público, uma exigência do FMI e dos credores internacionais do Brasil. Além disso, é crescente a emissão de títulos de dívida da Petrobrás e de subsidiárias no mercado de capitais dos EUA.

Em 1990, frações dominantes da burguesia brasileira, juntamente com o capital internacional, tiveram grande representatividade através das políticas neoliberais que começou uma onda de privatizações no Brasil. No caso específico de privatização da Petrobras, Pagotto destaca que,

houve uma articulação de pouco mais de 20 sócios, que investiram cerca de R\$ 140 milhões sendo destes R\$ 60 milhões

provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), formando a chamada Sociedade de Propósito Especial para captar no mercado internacional R\$ 1,3 bilhão (justamente o valor do investimento de R\$ 1 bilhão previsto no orçamento do Estado que o governo cortou em 1999). Essa jogada resultou num aporte de R\$ 1,5 bilhão para um negócio com a previsão de faturamento de R\$ 5 bilhões em médio prazo. Como se pode notar, o que aconteceu foi uma entrega do patrimônio do povo ao mercado internacional. (PAGOTTO, 2009, p. 82)

A empresa *“cidadã do mundo”* (Cidadão do mundo. *Veja*. Suplemento Petrobras 50 anos. 5/11/2003, p. 19), possui hoje por meio de unidades, empresas subsidiárias, representações comerciais e financeiras, participação em 28 países contando com o Brasil. Para *Veja* o principal motivo que levou a Petrobras a expandir *“suas ações para além da fronteira nacional”*, foi devido a *“garantir o suprimento de petróleo para o Brasil em meio aos dois choques do petróleo na década de 70”* (Cidadão do mundo. *Veja*. Suplemento Petrobras 50 anos. 5/11/2003, p. 19). No entanto o que a revista deixa de mencionar é que no atual estágio do capitalismo, uma das grandes características inerentes desse modo de produção é a busca insaciável pelo lucro, o que levou a Petrobras a expandir sua intervenção para além das fronteiras nacionais. Essa é uma observação fundamental para compreender o atual estágio de desenvolvimento do imperialismo, bem como o processo de internacionalização de muitas das empresas brasileiras.

MINERAÇÃO: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

No campo da mineração a Companhia Vale do Rio Doce é uma das líderes do mercado mundial. Sua história começa a ser formada em 1909, onde criou-se a *Brazilian Hematite Syndicate*, empresa britânica, que tinha como intuito explorar o minério de ferro de Minas Gerais. Em 1911 a empresa muda de nome para

Itabira Iron Ore Company, e em 1914 foi dividida em duas empresas nacionais: a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, e a Companhia Itabira de Mineração. Em 1942 com o tratado de Washington, entre Brasil, Estados Unidos e Inglaterra, motivado pelos conflitos da Segunda Guerra Mundial, o Brasil passa a oferecer minérios para ambos os países.

Num destes acordos, o governo britânico adquiriria e transferia para o governo brasileiro as minas de ferro da empresa *British Itabira Company* em Itabira (MG), o governo dos Estados Unidos proveria empréstimos e o governo brasileiro constituiria uma empresa para explorar e exportar minério de ferro para aqueles países. Dessa forma, foi criada a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) uma sociedade anônima de economia mista que, em 1952, passou totalmente para o controle estatal. (BOSSI, 2009, 161)

Nos anos de 1990 com a privatização da empresa, a maior parte das ações da CVRD passou para as mãos da Valepar (53%). Além da Valepar, também tem participação o BNDESPar com 6,8%, além de investidores diversos, dentre eles encontra-se investidores não brasileiros, com 27%, e investidores brasileiros com 12,9%.

Na interpretação de *Veja*, apesar de uma conjuntura desfavorável para o pleno desenvolvimento “*a Vale do Rio Doce supera gargalos incríveis e bate pela terceira vez o recorde de ganhos no Brasil*” (Uma máquina de fazer lucros. *Veja*. 30/3/2005, p. 8). Em 2003,

a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a maior exportadora mundial de minério de ferro, aposta no aumento das vendas. “Este ano deve ser ainda melhor que 2003, com a produção chegando a 190 milhões de toneladas de minério e pelotas de ferro”, diz Fábio Barbosa, diretor financeiro da Vale, a segunda maior empresa exportadora do Brasil. (O salto das exportações. *Veja*. 14/01/2004, p. 78)

Veja ainda destaca que:

A empresa atua em quinze países e pesquisa em dez. Só na Angola, busca minérios em área maior que a do Estado do Paraná. A área das reservas florestais da companhia equivalem à metade do estado de Alagoas. Em uma de suas reservas, a Vale catalogou oitenta espécies de vegetais nunca antes identificadas. A empresa tem 300 profissionais especializados em questões indígenas e ambientais. (Uma máquina de fazer lucros. *Veja*. 30/3/2005, p. 85)

Apesar de não serem mostrados pelas revistas, estudos apontam o grande impacto que a Vale do Rio Doce exerce sobre populações e sociedades, como:

Desmatamento, deslocamentos de populações, destruição de modelos tradicionais de subsistência, poluição atmosférica, intervenções em mananciais de abastecimento público e contaminação de cursos d'água são atividades que acompanham o percurso da Vale desde a exploração dos minérios, passando pela transformação e transporte de seus produtos. (BOSSI, 2009, p. 162)

Também podemos mencionar os intensos conflitos envolvendo a CVRD e comunidades indígenas e quilombolas em Minas Gerais, Paraíba, Maranhão, além de problemas com trabalhadores, principalmente trabalhadores terceirizados (apenas 40% dos trabalhadores são funcionários da Vale), que realizam os trabalhos mais arriscados (BOSSI, 2009, p. 165).

SIDERURGIA: O GRUPO GERDAU

Márcia Tavares (2006) indica que o fato do Brasil ter aberto cedo o campo da siderurgia para as transnacionais estrangeiras pode ter influenciado negativamente no processo de internacionalização das siderúrgicas brasileiras, com exceção do Grupo Gerdau, que é tido como o mais transnacional grupo brasileiro.

O Grupo Gerdau, também encontra espaço de destaque em publicações nas revistas *Época* e *Veja*. Márcia Tavares destaca que,

A expansão produtiva da Gerdau é a mais significativa entre as siderúrgicas brasileiras. Em geral seguiu um padrão pela qual a empresa entrava nos mercados por meio de exportações e lentamente as substituiu, pelo menos parcialmente, por meio da produção local. Foi um processo gradual que iniciou com apenas operações conservadoras, como a aquisição da LAISA no Uruguai em 1980, cresceu em complexidade e abrangência ao longo do tempo. Entre 1989 e 1998 a empresa realizou diversas aquisições no Cone Sul – Argentina, Chile y Uruguai – e no Canadá. Em 1997 fez uma importante aquisição na Argentina. Em 1999, voltou-se ao mercado dos Estados Unidos, comprando 75% da AmeriSteel e, por meio dessa, da Birmingham Southeast. Em 2002 fundiu suas operações na América do Norte e subsequente aumentou sua participação na empresa resultante e comprou participação na North Star Steel. Também ampliou sua participação na América Latina por meio de investimentos na Colômbia e no Chile. Em janeiro de 2006, voltou-se para Europa, onde comprou a espanhola Sidenor, por meio da qual também adquiriu 58% da Aços Villares, no Brasil (TAVARES, 2006, p. 24).

Através da citação podemos observar o quão internacionalizado o Grupo Gerdau se transformou. A revista *Época* chega a falar sobre o “*Rei da América*”, referindo-se a Jorge Gerdau e a compra de siderúrgicas nos Estados Unidos, adquirindo indústrias nos Estados Unidos e em outros países do continente americano (Rei da América. *Época*. 13/9/2004, p. 13).

Já a revista *Veja*, em matéria de 22/9/2004, salienta a posição do Grupo Gerdau a respeito da consolidação da ALCA. Podemos perceber através do título da matéria, “*A ALCA do Gerdau*”, que o grupo já começou a consolidação de sua própria Área de Livre Comércio das Américas. Além de enfatizar o caráter transnacional da empresa que “*amplia aquisições nas Américas, dribla protecionismo e torna-se a mais internacional das empresas privadas brasileiras*” (A ALCA do Gerdau. *Veja*. 22/7/2004, p. 111), a revista enaltece a figura de Jorge Gerdau Johannpeter, colocando-

o como um exemplo de homem de negócios, que *“esteve sempre próximo do poder. Desde João Goulart conheceu todos os presidentes. Manteve relações amistosas com Emílio Garrastazu Médici, que foi seu chefe quando prestou o serviço militar”*. Com FHC não foi diferente, para o ex-presidente, *“o Gerdau não é um capitão da indústria. É um homem de visão que compreende os desafios do mundo moderno”*. Para Lya Luft, colunista da revista *Veja*: *“Se o Brasil pudesse contar com vinte homens como Jorge, o país certamente seria muito melhor”* (Idem, p. 112-13)

Desta forma, ao longo do tempo a Gerdau foi consolidando sua missão, no site do grupo, a missão da Gerdau é *“uma empresa com foco em **siderurgia** que busca satisfazer as necessidades dos **clientes** e criar valor para os **acionistas**, comprometida com a realização das **pessoas** e com o desenvolvimento sustentado da **sociedade**”* (Grifos meus).

Podemos observar a preocupação do Grupo Gerdau a favor dos interesses financeiros do mercado, que é hoje uma das grandes bandeiras levantadas pelo capital-imperialismo, onde a empresa destaca a prioridade que é dada para seus acionistas, representada pela busca de criação de valor.

A visão da empresa tem por base o processo de transnacionalização, pois só assim é possível que a empresa seja uma *“empresa global”* no campo da siderurgia, buscando estar sempre entre as mais rentáveis do setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoliberalismo consolidou uma nova forma de imperialismo, denominado por Virgínia Fontes de capital-imperialismo, onde buscou envolver toda forma de existência humana, seja ela política, econômica ou social. Desta forma, Fontes abre espaço para o debate, onde podemos pensar que o capital-imperialismo *“não se trata apenas da expressão de uma*

“vontade”, mas de uma “necessidade” imperiosa do capital-imperialismo que, aliás, formula suas justificativas exatamente pela falta ou ausência de alternativas” (FONTES, 2010, p. 152).

Nesse sentido nos propomos no início da pesquisa analisar como as revistas *Época* e *Veja*, através de sua atuação partidária, se colocaram em defesa desse capital-imperialismo durante o primeiro mandato do governo Lula.

Propusemos apresentar uma análise sobre a exportação de capitais nacional, dando destaque para a consolidação de um novo modelo agrícola que foi de suma importância para a consolidação de uma indústria nacional, que ao longo do tempo foi passando por uma série de mudanças devido a situações externas e internas. No entanto, podemos destacar que alguns setores da economia nacional como o petrolífero, siderúrgico e mineração, conseguiram manterem-se competitivos após a abertura da economia nacional, possibilitando expandir seus negócios para outros países.

Aqui, as revistas *Época* e *Veja* enaltecem o processo de internacionalização das empresas brasileiras. A trajetória das empresas brasileiras é tratada de maneira épica pelas revistas, onde relatam os desafios encontrados por essas empresas na busca por novos mercados.

Apesar das muitas lacunas deixadas no processo de análise das revistas, nossos objetivos giraram em torno de mostrar como *Época* e *Veja*, enquanto aparelhos privados de hegemonia foram fundamentais para a sustentação e manutenção do discurso que gira em defesa do capital-imperialismo, colocando-se a favor do capital industrial ou bancário (internacional e nacional), que teve e tem como principal objetivo a busca incessante pelo lucro.

Podemos constatar como as revistas *Época* e *Veja* enquanto aparelhos privados de hegemonia foram fundamentais para a construção do consenso em torno da exportação de capitais brasileiros. Empresas como Petrobrás, CVRD, Grupo Gerdau, tido como exemplos de sucesso do capitalismo nacional, encontraram espaço para a produção de consenso em torno de suas práticas. As

contradições inerentes dessa expansão imperialista nacional não são apresentadas pelas revistas durante o período estudado, vide exemplo da CVRD no caso do Equador.

Procuramos destacar o papel desempenhado pelo Estado no processo de expansão imperialista, tendo como foco a relação das revistas com o BNDES, onde ambas defendem a atuação do banco em investir dinheiro público em empresas privadas.

Como bem observa Silva, “*tratando da imprensa como aparelho de hegemonia, torna-se necessário percebê-la como parte da ideologia capitalista, mas também das formas de reprodução do capital no sistema atual*” (SILVA, 2009, p. 207). Desta forma, foi e é através das contribuições teóricas de Gramsci, possível de mostrar com este estudo de caso, como as revistas *Época* e *Veja*, que ao adotarem e colocarem em prática o padrão liberal de imprensa está de fato camuflando os interesses de classes e privilegiando certos grupos nacionais.

Em suas páginas tais interesses não aparecem de forma explícita, mas sim disfarçados, fazendo com que as revistas mantenham como objetivo (e isso é vendido para seus leitores) a manutenção de uma imagem de veículos de comunicação que se dizem não partidários e imparciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington. In: BATISTA JR, Paulo Nogueira. *Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil : ensaios e palestras*. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 115-162.

BIANCHI, Alvaro. *Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

BOSSI, Dário; GAZZINELLI, Gustavo; KATO, Karina; MILANEZ, Bruno. A face agressiva da Vale. In: IRLS – INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. (org). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. As origens da internacionalização

das empresas de engenharia brasileiras. In: *Revista História e Luta de Classes*. Dossiê Imperialismo: Teoria, experiência histórica e características contemporâneas. n° 10 – ano 04, novembro de 2008, p. 61- 66.

DINIZ, Eli. *As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90*. Ensaios FEE: Porto Alegre, ano 17, n° 2, 1996, p. 61.

_____. *Globalização, elites empresariais e democracia no Brasil dos anos 90*. Ensaios FEE: Porto Alegre, v. 20, n° 1, 1999, p. 164.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

KRUPINISKI, Ricardo. *Época e Veja: imperialismo em revistas ou revistas imperialistas? (2003 a 2006)*. Dissertação de Mestrado: Marechal Cândido Rondon, 2011.

LANDIVAR, Natália. Os padrões de comportamento das “transbrasileiras” no Equador: extra-territorializando a responsabilidade do Estado brasileiro. In: IRLS – INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. (org). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 115-126.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da organização das cooperativas brasileiras à associação brasileira de agribusiness. In: *Antítese – Marxismo e Cultura Socialista*. n° 02, Maio de 2006, p. 24.

MORETZOHN, Sylvia. *Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

PAGOTTO, Ronaldo. Brasil e o petróleo: neocolonialismo e uma festa para poucos. In: IRLS – INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. (org). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 75-102.

PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

RAUTENBERG, Edina. *A revista Veja e as empresas de construção civil (1968-1978)*. Dissertação de mestrado em História, UNIOESTE, 2011.

SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Tese de doutoramento em História. Niterói, UFF, 2005.

____ *Veja*: mais um partido neoliberal . In: *História & Lutas de Classe*. Dossiê: Linguagem, comunicação e cultura. Ano 1 – ed. n° 2, Fevereiro 2006, p. 73-82.

____ *A Carta ao Leitor de Veja*: um estudo histórico sobre editoriais. Intercom (São Paulo. Online), v. 32, p. 89-107, 2009.

____ *Uma visão segmentada para uma dominação total*: editoras, projeto educativa e construção de hegemonia. In: ANTOGNAZZI, I. [et.al.] *Que universidad necesitan los pueblos*: a 90 años de la reforma universitaria 1918-2008. 1. ed. Rosario: Grupo de Trabajo Hacer La História, 2009b.

TAVARES, Márcia. *Investimento Brasileiro no Exterior*: panorama e considerações sobre políticas públicas. Santiago: CEPAL/ONU, 2006.

VALENTIM, João. *Quem controla a Petrobrás?* Disponível em:

http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=131

http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=131
Acessado: 12/04/2011.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

<http://www.gerdau.com.br/>

<http://www.petrobras.com.br/pt/>

REVISTA VISÃO E ABDIB: ENTRE ABALOS E DIFERENÇAS, AS CRÍTICAS AO II PND E A SUSTENTAÇÃO DO PROJETO BURGUEÊS

Gervasio Cezar Junior

As discussões que envolvem o período da ditadura civil militar brasileira (1964-1985) estão cada vez mais intensas. O ambiente não seria melhor para discutirmos este momento tão marcante na história do Brasil, sobretudo pelas grandes manifestações e discussões que acompanhamos sobre o tema Brasil afora, um exemplo seria a participação da sociedade nas discussões junto às Comissões da Verdade.

Nestas contendas que tomam o Brasil estão envolvidas informações que ressaltam o debate sobre as práticas que as instituições civis e militares, que compuseram o cenário político da ditadura, realizaram a partir da articulação do Estado e de seus agentes orgânicos. E uma das discussões que merece destaque neste momento é sobre a articulação de determinados setores da sociedade civil, junto aos seus aparelhos privados de hegemonia durante os anos de 1964-1985.

As articulações envolvendo setores da burguesia brasileira com os militares golpistas não é situação nova na historiografia brasileira. Desde a publicação de René Armand Dreifuss em sua obra *1964: a conquista do Estado: ação política e golpe de classe, a teia tecida entre militares e burgueses* nunca mais se desfez. Nesta obra, Dreifuss nos trouxe à tona uma das maiores contribuições já dadas pela historiografia do período, nela o sociólogo coloca que o ocorrido “em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD”. (DREIFUSS, 2006. p. 230)

O presente texto proporcionará o entendimento sobre a

organicidade de dois agentes civis burgueses no período da ditadura civil militar brasileira, entre os anos de 1974-1979, a revista *Visão* e a ABDIB - Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base, que hoje se apresenta sobre a denominação Associação Brasileira da Infra-estrutura e das Indústrias de Base.

O COMPLEXO EMPRESARIAL MAKSOUD

O entorno que envolve o emaranhado orgânico de *Visão* e ABDIB é muito mais complexo do que se imagina, chegando a entrarem em atrito ideológico em alguns momentos, um exemplo disso é o posicionamento de ambas perante o anúncio do II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento, divulgado pelo general presidente Ernesto Geisel. Para entendermos esta artimanha que envolve estes dois agentes civis burgueses, faz-se necessário um breve relato sobre quem é quem neste jogo de interesses. Começaremos nossa apresentação com a revista *Visão* e em seguida passaremos para a ABDIB.

A revista “*Visão é parte de um complexo e heterogêneo grupo empresarial pertencente a Henry Maksoud*” (FONSECA, 1994. p. 31). Este diversificado complexo de empresas privadas que Henry Maksoud continha desde empresas de engenharia até uma rede de hotéis de luxo. Sem dúvida um de seus principais empreendimentos é a empresa de engenharia de projetos e gerenciamento de obras Hidroservice. Esta é uma das únicas empresas, do vasto campo empresarial de Maksoud, que ainda permanece em atividade.

Empresa de engenharia de projetos e gerenciamento de obras Hidroservice. Com várias filiais, escritórios regionais e escritórios no exterior, emprega cerca de três mil funcionários, a maioria com vinculação permanente. A área de atuação da empresa cobre todo o território nacional e vários países em quase todos os continentes.

Seu campo de atuação é vastíssimo, abrangendo praticamente todos os ramos da engenharia. (FONSECA, 1994. p. 31)

Fonseca nos mostra que a Hidroservice atua em várias frentes, elaborando diversos trabalhos. A Hidroservice é uma empresa que abrange os mais variados setores da engenharia, o que possibilitava a ela transitar desde a elaboração de projetos para as áreas de transporte até os setores de energia. Esta diversidade de atuação fez com que a Hidroservice se espalhasse por todo o território brasileiro e por quase todo o planeta.

Fundada em 1958, com sede em São Paulo é uma empresa eminentemente brasileira, dedicada à elaboração de estudos de viabilidade, estudos ambientais, planejamento, projetos e supervisão técnica, diligenciamento para obtenção de financiamento, procura e compra de equipamentos, controle de qualidade, assessoria e gerenciamento de projetos e obras e assistência técnica para início de operação.

Com mais de trinta anos de atividade internacional, classificada entre as maiores empresas especializadas em serviços de engenharia do mundo por respeitáveis publicações a HIDROSERVICE é a primeira do Hemisfério Sul na categoria de gerenciamento de projetos e obras. (HIDROSERVICE, 2013)

A Hidroservice é uma empresa que está desde 1958 atuando no cenário econômico brasileiro, e está há mais de trinta anos atuando no cenário mundial, atuando em outros países com a execução projetos de engenharia. De acordo com os dados apresentados, podemos qualificar a Hidroservice como uma empresa multinacional, pois além de sua expansão pelo território brasileiro, ela ainda conseguiu se expandir para os demais países, abrindo filiais pelo mundo.

Esta gama de segmentos é voltada principalmente ao setor público, para o qual, enfatize-se, a Hidroservice planeja, constrói, executa

e mesmo gerencia obras executadas. Como exemplo pode-se citar o planejamento e construção do aeroporto internacional do Rio de Janeiro. Tanto a variedade das atividades como a dimensão que possuem faz com que a empresa subcontrate indiretamente (por intermédio de empreiteiros e subempreiteiros) o impressionante contingente de cerca de quinhentas mil pessoas para a execução das grandes obras, ou de obras concomitantes. Tal magnitude fez com que se tornasse a maior empresa brasileira de engenharia e uma das maiores do mundo. (FONSECA, 1994. p. 31)

O principal foco de ação da empresa sempre foi o setor público. Segundo Fonseca, a Hidroservice se tornou a maior empresa de engenharia do Brasil, e uma das maiores do mundo. A Hidroservice teve ramificações chegando a constituir empresas voltadas a atender outros segmentos, como é o caso da Hidroservice - Centro-Oeste Agropecuária e Industrial Ltda. e da Hidroservice Amazônia S.A. - Agropecuária industrial Ltda:

Aqui, a atuação do grupo volta-se aos empreendimentos rurais, onde também majoritariamente dominados pelo Estado que, entre outros mecanismos, intervém por intermédio de incentivos fiscais concedidos por órgãos de desenvolvimento federais com atuação regional, caso, entre outros, da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Observe-se que vários dos projetos desenvolvidos ocorreram durante o regime militar, no contexto da ampliação das fronteiras agrícolas do país. (FONSECA, 1994. p. 31)

A atuação destas duas empresas, homônimas da mais famosa do complexo, é o setor agrícola, mais especificamente nas regiões centro-oeste e norte. Aqui destaca-se também a atuação conjunta com o Estado, ou seja, elas utilizam de incentivos fiscais concedidos por órgãos criados e financiados pelo Estado, com foco de atuação regional, para o desfecho de seus projetos. Um dado bastante interessante que Fonseca nos traz é que vários dos projetos executados por estas empresas remontam ao período da

ditadura civil militar. E é neste período que se expande a movimentação para a ampliação das fronteiras agrícolas no Brasil.

Henry Maksoud criou outras empresas de grande importância, entre elas destaca-se a Sisco, empresa do ramo de informática e ao Maksoud Plaza, empresa do ramo hoteleiro. Além destas, não podemos deixar de citar a Editora *Visão*, empresa do segmento de editoração e impressão de periódicos, da qual compões a revista *Visão*. (FONSECA, 1994. p. 31-32).

A composição do complexo empresarial Maksoud conta com empresas em vários segmentos e vários ramos de atuação. Se nos detivermos a somente analisar os campos de atuação da editora *Visão* veremos que esta não apenas publica a revista *Visão*, como também ganha destaque no cenário de publicação de vários livros, entre os quais estão os próprios livros de Henry Maksoud.

A editora *VISÃO* que, além da revista em foco, edita revistas setoriais voltadas à iniciativa privada, tais como a “Dirigente industrial”, a “Dirigente Rural” e a “Dirigente Construtor”, cada qual, como indicam seus respectivos títulos, voltadas a segmentos específicos. Publica também, anualmente (antes mesmo da revista pertencer ao grupo Maksoud), o balanço empresarial “Quem é Quem” com o ranking das maiores empresas brasileiras e atuantes no Brasil segundo faturamento, investimento etc. Ainda no que diz respeito a revistas setoriais, porém voltadas ao setor público, publica a “Dirigente Municipal” e o informe “Perfil” (panorama da administração pública). A editora também traduziu, sozinha ou coligada a outras editoras, autores que propagavam idéias neoliberais, dos quais destaca-se o livro “Os Fundamentos da Liberdade”, de F. Hayek, em parceria com a editora da Universidade de Brasília com tradução e prefácio do próprio H. Maksoud. Observe-se que tal diversidade editorial contempla praticamente todos os segmentos privados e públicos. (FONSECA, 1994. p. 32)

Além da revista *Visão*, a editora buscava atingir os mais variados setores, principalmente da classe burguesa. Se nos detivermos aos títulos “Dirigente industrial”, a “Dirigente Rural”, a “Dirigente Construtor”, a “Dirigente Municipal” e o informe

“Perfil” (panorama da administração pública), veremos uma vasta gama de frações que os periódicos buscam atingir.

A revista *Visão* foi fundada em 1952 no Rio de Janeiro, mas em 1957 foi transferida para São Paulo onde permaneceu sediada até ser fechada, segundo consta, por problemas financeiros em 1993 (JORGE, 2001, p. 6098-6099). Na década de 1970, *Visão* passou por mudanças profundas, tanto de proprietário, quanto na estrutura ideológica da revista. Em 1972, Said Farah comprou a revista, mas em 1974 revendeu os títulos da revista para o empresário Henry Maksoud: Após a compra da revista por parte de Henry Maksoud, Isaac Jardanovski, um dos principais diretores à frente de *Visão*, constatou que a revista sofreu uma virada em seu perfil ideológico. A virada apontada por Jardanovski pode ser identificada como uma virada não apenas ideológica. O que pode parecer simples, por exemplo, a presença marcante de temas considerados político-filosóficos, orientados, sobretudo, pela marca corrente hayekiana, já dá mostras de que o projeto defendido por *Visão*/Maksoud é apoiado nas premissas neoliberais, como um projeto para toda a sociedade brasileira (JORGE, 2001, p. 6098).

Segundo Fonseca, *Visão* pretendia atingir o universo de leitores da alta sociedade, ou seja, da burguesia, e das camadas médias da população, principalmente uma camada média com poder aquisitivo um pouco mais elevado (FONSECA, 1994. p. 6). A própria revista nos traz indícios de sua atuação, como é o caso da matéria de capa: *Iniciativa Privada quer fazer mais: será que pode?* de 19/4/1976, onde Maksoud aponta que o empresariado brasileiro quer investir mas o Estado não possibilita tais investimentos, pois ele mesmo assume as áreas que segundo *Visão* deveriam ser destinadas ao setor privado.

Figura 1



Fonte: VISÃO, 19/4/1976, capa

No editorial desta mesma edição da revista percebemos um forte cunho ideológico:

Deixamos clara a necessidade de um sentimento privatista que fosse muito além das declarações de intenções para ser uma postura executiva permanente com infismável conteúdo ideológico privatista e que constituísse determinação de comportamento para todos os escalões do Governo.

Percebemos uma grande orientação do texto para organizar a burguesia em prol do projeto defendido por *Visão*. Este projeto que *Visão* organiza e é organizadora é fruto das tendências defendidas por seu proprietário, Henry Maksoud. Maksoud era um seguidor assíduo das teses de Frederick August von Hayek, um dos principais intelectuais do neoliberalismo no mundo. A autora da tese *Institutos Liberais e neoliberais no Brasil da Nova República*,

Denise Barbosa Gros, coloca que Henry Maksoud era um seguidor fiel das teses de Frederick August von Hayek. E que além de publicá-las seguidamente nos editoriais de *Visão*, Maksoud ainda patrocinou a vinda de Hayek três vezes para o Brasil para dar palestras e conferências entre os anos de 1977 e 1981. (GROS, 2003, p. 75).

Segundo Gros, Henry Maksoud é quem possuía as melhores considerações acerca do modelo neoliberal para o Brasil.

A proposta de Maksoud destaca-se nitidamente como a expressão mais clara do projeto de organização jurídico-institucional do neoliberalismo (...). Os Institutos Liberais o reconhecem como um neoliberal e divulgam a sua obra, inspirada nos mesmos princípios que constituem o eixo ideológico da instituição. (GROS, 2003, p. 207).

Gros analisava o Instituto Liberal, mas acrescenta que o próprio instituto via em Henry Maksoud um neoliberal, e um dos principais inspiradores do neoliberalismo para o próprio Instituto, mesmo não fazendo parte deste. Denise Gros ainda toma por empréstimo de Roberto Campos algumas palavras para definir os textos produzidos por Henry Maksoud: “*a proposta de Maksoud é como uma verdadeira bíblia neoliberal, algo em que acreditar e capaz de nortear a ação dos neoliberais em todas as frentes*” (GROS, 2003, p. 210). Henry Maksoud é tido como um dos intelectuais que deu o melhor enfoque ao projeto neoliberal no Brasil. E este utilizou o espaço da revista *Visão* para propagação deste ideário.

De acordo com Denise Barbosa Gros, o escrito melhor elaborado e mais acabado de Henry Maksoud para o projeto neoliberal é *Proposta de Constituição para o Brasil*, escrito em 1988. Neste livro, Gros destaca dois princípios essenciais do pensamento neoliberal de Hayek que estão presentes nesta obra. Primeiro a definição de um regime político capaz de defender a ordem de mercado. Em seguida Maksoud apresenta um Estado de

Direito capaz de garantir os princípios do liberalismo. Isto tudo foi definido como Demarquia, também uma definição hayekiana (GROS, 2003, p. 208).

Mas o que mais nos chama a atenção é notar que Gros atenta para o fato de que estas concepções descritas no livro são fruto de amadurecimento das reflexões de Maksoud nos editoriais de *Visão*. Para nós é importantíssimo perceber que o projeto defendido por Maksoud passou pelo amadurecimento das reflexões feitas nos editoriais de *Visão*, pois assim reforça a tese de que *Visão* serviu para atender à difusão e organização do projeto neoliberal desenvolvido por Maksoud, de certa forma pioneira no Brasil. (GROS, 2003, p. 208-210).

Para comprovarmos as verificações de Denise Gros buscamos os próprios escritos de Maksoud em *Visão*, onde ele apresenta as bases da Demarquia. A discussão sobre o assunto é iniciada em 6/2/1978, quando Henry Maksoud publica o seu editorial com o título: *Demarquia é o regime para uma democracia viável*. Neste texto Maksoud alerta para os perigos que um regime democrático pode apresentar:

Mas muito poucos se atrevem a chamar a atenção para os perigos que a democracia mal aplicada pode representar. E é justamente para esses perigos que venho dirigindo minha principal atenção, pois, tendo-os tão claramente identificados, seria falta de coragem cívica nada dizer sobre eles.

A questão crucial que envolve esses perigos está justamente no dogma do domínio da maioria, sob quaisquer circunstâncias, independente de outras considerações. Graças a este dogma, o ideal da democracia, que nas suas origens foi concebido para evitar todo poder discricionário, transforma-se na justificativa para um novo tipo de poder arbitrário: o da suposta soberania popular onde impera o estatismo com toda sua legiferação centralista, planista, igualitarista, distributivista, coletivista, intervencionista, etc., que visa matar toda a liberdade da ação individual.

Já em 1978 *Visão* debate sobre os problemas que o regime democrático pode causar, e que segundo o título do editorial de

Maksoud, para se ter uma democracia viável o Brasil é necessário aderir ao regime demárquico. Maksoud antecipa as discussões do que ele já previa ser uma abertura democrática, e coloca sobre os perigos que a democracia pode implicar à sociedade. Ele faz isto para mostrar que os preceitos da demarquia são os mais corretos a serem aderidos.

Estas discussões se deram após as conferências de Hayek no Brasil, lembrando que este ciclo de palestras do autor foi patrocinado pelo Grupo *Visão*. Após a vinda de Hayek para o Brasil, *Visão* inicia uma nova fase na difusão das idéias neoliberais no Brasil. A partir de 1978, após a vinda de Hayek para o Brasil, a estratégia muda, *Visão* passa a difundir um projeto neoliberal para o Brasil, pautado, sobretudo na idéia de Demarquia de Hayek que foi um dos principais pontos das palestras de Hayek no Brasil.

O que podemos perceber no trecho acima, é que o grande perigo da democracia, descrito por *Visão* como o “arbítrio das massas”, seria a democracia “mal aplicada”, onde supostamente reinaria a soberania popular, resultaria no estatismo e no centralismo por parte do Estado. A revista critica, assim, o que ela vem recriminando de longa data, a participação do Estado na economia brasileira. A saída, segundo *Visão*, para o controle da economia por parte do Estado estaria na adesão ao regime demárquico:

No regime demárquico, uma das questões fundamentais é justamente a da lei substantiva, a verdadeira lei, que é definida como sendo uma norma geral de conduta, aplicável igualmente a todos, em um número desconhecido de casos futuros.

O ponto essencial não é, entretanto, propriamente, a criação de “leis” a serem por todos obedecidas, mas é a aceitação e obediência, por todos, às mesmas normas de conduta estabelecidas pela verdadeira lei e por um ideal político que transcende à simples legalidade.

A demarquia, de acordo com *Visão*, levaria a sociedade a seguir uma norma geral de conduta, aplicável igualmente a todos.

O que *Visão* deixa de dizer é que Hayek cria a demarquia para servir aos princípios neoliberais. O neoliberalismo utiliza-se de um dos mecanismos da demarquia para enraizar-se e expandir-se, que são as leis. Um dos pontos do programa neoliberal é a instituição de leis favoráveis ao projeto, sendo assim o neoliberalismo ganha um ar de legalidade. Captamos nesses dois trechos - onde *Visão* discute a demarquia - dois dos principais pontos que regem um programa neoliberal: a diminuição do papel do Estado na economia e um regime fortemente marcado por leis.

No editorial de 20/2/1978, Maksoud desenvolve um pouco mais sobre o tema Demarquia. No texto Maksoud traz o que seria a definição de Demarquia segundo Hayek:

Esse novo sistema, cujas características foram resumidas numa das conferências aqui proferida pelo professor Hayek (*VISÃO*, 9/1/1978), não está ainda classificado na tipologia dos regimes políticos. Conversando com Hayek sobre esse tema, indicou-me estar ele há algum tempo pesquisando uma expressão que, a seu ver, corrigiria, inclusive, um talvez falso desenvolvimento etimológico para representação do ideal que a civilização ocidental vem aceitando incondicionalmente há tanto tempo. O governo do povo baseado na lei, ou princípio geral de conduta, seria a Demarquia, que advém do grego compondo as palavras demos = povo em geral e archein = governo – com a lei.

A definição de Demarquia serve para afirmar as declarações até aqui feitas por *Visão*/Maksoud. E mostrar que a mudança de estratégia orgânica sofrida por *Visão* tem relação direta com a vinda de Hayek para o Brasil. O trecho acima ainda direciona o público para entender que o que foi atribuído até aqui enquanto regime político tem falhas e precisa ser corrigido. E só seria corrigido com a adesão ao regime demárquico. A opção pela Demarquia serve, também, para diferenciar o projeto neoliberal dos projetos que defendem e discutem a democracia. Porque existiam muito mais segmentos discutindo a democracia, inclusive na esquerda.

De maneira geral, as conferências de Hayek inspiraram Maksoud durante todo o ano de 1978. Nos meses seguintes, março e abril de 1978, os editoriais de *Visão* se tornaram um ensaio sobre a Demarquia a partir do exposto nas conferências de Hayek: *Demarquia: a reforma política que buscamos* (*Visão*, 6/3/1978, p. 16 a 18), *A opinião e a lei na Demarquia* (*Visão*, 20/3/1978, p. 13), *O princípio da separação de poderes existirá efetivamente na Demarquia* (*Visão*, 3/4/1978, p. 13). Praticamente todos os editoriais falaram da Demarquia, de como seria a forma política do regime, e todos foram reproduções das teorias de Hayek, expostas nas conferências, publicadas em *Visão*. A proposta de Henry Maksoud, amadurecida, organizada e disseminada através da revista *Visão*, tem em seu cerne a defesa de um Estado de Direito apoiado no fortalecimento da subordinação deste Estado perante as leis e a limitação dos poderes do Estado.

A proposta de governo do povo limitado ou subordinado pela lei — e não apenas derivado da maioria eleitoral — é o que define a “demarquia”, inspirada pela desconfiança que Hayek tinha das maiorias. (...), as massas, segundo Hayek, podem ser facilmente manipuláveis pela demagogia dos políticos. Por isso a necessidade que os neoliberais sentem de criar mecanismos legais de defesa das liberdades individuais e, paralelamente, de minimização das funções do governo e das matérias sobre as quais ele pode legislar. (GROS, 2003, p. 209).

Segundo Gros, a proposta de Maksoud tem por objetivo limitar os poderes do Estado e subordiná-lo às leis, tudo retirado da noção de “demarquia” elaborada por Hayek. Ainda a partir da autora, este modelo foi elaborado pelos neoliberais pela facilidade com que os políticos encontram em manipular as massas. Sendo assim, se existisse um mecanismo de leis que defendesse as liberdades individuais e diminuísse o papel do Estado, acabaria assim a manipulação das massas.

A proposta defendida por Maksoud tende a defender a minimização do Estado e a maximização das leis (em termos

sintéticos). Por exemplo, a diminuição do acesso a alguns direitos sociais, tais como o acesso à saúde, e o fortalecimento das leis passa pelo fortalecimento do mercado. Ou seja, a iniciativa privada adentraria em setores que antes eram comandados pelo Estado, a partir da abertura do caminho pelas leis, deixando a estratégia com um teor de legalidade, isto porque estaria na lei.

Um dos trechos mais interessantes da tese de Gros é quando ela coloca que o modelo implementado com a ditadura no Chile é o mesmo defendido por Maksoud. Para Gros, *o arcabouço institucional do poder é exatamente aquele da “demarkia”, que foi aplicado no Chile de Pinochet* (GROS, 2003, p. 209). Isto ocorre pelo fato dos dois pensadores do projeto neoliberal para ambos os países serem seguidores de Hayek. No caso do Chile temos a forte influência de Milton Friedman, e no nosso caso analisado, Henry Maksoud, que como veremos posteriormente, em alguma medida busca o diálogo com Milton Friedman.

Além desta constante ligação pessoal com os principais intelectuais do neoliberalismo pelo mundo, e de amizade como é o caso de Hayek, Maksoud fazia e faz parte da Sociedade Mont Pèlerin, organismo responsável pela difusão e organização do projeto neoliberal pelo mundo. Maksoud tem sua ação junto à Sociedade Mont Pèlerin desde os anos de 1970, participando de várias reuniões anuais da Sociedade, e até mesmo proferindo palestras e cursos nas reuniões da Sociedade Mont Pèlerin. Sendo assim, Maksoud também contribuiu para a construção e organização do projeto neoliberal, e sua difusão pelo mundo. (MAKSOD, 2008).

VISÃO E ABDIB: OS TENTÁCULOS DA FRAÇÃO DE CLASSE NAS INDÚSTRIAS DE BASE

As premissas neoliberais de *Visão*/Maksoud mesclavam-se com as tendências da dobradinha em fortalecer determinados setores do empresariado brasileiro, lê-se burguesia brasileira. Em

nossas análises percebemos que este setor esteve sempre ligado às indústrias de base. E é exatamente neste ponto que percebemos a conciliação existente entre *Visão*/Maksoud e ABDIB.

Se voltarmos em nosso texto, perceberemos a gama de segmentos que compunham o complexo empresarial Maksoud, uma destas empresas é a Hidroservice, empresa de engenharia e projetos. Para entendermos onde os fatos nos levam, nos remetemos ao documento constante na revista *Visão*, nele encontramos um documento em comemoração aos vinte anos da ABDIB, onde mostra quais são as aspirações desta associação para os rumos da economia do Brasil. O documento ainda traz noventa e duas empresas que compõem a associação, dentre elas estão: Atlas, Bardella, GE, Arno, Siemens, Pirelli, Companhia Siderúrgica Nacional, Santa Matilde, Hidroservice, entre outras.

Se analisarmos apenas as empresas que compõem o seletivo grupo acima, veremos que há uma grande variedade de segmentos, desde empresas privadas brasileiras a empresas privadas multinacionais. Podemos identificar empresas privadas brasileiras atuando junto com empresas privadas transnacionais em uma mesma associação.

O documento mostra o porquê desta união entre empresas privadas brasileiras e empresas privadas transnacionais na ABDIB não ter entrado em conflito até o momento, vejamos:

Desde sua criação, em 5 de maio de 1955, a ABIDB se tem empenhado para aumentar a participação da indústria nacional nos projetos de desenvolvimento, procurando barrar a importação de todos os equipamentos que possam ser fabricados no Brasil. Os resultados são animadores, pois a indústria nacional já participa com 59% de todas as obras de infra-estrutura projetadas ou em execução no país. Mas esse percentual poderia ser ainda maior, e seguramente será, com as novas perspectivas que se abrem para o setor.

De acordo com o documento, a ABIDB foi criada em 1955 com o intuito de aumentar a participação da indústria nacional no

projeto de desenvolvimento, procurando barrar a importação de todos os equipamentos. Até aqui temos, por parte da ABIDB uma propaganda nacionalista para a burguesia industrial de base. Ora se a associação prega tudo isto que acabamos de colocar, então ela preza pelo fortalecimento da burguesia brasileira, em detrimento do capital externo, correto?

Não necessariamente. Se fosse desta forma não teríamos o capital multinacional atuando dentro da associação. E a resposta para isto está na continuação da frase que reproduzimos acima: *empenhado para aumentar a participação da indústria nacional nos projetos de desenvolvimento, procurando **barrar a importação de todos os equipamentos que possam ser fabricados no Brasil***. O importante é notar que a ABIDB pode até ter interesses em fortalecer a burguesia industrial brasileira, principalmente a de base, mas quando ela coloca que o objetivo é barrar as importações de equipamentos que possam ser fabricados no Brasil, ela própria está convidando o capital multinacional a adentrar em território brasileiro.

O fato é que a ABIDB tem lutado para barrar as importações, mas se o capital externo instalar uma de suas fábricas em solo brasileiro estaria de acordo com o projeto defendido pela associação, neste sentido vemos a discussão caminhar principalmente para o ataque às iniciativas do Estado brasileiro e não de determinado setor da burguesia. Como é o caso das discussões que envolvem o II PND.

A fração de classe das indústrias de base sempre ocupou papel importante na história da industrialização brasileira. Também chamada de indústria de bens de capital, teve seu amoldamento no Brasil a partir da década de 1930, já na década de 1950 este segmento ocupava mais de 10% da produção da indústria de transformação no Brasil. E este número só aumentou com o passar dos anos, apesar de concorrer com a forte internacionalização da economia brasileira. (CRUZ, 1995, p. 147-149).

Segundo a divisão utilizada por Sebastião Velasco e Cruz, a indústria de bens de capital se divide na produção de dez segmentos: 1- mecânica; 2- equipamentos industriais; 3- máquinas e implementos agrícolas; 4- máquinas rodoviárias; 5- material de transporte (ônibus e caminhão); 6- material ferroviário; 7- construção naval; 8- construção aeronáutica; 9- material elétrico e de comunicações; 10- estruturas metálicas. (CRUZ, 1995, p. 148).

Como colocamos acima, o segmento da indústria de bens de capital é bastante amplo, e ainda mais amplas são as associações civis que representam este setor. Num levantamento feito por Cruz (1995, p. 155), conclui-se que existiam mais de 21 associações que representavam os interesses do setor. Devido este caráter diversificado da indústria de bens de capital, e o número elevado de associações organizativas do setor, ocorreu que estas organizações *“articulassem interesses em diferentes níveis de agregação e especificidade, compondo um tecido complexo, com múltiplas áreas de interseção e alguns nódulos”*.

Apesar de mostrar o quão complexo é o setor de bens de capital, Cruz destaca três entidades como sendo as mais importantes deste setor: a ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), a ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas) e a ABDIB. (CRUZ, 1995, p. 156). O autor destaca a ABDIB como a mais importante, ou melhor, *“ela ocupa uma posição singular na rede de associações do setor, servindo como elo de ligação entre duas outras”* (CRUZ, 1995, p. 161).

A ABDIB foi criada em 1955 a partir da demanda de uma estatal, a Petrobrás. Na época estava em andamento a ampliação da refinaria Landulpho Alves. Para a ampliação da refinaria a Petrobrás firmou um acordo com um grupo francês, e nesse contrato a Petrobrás *“havia se reservado o direito de adquirir no Brasil tudo o que pudesse ser produzido internamente, dentro das especificações exigidas”*. E foi a partir de uma consulta feita pela Petrobrás a algumas empresas brasileiras, *“para saber o que se poderia construir no país em matéria de equipamentos para refinaria”* que surgiu a ABDIB (CRUZ, 1995, p. 173).

A ABDIB surgiu com apenas sete empresas compondo seu quadro de sócios: Aços Villares S/A, Bardella S/A – Indústrias Mecânicas, Companhia Brasileira de Construção Fichet, Companhia Brasileira de Material Ferroviário, Indústria Mecânica Cavallari S/A e Máquinas Piratininga. Mas pouco tempo depois a ABDIB já aumentara seu quadro e incorporava outras novas empresas: Indústria Brasileira de Embalagens S/A, Arno S/A, Indústria Dínamo-Elétrica do Brasil, General Electric S/A e a S/A White Martins (CRUZ, 1995, p. 173).

A ABDIB conta desde sua fundação com empresas de capital brasileiro e estrangeiro em seu quadro de associados. As empresas estrangeiras sempre mantiveram lugar relevante na associação, mas este quadro se modificou no início dos anos 1970 quando a entidade deixa de ter como quadro da diretoria os representantes das empresas estrangeiras. (CRUZ, 1995, p. 173). Justamente no período de expansão e crescimento das indústrias de base.

A fase de expansão do setor teria uma ruptura drástica nos anos 1960, mais precisamente a partir dos rigores da política antiinflacionária aplicada pelos ministros Campos e Bulhões. Em seu estudo, Cruz destaca duas principais reivindicações do setor em 1965, e que continuariam no governo Geisel: *“a concorrência do produto externo e a disponibilidade de crédito em condições adequadas, ou melhor, a defesa do mercado interno, e os incentivos necessários para poder ocupá-lo”* (CRUZ, 1995, p. 174).

Os anos de 1960 foi um período bastante cinzento na história do setor de bens de capital. E é a partir deste duro período que a ABDIB nos traz uma novidade em sua bandeira reivindicatória. Ao invés de pensar numa política econômica voltada para o setor de bens de capital, a ABDIB *“passa a reivindicar a necessidade da definição de uma política industrial integrada para o Brasil”* (CRUZ, 1995, p. 178). E esta política acompanharia as reivindicações do setor pelo governo Geisel.

A situação geral da indústria no Brasil em meados para o fim dos anos 1960 já era de altas taxas de crescimento, mas para a indústria de base a situação só se alteraria a partir dos anos 1970.

Em 1971 a situação para a indústria de base já se configurava mais favorável, o setor se expandia a uma taxa superior a 15% (CRUZ, 1995, p. 178).

Em fins de 1973, o então vice-presidente da ABDIB, Carlos Villares, ministra uma palestra na Semana da Tecnologia Industrial, e em sua fala ele explicita alguns pontos da política industrial para o Brasil proposta pela ABDIB. A política industrial para o Brasil girava em torno de dois pontos: o primeiro ligado ao desenvolvimento tecnológico no Brasil. Para a ABDIB o desenvolvimento tecnológico seria lento, por isso a política industrial não poderia ser imediatista, já a indústria dependeria do avanço tecnológico. No segundo ponto, é destacada a necessidade de limitar o acesso de novas firmas. Segundo a ABDIB, deveria haver um tratamento específico para empresas de capital local, pois as indústrias nacionais levariam desvantagem sobre as grandes empresas internacionais. Estes dois pontos permaneceriam nas reivindicações propostas pela ABDIB durante o governo Geisel. (CRUZ, 1995, p. 178-179).

Apesar do setor de bens de capital apresentar certo otimismo com relação ao II PND, parece que este otimismo não avançou para apoio. E mesmo otimista, a burguesia do setor de bens de capital fazia muitas críticas à Estratégia:

No final desse ano (1974), falando na qualidade de Presidente da ABDIB, em nome de um setor cômico de seu peso na Estratégia, considera insuficientes as medidas de fomento já implantadas e apresenta as reivindicações setoriais. Aparece a reclamação contra o custo do financiamento do BNDE superior a 40% a.a. (...) Surge uma reclamação quanto ao custo da mão-de-obra. (...) Porém o mais interessante das reivindicações é pela adoção da “especialização”, que na verdade capeia a instalação de barreiras à entrada para a produção de máquinas e equipamentos. (LESSA, 1998, p. 141)

Mesmo sendo o principal órgão beneficiado pelo II PND o principal agente de representação do setor de bens de capital, a

ABDIB, deixava escapar algumas críticas pontuais ao projeto. Por exemplo, David Sanson, vice-presidente da ABDIB, reivindicava um maior amparo financeiro e prazos de carência mais elásticos para as indústrias de bens de capital, por parte do BNDE. (LESSA, 1998, p. 142-143)

Para Sebastião Cruz a história do relacionamento entre a ABDIB/Indústria de bens de capital e o governo Geisel é dividida em três etapas. A primeira é a fase do otimismo e confiança no II PND. “Até esse momento, sua confiança na solidez da coalizão que sustentava essa política permanecia inabalada” (CRUZ, 1995, p. 191). Resumidamente, a primeira fase da história ABDIB/Indústria de bens de capital é marcada por uma leva de otimismo e confiança diante do II PND, mas sem deixar de lado o caráter crítico levantado pela principal entidade representativa do setor de bens de capital, a ABDIB.

De fins de 1975 ao início de 1976 a situação passa a se modificar, o otimismo começa a dar lugar às críticas mais contundentes. Entre fins de 1975 e início de 1976 o cenário mostrava que o II PND não atingira suas metas, as compras das estatais se mostravam insuficientes e instáveis. E os industriais do setor de bens de capital, que sempre se mostraram otimistas mas vigilantes para com a Estratégia, passam a vê-la com desdém e críticas.

A trajetória entre ABDIB/Indústria de bens de capital e Governo Geisel ingressa em sua segunda fase. Segundo Cruz: *Inquietação, dúvida e ansiedade são os sentimentos que dominavam o estado de espírito do setor neste segundo período que se estende de março de 1976 ao fim do terceiro trimestre deste mesmo ano* (CRUZ, 1995, p. 191).

As críticas ao Plano passam a vir de todos os lados, sejam elas a partir de Claudio Bardella, sejam a partir de Gastão Vidigal Neto que esbravejava dizendo que *em fins de 1975 seu volume de pedidos em carteira era menor que em dezembro de 1974* (LESSA, 1998, p. 145). Para Carlos Lessa, 1976 é o ano da desilusão, o ano

que divide as expectativas otimistas das indústrias de base, para a crítica ao II PND, e posteriormente no que se configurou numa crítica ao modelo autoritário brasileiro. (LESSA, 1998, p. 149).

Em finais de 1976 a relação entre a ABDIB/Indústria de bens de capital e o governo Geisel entra em sua terceira e última fase. Esta última fase é marcada pelo rompimento total da ABDIB/Indústria de bens de capital com a proposta econômica do governo Geisel. Após, *rompida a coalizão, esvaziada de conteúdo a retórica do plano, a persistência nos velhos temas se tornava cada vez mais incômoda e colocava a ABDIB em conflito com o governo em sua totalidade* (CRUZ, 1995, p. 199-200). Para Cruz, um dos principais pronunciamentos que marcam esta ruptura entre ABDIB/Indústria de bens de capital e o governo Geisel é uma entrevista de Henrique Sanson, concedida em outubro de 1976, ao jornal *O Estado de São Paulo*. Nesta entrevista Cruz destaca que:

Em suma, embora não o diga com todas as palavras, o dirigente da ABDIB faz alusão ao traço que caracteriza toda a terceira etapa na relação da entidade com o governo Geisel: a desintegração da rede de alianças que sustentaram até então o projeto de desenvolvimento assentado na consolidação da indústria de base. (CRUZ, 1995, p. 196).

A terceira fase deste curto relacionamento não somente comprovou a debilidade do II PND, mas também rompeu as bases de sustentação entre Estado e indústria de base. E esta foi a tônica de toda a terceira fase da história entre ABDIB/Indústria de bens de capital e o governo Geisel, marcada pela ruptura entre as partes e os embates entre ambas as partes. A ABDIB intensifica as críticas ao Estado, e pega uma “carona” na fileira aberta pela Campanha Antiestatizante. Cruz (1995, p. 184) destaca que tanto ABDIB quanto a Campanha Antiestatizante *“denunciavam as discrepâncias recorrentes entre intenções e atos, procuravam enfraquecer com suas críticas algumas áreas da cúpula governamental”*. Mas, o autor ainda coloca, ao contrário da Campanha Antiestatizante, as críticas da ABDIB se faziam bem mais pontuais, a ABDIB *“não atingia o*

governo como um todo” (CRUS, 1995, p. 199-200).

É a partir dos acontecimentos oriundos do descontentamento e críticas por parte das indústrias de base que surgirá *O Primeiro Documento dos Empresários*, de 1978, uma crítica político-econômica à ditadura. Era configurada a partir deste documento “*uma ‘nova’ ideologia burguesa, defendida por um segmento moderno do empresariado brasileiro que ganhou projeção e relevo à sombra das políticas ante-recessivas, em particular, o II PND*” (MENDONÇA e FONTES, 2001, p. 62).

Segundo Carlos Lessa a manifestação de uma parcela de empresários do setor de máquinas e equipamentos, que culminou com a articulação de um documento, em 1978, conhecido como “*Manifesto dos 8*” foi “*a mais precisa crítica político-econômica-empresarial à administração Geisel*” (LESSA, 1998, p. 138). Eu acrescentaria ainda que a articulação criada em torno do Manifesto (ou Documento) dos 8 foi não somente uma crítica à administração Geisel, mas também uma crítica ao modelo político-econômico desenvolvido pela ditadura civil militar, mais precisamente a partir da crise do “*milagre econômico*”, é a mostra de que o modelo adotado perdia seu fôlego e não se sustentava mais.

Lessa (1998, p. 138) ainda nos traz um dado importante sobre este momento e sobre a composição do Documento dos 8. O autor apresenta uma consulta feita pelo jornal *Gazeta Mercantil*, em 1977, “*a 5.000 homens de empresa de todo o país, para a escolha de 10 líderes empresariais representativos*”. Dos 10, “*8 foram signatários de um documento divulgado em julho de 1978*”. Este documento era o Manifesto dos 8 empresários. O mais votado dentre os dez foi Cláudio Bardella, ex-presidente da ABDIB. No ano seguinte a *Gazeta Mercantil* realizou novamente a pesquisa e o resultado foi idêntico. “*E nas duas ocasiões, além de Bardella, a relação dos líderes incluía também outros nomes vinculados ao setor de bens de capital*”. Os outros nomes que compuseram a relação nos dois anos da pesquisa foram: Severo Gomes, José Mindlin, Antonio Ermírio de Moraes, Paulo Villares, Augusto

Trajano de Azevedo Antunes, Paula d'Arrigo Vellinho, Laerte Setúbal Filho, Amador Aguiar e Jorge Gerdau Johampeter (CRUZ, 1995, p. 143-146).

Os responsáveis pelo documento lançado em 1978 já se mostravam influentes no meio burguês em 1977, como mostramos acima. Mendonça & Fontes destacam entre os oito empresários que assinam o documento os nomes de Bardella, Villares e Sason. E acrescentam que esta ala da burguesia se tornou uma espécie de vanguarda da burguesia industrial, interessada cada vez mais em participar das principais decisões envolvendo a economia no Brasil (MENDONÇA e FONTES, 2001, p. 63).

Mas ao contrário do que possa parecer, este projeto não era nenhum pouco nacionalista. O projeto do *Primeiro Documento dos Empresários* já se encontrava perfeitamente alinhado aos interesses do capital estrangeiro. “A empresa estrangeira é vista, na pior das hipóteses, como um mal necessário, que precisa ser disciplinada por normas mais claras e precisas” (MENDONÇA e FONTES, 2001, p. 63). Este projeto ganharia grande respaldo na sociedade civil brasileira, principalmente no que dizia respeito a criticar o autoritarismo do Estado brasileiro. O “*Primeiro Documento dos Empresários* era visto como um projeto de desenvolvimento mais humano e com preocupações sociais, vindo ao encontro das necessidades de toda a sociedade” (Idem).

Este setor do *Primeiro Documento dos Empresários* não tinha estas preocupações porque pretendesse melhorar as condições de vida da população brasileira, mas obter lucros em cima desta melhoria.

Para isso, basta implementar um “programa de investimentos públicos em infra-estrutura urbana” que, por um lado, tente solucionar “as carências gritantes em matéria de saúde, saneamento básico, habitação, educação transportes coletivos urbanos e de defesa do meio ambiente” e, de outro lado, “terá um poderoso efeito dinamizador sobre a indústria de bens de produção, levando à absorção de sua capacidade ociosa e, em seguida, reativando os investimentos privados e proporcionando

a criação de empregos na produção exigida pelo crescimento demográfico”. Com essa fórmula milagrosa, o *Primeiro Documento* pretende matar dois coelhos ao mesmo tempo: melhorar as condições de vida da população e aumentar o consumo de máquinas e equipamentos devido aos empreendimentos estatais com os programas de saúde, saneamento, etc. (MANTEGA e MORAES, 1979. p. 101).

Como Mantega e Moraes mesmo colocam no trecho acima, o projeto proposto pelo *Primeiro Documento dos Empresários* pretendia matar dois coelhos com uma única cajadada, ou seja, melhorar as condições de vida da sociedade brasileira, mas decorrente disto proporcionar a criação de empregos para a massa ociosa e alavancar o consumo de máquinas e equipamentos devido aos empreendimentos estatais com programas básicos.

Percebamos que esta ala necessitava da participação do Estado para se desenvolver economicamente. Mas o que acontecia naquele momento, 1978, era que o modelo de Estado proposto pela ditadura civil militar não correspondia aos anseios ambiciosos e modernos deste setor.

Uma das alas da burguesia industrial que pode não ter se contentado com este “novo” projeto é o setor de bens de consumo duráveis, que certamente não era representado pelo Primeiro Documento dos Empresários. O núcleo do Primeiro Documento dos Empresários se diferenciava por tentar angariar “ganhos políticos quando da redefinição futura do pacto de dominação, o que de fato ocorreu a partir de 1982”. (MENDONÇA e FONTES, 2001, p. 63).

O resultado final do ousado projeto II PND foi o fracasso. Mendonça e Fontes de maneira bastante hábil simplificam, mas sem diminuir a riqueza dos argumentos, quais os principais pontos do fracasso do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Num primeiro momento as autoras destacam a mudança drástica de um novo setor industrial a ser contemplado pelo Estado, onde a maior parte dos investimentos seriam feitos principalmente nas áreas privilegiadas pelo II PND em detrimento dos demais setores industriais brasileiros. (MENDONÇA e FONTES, 2001, p. 58).

A segunda questão levantada pelas autoras segue a mesma linha da primeira, e diz respeito à correlação de forças existente na esfera do capital financeiro. A canalização em torno do BNDE dos fundos de poupança do Estado serviria para financiar os investimentos envolvendo o setor das indústrias de base e os grandes projetos da ditadura. Isto lesaria os interesses do capital financeiro privado, que certamente estaria interessado nos juros que proviriam destes grandes projetos. (MENDONÇA e FONTES, 2001, p. 59) O segundo ponto está diretamente relacionado com o primeiro, pois o II PND transferiu para o BNDE a responsabilidade de financiar a consolidação da estratégia contida no Plano, que privilegiava a indústria de base. Com isto o II PND deixou descontente não só um setor da burguesia, mas todos os outros setores da indústria que não eram privilegiados pelo II PND e também o capital financeiro privado.

Por último Mendonça e Fontes (2001, p. 59) destacam a tentativa do II PND em deslocar para outras regiões os investimentos do Estado. A intenção do II PND em transformar outras regiões em pólos industriais certamente gerou conflito de interesses com os pólos industriais fortes do Brasil, principalmente os pólos da região sudeste, fortalecidos economicamente e politicamente, gerando um desconforto com relação à gestão do Estado.

O II PND E AS CRÍTICAS E POSICIONAMENTOS DE VISÃO E ABDIB

Ao que parece o II PND já nasceu condenado, mas segundo Carlos Lessa o projeto ainda se manteve por algum tempo devido à forma autoritária de organização do Estado, o que levou o II PND a se manter vivo até o ano de 1976, a partir de quando até mesmo a fração privilegiada pelo II PND passou a contestá-lo. O que aconteceu foi que das indústrias de base/ABDIB saíram as principais críticas ao modelo proposto pela ditadura.

Toda a fragmentação exposta em nossa pesquisa nos levou

a um questionamento bastante interessante: Como o complexo empresarial Maksoud disseminador do projeto neoliberal no Brasil, pode estar inserido na ABDIB, associação que representa os interesses de um setor que sempre dependeu e sempre dependerá das demandas geradas pelo Estado?

Para responder esta questão cabe um esclarecimento antes. A bibliografia consultada, mais especificamente Mantega e Moraes, aponta para uma diferença entre a proposta defendida pela ABDIB e a proposta defendida por Maksoud.

Os empresários da ABDIB não confundiam liberalismo econômico com liberalismo político. Daí poderem, concomitantemente, apoiar a presença estatal na economia e criticar a centralização dos poderes políticos nas mãos da casta militar. Não seria pela “privatização” da economia, proposta pelos Maksouds da vida, que a burguesia assumiria o controle do aparato do Estado. (MANTEGA e MORAES, 1979, p. 99).

Ainda sobre a mesma questão, Carlos Lessa coloca que ele optou por estudar os discursos dos empresários prediletos do II PND, os burgueses organizados na ABDIB. Mas que para esta análise ele descartou “*argumentações antiestatizantes de nítida matriz ideológica*”, do qual ele cita como exemplo um editorial da revista *Visão*, empresa do complexo empresarial Maksoud, sendo Maksoud o próprio escritor do editorial. (LESSA, 1998, p. 139).

As informações das duas obras nos são úteis para compreender que a matriz ideológica dos dois agentes disseminadores ideológicos, ABDIB e complexo empresarial Maksoud, são diferentes. Enquanto a ABDIB sempre dependeu da intervenção do Estado na economia para sobreviver, a proposta apresentada por Maksoud é a neoliberal, ou seja, a defesa da mínima participação do Estado.

Mas o que podemos constatar é que nem somente de diferenças viviam *Visão*/Maksoud e a ABDIB, elas expressavam em si algumas semelhanças.

Para começar a responder o questionamento feito acima vale lembrar que o relacionamento entre ABDIB e o governo Geisel nunca foi um relacionamento inabalado, pelo contrário, sempre houve tremores neste relacionamento. A ABDIB por mais que se mostrasse otimista quanto ao programa governamental, ela mesmo assim não deixava de se mostrar crítica.

Vale recordarmos das três fases da trajetória de relacionamento da ABDIB e governo Geisel/II PND. A fase número um, do otimismo e da confiança, mas com um toque crítico. A fase número dois, inquietação, dúvida e ansiedade. Na fase número três acontece o rompimento total com o II PND, e críticas diretas ao Estado. Posteriormente à terceira etapa irá surgir um movimento com uma das mais elaboradas críticas ao modelo ditatorial, o *Primeiro documento dos Empresários*. E este movimento surge do setor predileto do II PND, a indústria de bens de capital, a ABDIB.

É claro que mesmo em sua fase mais aguda de crítica ao Estado, o setor das indústrias de base não chegou a se ocupar do projeto neoliberal proposto por Maksoud. Mas as críticas elaboradas por Maksoud, e as críticas desencadeadas pela ABDIB sempre andaram bastante próximas e juntas.

O fato é que ambos os projetos estavam descontentes com o modelo político econômico da ditadura. Mas se mostravam diferentes em vários pontos. O que pretendemos é identificar os pontos de convergência que faziam com que o complexo empresarial Maksoud fizesse parte da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base.

Como já apontamos, o elo físico de ligação entre o complexo empresarial Maksoud e ABDIB era a empresa de engenharia de projetos Hidroservice. Mas quais os pontos do programa proposto pela ABDIB, Maksoud adaptou ao seu, em relação ao II PND e à política econômica proposta pelo governo Geisel, é o que veremos a partir de agora.

Na edição do dia 7/10/1974, a revista *Visão* traz como tema

principal o II PND. Logo no primeiro contato com o número, a capa da revista, percebemos que as expectativas para com o II PND por parte de *Visão* eram bastante otimistas: PND – 1975-1979 as expectativas otimistas.

Figura 2



Fonte: VISÃO, 7/10/1974, capa

Além de mostrar-se otimista com o II PND *Visão* não poupou elogios à Estratégia:

Assim, no quadro de uma economia mundial em que as previsões desafiam qualquer economista sério, o II PND faz uma opção fundamental: manter o crescimento acelerado com uma taxa real anual de 10%. O que seria uma loucura, se não se apoiasse numa estratégia claramente definida.

Aqui percebemos que os elogios ao II PND estão direcionados à manutenção da taxa de crescimento em 10% ao ano, mas que isto só se tornaria possível pela estratégia claramente definida pelo Plano. Neste ponto *Visão* louva o II PND por definir-se em torno da indústria de base.

Mas notemos que a mesma taxa de crescimento enaltecida acima é tratada com dúvida por parte de *Visão*, e na mesma matéria:

O II PND como definição das normas de uma política econômica-social é um documento de grande valor. A sua insistência nos aspectos humanos, no desenvolvimento da tecnologia, na defesa da indústria nacional é altamente convincente. No entanto, ao escolher uma taxa de crescimento excessiva dentro do quadro da conjuntura internacional, deixa subsistir uma dúvida que enfraquece a credibilidade no prosseguimento de uma política que tem tido total apoio.

Esta dualidade no trato da taxa de crescimento proposta pelo II PND serve para demonstrar que *Visão* se mostra otimista em relação ao II PND por este ter uma “estratégia claramente definida” e alinhada com as indústrias de base. Ora, num primeiro momento a taxa de crescimento era favorável justamente por esta razão mencionada. Logo após, a taxa de crescimento é o elo que enfraquece a credibilidade do II PND, que segundo *Visão* tem tido apoio total. O fato é que *Visão* por mais que se mostre otimista com o Plano, não se posiciona inteiramente partidária ao II PND.

Mas *Visão* ainda estabelece alguns nexos que ela considera favoráveis do II PND, como é o caso da ênfase no desenvolvimento tecnológico, e na defesa da indústria nacional. Apreendemos que estas são bandeiras levantada também pela ABDIB, todos pontos propostos para o desenvolvimento e fortalecimento das indústrias de base no Brasil, na qual *Visão* estava inserida a partir da Hidroservice.

O II PND é tratado por *Visão* como um documento de grande

valor, mas que merece alguns cuidados redobrados. É por isso que nesta matéria *Visão* lança um espaço intitulado *As dúvidas*. Neste ponto, *Visão* destaca alguns elementos do II PND que podem deixar dúvidas. Dentre as três principais dúvidas de *Visão* com relação ao II PND cabe destacarmos uma: o financiamento pelos poderes públicos (recursos orçamentários, PIS Pasep, FGTS, etc.). É interessante perceber que esta também era uma dúvida presente nas críticas da ABDIB ao II PND, se o Estado teria capacidade de financiar a proposta da Estratégia.

Além dos já citados elementos de adaptação entre os pontos da proposta da ABDIB e os de *Visão*, tais como desenvolvimento tecnológico, defesa da indústria nacional e a incerteza quanto ao financiamento da Estratégia, aparecem ainda na matéria mais dois elementos que estão em integração em ambos os programas. O primeiro destes elementos é a substituição das importações:

Subitamente, torna-se essencial, portanto, substituir a importação de bens de capital e de uma série de matérias-primas. E esta política é apoiada numa série de medidas (criação da Ibrasa, Embramec, Fibasa) que visam a aumentar a oferta interna daqueles bens.

É preciso considerar que a demanda já existe e, neste exercício, onerou tremendamente a balança comercial. Naturalmente, não se trata de fechar totalmente as portas às importações e o II PND prevê seu crescimento à taxa de 20% ao ano.

Tanto para *Visão* quanto para a ABDIB, a substituição de produtos importados por produtos produzidos no Brasil era uma das principais exigências de seu setor. Isto porque, até este momento a maioria dos produtos oriundos do setor de bens de capital eram importados.

Mas vejamos que nem *Visão*, e nem a ABDIB, falam em fechar totalmente as portas às importações. O que elas destacam é o ajustamento das empresas multinacionais, e é aqui que entramos neste outro elemento da integração entre os programas

da ABDIB e de *Visão*. “Como se pode ver, não se espera ter que mudar a lei que estabeleceu o Estatuto do Capital Estrangeiro para enquadrar as empresas multinacionais na nova estratégia do II PND”.

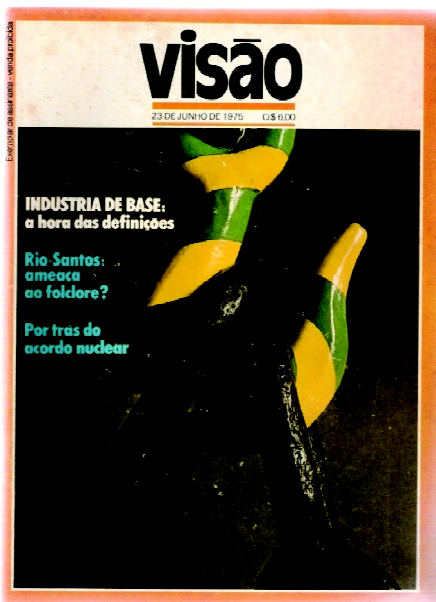
O que temos até aqui é uma expectativa otimista de *Visão* para os rumos tomados a partir do II PND. Mas mesmo neste clima otimista para com uma proposta vinda do Estado, *Visão* não deixou seu perfil de crítica ao Estado de lado, e neste mesmo número da revista, lançou um editorial colocando interrogações sobre se o governo conseguiria colocar em prática a Estratégia. Após vários questionamentos o editorial é finalizado da seguinte forma: “A capacidade e o desejo de engajamento do empresariado estão mais do que comprovados. E o engajamento do Governo em todos os seus escalões – também se mostrará suficiente?”.

Mesmo compartilhando de vários pontos de conexão com a proposta defendida pela ABDIB, *Visão* não deixava de lado sua crítica ao Estado. Vale destacar que o clima otimista apresentado até aqui por *Visão*, também pode ser percebido na ABDIB. Não é a toa que se voltarmos às três etapas do relacionamento entre a ABDIB e o Estado no período de 1974 a 1979, veremos que este momento seria correspondente à fase otimista da relação.

Podemos perceber que o aumento das cobranças pela ABDIB, ao governo, pela execução das táticas do II PND se dá em meados de 1975. É exatamente neste momento que também se inicia em *Visão* o aumento das cobranças sobre o II PND. Vale lembrar ainda na fase otimista da relação indústria de base e Estado.

Em 23/6/1975, *Visão* intitula a capa: Indústria de Base: a hora das definições. Este número *Visão* parece tê-lo elaborado com o auxílio da ABDIB, pois a matéria principal (capa) é elaborada com base nos pronunciamentos e entrevistas feitas com o presidente e vice-presidente da ABDIB, e ambos convidam não somente o governo a definir-se, mas principalmente o setor das indústrias de base.

Figura 3



Fonte: VISÃO, 23/6/1975, capa

Logo no início da matéria de capa intitulada: “Em jogo, o futuro da indústria de base”, *Visão* traz um trecho da carta enviada aos ministros Reis Velloso, Severo Gomes e Mário Henrique Simonsen, e assinada pelos presidentes da ABDIB, Cláudio Bardella, pelo presidente do Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo, Einar Kok, e pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Manuel da Costa Santos.

No trecho da carta destacado por *Visão* as associações manifestam uma *“profunda apreensão quanto à continuidade do programa de substituição de importações e da política de estímulo ao desenvolvimento da indústria brasileira de bens de capital”*. Para

finalizar o parágrafo, *Visão* assume uma postura de “assinatura” do documento ao explicitar que as “*queixas dos industriais parecem realmente procedentes*”.

Ambas as entidades, além de *Visão*, cobram maior intensidade do governo na execução de algumas táticas da Estratégia. Principalmente na substituição de importações e no desenvolvimento da indústria brasileira. Como vimos anteriormente, são exatamente os pontos em que ABDIB e *Visão* convergiram, e ao mesmo tempo engrossam a cobrança para cima do governo quanto à gestão do estado. Mais adiante *Visão* acrescenta que a indústria brasileira sofreu constantemente com o não cumprimento dos pontos propostos pelo II PND, e cita exemplos:

Projetos de grande porte, como os da Hispanobrás, Nipobrás e Italbrás (usinas de minérios de ferro em que o Brasil se associou a espanhóis, japoneses e italianos), merecem despachos que isentam do levantamento prévio de similaridade nacional equipamentos a serem importados: aceitam-se integralmente as normas do Banco Mundial nas concorrências para a terceira etapa do plano siderúrgico, reduzindo-se as possibilidades de fornecimento pela indústria nacional; as negociações com japoneses e italianos para a implantação da usina de Tubarão resultam em não mais do que uns 20% de encomendas à indústria nacional e, mesmo assim, com a predominância de equipamentos de menor conteúdo tecnológico.

Os exemplos mostram que os pontos estabelecidos pelo II PND não estavam sendo cumpridos pelo Governo, e com isso a indústria de bens de capital não se mostrava satisfeita, nem *Visão*. A revista critica que a maior parte dos produtos utilizados na construção das usinas são de procedência estrangeira, o que fere os interesses dela própria e do setor das indústrias de base. *Visão* coloca que os programas de substituição de importações e da política de estímulo ao desenvolvimento da indústria brasileira de bens de capital não estão sendo cumpridos por culpa do Governo.

Não se conseguiu, ao longo dos anos, estabelecer um denominador comum entre Governo e iniciativa privada. De um lado, industriais pretendem assumir papel mais ativo no desenvolvimento da economia brasileira e insistem na necessidade de definições governamentais que, compondo uma política de longo prazo, lhes assegure tranquilidade para investir, por sua vez, o Governo não deixa de reconhecer a conveniência de prestigiar e apoiar o parque industrial instalado no país, mas, na concretização das intenções, caminha a uma velocidade que os empresários considerem insuficientes.

A revista destaca que os industriais estão dispostos e preparados para assumir o papel de desenvolver a economia brasileira, mas que o Estado não permite que isto aconteça, pois este não consegue colocar em práticas os seus projetos.

Transmitindo para o Estado a responsabilidade pelo não cumprimento das reivindicações propostas pelo setor da indústria de bens de capital, *Visão* volta sua crítica ao modo como o Estado gere a economia brasileira.

Feitas todas as contas, os fabricantes nacionais estão convictos de que, apesar das promessas governamentais, não será ainda nessa terceira etapa do plano de expansão da siderurgia que a participação brasileira somará parcela digna de sua capacidade quantitativa e qualitativa de produção.

De acordo com *Visão*, a estratégia proposta pelo II PND não sairia do papel. A indústria de bens de capital não atingiria o patamar desejado, fato que se concretizou anos depois com o racha entre o setor e o Estado.

Seguindo a lógica de readequação da empresa estrangeira, *Visão* aponta para a necessidade de estímulo por parte do Estado para que isto aconteça:

Por enquanto, contudo, sabe-se que as empresas de capital estrangeiro não têm sido estimuladas a investir no desenvolvimento local de tecnologia. Em resumo, atualmente

acontece o seguinte: se podem continuar importando de suas matrizes ou empresas-irmãs equipamento tecnologicamente avançado, para venda no país, as multinacionais não transferem *know-how* em ritmo mais rápido, como também não investem em criação de tecnologia. Recursos que poderiam ser aplicados aqui, com essa finalidade, continuam canalizados para outros países e, assim, alimenta-se um círculo vicioso.

Visão coloca que as empresas estrangeiras não são estimuladas a investir no desenvolvimento de tecnologia no Brasil. A revista nos dá a entender que o desestímulo se dá pelo fato de que não há qualquer limitação às importações, e as empresas não precisariam se instalar no Brasil, afirmação que vai ao encontro das proposições de Hidroservice e ABDIB.

No trecho acima *Visão* critica dois pontos. Primeiro que não há uma readequação da empresa estrangeira até o momento. Segundo que o desenvolvimento tecnológico também não foi impulsionado. Se notarmos, as mesmas críticas levantadas por *Visão* no final de 1974 são reforçadas em meados de 1975. E isto vale também para a ABDIB.

Em finais de 1975, período de transição da fase do otimismo para a fase da inquietação, dúvida e ansiedade (para nos localizarmos também no debate com a ABDIB), vemos esquentar os ânimos de *Visão* para com a Estratégia no assunto que dizia respeito ao desenvolvimento tecnológico no Brasil. Antes de adentrarmos no assunto, vale lembrar que o tema do desenvolvimento tecnológico esteve sempre presente na pauta de reivindicações da ABDIB, até porque a indústria de base necessita e muito do desenvolvimento de tecnologias.

Com a matéria de capa intitulada: Tecnologia nacional pede licença, *Visão* lança o número de 13/10/1975, com o tema do desenvolvimento tecnológico no Brasil. A principal crítica de *Visão* é a de que *“fabricantes de bens de capital e empresas de engenharia consultiva nacionais não têm encontrado os melhores estímulos para tornarem consistente e produtivo o entrelaçamento de seus interesses, na luta pelo desenvolvimento tecnológico nacional”*.

Segundo *Visão* não existem estímulos para o desenvolvimento científico-tecnológico no Brasil, estes estímulos deveriam vir por parte do Estado. E mesmo com a criação do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, uma das ramificações do II PND, o governo ainda não atenderia à necessidade das indústrias de base.

O II PBDCT é mostrado por *Visão* como um plano “*excessivamente abrangente e talvez seja demasiado ambicioso*”, além de “*não favorecer juízos otimistas*”. *Visão* com isto segue o mesmo sentimento já demonstrado pelo II PND, falta de otimismo e desconfiança no plano proposto pelo governo Geisel.

Uma das questões, segundo *Visão*, que não estimulavam o desenvolvimento tecnológico, é a quantia de recursos liberados para o financiamento do desenvolvimento científico tecnológico.

Haveria um aumento dos recursos financeiros em relação ao I PBDCT: anualmente, seriam gastos 900 milhões de dólares no período 1975-77. Contudo, tal soma, embora se prevejam atualizações, mostra-se insuficiente, comparada àquilo que outros países tiveram que alocar ao desenvolvimento tecnológico, tanto na fase de arranque do processo como ulterior.

A crítica ao montante liberado para financiamentos não é nova, e sempre esteve presente tanto na pauta de *Visão*, quanto na pauta da ABDIB, e agora ela aparece unificada à crítica ao desenvolvimento científico tecnológico. Para *Visão*, o que deveria ser feito em matéria de financiamento do desenvolvimento científico tecnológico é:

De fato, para que um país como o Brasil, no atual estágio de progresso, desenvolva a sua própria tecnologia e seja capaz de absorver a tecnologia transferida, é preciso que se lance obstinadamente à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, para os quais o Governo deve contribuir com recursos financeiros a fundo perdido, em uma verdadeira função de Estado. É necessário, também, que promova o desenvolvimento e contínuo

aperfeiçoamento de processos industriais, para o que muito concorrem os financiamentos às indústrias, a longo prazo, a juros baixos ou nulos, com cobertura de riscos, sem exigências descabidas de garantias e com prazos de carência estimados de tal forma que a amortização dos empréstimos se possa fazer quando já for possível introduzi-la no preço dos produtos.

Na realidade o que *Visão* propõe nas entrelinhas é que o Estado injete capital nas indústrias de base e não tenha pressa de recebê-los de volta. *Visão* cobrava do governo Geisel o que havia sido proposto no II PND, ou seja, um investimento total na indústria de bens de capital. A verdadeira função do Estado, segundo *Visão*, é financiar o capital privado, e não criar empresas estatais. Esta é outra preocupação presente em *Visão*:

Finalmente, embora se faça menção à necessidade de fortalecimento da empresa nacional privada, não se definem objetivamente os meios a serem aplicados na sua mobilização e engajamento na luta pelo desenvolvimento tecnológico. E aqui já se esboça um risco, o de tal indefinição levar à ampliação da área de cultivo da “teoria dos espaços vazios” deixados pela iniciativa particular, com o que se acabaria “justificando” também a estatização do desenvolvimento tecnológico.

Além das críticas alinhadas à ABDIB, *Visão* não perde de vista seu caráter neoliberal, e aproveita para colocar como um dos riscos ao desenvolvimento tecnológico a presença do Estado na economia. Para a revista, mesmo que o Estado fizesse menção ao fortalecimento do capital privado, os setores burgueses envolvidos no desenvolvimento tecnológico deveriam ficar em alerta, pois o Estado estaria disposto a estatizar todo o desenvolvimento tecnológico.

Esquentados os ânimos entre ABDIB/Indústrias de base e Estado em finais de 1975, vemos que no início de 1976 ao invés do clima esfriar o relacionamento esquentou ainda mais. O início do ano de 1976 é marcado pelo começo da segunda fase do

relacionamento entre ABDIB/Indústrias de base e o Estado, a fase denominada de *Inquietação, dúvida e ansiedade*.

Visão mostrou sempre presente nas críticas um toque do neoliberalismo, a revista não poupou críticas à administração Geisel e ao II PND. Ao mesmo tempo em que o relacionamento ABDIB/Indústrias de base e o Estado, adentrava a fase denominada de *Inquietação, dúvida e ansiedade*, o posicionamento de *Visão* começava a se afastar das críticas elaboradas por ABDIB/Indústrias de base neste momento.

Em plena segunda fase do relacionamento ABDIB/Indústrias de base e Estado, *Visão* lança críticas ao modelo de “fortalecimento da perna fraca do tripé”, lançado pelo II PND. Para *Visão*:

Então, assentados os dois pés gigantes do tripé – estatais e multinacionais –, buscou-se criar a “grande empresa nacional”, pois só ela terá condições e status para se constituir no terceiro pé (gigante) do tripé.

Como tudo isso se deve ao modelo de desenvolvimento escolhido – moldado na extrema dependência das importações –, atribuiu-se ao empresariado nacional a culpa pelo atraso no desenvolvimento da indústria de base. E, como se trata de setores (como siderurgia, bens de capital, petroquímica, papel e celulose) que exigem pesados investimentos, o atraso só poderia ser compensado com fortes oligopólios atuando no setor. O que “justifica”, mais uma vez, para as autoridades, a presença do tripé. Sempre dentro do princípio de que “o que o Estado não puder ocupar, deve, necessariamente, controlar”.

Visão atenta para o fato de o tripé ter sido elaborado devido ao plano econômico desenvolvido pela ditadura. E que os formuladores do II PND atribuem a culpa pelo fracasso do modelo (tripé) ao atraso do desenvolvimento das indústrias de base.

Esta crítica ainda não havia aparecido nos pronunciamentos das indústrias de base, mas serviu para *Visão* fortalecer sua tese neoliberal, de que é o Estado que enfraquece a “empresa nacional”, e que a participação do Estado na economia deveria ser

mínima. E o modelo do tripé não é o mais adequado, pois de acordo com *Visão*, o Estado, uma das pernas do tripé, não deveria ter tanta importância no cenário econômico.

Com a crítica ao tripé, *Visão* acaba por atacar dois aspectos mais antigos de sua bandeira. De um lado ela critica a intervenção do Estado na economia, e seu aparelhamento às multinacionais. De outro ela expõe uma crítica às importações, lembramos que esta bandeira também é levantada pela ABDIB.

Como já colocamos acima, o período de 1976 é marcado pelo acirramento em *Visão* da Campanha Antiestatizante, e de início de 1976 até setembro deste ano da fase em que a ABDIB intensifica suas críticas ao II PND e ao Estado. Mas ambas as entidades começam a afastar o conteúdo de suas críticas, justamente pelo fato de *Visão* intensificar seus esforços na Campanha Antiestatizante.

Fato curioso é destacado por Guido Mantega, a importância que a Campanha Antiestatizante teve para o setor das indústrias de base:

Dessa maneira, foi tomando corpo um movimento que reivindicava a liberalização econômica e política do Estado brasileiro. Curiosamente, esse movimento contra a estatização, que, portanto, deveria ser capitaneado pelos liberais em matéria econômica, acabou beneficiando os empresários nacionais de bens de capital, justamente aqueles que mais lucravam com as diretrizes intervencionistas do II PND. (MANTEGA, 3/1997. p. 42.)

Segundo Mantega, a Campanha Antiestatizante serviu muito bem aos interesses dos industriais de bens de capital, ao contrário do que se pudesse parecer, e do setor das indústrias de base não concordar com as críticas feitas pelos integrantes da Campanha. As indústrias de base dependiam dos investimentos estatais, mas não da intervenção direta do Estado na economia, e sim da compra, principalmente, de seus produtos.

Caminhando para o final de 1976 vemos o relacionamento

ABDIB/Indústrias de base e Estado entrar na terceira e última fase, a fase do rompimento, e vemos os conteúdos das críticas de *Visão* e da ABDIB se distanciarem um pouco mais. *Visão*, do final de 1976 para os anos seguintes, mais precisamente no ano de 1977, intensifica suas críticas em torno do projeto neoliberal.

O II PND teve influência direta nas posições do neoliberalismo de *Visão*/Maksoud, principalmente entre 1974 e 1976. Isto se deve pelo fato de Maksoud ter uma ação capitalista empresarial bastante variada, e uma de suas principais empresas fazer parte do setor privilegiado pelo II PND, a Hidroservice. Ainda, *Visão*/Maksoud esteve sempre em contato com a ABDIB, principal órgão de representação das indústrias de base, através da Hidroservice, que fazia parte do quadro associativo da ABDIB.

A relação de *Visão* com a ABDIB parecia não se sustentar, de um lado *Visão* difundindo o neoliberalismo no Brasil, de outro a ABDIB que defendia os interesses de uma fração que sempre necessitou da participação econômica do Estado para se manter, mas que nunca deixou de criticar as ações do Estado.

O que aconteceu neste período é que mesmo fazendo parte do quadro associativo da ABDIB, através da Hidroservice, *Visão* nunca entrou em consenso ideológico com as propostas da instituição, manteve-se sempre crítica ao II PND, assim como a ABDIB também se manteve crítica ao Plano, chegando ao ponto de romper com o II PND, estratégia que privilegiava sua fração de classe.

Foi a partir do principal setor privilegiado pelo II PND que surgiram as críticas mais contundentes ao II PND e ao regime autoritário. É da própria indústria de bens de capital que surgiram manifestações como a “rebelião empresarial”, que posteriormente se transformaria no movimento do Primeiro Documento dos Empresários, crítico ao modelo de Estado brasileiro.

Apesar de tanto ABDIB quanto *Visão* se mostrarem críticos à estratégia do Estado brasileiro, não podemos perder de vista a diferença entre ambas as propostas. E as diferenças entre *Visão* e

ABDIB se acirram após o ano de 1976. *Visão* buscava intensificar seus esforços para a difusão do projeto neoliberal para o Brasil. O período de 1976 é marcado pelo acirramento em *Visão* da Campanha Antiestatizante, e de início de 1976 até setembro deste ano da fase em que a ABDIB intensifica suas críticas ao II PND e ao Estado. Mas ambas as entidades começam a afastar o conteúdo de suas críticas, justamente pelo fato de *Visão* intensificar seus esforços na Campanha Antiestatizante.

De acordo com os indícios que temos, percebe-se a diferença no viés crítico de *Visão* e ABDIB, mas uma dúvida inquietante ainda permanece: será que o projeto proposto por ambas às instituições era tão distante quanto parecem? Uma vez que, como o próprio Mantega nos relatou acima, é da própria esfera da fração burguesa das indústrias de base que surgem as principais críticas ao modelo de estado pregado pela ditadura civil militar brasileira. Mas esta dúvida nos instiga a uma nova pesquisa.

A partir desta conjuntura histórica brasileira *Visão* buscou cada vez mais angariar mais interessados ao projeto neoliberal. Se por um lado o Complexo Empresarial Maksoud adentrava em vários terrenos de ação econômica, como é o caso da indústria de bens de capital, possibilitando assim que o projeto defendido por Maksoud viesse a atingir os mais variados setores da economia. Por outro lado a realidade brasileira ainda não estava preparada para a dilatação do neoliberalismo no Brasil.

Mesmo carregada de viés ideológico, *Visão* por vários momentos defendeu o projeto da fração de classe das indústrias de base. Mostrando assim a ação partidária da ABDIB junto às indústrias de base. Por outro lado, o papel organizador e difusor em prol do desenvolvimento neoliberal no Brasil do aparelho privado de hegemonia *Visão*, distanciou a revista de seu agente partidário de classe, a ABDIB.

O fato que devemos levar em conta é que as críticas, articuladas dentro de *Visão* e da ABDIB, movimentam toda a estrutura crítica da burguesia industrial brasileira neste momento,

e acarretam, posteriormente, na montagem do Primeiro Documento dos Empresários, importante mecanismo de classe para as discussões que sucedem os encaminhamentos da economia brasileira em fins de regime civil militar.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

CRUZ, Sebastião Velasco. *Empresariado e Estado na Transição Brasileira - Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-77)*. SP, Unicamp/Fapesp, 1995.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política e golpe de classe*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2006.

FONSECA, Francisco César Pinto da. *A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento (Revista Visão e Jornal O Estado de São Paulo)*. Dissertação de Mestrado UNICAMP, 1994.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Teses FEE Nº 6. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre, 2003.

HIDROSERVICE ENGENHARIA LTDA. *Quem Somos*. Dados coletados no site: <http://www.hidroservice.com.br/hidrofr.htm> acessado em 21 de junho de 2013.

JORGE, V. L. Visão. In: ABREU, A. A. [et al.] (Coord.). *Dicionário Histórico-bibliográfico brasileiro pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v., p. 6098-6099.

LESSA, Carlos. *A estratégia do desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso*. 2º edição. UNICAMP. Campinas, 1998.

MAKSOUND, Henry. *Biografia: Henry Maksoud*. Dados coletados no site: http://www.maksoud.com.br/HM_Port01.htm acessado em 10 de julho de 2008.

MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

MANTEGA, Guido. *O Governo Geisel, o II PND e os Economistas*. ESESP/

FGV/NPP. Relatório de Pesquisa nº 3/1997.

MENDONÇA, Sonia Regina de. e FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. 4ª edição. Série Princípios. Editora Ática. São Paulo, 2001.

NERY, João Elias. Páginas de Cultura, Resistência e submissão: livros na revista *Visão* (1968-1978). IN: *Revista Em Questão*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, jul/dez 2007.

VISÃO. Julho de 1974 a janeiro de 1979.

COBERTURA DA REVISTA *VEJA* SOBRE A ATUAÇÃO E LUTA DAS ORGANIZAÇÕES COMBATIVAS (CUT E PT) DA CLASSE TRABALHADORA NOS ANOS DE 1985 A 1989

Suzane Conceição Pantolfi Tostes

Neste texto será abordado de que forma e com quais intenções a revista *Veja* fez a cobertura sobre a atuação das organizações combativas da classe trabalhadora, no caso a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o PT (Partido dos Trabalhadores), durante os anos de 1985-1989 (período chamado de “Nova República”). A análise e a averiguação foram focadas no discurso da revista em relação as nas lutas e conflitos gerados entre as organizações da classe trabalhadora (CUT e PT) no embate com os patrões.

O período do recorte feito para análise na pesquisa compreendeu um momento de grande mobilização e organização dos movimentos sociais e outras formas de organização da classe trabalhadora no Brasil (1985-1989). As organizações que mais ganharam destaque no cenário nacional na década de 1980 foram: o PT e a CUT, por isso, a justificativa da escolha dessas organizações para analisar a atuação, os embates e conflitos enfrentados por eles.

A discussão apresentada esteve circunscrita à análise do discurso da revista *Veja* sobre como a mesma caracterizou, denominou e construiu os textos para “noticiar” as manifestações das organizações da classe trabalhadora (CUT e PT).

Os trabalhadores, durante o período de 1985-1989, organizaram várias manifestações: greves, paralisações e piquetes para protestarem contra as medidas econômicas do governo e contra a precariedade de seus serviços, os salários baixíssimos e o

custo de vida alto. A classe trabalhadora, na década de 1980, passou por um processo de intensa organização política, que permitiu a ela criar organizações sindicais extremamente combativas.

UMA BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO E O SURGIMENTO DA CUT E DO PT

O PT (Partido dos Trabalhadores) foi criado na década de 1980 e tinha por objetivo, segundo David Maciel:

A principal demanda presente na criação do PT era a autonomia política e organizativa dos trabalhadores diante do Estado dos “patrões” e dos “partidos dos patrões” através da constituição de um instrumento político específico dos trabalhadores, que superasse sua ação corporativa e os inserisse na arena da disputa política (MACIEL, 2004, p. 253).

O PT era a consolidação de um desejo dos trabalhadores de terem um partido político que realmente os representasse e lutasse para avançar nas reivindicações da classe trabalhadora, pois os ditos “partidos dos patrões”, não os representavam e só procuravam os trabalhadores para pedirem votos e nada mais.

A constituição dos núcleos do PT, segundo David Maciel, realizavam-se:

Apesar de não serem reconhecidos pela legislação partidária, os núcleos eram considerados a base de toda a estrutura petista, podendo ser formados por local de moradia, local de trabalho, categoria profissional e por movimentos sociais, e devendo ser compostos por 21 militantes, no mínimo (MACIEL, 2004, p. 254).

A base do Partido dos Trabalhadores era a própria classe trabalhadora, pois poderiam formar núcleos de base todos os

trabalhadores, a única exigência do partido era que cada núcleo tivesse no mínimo 21 membros. É importante ressaltar também que o PT não era somente um partido que representava os trabalhadores urbanos, também representava os trabalhadores do campo.

De acordo com o livro organizado pelos membros da CUT, publicado pela editora Vozes no ano de 1990, a Central Única dos Trabalhadores foi fundada em:

Em 28 de agosto de 1983, 5.247 delegados criaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT). O palco dos acontecimentos só podia ser São Bernardo, onde desde 1978 realizavam-se longas e repetidas greves de dezenas de milhares de metalúrgicos. Os atores desse grandioso espetáculo são os trabalhadores brasileiros, da cidade e do campo, vindos de todos os estados e territórios do país (GIANNOTTI, 1990, p. 9).

O autor Gianotti ressalta que a CUT era composta de trabalhadores da cidade e do campo. Isto mostra que a central sindical tinha por compromisso lutar pelas melhorias nas condições de trabalho tanto no campo quanto na cidade. A central sindical nasceu das mobilizações da classe trabalhadora na década de 1970 por melhores condições de trabalho e de sobrevivência. Segundo Giannotti, as características principais da CUT eram:

O congresso de fundação da CUT criou uma central com uma característica bem clara: negação da dependência ideológica e organizativa do governo e da burguesia. Negação do pacto social. Afirmação de um sindicalismo de ampla mobilização de massas, um sindicalismo livre e classista. Um sindicalismo que não aceita acomodar-se à sociedade capitalista existente, e que aponte para um socialismo como superação da exploração do homem pelo homem (GIANNOTTI, 1990, p. 14).

A central sindical - CUT foi fundada para se contrapor às organizações sindicais ligadas e atreladas ao Governo e aos patrões.

A CUT tinha por objetivo maior a superação do sistema capitalista e a busca pelo socialismo.

Para uma pesquisa mais abrangente sobre o PT, recorrer a alguns historiadores como: ALMEIDA, COELHO E MACIEL que em seus trabalhos nos apresentam uma vasta documentação a respeito da organização, já sobre a CUT recorrer ao ALMEIDA e ao GIANOTTI. A partir dessa bibliografia pode-se perceber que todas as organizações apresentavam projetos sociais que as norteavam e também, (tinham o) como intuito de dar um rumo à sua classe, como no caso da CUT. Portanto, nesse período as organizações da classe trabalhadora eram de luta e de combate.

ANÁLISE DAS MATÉRIAS DA REVISTA *VEJA* A RESPEITO DA COBERTURA QUE A MESMA FEZ SOBRE AS O PT E A CUT

A pesquisa buscou perceber por meio da análise das matérias como se deu a cobertura feita pela revista *Veja* sobre a atuação das organizações dos trabalhadores, no caso o PT e a CUT. As principais matérias referentes aos trabalhadores envolveram questões como as greves e o Pacto Social que o Governo Sarney tentou estabelecer desde seu primeiro ano de gestão até o último para poder ter uma trégua nas mobilizações dos trabalhadores.

O ano de 1985 foi marcado pela posse de um presidente civil (eleito pela via indireta), no caso Tancredo Neves, e pelo aumento das greves, manifestações organizadas pela classe trabalhadora para reivindicar reajustes salariais, diminuição da jornada de trabalho e melhorias nas condições de trabalho.

As matérias da revista *Veja* selecionadas para análise, nesse texto, abordavam questões referentes às greves e ao Pacto Social, quando mencionava a classe trabalhadora, isso se deu pelo fato de que o país estava passando ainda por uma crise econômica. As conseqüências vivenciadas pelos trabalhadores eram: índices elevados da inflação, arrocho salarial, entre outros fatores. Esta

crise econômica pela qual o país estava passando, atingiu principalmente a classe trabalhadora, por não terem seus salários corrigidos de forma correta e justa com base nos índices de inflação. Devido ao descaso por parte do governo federal, estadual e dos empresários (patrões), os trabalhadores se organizaram e decretaram greve para assim poderem ter condições de assegurar alguns avanços.

Veja ao noticiar e construir a matéria sobre a greve dos metalúrgicos no ABC paulista, que foi conduzida pela CUT, do dia 17 de abril de 1985, concentrou-se em mostrar muito mais as consequências da greve para os empresários, do que propriamente dito apresentar os motivos da realização da greve pelos trabalhadores. Mesmo tendo como título o destaque para a organização dos trabalhadores: “Prova de Resistência: quase 250.000 metalúrgicos do grupo de São Bernardo fazem uma greve sem piquetes e sem violência”, a revista inverteu a notícia de destaque, pois priorizou muito mais, em sua reportagem, as consequências para os patrões por causa da greve. Houve uma inversão de importância na construção do texto da matéria; além, é claro, de descaracterizar os grevistas. Os trechos em que a revista falou da mobilização dos trabalhadores foram:

Na manhã de quinta-feira passada, os galpões e pátios das grandes montadoras de automóveis e caminhões de São Bernardo, Santo André e São Caetano amanheceram desertos. A novidade, desta vez, era uma greve praticamente sem piquetes e sem ocupações de fábrica. Os trabalhadores ficaram em casa, naturalmente desfrutando o conforto de terem, em sua grande maioria, recebido seus salários na véspera, dia 10 (*Veja*, 17/04/1985, p. 34).

No trecho acima, pode-se perceber que a revista deu destaque ao fato da greve ter ocorrido sem piquetes e ocupações de fábrica, como já foi lembrado no subtítulo da matéria. Se nos prendermos a esse detalhe da matéria, podemos inferir que a

revista *Veja* associa greve a movimento em porta de fábrica, trabalhadores nas ruas, não compreende greve como um movimento de muitas táticas de realização. *Veja* foi sarcástica, deu ênfase à atitude dos trabalhadores, alegando que eles teriam ficado em casa para poderem aproveitar seus salários que haviam recebido um dia antes da greve. A revista tentou inferir que os trabalhadores só se manifestavam em porta de fábricas quando não tinham dinheiro na mão. Com esta interpretação, a revista descaracterizou a greve dos metalúrgicos, pois, em nenhum momento da matéria, ela entrevistou algum grevista para saber o porquê da tática de greve ter sido a de ficar em casa.

A revista na maior parte da matéria se deteve a mencionar os prejuízos que essa greve estava causando aos empresários, se utilizando da fala tanto de empresários quanto da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, para quantificar esses “prejuízos”.

Em outro trecho da matéria a revista *Veja* fez questão de atacar a forma de organização do movimento de greve dos trabalhadores no ABC paulista, mostrando algumas atitudes dos mesmos, dizendo:

O único entrevero mais sério da greve acabou acontecendo paradoxalmente onde ela parecia mais tranquila: em São José dos Campos e redondezas. Ali, dos 35.000 metalúrgicos, pararam 20.000.

Eles entraram nas fábricas, bateram ponto e foram jogar futebol, conversar ou dormir (*Veja*, 17/04/1985, p. 36).

Veja com esse trecho acaba se contradizendo, quando havia afirmado que os trabalhadores haviam ficado em casa “desfrutando dos seus salários” no dia da greve. Porém na construção de seus argumentos para deslegitimar as formas de mobilização da classe trabalhadora a revista decidiu mostrar que os trabalhadores que na cidade de São José dos Campos foram aos locais de trabalho, bateram ponto, mas não ocuparam seus postos de trabalho, foram fazer outras atividades não relacionadas aos

seus trabalhos, associando a idéia de que fazer greve e ficar sem fazer nada ou trocar o trabalho pelo lazer. Com isso podemos inferir que a revista tinha como objetivo construir uma matéria que mostrasse as consequências da greve e ao mesmo tempo em que se desqualifica as atitudes dos trabalhadores em greve.

Na última página da reportagem sobre a greve em São Bernardo, a revista exibiu um box em que mencionou relatos de outras greves pelo país, numa atitude de alertar que havia “um surto de greves” (*Veja*, 17/04/1985, p. 36). No box, ainda havia um trecho em que o Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT), teria dito que a CUT e o PT estavam envolvidos na organização das greves no estado. A revista, ao se utilizar da fala do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT), para comentar sobre as greves, tinha o objetivo de mostrar que existiam divergências entre os partidos de esquerda sobre a questão greve. A revista também teve o intuito de mostrar que mesmo um governador que se dizia de esquerda condenou as greves que surgiram no estado em que governava, ou seja, quando se está no governo todo mundo vira “direita”.

Na matéria do dia 8 de maio de 1985, a revista *Veja* dedicou a seção Brasil, de maior destaque na revista, para tratar do assunto greve. Foram destinadas oito páginas para abordar este assunto. Isso porque, as greves no Brasil, mesmo após o final da ditadura militar, não cessaram. Ocorreram diversas manifestações dos trabalhadores para reivindicar melhores condições de trabalho, aumento no valor dos salários, diminuição das longas jornadas de trabalho, entre outras reivindicações. Outro motivo que parece relevante, no que diz respeito à opção da revista *Veja* em abordar as matérias referentes às greves no Brasil, foi o intuito de alertar aos governantes sobre a expansão e a dimensão que as greves estavam tomando no país.

Veja logo no título dado para matéria, do dia 08 de maio de 1985, já se utilizou do sarcasmo para desqualificar as greves

organizadas pelos trabalhadores em várias cidades do país. Usando a expressão “A febre paralisante”, a revista caracterizou a greve como uma doença muito grave, pois a denominou de febre paralisante. Pode-se inferir que a revista, muito mais que criticar a greve com essas palavras, estava, sim, alertando para as possíveis consequências que a greve poderia ocasionar, como no caso, a “paralisia” do país.

Veja, em sua longa matéria, descreveu como ficou o país em alguns lugares devido às greves organizadas por várias categorias profissionais, algumas greves de serviços chamados “essenciais” como os meios de transportes dos grandes centros, mas sempre com o intuito de reprovar a greve organizada pelos trabalhadores, como no seguinte trecho:

Na semana passada, a paisagem formada por empresas paralisadas, aviões impedidos de decolar, ônibus depredados, túneis do metrô desertos e guaritas de vigilantes abandonadas era a parte visível do vasto painel das greves pelo país – uma evidência de que **dezenas de sindicatos haviam preferido, em vez de subscrever o pacto** de contornos indefinidos sugerido por Tancredo, **sustentar suas reivindicações com o mais poderoso dos instrumentos de pressão disponíveis** (*Veja*, 08/05/1985- p. 36, grifos meus)

A revista, em nenhuma outra parte da matéria, voltou a tocar no assunto do Pacto Social, sugerido por Tancredo Neves antes de assumir o poder, no começo do ano de 1985. O Pacto social do qual a revista só fez menção sem explicações, foi uma tentativa de se chegar a um acordo entre empresários, trabalhadores e o governo. A intenção do pacto social era que ocorressem aumentos salariais aos trabalhadores sem acréscimos nos produtos e que as greves fossem cessadas. Porém, os trabalhadores não aceitaram este pacto, pois não iria beneficiá-los e quem sairia ganhando com este pacto social seria o governo e os empresários. Os trabalhadores tiveram toda esta desconfiança sobre o Pacto Social em 1985, pois o governo não deixou claras as

propostas que iriam nortear esse pacto, era tudo muito vago. O que acabou deixando a classe trabalhadora ainda mais desconfiada foi que os empresários industriais estavam apoiando e muito essa proposta de pacto. (MORAIS, 1986).

Veja ainda denominou a greve de “o mais poderoso dos instrumentos de pressão disponíveis”, ou seja, a revista reconheceu o poder da organização dos trabalhadores através das greves, mesmo não concordando com sua aplicação. Ao analisar a revista, pode-se constatar que a mesma caracterizou a greve com vários adjetivos para alarmar o perigo que era. Na tabela abaixo, é possível verificar os adjetivos usados por *Veja* para denominar as greves:

Os adjetivos atribuídos por *Veja* para caracterizar a palavra greve.

Os adjetivos atribuídos por <i>Veja</i> para caracterizar a palavra greve.	
ADJETIVOS	DATA
Surto	17 de abril de 1985
Febre paralisante	08 de maio de 1985
Anomalia	08 de abril de 1987
Selvageria	12 de abril de 1989

Em outro trecho da matéria a revista ao trazer dados referente a greve, tenta ao mesmo tempo diminuir e enfraquecer o movimento, comentando:

Desde 15 de março passado, quando o presidente José Sarney chegou ao Palácio do Planalto, 16 categorias profissionais entraram em greve em nove Estados, **fazendo com que 400.000 trabalhadores cruzassem os braços. Modestos para países com larga tradição sindical, são números suficientemente gordos para excitar a imaginação de militantes como Jair Meneghelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. “Vamos parar o Brasil de norte a sul”, prometeu Meneghelli**, ao discursar na manifestação de 1 de maio que reuniu cerca de 20.000 pessoas na praça da Sé, em São Paulo (*Veja*, 08/05/1985, p. 36, grifos meus)

Veja ao construir a matéria tentou desconsiderar os 400.000 mil trabalhadores em greve, afirmando que esse número de trabalhadores era “modesto”, pois ao construir seu argumento fez uma comparação entre o movimento sindical do Brasil com o dos países de tradição sindical, ou seja, países da Europa. Dando continuidade a desvalorização sobre o movimento dos trabalhadores grevista no país, *Veja* ao publicar a fala de Jair Meneghelli, o fez de forma debochada, inferindo que era uma ilusão dizer que iriam parar o país de norte ao sul com greves.

A revista continuou a construção de sua matéria com o propósito de continuar desqualificando os movimentos sindicais que estavam na organização das greves que ocorriam no país, dizendo que:

Na semana passada, era possível colher muitos outros indícios de que a visão de um Brasil imobilizado pelos sindicatos ainda pertence **ao mundo da fantasia**. Antes disso, por exemplo será necessário providenciar uma improvável trégua entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ligada ao Partido dos Trabalhadores, e a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), orientada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), linha soviética, e pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), linha albanesa. (...) As **profundas cisões** existentes no movimento sindical não favorecem ações conjuntas – ao contrário, obrigam cada sindicato a valer-se de recursos próprios na tentativa de dobrar os empresários. Entregues a essa solidão, alguns deles sucumbem (*Veja*, 8/5/1985, p. 36-37, grifos meus).

A revista *Veja* neste trecho da matéria, afirmou que a visão dos sindicalistas de verem o Brasil imobilizado pelas greves era uma ilusão. Ao afirmar isso, *Veja* se utilizou do seguinte termo para caracterizar essa visão dos sindicalistas como “ao mundo da fantasia”. Também foi possível analisar que, neste fragmento da matéria, a revista se utilizou das diferentes correntes sindicais trabalhistas existentes no país, para alegar que a fragmentação dos sindicatos não contribuía para realização de atividades em

conjunto e isso gerava a fraqueza dos movimentos. Mais uma vez ficou perceptível que *Veja* não concordava com as greves e, mesmo quando noticiava as greves, arranjava um jeito de apresentar as organizações sindicais de modo pejorativo. A revista, em sua matéria, mencionou que havia “profundas cisões no movimento sindical”, porém não fez menção a essas cisões e o porquê da existência delas.

De acordo com o historiador Gelsom Rozentino de Almeida, as divergências entre a CUT e a Conclat, davam-se sobre os seguintes aspectos: unicidade, o imposto sindical, a função das federações e confederações, a questão da greve (ALMEIDA, 2011, p. 117). Ou seja, as divergências existiam e se davam com relação à prática das centrais na luta e reivindicação por melhorias para os trabalhadores, portanto, tratava-se de serem mais ou menos combativos. Com essa atitude de focar na “fragmentação” do movimento sindical, *Veja* tinha por intenção, como ficou perceptível nessa matéria, de que queria diminuir, enfraquecer o poder dos movimentos grevistas e sua tática para isso foi se apegar nas divergências existentes dentro do movimento sindical brasileiro e dar uma enorme conotação.

Veja ao longo do ano de 1985, veio noticiando as greves que foram acontecendo no país de uma forma pejorativa, pois sempre tentava desconstruir o movimento grevista, apelando para caracterizações negativas sobre a greve e sobre as lideranças que estavam encabeçando as greves. A revista construiu ao longo do ano de 1985 uma imagem perigosa da central sindical CUT, por causa da ligação da central às inúmeras greves desencadeadas em vários locais do país. Tanto é que no mês de dezembro do ano de 1985, *Veja* aproveitou para alertar o crescente número de sindicatos filiados à CUT. Logo no título da matéria do dia 18 de dezembro de 1985, *Veja* ridicularizou os trabalhadores filiados a CUT dizendo: “**O rugido da fábrica** - Um documento da CUT que fala em greve geral e mudança no poder assusta o governo.” A revista no título, inferiu que os trabalhadores filiados a CUT eram

animais ferozes, mais precisamente leões, ao dizer “O rugido da Fábrica”, pois são os leões que emitem o som do rugido para mostrar sua força, mas só o fazem quando se sentem ameaçados com o intuito de intimidar.

Na matéria do dia 18 de dezembro de 1985, além de ter trazido no título um alerta, embora de forma ridicularizada, *Veja* começou sua matéria atribuindo algumas características a CUT, afirmando que:

Na semana passada uma parte do governo José Sarney convenceu-se de que **nem todas as siglas existentes no céu da política estão dispostas a colaborar com a estabilidade do novo regime**. Adversária declarada do governo, que pretende encerrar no final do ano que vem, apoiada em 1.000 sindicatos e porta-voz formal de 12 milhões de empregados, a Central Única dos Trabalhadores, CUT, é vista como uma pequena fortaleza cheia de diamantes (*Veja*, 18/12/1985, p. 38, grifos meus).

No trecho apresentado acima, *Veja* alerta que o governo não estaria recebendo apoio ao afirmar que “nem todas as siglas existentes no céu da política estão dispostas a colaborar com a estabilidade do novo regime.” Primeiramente temos que entender que a revista ao afirmar “nem todas as siglas existentes no céu da política”, na verdade estava querendo se referir somente a classe trabalhadora, mais precisamente a CUT e em alguma medida ao PT (já que para *Veja*, a CUT era uma extensão do PT). Outro elemento que deve ser desconstruído é essa noção de que há colaboração entre classes antagônicas, pois não existe. A classe trabalhadora, principalmente nesse momento de crise econômica vivenciada no Brasil, não “colaborou”, pois essa tal colaboração só seria benéfica para o governo e para as frações da classe burguesa, pois quem produz é a classe trabalhadora e é somente ela que sofre as consequências mais drásticas das crises econômicas dentro do Sistema Capitalista.

Mais um aspecto interessante para ser observado e analisado

nesse trecho, é a questão de *Veja* não ter economizado no adjetivo para caracterizar a central sindical, CUT, denominando-a de “adversária declarada do governo”. Para a revista, eram adversárias do governo as organizações que se manifestavam contra medidas do governo e trabalhadores que decidiam realizar greves para poderem ter a chance de conseguirem melhorias salariais, que freassem a exploração causada pelo capital. Toda e qualquer organização que se coloque colocasse contra o andamento da consolidação do capital e das práticas capitalistas no país deve deveria ser advertida. *Veja* fez uma descaracterização da ação de classe, no caso, da classe trabalhadora.

Em outro trecho da matéria ainda do dia 18 de dezembro de 1985, *Veja* não satisfeita com as acusações e caracterizações que estava fazendo sobre a CUT, continuou a mostrar de forma perigosa o documento elaborado pela CUT, dizendo que:

Um dos ministros, o general Leônidas Pires Gonçalves, lera todo o documento, intitulado “A Conjuntura Nacional”, e preocupara-se. Nele, o comando da CUT do ABC, centro nervoso da entidade e de todo o sindicalismo brasileiro, estabelece seus planos para o ano que vem. Em cinco capítulos, 344 delegados que representavam perto de 400.000 trabalhadores anunciaram que se dispõem a sepultar o mandato do presidente José Sarney até o final de 1986, recusam qualquer pacto social “ou o nome que se queira dar” a ele - e pretendem construir “uma alternativa de poder” para o país. **Dez anos atrás, um documento como este poderia levar seus autores ao DOI-CODI. Agora, pode levá-los à Justiça.** (...) Para um dos ministros militares que discutiram o assunto com Sarney em Brasília, o documento pode funcionar como um estímulo a uma sublevação contra o governo (*Veja*, 18/12/1985, p. 38, grifos meus).

A revista dando continuidade as anteriores publicações feitas com relação a CUT, a apresentou de forma perigosa usando adjetivos e verbos para caracterizar suas ações como, por exemplo: “nervoso – sepultar”, tentando alertar para o objetivo da CUT com o seu documento entregue para o governo. Mas o que mais chamou

atenção nesse trecho foi a parte grifada, na qual *Veja* se remeteu a central de polícia e investigação da Ditadura Militar no país, quando afirmou: “Dez anos atrás, um documento como este poderia levar seus autores ao DOI-CODI. Agora, pode levá-los à Justiça”, o que podemos em alguma medida inferir foi que a revista quis dizer que no período da Ditadura Militar um documento elaborado por um Movimento dos Trabalhadores teria como consequências a repressão dos seus autores e que na “Nova República” esses mesmo trabalhadores iriam ser julgados pela Justiça. Ou seja, parece que a revista era a favor das práticas do DOI - CODI e suas formas punitivas a classe trabalhadora, por estes se colocarem contra ao governo.

A revista *Veja*, em sua penúltima publicação do ano de 1985, destinou a seção Brasil para dar continuidade na construção de um discurso de alerta e preocupação com relação à CUT e ao PT. A matéria do dia 25 de dezembro de 1985 fez algumas menções ao Partido dos Trabalhadores, dizendo que:

Em 1979, o Partido dos Trabalhadores cabia numa cela do DOPS. Sua bancada de cinco deputados federais, a menor do Congresso Nacional, pode se reunir dentro de um Fiat. Mas depois de 15 de novembro, quando quebrou o encanto do PMDB paulista e conquistou a prefeitura de Fortaleza, quinta cidade do país, o PT entrou para o reino da prosperidade. **Disposto a encerrar o ano com uma grande colheita, Luís Ignácio Lula da Silva, o presidente do partido, desembarcou em Porto Alegre na semana passada para lançar a Campanha de Filiações,** “Se Deus quiser, vamos triplicar ou quadruplicar o nosso número de filiados”, diz Lula (...) Com 320.000 filiados em todo o país, o PT já é do tamanho de Londrina (*Veja*, 25/12/1985, p. 16 grifos meus)

A revista iniciou a matéria, sendo sarcástica para falar sobre o número de filiados do PT ao longo de sua trajetória e mais do que isso, pela segunda vez no ano de 1985 *Veja* se remeteu mais uma vez ao período da Ditadura Militar, quando disse que os membros do PT em 1979 cabiam numa cela do DOPS. Ou seja, podemos inferir que *Veja* estava se referindo ao episódio onde

membros do PT foram presos por estarem organizando a greve no ABC paulista, só que essa atitude do governo no período da Ditadura Militar era uma forma de reprimir as manifestações da classe trabalhadora contra o governo e os patrões, uma ação extremamente truculenta, mas que *Veja* fez questão de abordar e lembrar a ideia/medo dos militares de pijama que a *Veja* ajudou a manter. Outra questão a ser discutida com relação ao trecho apresentado acima, foi a questão da revista ao falar sobre a campanha de filiação que o PT que teria lançado na semana anterior a publicação de *Veja*. Pois *Veja* ao se remeter aos filiados e possíveis filiados do PT os considerou como se fossem produtos do PT, uma vez que disse que: “Disposto a encerrar o ano com uma grande colheita”. Essa frase soou de forma pejorativa e debochada, porque o PT e seu presidente não consideravam os trabalhadores enquanto produtos a serem colhidos e sim sujeitos sociais que podem contribuir para a construção do projeto do partido.

Em outro momento da matéria *Veja* fez ressalvas e alertou para o crescimento da CUT no meio sindical, dizendo que:

Nascida à sombra do PT como uma dissidência minoritária do movimento sindical, a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, fundada com 500 sindicatos, dobrou de tamanho em apenas dois anos de existência. **Além de comandar 400 das 650 greves realizadas no país este ano**, conquistou 550 novos sindicatos (*Veja*, 25/12/1985, p. 16-17, grifos meus).

Veja, neste trecho da matéria, alertou para o crescimento da CUT em apenas dois anos de existência e também fez ressalvas para o número de greves em que a CUT esteve na organização durante o ano de 1985, que foram 400, o que correspondia a 61% do total. Os dados utilizados pela revista serviram para que a mesma pudesse inferir sobre o perigo que a CUT representava, por estar conquistando adeptos de vários sindicatos do Brasil, de forma “radicalizada”, subentende-se.

Em outra parte da matéria do mesmo dia, a revista *Veja* também fez menção ao PT e a suas atitudes no ano de 1985, afirmando que: “Planejando greves, patrocinando ocupações de prédios e de terras ou erguendo foices, a estrela vermelha do PT começa a inquietar o governo do presidente José Sarney” (*Veja*, 25/12/1985, p.18). *Veja* caracterizou as formas de luta do PT como se fossem perigosas, inferindo que essas práticas eram contra a ordem vigente no país. Foi por isso que a revista ainda alertou que o presidente da república estava inquieto com as formas de luta desempenhadas pelo PT.

O ano de 1986 foi marco no Brasil pela tentativa de acabar com a inflação, fragmentar os movimentos da classe trabalhadora (acabar com as greves), fazer a economia do país crescer novamente, eleger os deputados que iriam compor a Assembleia Nacional Constituinte (para elaboração e votação da Nova Constituição). Por conta do cenário político-econômico, apresentado bem sucintamente, foi que no ano de 1986 a revista *Veja* concentrou suas atenções e publicações voltadas para noticiar o novo Plano Econômico - chamado de Plano Cruzado (que teve apoio dos grandes meios de comunicação sociais), apoiando o Plano Cruzado como também, noticiando semanalmente as medidas tomadas pelo governo para implantação do novo Plano Econômico. Contudo, a revista no ano de 1986 publicou matéria referente a CUT e ao PT por duas vezes, sendo que nestas reafirmou o posicionamento que vinha construindo, dizendo que a CUT e o PT eram inimigos e/ou adversários do governo, por organizarem várias greves e colocarem-se contra certas medidas pautadas pelo governo. A revista *Veja* não fugiu de suas colocações já apresentadas anteriormente, quando tentou construir uma imagem negativa da CUT e do PT e ao escrever e comentar, em suas matérias, sobre essas organizações. Tanto é que, na matéria do dia 17 de dezembro de 1986, *Veja* ressaltou o desempenho “desastroso” da CUT na tentativa de greve geral que teria ocorrido na semana anterior, dizendo que:

Era um teste, e as centrais sindicais perderam. A greve geral convocada para a última sexta-feira pela CUT e pela CGT para marcar o protesto contra o pacote econômico de 21 de novembro foi um fracasso. (...) O movimento fracassou redondamente na cidade de São Paulo, onde a CUT e a CGT não conseguiram parar sequer os trabalhadores ligados aos seus mais fogosos sindicatos como o dos bancários ou o dos metalúrgicos. (...) Numa estimativa superficial, pode-se arriscar que, numa população economicamente ativa de 52 milhões de pessoas, pararam, por diversas razões, cerca de 15 milhões de empregados. **Uns porque fazem o que as centrais sindicais determinam, outros porque seus sindicatos ratificaram a greve, muitos porque acharam boa ideia do fim de semana prolongado e uma quantidade incalculável porque, em suas cidades, não havia transporte coletivos** (*Veja*, 17/12/1986, p. 36 grifos meus).

Veja, nesta reportagem, fez questão de apresentar de forma negativa e fracassada a realização da greve organizada pelos trabalhadores. A revista reforçou a ideia de perda ao utilizar a expressão “fracassou” para denominar a ação das centrais sindicais, pois as mesmas não conseguiram atingir seu objetivo que era a realização da greve geral. Porém, a revista fez mais questão de noticiar de forma pejorativa o dito “fracasso” da greve, para atingir a imagem da CUT como uma central forte. Segundo Gelsom Rozentino de Almeida, na greve geral de dezembro do ano de 1986, houve a adesão parcial dos trabalhadores, ou seja, a greve geral aconteceu. É importante colocarmos que a revista além de desconsiderar a realização da greve geral e criticar de maneira pejorativa a CUT, também fez questão de publicar na continuidade da matéria, como apresentamos no trecho acima, alguns dos motivos que segundo ela teriam feito os 15 milhões de empregados pararem no dia proposto para realização da greve. Mas como de costume *Veja* também ridicularizou, fez insinuações dos motivos que levaram os trabalhadores pararem fim de semana prolongado, falta de transporte coletivo, mas nenhum dos motivos apresentados pela revista tinha a ver realmente com as pautas do movimento grevista. Mais uma vez ficou perceptível que a intenção

de *Veja* ao publicar sobre as manifestações organizadas pela classe trabalhadora, tinha como objetivo central, descaracterizar as manifestações com o intuito de diminuir o poder de força das organizações da classe trabalhadora.

Em outra parte da matéria do dia 17 de dezembro de 1986, *Veja* fez questão de publicar a fala de um político sobre a relação entre o PT e a CUT e sobre a caracterização que este fez dessas organizações, dizendo que:

A faca será sistematicamente lançada contra o Partido dos Trabalhadores, que incitou a greve através de seu departamento sindical, a CUT. “O PT não cresceu pela via eleitoral e decidiu ir para rua, e isso é perigoso porque nem eles sabem onde vão parar”, argumenta Maciel. A proposta de acordo vem sendo costurada por Pazzianotto, que começa agora uma rodada de negociações com líderes operários para obter a trégua social com a qual o presidente Sarney sonha, sem êxito, desde os primeiros dias de seu governo. Desta vez, contudo, o governo tem pelo menos uma vantagem: o adversário ao tentar golpear-lo, feriu-se (*Veja*, 17/12/1986, p. 37).

A revista se utilizou da fala do ministro Maciel, para mais uma vez atacar o PT e a CUT. Assim percebemos que *Veja* em alguma medida tirou a responsabilidade da organização da greve da CGT e atribuiu exclusivamente ao PT e a CUT, como percebemos no trecho acima. Podemos inferir que a revista esteve muito mais preocupada em criticar e atacar a CUT, por ter membros do PT, ao se remeter as manifestações organizadas pelos trabalhadores através de suas centrais sindicais. Uma vez que era a CUT, com o apoio do PT, que se colocou em todos os momentos contra as propostas do governo, dos patrões e em favor das pautas dos trabalhadores e isso era um incômodo para a revista *Veja*, ao menos foi o que nos pareceu. Outro elemento que podemos inferir com base no trecho acima tem a ver com a preocupação transparecida pela fala do ministro ao se remeter como se deu o crescimento do PT, que não havia sido pela via eleitoral (ou seja, pela via

institucional), mas sim pelas diversas manifestações organizadas pela classe trabalhadora contra as mazelas que sofriam em decorrência da crise econômica e do arrocho salarial.

Ainda na mesma matéria do dia 17 de dezembro de 1986, a revista apresentou como o governo reagiu, ou melhor, se preveniu frente a greve geral organizada pelos trabalhadores, dizendo que:

O terceiro elemento que levou a greve ao fracasso foi a costura do governo, que, pela primeira vez em muitos anos, dispunha de políticos profissionais para enfrentar uma paralisação. (...) O “grupo da ordem” fechou a Explanada dos Ministérios, em Brasília, e patrocinou uma teatral caravana de blindados pela Avenida Brasil, no Rio de Janeiro, ainda na véspera do dia marcado para a greve. Essas medidas, de caráter intimidativo, surtiram efeito, e na sexta-feira o grupo pouco tinha a fazer. (...) **O trabalho do “grupo da ordem”, acabou se resumindo à exibição da força militar e da disposição do governo de empregá-la** (*Veja*, 17/12/1986, p. 38-39, grifos meus).

Veja, ao construir sua matéria referente a greve geral, fez a opção de primeiramente atacar a organização do movimento grevista, como apresentamos nas páginas anteriores, mostrando que os mesmos não tinham poder de organização e convencimento para conseguir adesão dos trabalhadores à greve. Porém o que a revista não publicou desde o início de sua matéria foi que o governo como forma de se precaver contra a greve geral, montou o chamado “grupo da ordem”. Esse tal “grupo da ordem”, liderado pelos militares, tiveram como objetivo intimidar os trabalhadores, para que não aderissem à greve geral proposta e organizada pelas centrais sindicais CUT e CGT. E o mais impressionante é que *Veja* em sua matéria fez questão de relatar as atividades feitas pelo grupo da ordem e ainda ressaltou essa tática do governo afirmando que: “O trabalho do “grupo da ordem”, acabou se resumindo à exibição da força militar e da disposição do governo de empregá-la”. Ou seja, a revista em alguma medida, pela forma como mostrou as “formas de precaução” adotadas pelo governo (que diga-se de passagem estiveram muito próximas as formas adotadas no

período da Ditadura Militar para reprimir os movimentos sociais que se colocavam contra o regime), parece ter aprovado essa tática, pois conseguiu intimidar alguns setores da classe trabalhadora que não paralisaram por causa do forte esquema tático de militares nas cidades. Essa atitude do governo de usar armamentos de guerra, como os tanques blindados, configura como abuso e ostentação de poder, mostrando de forma intimidatória seu poder de confronto aos trabalhadores.

O ano de 1987 foi marcado pelo ápice da crise econômica no país, uma vez que os índices de inflação cresciam absurdamente a cada mês e a desvalorização dos salários da classe trabalhadora eram constantes, além das medidas paliativas criadas pelo governo não surtirem efeitos sobre a crise econômica. Por conta desse cenário político e econômico que permeava o Brasil, as greves aumentaram em todo país, os setores públicos passaram a aderir às greves em grande número. Nesse momento a revista *Veja* se viu de alguma forma contrariada pelas atitudes do governo com relação às medidas econômicas e políticas. Por isso ano de 1987 foi marcado pela tentativa exaustiva da revista em desconstruir o apoio que havia demonstrado ao governo de José Sarney (principalmente no ano de 1986 com a implantação do Plano Cruzado). Por conta disso, o foco da revista no ano de 1987 esteve mais voltado em cobrar atitudes do governo para tirar o país da crise econômica e fazer com que o mesmo pudesse voltar a crescer economicamente. Mas é importante frisar que a revista *Veja*, mesmo assim, continuou, em 1987, atacando e persistindo em criar e alimentar ainda mais uma imagem negativa, desqualificada das organizações da classe trabalhadora, no caso a CUT e o PT.

A edição publicada no dia 6 de maio de 1987, trouxe nas páginas amarelas uma entrevista com o deputado e presidente do PT, Luís Ignácio Lula da Silva. Importante questionar o por quê da revista ter concedido espaço a uma liderança da esquerda, ao ler a matéria e analisar a construção da mesma, percebemos o porque da entrevista com o deputado Luís Ignácio Lula da Silva.

Veja dedicou essa entrevista à sondar sobre a atuação do PT frente às greves, e explicar segundo a sua opinião o por quê da realização das greves, e deu pouquíssima ênfase às questões relacionadas aos trabalhos dos deputados na Assembleia Nacional Constituinte. Um exemplo dessas análises percebidas ao ler a matéria, se deu no seguinte trecho da entrevista quando a revista *Veja* perguntou: “O PT é apontado como incentivador das greves e como fator de desestabilização do governo. O senhor assume esse papel? (*Veja*, 6 de maio de 1987, p. 6)” A resposta de Lula foi a seguinte:

Não assumo porque acho que isso não é verdade. Nós do PT, gostaríamos que fosse verdade, mas não é. Nós não temos estrutura para a função de tamanha envergadura, como a de organizar as greves neste país. O PT não está nem quer estar atrás de nenhuma greve. Queremos estar juntos, ser solidários, ajudar, fazer e conquistar (*Veja*, 6 /05/1987, p. 6)

Mais uma vez a revista teve a intenção de apresentar o PT como responsável pela organização das greves. Porém Lula ao responder a pergunta de *Veja*, mostrou que o PT não era o responsável direto pela organização das greves. Lula deixou bem claro de que o PT apóia as greves dos trabalhadores, e estava junto aos trabalhadores em suas formas de manifestações. Não poderíamos esperar outra resposta do presidente do PT naquele momento, pois o PT era um partido criado para defender a classe trabalhadora e o fazia.

Na matéria do dia 17 de junho de 1987, *Veja* dedicou 13 páginas para noticiar e apresentar o novo Plano Econômico do governo, chamado de Plano Bresser, que tinha como objetivo tentar conter as conseqüências da crise econômica, como os altos índices de inflação, as numerosas greves pelo país, o aumento dos preços dos itens de necessidade básica para a classe trabalhadora, a desvalorização do poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores, entre outros aspectos. Em uma das subseções da matéria do dia 17 de junho de 1987, foi apresentado como esse

novo plano econômico seria aplicado para os trabalhadores. Os trabalhadores iriam perder o gatilho salarial, que era uma forma deficitária de tentar repor as constantes desvalorizações dos salários dos trabalhadores causados pela alta da inflação quando chegava a 20% a inflação. Com o fim do gatilho o governo estava propondo um reajuste pela média trimestral da inflação e o congelamento dos salários por um tempo determinado de três meses. Porém, os sindicalistas pertencentes a CUT fizeram uma avaliação negativa desse novo plano econômico para os trabalhadores, pois eles iriam perder e muito com a nova proposta de reajuste salarial. Tanto é que *Veja* publicou nessa subseção de sua matéria como seria essa mudança no reajuste dos salários e como as centrais sindicais estavam reagindo a esse plano econômico. Em um trecho da matéria a revista publicou que:

No momento em que Ulysses Guimarães e Almir Pazzianotto admitem um golpe contra os trabalhadores, a CGT não tem mais por que sustentar esse governo”, acusa o sindicalista gaúcho Ricardo Baldino, vice-presidente nacional da CGT. “Vamos à greve geral com a CUT e contra o PMDB.” Na CUT, o sentimento é muito parecido. “Agora temos 95% de chance de fazer uma greve geral”, diz Jair Meneguelli, presidente da entidade, segundo quem, se a nova fórmula fosse superior ao gatilho, o governo se teria apressado a apresentá-la aos sindicatos. “Mesmo com o risco de desemprego, os trabalhadores vão reagir de forma imediata”. (...) “O congelamento vai ser uma ilusão, enquanto o arrocho salarial vai ser de verdade”, acredita Sequival, da CUT paranaense. (*Veja*, 17/06/1987, p 40)

Veja fez questão de mostrar através da fala do vice-presidente da CGT, que havia um movimento de descontentamento entre a central sindical que em alguma medida apoiava o governo e tentava sempre a negociação sem greve. Todavia o que estava se configurando com esse novo plano econômico era o afastamento da CGT do governo e adesão a greve geral encabeçada pela CUT. Nas entre linhas podemos

compreender que a revista ao se utilizar da fala do presidente da CUT, Jair Meneguelli, teve a intenção de alertar aos patrões e o próprio governo do “perigo” de greve geral que estava se configurando naquele momento como uma forma de resposta contrária a situação econômica brasileira.

A revista, no dia 19 de agosto de 1987, construiu uma matéria na qual pontuou a organização das centrais sindicais para realização da greve geral, dizendo que:

Às vésperas de uma greve geral convocada para esta quinta-feira, quando gostariam de convencer os 37 milhões de empregados do país a cruzar os braços em protesto contra a política econômica do governo, **os líderes da CUT e da CGT exibiram uma nova forma de atuação – o teatro**. Em público, todos faziam questão de anunciar que a paralisação seria um sucesso. Nos bastidores, porém, a maioria dos dirigentes das duas centrais sindicais admitia, na semana passada, que só estava em busca de um atalho honroso para escapar do beco sem saída anunciado para a quinta-feira (*Veja*, 19/08/1987, p. 28, grifos meus).

Ao noticiar sobre a realização da greve, *Veja* foi irônica dizendo que as centrais sindicais estariam representando sobre o bom desempenho da greve. Alegando que os “líderes da CUT e da CGT exibiram uma nova forma de atuação – o teatro”, *Veja* esteve muito mais preocupada em levantar suspeitas sobre os líderes sindicais, para assim poder deslegitimar as lideranças das organizações dos trabalhadores, pois o sarcasmo só vale para as lideranças “políticas” de direita. A revista *Veja* atacou as centrais, com o intuito de manchar a imagem passada e construída da CUT e da CGT, com o objetivo de que as mesmas perdessem força e apoio dos trabalhadores neste momento de crise econômica pelo qual o país estava passando. *Veja* tirou de foco o assunto principal e o objetivo das centrais com a greve, que era organizar a greve geral para conseguir reposição salarial, devido aos altos índices da inflação.

Na mesma matéria do dia 19 de agosto, a revista ao publicar

a fala de Lula teve a intenção de mostrar uma falta de sintonia entre os dirigentes da CUT e do PT, mostrando que:

Na última sexta, alarmado com a notícia de que mesmo no ABC, fortaleza maior da CUT, a participação pode ser um fiasco, o constituinte Luís Ignácio Lula da Silva, presidente do PT, passou a militar numa operação de desmontagem da greve. “Não é vergonha, para nenhum dirigente sindical, admitir que não há condições para se fazer uma greve, qualquer que seja ela”, ensina Lula. Numa ação de emergência, quis promover uma reunião das principais lideranças sindicais do país, em que seria feita uma avaliação dos rumos do movimento – e se arquivaria o projeto. Ao descobrir que estava dando respaldo a um projeto condenado, Lula fez o possível para tentar corrigi-lo, numa atitude rara num movimento sindical (*Veja*, 19/08/1987, p. 28).

Com base no trecho acima pudemos observar que *Veja* ao se apropriar de uma fala de Lula (que não sabemos em que contexto foi dito), a utilizou na construção de sua matéria para dar ainda mais sustentação a ideia de que não haveria adesão maciça dos sindicatos a greve geral organizada pela CUT e CGT. Outro elemento perceptível neste trecho foi que a revista *Veja* também trabalhou no sentido de desconstruir o movimento de greve geral ao utilizar a fala de Lula, na qual ele fez um balanço contrário a realização da greve.

Ainda na matéria do dia 19 de agosto, *Veja* tentou alimentar mais ainda o desmonte da greve geral, criando um clima direção versus base além de responsabilizar a CUT pela ideia da greve, afirmando que:

Na raiz desse comportamento revela-se uma postura orgulhosa dos dirigentes sindicais. Para não voltar atrás, arriscam-se a jogar os trabalhadores que fizerem greve numa armadilha. Eles próprios não estão arriscando nada porque há muitos anos não trabalham em nenhuma empresa. A idéia da greve geral nasceu há dois meses numa conversa improvisada numa reunião da CUT, na qual estava presente pouco mais de uma dúzia de dirigentes sindicais – e foi mudando de datas e de finalidades com o passar do tempo. Conforme o projeto inicial,

a greve deveria ter ocorrido em 15 de julho, com o objetivo de repor aquela porção dos salários devorada pelo Plano Sarney–Bresser. (*Veja* 19/08/1987, p. 28, grifos meus).

A construção dessa matéria pela revista, ao analisarmos o trecho acima, tinha por objetivo principal o desmonte da organização e do movimento da greve geral além, é claro, de mostrar uma imagem “pelega dos dirigentes das centrais sindicais” que estavam a frente da organização da greve. Ao utilizar o termo imagem “pelega dos dirigentes das centrais sindicais”, coloquei pois *Veja* deu a entender com base no início do trecho acima, que os dirigentes ao quererem a realização da greve estavam arriscando o emprego dos trabalhadores que aderissem, mas não os próprios empregos, uma vez que não trabalhavam mais em empresas. Com isso podemos inferir que a revista quis mostrar que os dirigentes em alguma medida estavam em outro patamar e que não pensavam mais enquanto trabalhadores, mas sim enquanto direção (criar um clima direção versus base).

Dando continuidade na análise do trecho apresentando acima, *Veja*, ao afirmar que foi a CUT que teve a ideia da greve, responsabilizou somente esta central pela organização e movimentação para greve e livrou da responsabilidade a CGT. Outro elemento importante para ser ressaltado neste trecho, foi que a revista *Veja* acusou a CUT de ter deliberado ações sem consultar a base, quando alegou que: “A idéia da greve geral nasceu há dois meses numa conversa improvisada numa reunião da CUT, na qual estava presente pouco mais de uma dúzia de dirigentes sindicais”. *Veja*, de acordo com a frase destacada da matéria, tinha como intenção mostrar que a CUT não era uma central democrática, pois, dentro de suas reuniões, as pessoas que teriam voz seriam os dirigentes e a base só serviria para concretizar a deliberação dos dirigentes, no caso a greve. Com estas acusações feitas, a revista *Veja* tentou criar um clima “anti-CUT”.

A revista deu continuidade sobre o assunto da greve geral deliberada para o dia 20 de agosto de 1987, publicando em sua

edição do dia 26 de agosto de 1987, uma reportagem na seção Brasil intitulada “Uma greve Lição”, em que a revista criticou a organização da CUT e da CGT com relação à greve, dizendo que:

Há nove meses, os líderes da CUT e da CGT subiram a um mesmo palanque para propor, pela primeira vez, uma greve geral – a mobilização foi mal sucedida, pois **envolveu menos da metade dos assalariados do país**, mas encerrou-se com uma vitória que obrigou o governo a fazer uma revisão nos cálculos de inflação que definiam os reajustes salariais, assegurando o espírito dos aumentos do gatilho. Na semana passada, Meneguelli e Joaquinção retornavam as portas das fábricas munidos do mesmo projeto, mas o saldo foi bem diferente. **A greve geral do dia 20 não tinha nenhuma reivindicação econômica precisa** – por isso, simplesmente, não houve (*Veja*, 26/08/1987, p. 30, grifos meus).

Veja, na tentativa de deslegitimar as organizações e manifestações da classe trabalhadora, culpou os líderes da CUT e da CGT de não terem conseguido realizar a greve por causa da falta de elaboração de pautas de reivindicações. Como se os trabalhadores só fizessem greve para reivindicar aumentos salariais. *Veja*, ao alegar isso, silenciou as manifestações dos trabalhadores, tendo como pauta reivindicações de aspecto político e não somente econômico. Como a revista *Veja* já vinha mostrando ao longo da discussão sobre greve, que seu objetivo central era desqualificar a mobilização de luta dos trabalhadores e suas centrais sindicais, a revista pouco apresentou os motivos que levavam os trabalhadores a organizarem e a participarem da greve geral. *Veja* estava tentando colocar os trabalhadores contra a central sindical, no caso a CUT. Gelsom Rozentino de Almeida explicou as causas e os porquês da greve geral de 1987, afirmando que:

O “Plano Bresser”, divulgado em 12 de junho de 1987, representaria mais uma tentativa do governo Sarney de estabilizar os preços e controlar a inflação, com grandes perdas salariais para os

trabalhadores, sobretudo o setor público (...). Como resposta ao Plano Bresser, CUT e CGT organizaram a greve geral de 20 de agosto de 1987, com o apoio dos partidos de esquerda – PCB, PC do B, PDT, PT e PSB – e de federações e associações de moradores e outras entidades do movimento popular (...). Entre as bandeiras do movimento, destacavam-se: Contra o roubo dos salários; Contra o arrocho; Exigimos 37,5% de reposição salarial; Gatilho mensal, com os índices do DIEESE; Diretas Já; Constituinte Popular; Não pagamento da dívida externa e Fora FMI. Os governos estaduais e federal agiram com violência. A truculência da ação policial contra piquetes, com ênfase no setor de transportes (rodoviários, ferroviários, etc), foi comprovada até pela grande imprensa. Pelo menos 311 prisões foram registradas, entre elas as de dirigentes da CUT de diversos estados e as de parlamentares do PT. (ALMEIDA, 2011, p. 153-154)

Diferentemente do que a revista *Veja* se propôs noticiar em sua matéria sobre a greve geral do dia 20 de agosto de 1987, o historiador Almeida fez uma exposição dos motivos que levaram trabalhadores a organizarem a greve geral. De acordo com o autor, a greve geral foi uma resposta ao plano econômico denominado de Plano Bresser, que causou perdas salariais aos trabalhadores. Isto a revista nem mencionou, ou seja, mais uma vez é possível afirmar que *Veja* silenciou os fatos que não vêm ao encontro de seu posicionamento político. A revista nem se quer mencionou a pauta de reivindicação dos trabalhadores em greve e nem a ação repressiva da polícia para com os trabalhadores que participaram da greve. O intuito da revista, em fazer menção sobre a greve geral, era desqualificar as centrais e de silenciar a dimensão da greve e do poder de organização dos trabalhadores. Almeida mencionou em seu livro que a avaliação da greve geral de 1987 feita pela CUT, foi de um saldo positivo de grande adesão dos trabalhadores (ALMEIDA, 2011, p. 155).

A revista para dar mais sustentação às colocações que fazia de que a greve não tinha conseguido adesão de grande parte dos trabalhadores, utilizou -se da fala do presidente da república, que disse: “O resultado da greve mostra a maturidade do povo

brasileiro”, afirma o presidente José Sarney (*Veja*, 26/08/1987, p. 31). Ou seja, *Veja* realmente estava determinada a construir uma imagem depreciativa da greve geral organizada pelas centrais sindicais. Tanto é que se utilizou da fala do presidente para afirmar que não houve adesão maciça da classe trabalhadora a greve era vista como um sinal de maturidade. Mas na verdade a greve geral aconteceu, só não teve tanta repercussão por causa do aparelho repressivo que foi armando para conter e desorganizar a greve.

Na empreitada de construir uma imagem negativa da CUT, a revista se utilizou de uma fala de Jair Meneguelli para mostrar que a greve não tinha intenção de atender a interesses dos trabalhadores e sim, de atender interesses da própria CUT. *Veja* disse que: “(...) Jair Meneguelli assumiu a defesa da greve como uma tentativa de arrumar novos sindicatos para as fileiras da CUT – à custa dos trabalhadores” (*Veja*, 26/08/1987, p. 32). A revista afirmou que o objetivo central da greve organizada pela CUT era ampliar os sindicatos filiados à central e que a CUT não seria assim tão comprometida com os interesses dos trabalhadores, mas que também se utilizava das formas de organização de luta dos trabalhadores para benefício próprio. Além, é claro, de *Veja* ter ressaltado mais uma vez que a greve tinha sido ideia da CUT.

O ano de 1988 foi marcado pela promulgação da Nova Carta da Constituição Brasileira, como também o ano das eleições diretas para prefeitos. Por conta das eleições no final do ano de 1988, a revista *Veja* decidiu construir através de uma matéria especial, uma imagem perigosa, amedrontadora sobre o PT, pois o mesmo havia conseguido um resultado positivo nas eleições. Além, é claro, de ressaltar a ligação do PT com a CUT e através disso alertar aos patrões do perigo que isso representaria. Na edição do dia 23 de novembro de 1988, *Veja* publicou uma matéria com o seguinte título: “Do xadrez para o poder: Militantes do PT que iam para a cadeia e apanhavam da polícia agora são autoridades (*Veja*, 23/11/1988, p.40).” A revista não deixou de lembrar que o PT e seus militantes já foram parar até na cadeia (*Veja* não cita, mas estava

se referindo ao período da ditadura quando militantes de sindicatos eram presos) e, mesmo assim, receberam votos para ocupar cargos importantes na política. *Veja* concluiu que era estranho que um partido que teve casos de militantes na cadeia fosse confiável e tivesse obtido o voto de eleitores para assumir cargos públicos (legislativo e executivo).

A revista *Veja* silenciou e/ou ocultou que foi a própria Ditadura que ajudou a politização dos movimentos sociais, no caso, mais precisamente, o sindicalismo e a formação do PT. Foi durante o período da Ditadura que os movimentos de esquerda e as oposições ao regime foram marginalizados e reprimidos, mas, mesmo com esses condicionantes, a classe trabalhadora passou a se organizar e contestar a Ditadura Militar no país. A classe trabalhadora passou por um processo de politização por meio de seus movimentos sociais e organizações, que possibilitou criar um projeto social e conseguir adesão social ao longo da década de 1980 no país.

As insinuações de *Veja* sobre os políticos eleitos pelo PT não encerraram-se no título da matéria. Ao longo do texto construído pela revista, em mais dois momentos foi feito um paralelo ao período da Ditadura Militar ao se referir aos políticos do PT, dizendo:

Esses fregueses de cadeia, que ficaram do lado, oposto ao dos cassetetes enquanto o PT queria tirar “isso que está aí” do cenário público nacional, eram na semana passada, convidados ilustres das urnas para tomar assento em gabinetes bem decorados – agora na condição de autoridades. Luiza Erundina, espancada entre invasores de lotes, tornou-se prefeita de São Paulo. Olívio Dutra, que se hospedou contra a vontade numa cela da Polícia Federal gaúcha, virou prefeito de Porto Alegre. Jacó Bittar foi eleito para a prefeitura de Campinas, segunda cidade de São Paulo. E Lula, como se sabe desde 1986, é o deputado federal mais carregado de votos na atual legislatura (*Veja*, 23/11/1988, p. 40-41, grifos meus).

Na sequência da mesma matéria *Veja* ainda mencionou:

Há oito anos, quando saiu das atas de fundação para a vida prática, **o PT inteiro cabia dentro de uma cela do Dops**. Hoje, o partido tem 36 prefeituras ganhas no país, três delas em capitais, recebeu 10% dos votos depositados nas urnas, na semana passada, e conta com meio milhão de filiados, contra os 2 milhões do PMDB. Carrega ainda uma vantagem adicional: **seus 120.000 militantes, espalhados por todo o país, mais dedicados do que os ativistas dos partidos que estão aí, deixam de comparecer a uma festa com a namorada para discutir questões enfadonhas numa reunião sindical** (*Veja*, 23/11/1988, p. 41, grifos meus).

A revista fez questão de ressaltar que os candidatos políticos do PT, já tinham sido presos, quando afirmou no trecho acima: “Esses fregueses de cadeia”; ou seja, *Veja* foi extremamente debochada / irônica / maldosa com essa colocação. Uma vez que silenciou totalmente os motivos e por quês de muitos trabalhadores, ligados a movimentos sociais, no período da Ditadura Militar terem sido presos por se colocarem contra o regime político vigente e se manifestarem contra as políticas econômicas que levaram muitos trabalhadores a viverem em condições de miséria, por conta do arrocho salarial. Pois colocar-se contra a Ditadura Militar naquele momento era motivo mais do que de sobra para sofrer repressão, atitudes truculentas e autoritárias dos militares que não aceitavam contestações ao regime.

Passa-se a impressão que para a revista soou muito estranho que mesmo se construindo uma imagem “negativa” (de acordo com a concepção de *Veja*) do passado dos candidatos do PT, eles ainda tivessem conquistado a confiança de muitos eleitores. A revista além de fazer críticas pejorativas aos candidatos políticos do PT, acabou reconhecendo e ressaltando em sua matéria a dedicação e comprometimento dos filiados ao Partidos do Trabalhadores, constando assim que a classe trabalhadora estava passando por um processo de politização e as eleições de 1988 era uma resposta disso.

Veja ainda seguiu a matéria alertando para a ligação existente entre o PT e a CUT, dizendo:

Que se esperar de uma legenda que surgiu para brigar por um pouco de dinheiro a mais no salário? Em essência, o PT tem sua espinha dorsal formada por sindicalistas que enfrentaram a polícia em greves e que, paralelamente, montaram a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, hoje, uma entidade poderosa, que controla 1.200 sindicatos no país (*Veja*, 23/11/1988, p.45).

A revista *Veja*, mais uma vez, fez comentários de alerta sobre o que se poderia esperar das atitudes dos políticos do PT, já que o partido nasceu do meio das ações sindicais, que organizavam greves para reivindicar aumentos salariais. Com esses argumentos, a revista estava querendo desqualificar o programa do partido e silenciando o contexto histórico em que o PT surgiu, assim como seu projeto social que era contra-hegemônico. O PT surgiu da emergência do “Novo sindicalismo” no final da década de 1970, por trabalhadores de fábricas juntamente com intelectuais membros de universidades, entidades públicas e movimentos populares. Portanto, esse “que se esperar” dos políticos filiados ao PT, tinha duplo sentido, pois poderia significar também recrudescer, luta de classes. Na reportagem, *Veja* se limitou a mencionar que os sindicalistas reivindicavam só aumento salarial, porém não era só esta questão que afetava os trabalhadores, haviam questões relacionadas à garantia de melhores condições de trabalho, direito a refeições com mais qualidade nas fábricas e indústrias, diminuição da hora-extra de trabalho. A revista estava muito mais preocupada em mostrar que o PT tinha, sim, uma ligação estreita com a CUT, e por isso seria preciso ter cuidado, cautela, ficar alerta. Mais uma vez a revista tentou mostrar de forma pejorativa a relação entre a CUT e o PT.

O ano de 1989 foi marcado pela grande publicação e atenção da revista *Veja* sobre o processo da campanha eleitoral para presidente da república. Diga-se de passagem, que no ano de 1989

as atenções ficaram mais voltadas para os candidatos a presidência do país, uma vez que as eleições iriam ocorrer pela via direta. *Veja* não ficou de fora dessa cobertura sobre o processo eleitoral para presidente, publicou e muito a respeito dos candidatos e em especial fez campanha para Fernando Collor de Melo. A revista não deixou de publicar matérias sobre a situação econômica brasileira, nem de mencionar as organizações das centrais sindicais em suas mobilizações e greves.

O ano de 1989 não iniciou bem para a classe trabalhadora, a crise econômica que assolava o país duramente na década de 1980 e teve seu agravamento no ano de 1987, continuava a afetar mais precisamente os trabalhadores, através do arrocho salarial, do desemprego. Devido a esses agravantes as Centrais Sindicais estavam organizando a realização da III Greve Geral. *Veja* publicou no dia 15 de março de 1989, uma pequena matéria na qual descreveu a organização da III Greve Geral dos trabalhadores de forma desqualificada, dizendo:

Preparada há um mês, a greve geral de 1989 prometia, na semana passada, **contar com a adesão de velhos feudos da CUT**, como o movimento dos funcionários públicos e boa parte das regiões mais industrializadas do país, mas apresentava a fisionomia de um movimento técnico. **Desconfiados de que seria difícil obter a adesão voluntária dos milhões de assalariados, os sindicalistas concentravam seus esforços na paralisação do sistema de transportes das grandes cidades – especialmente os ônibus** (*Veja*, 15/03/1989, p. 36 – grifos meus).

Podemos perceber a persistência da revista em mostrar a CUT como uma central sindical perigosa, que representava ameaças aos patrões por conta da organização dos grandes movimentos grevistas no país e por sua expansão no meio sindical. *Veja* não economizou em adjetivos para caracterizar os sindicatos filiados a CUT, como ficou perceptível no trecho acima quando a mesma afirmou: “Contar com a adesão de “velhos feudos da CUT”, muito mais que atribuir características aos sindicatos filiados a central Sindical, a revista teve a intenção de dizer e sinalizar que a

CUT era proprietária, dona dos sindicatos, mandava, detinha o controle dos sindicatos e de suas ações. Mas o que a revista não argumentava era que os trabalhadores filiavam – se a Centrais Sindicais com as quais se identificavam pela sua luta em prol dos direitos dos trabalhadores e para conseguirem ter forças para lutarem contra o avanço da exploração que o sistema capitalista causava a classe trabalhadora. A revista, ainda com base no trecho apresentado acima, foi descaracterizando a força da realização da greve geral, ao afirmar que os sindicalistas estavam tentando paralisar os meios de transporte para assim conseguir impedir que os trabalhadores não fossem trabalhar e aderissem a greve. Essa perspectiva na construção e afirmação levantada por *Veja* foi muito traiçoeira, pois passou uma imagem autoritária da liderança sindical, como se os mesmos não respeitassem as escolhas e opções dos trabalhadores e quisessem realizar a greve a qualquer custo.

Na continuidade da matéria do dia 15 de março de 1989, *Veja* foi apresentando elementos para reforçar que a III Greve Geral não iria ter muita adesão da classe trabalhadora, pois: “No ABC paulista, no entanto, essa tática será desnecessária. As principais montadoras anunciam férias coletivas, a partir desta segunda-feira, o que quer dizer que ali não haverá greve – será folga mesmo (*Veja*, 15/03/1989, p. 36)”. A revista fez de tudo para mostrar aos seus leitores que havia um movimento por parte dos patrões para desconstrução do movimento grevista. A desconstrução da greve era uma prática truculenta e autoritária realizada pelos patrões e pelo governo para conter as manifestações dos trabalhadores.

Na matéria do dia 22 de março de 1989, publicada pela revista *Veja*, foi noticiado sobre a realização da III Greve Geral organizada pela CUT e CGT. A revista fez questão de desqualificar a abrangência da greve, mas ao mesmo tempo admitiu que a greve obteve repercussão perante o governo conforme podemos constatar no trecho abaixo:

Na semana passada, quando terminou a chamada greve geral da CUT e da CGT, **o movimento que esteve longe de anestesiar o cotidiano do país durante 48 horas, como pretendiam seus organizadores**, mas que deixou claro, em boa parte das capitais brasileiras, que existem milhões de assalariados capazes de cruzar os braços durante dois dias para dizer que não estão nada satisfeitos com o que recebem no final do mês, os empresários e o governo foram colocados diante do verdadeiro nó que amarra os rumos do Plano Verão. O nome dessa questão é salário. (...) “Mas o fato é que, depois da paralisação, o governo ficou impedido de empurrar com a barriga a discussão sobre as perdas salariais dos trabalhadores, enquanto os empresários também terão de se abrir para a negociação” deputado Vivaldo Barbosa, do PDT (*Veja*, 22/03/1989, p. 34-35, grifos meus).

A revista, como em outras matérias publicadas ao longo dos anos de 1985-1989, fez comparações a respeito do movimento grevista. Dessa vez o comparou com “o movimento que esteve longe de anestesiar o cotidiano do país durante 48 horas”, ou seja, a revista quis insinuar e comparar o movimento grevista aos efeitos causados pela anestesia, mas que ao contrário dos efeitos quando aplicado a anestesia, o resultado da greve geral havia sido outro: o dá não paralisação do cotidiano. Desta forma a revista mais uma vez fez uma caracterização pejorativa e desqualificada sobre a greve. Ao contrário das colocações negativas da revista *Veja* sobre a realização da III Greve Geral, o autor Almeida, em seu livro colocou que: “A adesão aos dois dias de paralisação foi um sucesso: esta foi a maior greve da história do país” (ALMEIDA, 2011, P. 156). Outro aspecto interessante de reflexão a respeito do trecho acima publicado pela revista *Veja*, foi que a mesma mostrou que a greve geral conseguiu pressionar o governo e os patrões com relação a questão dos salários dos trabalhadores.

Veja no ano de 1989, ao noticiar sobre o PT e seu futuro candidato à presidência, Luís Inácio Lula da Silva, fez questão de relacioná-lo com as greves que ocorreram ao longo do semestre com o intuito de desvalorizar a imagem do Lula e do PT, afirmando:

Desde que começou a escalada de greves no país, há pouco mais de um mês, o Partido dos Trabalhadores vem encontrando dificuldades cada vez maiores em fazer três coisas incongruentes ao mesmo tempo: apoiar incondicionalmente as greves, exorcizar a imagem de radicalismo que cerca a legenda e, ainda por cima, provar que tem cabedal suficiente para governar o país. Na semana passada esses três objetivos antagônicos se chocaram entre si. O PT apóia as greves por uma questão de princípios – o PT surgiu em meio à atividade sindical e ainda hoje é neste setor que desfruta a maior parte de seu apoio político. (...) O apoio às greves, porém, só rende ao PT popularidade entre os grevistas que conquistaram vantagens salariais (*Veja*, 17/05/1989, p. 43, grifos meus)."

Com as indicações feitas pela revista *Veja*, pode-se perceber que a mesma tinha a intenção de mostrar que o PT era um partido que defendia os interesses da classe trabalhadora e se constituiu, enquanto partido, para defender os interesses dos trabalhadores. A revista mencionou que um partido, para conseguir adeptos a sua legenda, tinha que se mostrar de forma não radical. A revista mostrava que o PT, para conseguir apoio à campanha do Lula, teria que deixar de ser radical, mostrar que possuía competência para governar o país. *Veja* não disse claramente, com todas as letras, mas deixou a entender que o PT não iria conseguir muitos votos além dos trabalhadores que estavam filiados à CUT, pois só atenderia a uma classe, os trabalhadores, os que fazem greve. O livro da historiadora Carla Luciana Silva, fez menção à cobertura feita pela revista *Veja* sobre as eleições de 1989 e como a revista apontava qual o projeto político que deveria ser seguido e adotado pelo novo presidente da república, a partir do projeto político apresentado pelos candidatos à presidência da república, *Veja* se colocou favorável a candidatura de Fernando Collor de Melo em 1989.

Veja, mesmo fazendo o máximo de esforço para construir uma imagem negativa e desqualificada da CUT, não conseguiu impedir a expansão da central. A revista publicou uma nota falando

sobre uma pesquisa que mostrou o fortalecimento da CUT no cenário sindical brasileiro e alertando sobre sua expansão no meio estatal, dizendo:

O levantamento demonstra também que é no segmento estatal que a CUT mais tem avançado. Ali, a central tem oito vezes o tamanho da CGT, controlando 89% dos sindicatos representantes dos trabalhadores das empresas consultadas. **Como a CUT é especialmente resistente às propostas de privatização das empresas estatais,** a conclusão a que se chega é a de que qualquer programa de desestatização terá de chocar-se cada vez mais com esse obstáculo. **Fortalecidos pelos direitos trabalhistas consagrados na nova Constituição, os sindicatos terão um peso maior também nas negociações de futuros planos econômicos** que pretendem degolar a inflação – prioridade para qualquer governo que queira colocar a economia brasileira nos eixos. (VEJA, 08/11/1989, p. 108 – Grifos meus)

A revista *Veja*, mesmo tendo noticiado que a CUT tinha avançado, não deixou de alertar que a central só ganhou maior espaço nos sindicatos estatais por conta de sua política contra a privatização das empresas estatais. *Veja* ressalta o peso que as centrais sindicais teriam, principalmente a CUT, para negociar com o governo. É importante ressaltar que no ano de 1989, não houve muitas matérias que mostrassem a cobertura feita pela revista *Veja* sobre as organizações dos trabalhadores, pois, nesse período, a revista se destinou mais ao processo eleitoral, para as eleições presidenciais. Uma vez que o rumo do “Controle político” do país interessava, e muito, à revista naquele momento.

O que foi possível concluir, ao analisar a cobertura feita pela revista *Veja* sobre a caracterização das organizações sindicais e partidárias que representavam os trabalhadores, no caso, o PT e a CUT, foi que a revista, ao longo dos anos de 1985-1989, foi construindo uma imagem desqualificada, negativa, pejorativa das organizações. Sempre mostrou, em forma de alerta, as ações da CUT e do PT, definindo-os enquanto inimigos do governo. As formas de luta da classe trabalhadora, no caso a greve, foi descrita

pela *Veja* como uma doença que paralisava o país. A revista não concordava com as greves, tanto é que construiu um argumento de que as greves serviam para a promoção da CUT e não para conseguir melhorias salariais.

Um elemento importante que deve ser destacado nessa conclusão é que mesmo a revista *Veja* sendo um órgão da grande imprensa burguesa (e por isso ter seus interesses ao publicar suas matérias e através desse trabalho ir disseminando, construindo maneiras de pensar e analisar os fatos ao redor e as relações sociais, voltados para fortalecer o Sistema Capitalista), ao longo do período de 1985 - 1989, dedicou especial atenção a CUT e ao PT. Podemos inferir que mesmo a *Veja* publicando e construindo matérias nas quais tentava diminuir a ação/atuação das organizações da classe trabalhadora, no caso a CUT e o PT, a mesma não conseguiu deixar de incluir na pauta de suas publicações as mobilizações, ações planejadas pela classe trabalhadora para lutar contra as conseqüências geradas pela crise econômica no Brasil, pois a luta da classe trabalhadora ganhou atenção e destaque no cenário nacional. A revista, como pudemos concluir, ficou pressionada pelas formas concretas de luta da classe trabalhadora a noticiar, mesmo que fosse para descaracterizá-las. E conforme o trabalho de Silva, vamos perceber que na década de 1990, haverá uma mudança na postura da revista em publicar matérias dando foco as lutas e mobilizações das organizações da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

ALMEIDA, Gelsom Rozentino. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

GIANNOTTI, Vito & NETO, Sebastião Lopes. *CUT: Por dentro e por*

fora. Petrópolis, Vozes, 1990.

HERNANDES, Nilton. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica*. Salvador: Edufba, Maceió, Edufal, 2004.

MACIEL, David. *Argamassa da Ordem: da ditadura militar á Nova República (1974 – 1985)*. São Paulo: Xamã, 2004

SILVA, Carla Luciana. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 – 2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009. Coleção Tempos Históricos, vol. 7

Teses:

COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979 – 1998)*. Tese de Doutorado em História, Niterói, UFF, 2005.

MACIEL, David. *De Sarney a Collor: Reformas Políticas, Democratização e Crise (1985 - 1990)*. Tese de Doutorado em História, Goiânia, UFG, 2008.

SOBRE OS AUTORES:

Francisco Fonseca. Mestre em ciência política (Unicamp) e Doutor em história (USP), é professor de ciência política na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. É autor, entre outros, dos livros “O Consenso Forjado - a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil” (Editora Hucitec, 2005) e “Liberalismo Autoritário - discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira” (Editora Hucitec, 2011).

Nilo André Piana de Castro. Doutor em Ciência Política pela UFRGS, possui licenciatura e bacharelado em história pela UFRGS e mestrado em história pela PUCRS. Professor de História no Colégio de Aplicação da UFRGS (CAp UFRGS). Dentre suas publicações, destacam-se os livros: *Cinema e Ditadura Militar*. Porto Alegre: Casa Editora e Secretária Municipal de Cultura, 2002. 220p. *Cinema e Segunda Guerra*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999. 298p.

Layse Pereira Soares do Nascimento. Jornalista e professora do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. Mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro dos grupos de pesquisa Comunicação e Interfaces Culturais, e Conversas Latinas em Comunicação.

Carla Luciana Silva. Mestre em história (PUCRS), Doutora em História (UFF). Pós Doutorado pela Universidade Nova de Lisboa. Professora Associada da UNIOESTE (Graduação e Programa de Pós Graduação em História). Autora de vários artigos e dos livros: *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros*. (Porto Alegre, Edipucrs, 2001); *VEJA: o indispensável partido neoliberal* (Edunioeste, Cascavel, 2009).

Edina Rautenberg. Professora de História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon. Mestre em História pelo programa de pós-graduação stricto sensu da UNIOESTE, área de concentração História, Poder e Práticas Sociais. Integrante da Linha de Pesquisa História e Poder. Autora de artigos sobre imprensa e história.

Gervasio Cesar Junior. Professor da Faculdade de Sinop - FASIPE. Possui Graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (2005-2008). Mestrado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE, na área de História, Poder e Práticas Sociais (2009-2011).

Ricardo Krupiniski. Graduação em História pela Unioeste (2007), especialização em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Assis Gurgacz (2010), mestre em História, com área de concentração em História, Poder e Prática Sociais, pela Unioeste (2011). Desde de 2009 é professor da Faculdade Assis Gurgacz, onde ministra aulas para diversos cursos.

Suzane Conceição Pantolfi Tostes. Graduada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009. Mestre pelo Programa de Pós - Graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2012), com formação na área de História do Brasil Recente e Imprensa brasileira.